

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ROSE ELKE DEBIASI**

**MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E MILITÂNCIA: A ESTRUTURAÇÃO DO MST NO  
NORDESTE BRASILEIRO  
(1985-1995)**

CURITIBA

2016

ROSE ELKE DEBIASI

**MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E MILITÂNCIA: A ESTRUTURAÇÃO DO MST NO  
NORDESTE BRASILEIRO  
(1985-1995)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Debiasi, Rose Elke

Migração, memória e militância: a estruturação do MST no  
Nordeste Brasileiro (1985-1995) / Rose Elke Debiasi – Curitiba, 2016.  
313 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Paraná.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2.  
Trabalhadores rurais – Brasil - Atividades políticas. 3. Movimentos  
sociais - Brasil. 4. Posse da terra - Brasil. I. Título.

CDD 333.31813



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

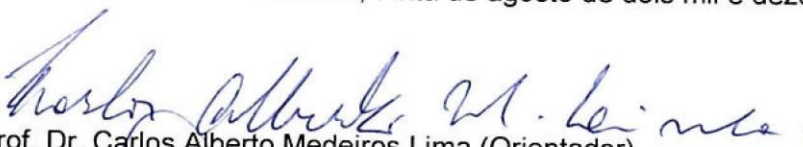
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.


**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br


### **PARECER DA BANCA EXAMINADORA**


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ROSE ELKE DEBIASI**, intitulada: **Migração, memória e militância: A estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APPROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, trinta de agosto de dois mil e dezesseis.

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Fernando Franco Netto (Unicentro)  
1º examinador

  
Prof. Dr. Hilton Costa (UEM)  
2º examinador

  
Profa Dra Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR)  
3º examinador

  
Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernández (UFPR)  
4º examinador

## AGRADECIMENTOS

Aos militantes migrantes, pela disponibilidade, generosidade e paciência em me receber e compartilhar suas memórias. Agradeço imensamente a oportunidade!

Aos professores/as Dra. Marion Brepohl e Dr. Hector Guerra Hernandez, pelas importantes contribuições na banca de qualificação. Aos professores/as Dra. Ciméia Barbato Bevilaqua (UFPR), Dr. Fernando Franco Netto (UNICENTRO), Dr. Hector Rolando Guerra Hernández (UFPR), Dr. Hilton Costa (UEM) e Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC), pela participação na defesa da tese e pelas valiosas considerações e sugestões.

Aos colegas e professores da Linha “Espaço e Sociabilidades”, em particular os participantes do Seminário I e II, ministrado pelo professor Antonio Cesar Almeida Santos, pela convivência e pelos aprendizados. Aos amigos Everton, Noemi, Pâmela, Jhonatan, Thiago Possiede, obrigada pelas quintas-feiras produtivas e alegres.

À Maria Cristina, “Cris”, pela presteza, competência e zelo no desenvolvimento das suas funções na Secretaria da Pós-Graduação em História.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado, pela confiança e pelo exemplo a ser seguido. Ao professor Francisco Amaro Gomes Alencar (UFC), pelo auxílio e pela troca de informações durante a elaboração do projeto.

À professora Dra. Maria Rosa Congost Colomer, pela supervisão e atenção durante a realização do Estágio Doutorado Sandúiche, na Universitat de Girona (UdG), Catalunha, Espanha. Obrigada pela leitura atenta dos primeiros capítulos e suas valorosas contribuições.

Aos colegas e professores do Centre de Recerca d’Història Rural, da UdG, em particular, a Lluís Serrano. A Ginter Tlajja Leipnitz, brasileiro que esteve no centro de estudo, pelas trocas e impressões sobre a vivência no norte da Catalunha. À Cristina Ortiz, pela simpatia e dedicação em fornecer todas as condições para o desenvolvimento da pesquisa na Biblioteca da UdG (Barri Vell). À Maria Esperanza Correu Perales, pela acolhida, amizade e *desayunos*, e à querida Sol Lanteri, companheira argentina, pelo estímulo e generosidade.

Aos professores Javier Tebar Hurtado e Jordi Mir Garcia, ambos da Universitat de Barcelona (UB), pela disponibilidade e envio de materiais.

Ao povo do MST espalhado pelos “Brasis”: Camila Munarini – MST/SC, Irma Brunetto – MST/SC, Flávio Barbosa – MST/CE, Acácia Daniel – MST/SE e Luciene – MST/SE, obrigada pela ajuda no levantamento e no contato com os militantes migrantes.

À Mari, por dividir comigo as alegrias e angústias da seleção até a defesa. Ao Edilson, pelo incentivo e apoio inicial, e à Manuela pelas reflexões desde o mestrado.

À amiga Graziela Maziero, por compartilhar a opção pela pesquisa e as conquistas e os percalços dela. Às queridas amigas Ana Flávia, Gisele, Lígia, Marli, e Nêemias, pelas risadas, amizade e carinho. À Polly, pela presteza e valioso auxílio na formatação do texto.

À Olga Debiasi Pelegrini, minha linda menina, pela compreensão, carinho e serenidade.

À minha família: meu pai Célio e minha mãe Inêz, filhos de pequenos camponeses que migraram para a cidade, ainda na infância, em busca de uma vida melhor, meus irmãos Roberto e Cristina, e meus cunhados Ricardo e Patrícia pelo apoio e torcida, mesmo que não expressos em palavras. À minha avó Emília, mulher camponesa, por ser uma fonte de inspiração. Logo ficaremos mais tempo juntas.

Ao Maurício pelo companheirismo, estímulo e por todo amor dedicado a mim. Você tornou essa caminhada mais leve!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante a modalidade de Estágio Sanduíche e pela Bolsa Doutorado durante os dois últimos anos do curso.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Carlos Lima, pela confiança depositada em mim e no meu projeto de pesquisa, e ainda pela firmeza e pelo respeito com que conduziu todo o processo de orientação.

*Mãos de Camponês*

*Mãos rústicas e honradas. Mãos bondosas  
que adormecem na tarde, milagrosas  
sob o incentivo bom da lua cheia  
a abençoar os seios de uma esposa.*

*E adormecem cansadas da tarefa cumprida  
rudemente - em silêncio - como que sob o encanto  
de possuir nos músculos rosas encalecidas  
de ter lavrado muito e ter semeado tanto!*

*Santificadas sejam em toda litania,  
nos dão o trigo de ouro e o pão de cada dia  
e seguem os preceitos que lhes deu o Senhor.*

*Haveria que enchê-las de flores e de gemas  
as mãos de camponês que são todo um poema  
nos quais os versos cheiram a terra e a suor!*

Pablo Neruda. O rio invisível, 1987

## RESUMO

Durante a década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta-se nacionalmente como “alternativa” organizativa para os trabalhadores pobres, sem-terra ou com pouca terra. Para expandir-se nacionalmente, o MST define uma política de deslocamento de militantes da região Sul e Sudeste para o Nordeste do país, pautando-se na existência de um “padrão de militância sulista”. Essa decisão sustenta-se a partir de uma lógica interna de funcionamento do MST como “partido político”, nos termos gramscianos. Os principais atores deste processo são jovens, filhos de pequenos agricultores, educados a partir de rígidos valores morais e com formação superior à média da população rural, em geral adquirida nos organismos da Igreja Católica. O objetivo desta tese é analisar as trajetórias dos militantes migrantes, marcadas pela circularidade, no processo de estruturação do MST nos estados nordestinos. Para o seu desenvolvimento, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, e um conjunto de sete entrevistas. A experiência acumulada no Sul conflitará, em muitos momentos, com o perfil e com as referências políticas, religiosas e organizativas das comunidades sertanejas do Nordeste, sobretudo a partir da adoção de um novo repertório de ações – ocupações de terra e prédios públicos e marchas. Através da problematização da associação direta entre a primeira ocupação e a criação do MST, esta pesquisa se debruça sobre os processos de aproximação, convencimento, recrutamento e sobre o papel desenvolvido pelas redes de contato e solidariedade estabelecidos antes da efetiva ocupação de terra. Em paralelo, objetivamos compreender como os militantes migrantes desenvolvem, operam e manejam um conjunto de habilidades, de modo a assegurar a estruturação do MST de forma unitária no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: MST. Militância. Nordeste. Memória. Migração.



## **ABSTRACT**

During the 1980s, the Landless Workers' Movement (MST, in Brazil) entitles itself nationally as an organizational "alternative" for the working poor, landless or near-landless. In order to reach a national expansion, MST defines a policy focused on the migration of militants from the South and Southeast regions to the Northeast of the country, based on the existence of a "pattern of southern militancy". This decision is sustained from an internal logic operation that sees MST as a "political party", in Gramscian terms. The main actors in this process are young, children of small farmers, educated by strict moral values and with higher education when compared to the average of rural populations, usually acquired in the Catholic Church. The objective of this thesis is to analyze the trajectories of migrant militants, marked by circularity, during the MST structuring process in the Northeastern states. For its development, we conducted bibliographic and documentary research, and a set of seven interviews. The experience accumulated in the South will conflict, in several instances, with the profile and the political, religious and organizational references of Northeast communities, especially when it is related to the adoption of a new repertoire of actions - land and public buildings occupations and marches. Through the analysis of a direct association between the first occupation and the creation of MST, this research focuses on the processes of approaching, convincing and recruiting, as well as on the role played by networking and solidarity established before the effective land occupation. In parallel, we aim to understand how migrant militants develop, operate and handle a set of skills in order to ensure the unitary structure of MST in Brazil's Northeast.

**Keywords:** MST. Militancy. Northeast. Memories. Migration.

## RESUMEN

Durante la década de 1980, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se presenta nacionalmente como “alternativa” organizativa para los trabajadores pobres, sin tierra o con poca tierra. Para difundirse nacionalmente, el MST define una política de desplazamiento de militantes de la región Sur y Sudeste hacia el Nordeste del país, pautándose en la existencia de un “patrón de militancia sureña”. Esa decisión se mantiene a partir de una lógica interna de funcionamiento del MST como “partido político”, en los términos gramscianos. Los principales actores de este proceso son jóvenes, hijos de pequeños agricultores, educados a partir de rígidos valores morales y con graduación universitaria en relación con el promedio de la población rural, en general adquirida en los organismos de la Iglesia Católica. El objetivo de esta tesis es analizar las trayectorias de los militantes migrantes, marcadas por la circularidad, en el proceso de estructuración del MST en los estados nordestinos. Para su desarrollo, realizamos investigación bibliográfica y documental, y un conjunto de siete entrevistas. La experiencia acumulada en el Sur se opondrá, en muchos momentos, al perfil y a las referencias políticas, religiosas y organizativas de las comunidades campesinas del Nordeste, principalmente a partir de la adopción de un nuevo repertorio de acciones – ocupaciones de tierra y edificios públicos y marchas. A través de la problematización de la asociación directa entre la primera ocupación y la creación del MST, esta investigación se inclina hacia los procesos de aproximación, convencimiento, reclutamiento y sobre el papel desarrollado por las redes de contacto y solidaridad establecidos antes de la efectiva ocupación de la tierra. En paralelo, objetivamos comprender cómo los militantes migrantes desarrollan, operan y gestionan un conjunto de habilidades, de modo a asegurar la estructuración del MST de forma unitaria en el Nordeste brasileño.

Palabras clave: MST. Militancia. Nordeste. Memoria. Migración.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa do Brasil com localização das principais cidades mencionadas na tese.....	67
<b>Figura 2</b>	Localização dos conflitos agrários.....	89
<b>Figura 3</b>	A conquista da terra – 1979 – 2006.....	166
<b>Figura 4</b>	A luta pela terra – 1988 – 2006.....	167
<b>Figura 5</b>	Mapa do Estado do Ceará: Ocupações de terras organizadas pelo MST 1989 – 2009.....	244
<b>Figura 6</b>	Brasil – Número de Ocupações de terra – 1988 – 1998.....	261
<b>Figura 7</b>	Brasil – Ocupações de Terra – Número de Famílias – 1988 – 1998.....	262

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Evolução do Índice Gini por Região e Brasil, 1970 a 1985.....	88
<b>Quadro 2</b>	Ocupação e assentamento de famílias em Pernambuco (1989-1997).....	235
<b>Quadro 3</b>	Brasil – ocupações de terras – 1990-1994.....	260

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABRA</b>	Associação Brasileira da Reforma Agrária
<b>ACO</b>	Ação Católica Operária
<b>AC</b>	Ação Católica
<b>ACR</b>	Animação dos Cristãos para o Meio Rural
<b>AI-5</b>	Ato Institucional Nº 5
<b>ANPOCS</b>	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
<b>AP</b>	Ação Popular
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>BOC</b>	Bloco Operário Camponês
<b>CAIs</b>	Complexos Agroindustriais
<b>CC</b>	Comitê Central
<b>CCV</b>	Comissão Camponesa da Verdade
<b>CH</b>	Biblioteca de Ciências Humanas
<b>CGT</b>	Comando Geral dos Trabalhadores
<b>CEB</b>	Comunidade Eclesial de Base
<b>CEDEM</b>	Centro de Documentação e Memória da UNESP
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CIMI</b>	Conselho Indigenista Missionário
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CNA</b>	Confederação Nacional da Agricultura
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPA</b>	Cooperativa de Produção Agropecuária
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação

<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CPS</b>	Cooperativa de Prestação de Serviços
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DATALUTA</b>	Banco de Dados da Luta pela Terra
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>ETR</b>	Estatuto do Trabalhador Rural
<b>ETROCA</b>	Empresa dos Trabalhadores Regionais Organizando a Cooperação Agrícola
<b>FETAPE</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
<b>FETRAECE</b>	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará;
<b>FETASE</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBASE</b>	Instituto de Análises Sociais e Econômicas
<b>IBRA</b>	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>ITR</b>	Imposto Territorial Rural
<b>JOC</b>	Juventude Operária Católica
<b>JUC</b>	Juventude Universitária Católica
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MASTER</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terra
<b>MASTRO</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base

<b>MIRAD</b>	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MMC</b>	Movimento das Mulheres Camponesas
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MTPS</b>	Ministério do Trabalho e Previdência Social
<b>NEAD</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>NERA</b>	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OM</b>	Organização de Massa
<b>OP</b>	Organização Política
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCBR</b>	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PCR</b>	Partido Comunista Revolucionário
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PJ</b>	Pastoral da Juventude
<b>PLP</b>	Partido da libertação Proletária
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>PROCERA</b>	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>PROTERRA</b>	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro

<b>SAR</b>	Serviço de Assistência Rural
<b>SORPE</b>	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>SUDENE</b>	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
<b>SUPRA</b>	Superintendência para a Reforma Agrária
<b>TCO</b>	Termo Circunstanciado de Ocorrência
<b>TDA</b>	Títulos da Dívida Agrária
<b>TDP</b>	Títulos da Dívida Pública
<b>TdL</b>	Teologia da Libertação
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>UdG</b>	Universitat de Girona
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UFSCAR</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UP</b>	Unió de Pagesos
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>Dos caminhos da pesquisa .....</b>	<b>35</b>
<b>Questões metodológicas .....</b>	<b>41</b>
<b>Discussão das fontes .....</b>	<b>46</b>
<b>Apresentação dos capítulos .....</b>	<b>61</b>
<b>1 EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS E AS PROPOSTAS DE REFORMA</b>	
<b>    AGRÁRIA NO BRASIL (1950-1980) .....</b>	<b>69</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1950 - 1980) .....	69
1.2 O PAPEL DA IGREJA PROGRESSISTA NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO .....	82
1.3 APONTAMENTOS SOBRE O CAMPESINATO BRASILEIRO: VIDA E TRABALHO .....	98
<b>2 “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”: O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO</b>	
<b>    DO MST.....</b>	<b>111</b>
2.1 FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E OBJETIVOS DO MST .....	111
2.1.1 O MST como partido político na concepção de partido de Gramsci .....	121
2.1.2 O papel da mística na estruturação do MST .....	127
2.2 INFLUÊNCIAS, APROPRIAÇÕES E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DO MST NA DÉCADA DE 1980 .....	132
2.3 A EXPERIÊNCIA DO MST NOS ESTADOS DO SUL E A CONSTRUÇÃO DE UM “PADRÃO DE MILITÂNCIA” .....	144
2.4 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TERMO “OCUPAÇÃO” NA CRIAÇÃO DO MST NOS ESTADOS .....	156
<b>3 SEM-TERRA, MILITANTE E MIGRANTE: VIDAS EM MOVIMENTO .....</b>	<b>169</b>
3.1 O DEBATE INTERNO SOBRE O DESLOCAMENTO DE MILITANTES .....	169
3.2 DE MILITANTE A MIGRANTE .....	181
3.3 O PAPEL DAS REDES DE APOIO E SOLIDARIEDADE NA MIGRAÇÃO DOS MILITANTES .....	188
3.4 O PERFIL DOS MILITANTES MIGRANTES .....	197
<b>4 A INTERIORIZAÇÃO DO MST: A LUTA POR JUSTIÇA E</b>	
<b>    RECONHECIMENTO POLÍTICO E SOCIAL .....</b>	<b>215</b>

4.1 BAHIA: A ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO DE TRABALHO DE BASE .....	215
4.2 BELLÉ E ZENA – A CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DA SECRETARIA REGIONAL EM ALAGOAS .....	223
4.3 VIOLÊNCIA, ISOLAMENTO E DISPUTAS NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA .....	227
4.4 A MILITÂNCIA DA JOVEM FÁTIMA NAS AÇÕES JUNTO AOS CAMPONESES CEARENSES .....	236
4.5 O CASO DE JOÃO DANIEL: DE SEM-TERRA A DEPUTADO FEDERAL .....	248
<b>5 OCUPAÇÕES, MARCHAS E MÍSTICA: NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>255</b>
5.1 OS (RE)SIGNIFICADOS DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NA TRAJETÓRIA DO MST .....	255
5.2 O PROTAGONISMO DOS MILITANTES MIGRANTES NA HISTÓRIA DO MST .....	263
5.3 CARACTERÍSTICAS FACILITADORAS OU “TENDÊNCIAS MODELADORAS” ADOTADAS PELOS MILITANTES MIGRANTES NO NORDESTE BRASILEIRO .....	270
5.4 NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RELAÇÃO COM A TERRA .....	279
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>287</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>291</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>297</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>313</b>

## INTRODUÇÃO

### Dos caminhos da pesquisa

O interesse pelo tema iniciou-se por volta do ano de 2009. Ainda com pouca clareza sobre como abordar a questão, a princípio objetivávamos seguir pesquisando as cooperativas no Brasil, traçando o perfil delas, seus êxitos, e uma espécie de trajetória da discussão teórica e prática do cooperativismo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Durante o estudo de caso realizado no mestrado, participamos de alguns debates sobre a temática e almejávamos fazer um estudo comparativo entre a experiência cooperativa do Sul e do Nordeste do país, a partir da análise de alguns casos. Na dissertação de mestrado, *Os sentidos do Trabalho para os cooperados na experiência autogestionária da Cooperunião (Dionísio Cerqueira, Santa Catarina)* (DEBIASI, 2008), analisamos as percepções dos cooperados acerca do seu universo laboral. Na época, possuíamos em mente os conceitos e a relações que esses trabalhadores estabeleciam com o trabalho, então mediados por dois instrumentos organizativos: a cooperativa e o MST.

A revelação de que muitos militantes nacionais do MST, considerados quadros políticos, partiram justamente do Oeste catarinense para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, parecia igualmente sedutora e intrigante: eram jovens que possuíam uma pequena parcela de terra, na sua maioria filhos de pequenos agricultores, com educação formal superior à media dos camponeses brasileiros. O objetivo investigativo seguia turvo, mas a certeza de que discutiríamos a atuação do MST no Nordeste foi adquirindo contornos próprios. Foi quando encontramos a entrevista que João Daniel forneceu no ano de 2011 ao Setor de Comunicação da Cooperoeste/Terra Viva<sup>1</sup>, sugerindo a adoção do formato das cooperativas implantadas no Sul do país para o estado do Sergipe. A entrevista chamou atenção, porque relacionava as duas realidades e se apresentava praticamente como um “elo” entre elas.

Guardadas as devidas proporções, os temas abordados na entrevista de 2011 remetem para a discussão das décadas de 1980 e 90, a respeito do “padrão” baseado na experiência sulista, o qual deveria ser “exportado” para outras regiões do Brasil, em especial para o Norte e Nordeste. Ou seja, após mais de duas décadas, a forma de organizar a produção do Sul do país continua servindo como referência e modelo para os militantes migrantes nos estados

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.terravivasc.com.br/noticia/entrevista-deputado-estadual-do-sergipe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

nordestinos. Outras observações podem ser realizadas a partir dessa entrevista. Quando João Daniel adjetiva o povo sergipano, definindo-o como “trabalhador e honesto”, reforça o ideário do camponês, do colono, descendente de europeu, católico ou protestante, e branco. Mesmo que o MST busque abarcar a discussão étnica e assegurar o respeito à diversidade na esfera cultural e produtiva, não podemos desconsiderar a bagagem simbólica e a experiência organizativa dos militantes migrantes, que partiram do Sul/Sudeste para o Nordeste com a “tarefa” de estruturar o MST nacionalmente.

O envio de militantes do MST para outras regiões do Brasil era intrigante. Primeiramente, nosso objetivo estava circunscrito ao estado do Ceará; na época, chamava a atenção o número elevado de ocupações<sup>2</sup> de terra em um estado que tem 93% do seu território inserido no sertão. Realizamos uma excursão à Fortaleza, capital do Ceará, antes mesmo de iniciar o curso de doutorado. Pesquisamos na sede da Superintendência Regional do Estado do Ceará, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os relatórios de Projetos de Reforma Agrária, seus atos de obtenção e criação e as fases de implementação deles, a área do projeto, a capacidade do assentamento, o número de famílias assentadas, a quantidade de vagas disponíveis e as Organizações Associativas inseridas nos respectivos projetos; nos arquivos da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) e na sede do MST-CE.

Rapidamente percebemos que, para compreender essa política de deslocamento de militantes, pautada em um “padrão de militância” inspirado nos moldes sulistas, seria necessário analisar as trajetórias dos militantes migrantes, e mais, o contexto dos estados nordestinos – como e por que foram escolhidos e enviados tais militantes. Analisar o que representavam a migração, a militância e o MST para cada um daqueles militantes; os desdobramentos políticos e particulares de tal decisão; as acomodações, enfrentamentos, adaptações que construíram e moldaram o MST, hoje com caráter nacional; e o papel das redes de contato e solidariedade – composta por indivíduos, lideranças, sindicatos, religiosos.

A dinâmica de funcionamento e o processo formativo e organizativo são algumas das questões que nos auxiliam e convidam a pensar no protagonismo dos militantes migrantes e no seu papel na formação de um movimento social com características peculiares e inovadoras. Ao erigir o MST, quais fatores se destacam nas opções, articulações e negações de cada um desses atores sociais?

Para tal intento, não poderíamos prescindir de um arcabouço interdisciplinar capaz de dar *anima* à abordagem integral que ora propomos. Desse modo, além dos estudos

---

<sup>2</sup> Foi realizado um total de 92 ocupações de terra entre os anos de 1986 e 1997. Fonte: DATALUTA, 1998.

historiográficos, recorreremos aos estudos sociológicos, geográficos, antropológicos e tantos outros que porventura possam nos auxiliar a compreender a trajetória complexa e multifacetada desses atores sociais. Todavia, entendemos que são as questões levantadas por esta pesquisa (de natureza historiográfica), somadas àquelas decorrentes da empiria, que serão as balizadoras, as calibradoras desta nossa abordagem interdisciplinar, e não o contrário.

Os tópicos especiais “Experiências e Movimentos Sociais” e “História do Campesinato”, ministrados pelo professor Paulo Pinheiro Machado no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram fundamentais para a nossa aproximação com a História do Campesinato. As obras “O mundo rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade”, da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, e “Tierras, Leyes, Historia – Estudios sobre <<la gran obra de la propiedad>>”, de Rosa Congost, serviram de ‘faróis’ diante dos becos sem saída e dos labirintos em que nos encontrávamos nas (in)definições da pesquisa. A principal contribuição do estudo de Congost para nós está em compreender os comportamentos de pessoas e grupos de trabalhadores, pobres, dominados, subalternos no estudo da propriedade. Interessa-nos também dentro de uma operatividade analítica discutir os modelos jurídicos construídos em torno da propriedade. A ideia de progresso e crescimento econômico presente nos discursos da intelectualidade espanhola também se aplica na realidade brasileira; assim como a crença no direito e a reificação da propriedade.

A coleção “A questão Agrária no Brasil”, organizada pela editora Expressão Popular, através de uma rica compilação de materiais teóricos e políticos que abordam a problemática da terra, com ênfase no século XX, forneceu importantes aportes teóricos para historicizar a luta pela terra e analisar o desenvolvimento e a manutenção de uma estrutura agrária, concentrada e desigual; a série “História Social do Campesinato no Brasil”, publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD), forneceu um importante subsídio ao permitir um voo panorâmico pelos diferentes “brasis”; e a coletânea “Combatendo a desigualdade social – o MST e a Reforma Agrária no Brasil”, organizada por Miguel Carter, possibilitou o diálogo com estudiosos e especialistas em questão agrária e movimentos sociais, além de uma importante revisão da literatura. A obra é composta por quatro partes, organizada de acordo com a cronologia do próprio MST. A primeira parte aborda os antecedentes históricos do Movimento, a segunda discute a luta pela terra (ocupações e acampamentos), a terceira discorre sobre os desafios na terra (organização da produção e assentamentos), e a quarta parte, com um viés mais contemporâneo, trata das relações entre o MST, o Estado e o conjunto da sociedade brasileira.

Foram de grande importância os debates, as provocações e os questionamentos levantados durante os Seminários da Linha de Pesquisa “Espaço e Sociabilidades” para a lapidação do objeto e para o recorte temporal da pesquisa.

Mais tarde, a leitura da tese de doutorado “Trajetória de militantes sulistas: Nacionalização e modernidade do MST”, de Débora Lerrer, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), deu-nos um novo ponto de partida – seus olhares, reflexões, direcionamentos e os “consentimentos” de uma pesquisa engajada e crítica com os movimentos sociais, ajudou-nos a definir quais caminhos deveríamos seguir e nos possibilitou novos questionamentos. Igualmente importante foi a discussão sobre “campo” de Pierre Bourdieu para compreender os diversos agentes (grupos políticos, organizações, Estado, indivíduos) que buscavam representar o campesinato na cena política. O MST buscava representatividade e autoridade junto aos camponeses no âmbito nacional, em particular na região nordestina. Esse processo, na maioria dos casos, é conflituoso, pois as organizações – Igreja, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Organizações não Governamentais (ONGs) –, já estabelecidas na região, muitas vezes compreendiam a presença do MST como “adversários” na disputa por legitimidade e referência política junto à sua base social. Cabe ainda mencionar a produção do historiador Roger Chartier para compreender o papel das representações no universo sem-terra, em especial, a mística e suas transformações.

Não se pode deixar de destacar a obra “A marcha nacional dos Sem-Terra – Um estudo sobre a fabricação do social”, de Christine de Alencar Chaves, que realiza uma etnografia da marcha nacional dos sem-terra até Brasília durante o ano de 1997. O trabalho fornece um arcabouço, envolto numa aura de denúncia, protesto, paixão e sensibilidade, das práticas, simbologias, crenças, misticismos, religiosidades, medos, sonhos, disputas e desafios dos integrantes da marcha. O conjunto dos trabalhos desenvolvidos por Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA/UFRRJ) e Maria Aparecida de Moraes Silva, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), contribuiu para historicizar os movimentos de luta pela terra e refletir sobre os mecanismos utilizados por esses sujeitos, coletivos ou individuais, para acessar e se manter na terra. Os trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes e as publicações do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) possibilitaram discutir conceitual e teoricamente a adoção de determinados termos, o alcance, os objetivos e o uso deles. O levantamento das ocupações permitiu-nos traçar paralelos e alavancar discussões, aproximando-nos das realidades dos estados analisados.

Quanto ao contexto dos estados, cabe destacarmos os trabalhos bibliográficos de Marilda Menezes, Emília Moreira e Ivan Targino na Paraíba; as contribuições de Marcelo

Rosa e Lygia Sigaud para o estado de Pernambuco, além das já mencionadas obras da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley; o estudo de Maria Nalva Araújo e as reflexões sobre a experimentação do Método de Trabalho de Base, de Ademar Bogo, na Bahia; as produções do professor Francisco Amaro de Alencar no estado do Ceará; e, por fim, as sínteses realizadas por Eliano Lopes, Rosemiro da Silva e Maria da Conceição Cintra em Sergipe. Dentro do possível, procuraremos descrever as singularidades dos militantes em cada um dos estados analisados, a partir dos seus depoimentos e do nosso deslocamento aos “sertões” do Brasil.

Gostaríamos de destacar a contribuição do estágio na modalidade Doutorado Sanduíche realizado no “Centre de Recerca d'Història Rural”, da Universidade de Girona (UdG), Espanha, sob a supervisão da professora Maria Rosa Congost Colomer, o qual permitiu avançar na construção de um instrumental teórico, metodológico e analítico. Através do levantamento bibliográfico, mapeamos os perfis de lideranças e sindicatos do campo na Catalunha, atentando para a configuração dos grupos políticos e as mediações estabelecidas por eles em torno das políticas agrárias, da democracia e da representatividade no campo e da organização sindical.

Discutir modelos, processos e experiências de reforma agrária internacionalmente permite-nos construir um instrumental para pensar o caso da reforma agrária brasileira. Quando se estuda uma organização política e suas ações, corre-se o risco de não compreender seus objetivos, suas táticas e seus resultados caso se proceda com uma análise individual. Para tanto, faz-se necessário compreender as demais organizações, suas influências, alianças, formas de luta, e os elementos que envolvem o conjunto da vida laboral. Gortázar (1985) apresenta um apanhado de visões e correntes historiográficas acerca do movimento *obrero* na Espanha. Interessa-nos, particularmente, a última etapa, a qual se inicia em 1973 e vem até os dias de hoje. Destacam-se três fenômenos nessa vertente: a) a institucionalização da história do militante; b) a vasta produção de estudos regionais, sendo algumas continuações e outros inovadores; e c) a generalização das críticas e autocríticas das produções da década de 1960. Dentre os aspectos mencionados por Gortázar, dedicamos atenção aos dois primeiros, buscando identificar o papel dos dirigentes rurais e das respectivas centrais na experiência da *Unió de Pagesos*, suas orientações e o grau de autonomia e radicalidade que desempenhavam entre o campesinato catalão. Esse exercício foi importante para compreender a relação do MST com as distintas instituições – Igreja, sindicatos e Estado.

As reflexões motivadas pela leitura da obra “Tierras, Leys y Historia”, de Rosa Congost, ao tratar das condições de realização da propriedade (não interessando as condições

legais), apresenta várias hipóteses de trabalho. Entre elas, destacam-se as formas de acessar os recursos naturais, as práticas diárias de distribuição da renda e as práticas de uso. A autora propõe a mudança de enfoque quanto aos direitos de propriedade, que deve ir além do viés estadista adotado por muitos historiadores. Segundo Congost, os problemas atuais de propriedade exigem dos juristas novas definições de propriedade para continuar defendendo a ordem social estabelecida, diferenciando-se do momento em que os códigos foram redigidos. Isso deflagra o caráter plural e mutante dos direitos de propriedade e dos grupos sociais (CONGOST, 2007). Ou seja, a propriedade é compreendida como reflexo, produto e fator das relações sociais. A distribuição social da terra, nesses termos, é analisada a partir de um quadro de forças de atração e repulsão.

Ao longo da obra, Congost insiste em denunciar algumas práticas dos historiadores, entre elas o abuso no uso de conceitos como “feudalismo” e “capitalista” e a compreensão de que as “leis” se traduzem em realidade. Ou seja, que existe uma subordinação da história social ao aspecto jurídico. Sobre isso, Congost (2008) é enfática: Leis não significam a realidade. Nas suas palavras: “[...] ha comportado una subordinación de la historia social a un juridicismo por parte de historiadores que ni si quiera han estudiado”. O desafio lançado pela autora é justamente não assumir a perspectiva do Estado, reduzindo nossa análise à presença de marcos regulatórios. A autora segue questionando a ideia reducionista de que as leis são responsáveis por explicar as mudanças nos direitos de propriedade e traz uma reflexão crítica sobre a forma como a historiografia espanhola e europeia tem examinado a realidade, denunciando os modelos de desenvolvimento históricos aparentemente neutros e os seus desdobramentos nos instrumentos de análise histórica e na adoção de determinado vocabulário, considerado contaminado pela utilização dos conceitos mencionados acima.

Na mesma perspectiva apontada por Congost, a professora Márcia Motta (2006), busca discutir a dinâmica e a historicidade dos movimentos sociais, não exclusivamente dentro dos marcos históricos pontuais:

A meu ver, nos avanços e retrocessos, há uma tradição cultural que explica quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso a terra ou de outrem. Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas, a incorporação das mesmas como parte de seus domínios, faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi-la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros; para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela de terra. Ambos, muitas vezes navegam no mesmo pressuposto: alegam serem os primeiros a ocupar o quinhão em disputa. Mas se para o fazendeiro, tal pressuposto está inserido numa concepção patrimonial acerca da terra, para os pequenos posseiros ele está relacionado à possibilidade de exercer uma



liberdade efetiva, na reprodução de sua unidade familiar, sem a dependência para com um senhor de terras. (MOTTA, 2006, p. 14-15)

Dentro desta orientação se insere a problemática da tese ora apresentada, a qual busca pensar a história do MST não exclusivamente através dos marcos históricos e legais, compreendendo a transformação dos mecanismos de acesso e de uso da propriedade a partir da atuação dos militantes migrantes. A tese sugere a possibilidade de pensar outros começos para a estruturação do MST a partir da diversidade de sujeitos e fontes. Neste sentido, é tributária dos trabalhos que incluem em suas discussões os entendimentos, as reflexões e os significados que os trabalhadores atribuem às suas próprias experiências. A adoção dessa perspectiva, em nosso entendimento, contribui para desmistificar a forma romantizada com que os movimentos sociais e seus militantes são abordados.

Compreendendo o ineditismo das ações do MST, nosso intuito é analisar a constituição e a estruturação do MST no Nordeste, a partir da perspectiva dos militantes sulistas enviados durante o final dos anos 1980 e início dos 90, com a tarefa de construir o Movimento nacionalmente. Para realizar esse intento, organizamos a tese em três eixos fundamentais: memória, militância e migração. Essas três categorias, de forma articulada e interdependente, sustentam e permeiam todo o debate.

### **Questões metodológicas**

Para o desenvolvimento desta tese foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental e trabalhos de campo nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Santa Catarina. Durante a pesquisa visitamos acampamentos, assentamentos, secretarias e centros de formação do MST e participamos de reuniões com aliados, de mobilizações, de ocupações e de festividades. Paralelamente às observações, a pesquisa se baseou na realização de entrevistas presenciais com os atores-chave do processo de expansão do MST, nos estados já mencionados e no Espírito Santo, São Paulo e Paraná. As observações *in loco* – realizadas nas ocupações de terras e prédios públicos, e durante as aulas de História ministradas no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA<sup>3</sup>, em assentamentos da Reforma Agrária do MST/SC – foram momentos privilegiados para captar aspectos da dinâmica de funcionamento dos sem-terra do Oeste catarinense.

---

<sup>3</sup> A autora atuou como professora de História no Ensino Médio do PRONERA nos assentamentos de Abelardo Luz, Catanduvas e Campos Novos, Santa Catarina. O projeto é resultado de uma parceria entre o INCRA/SC, a UFSC e o MST.

A história oral é compreendida como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, contribuindo para melhor compreender as motivações, construções e estratégias de ação e representação de indivíduos e grupos em determinado contexto. Trata-se de um procedimento metodológico que busca registrar e transmitir as vivências e lembranças de sujeitos que se dispõem a compartilhar a sua memória em um universo ampliado. Thompson (1998), em seu livro “A voz do passado”, defende o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que “[...] a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribuindo para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON, 1998, p. 137).

De acordo com Alberti (2005), a história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc. (ALBERTI, 2005). Na mesma linha, Thompson (1998) defende que:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17)

As “fontes orais”, resultantes da aplicação da história oral, possuem uma natureza diferenciada em sua constituição e em sua utilidade. Privilegiam sujeitos e grupos historicamente marginalizados pela história escrita. A possibilidade de obter os depoimentos orais oferece-nos um relato mais vivo e menos fragmentário desses grupos, movimentos e conjunturas. As fontes orais não são usadas de forma exclusiva ou excludente, pelo contrário, necessitam dialogar e serem confrontadas com outras fontes. Alguns autores definem as fontes orais como complementares às fontes escritas. Isso, segundo Joutard (1998), as colocaria em um *patamar inferior*. Em nosso entendimento, trata-se de mais uma fonte, que necessita de tratamento crítico como as demais. As entrevistas serão confrontadas com outras fontes utilizadas na pesquisa e com as próprias entrevistas realizadas com o grupo. Dessa forma, interessa-nos as lembranças do indivíduo inseridas em um conjunto de relações, de posicionamentos, de disputas, ou seja, lembranças permeadas por interferências coletivas.

Pollak (1992, p. 201) discute quais são os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer [...]

Izabel, atualmente militante do Paraná, lembra com exatidão dos dias em que esteve na antiga Alemanha oriental antes da queda do muro (dias marcados por tensão e insegurança do ponto de vista físico e político), e da queda propriamente dita do muro de Berlim. Esse acontecimento serviu como orientação para ela responder com precisão a data em que executou determinada tarefa no Movimento. Sobre os vestígios datados da memória, Pollak afirma que “ [...] em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia”. (POLLAK, 1992, p. 202) Outros episódios, no entanto, ficaram dispersos e/ou eram ratificados ao longo do seu depoimento. Podemos, assim, afirmar que o “[...] que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Ibid., p. 205).

E segue:

Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral. Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade, e, portanto de identidade da organização. Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos (Ibid., p. 207).

Em outro momento, Pollak (1992) fala sobre fenômenos de projeção e transferência da memória, para afirmar que “a memória é seletiva”. Quando identificamos nas falas de lideranças menções a personagens da história, reconhecidamente comprometidos com as demandas dos mais pobres, fica evidente que se trata de uma transferência da memória alinhada com a ideia de resistência. O autor também discute a ligação da memória com identidades coletivas.

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (Ibid., p. 207).

Dessa forma, conhecer aspectos das memórias individuais permitiria conhecer alguns aspectos do grupo, da mesma forma, conhecer aspectos da memória partilhada por um grupo permitiria compreender ou explicar parcialmente posicionamentos, crenças e valores individuais de pessoas ligadas de alguma forma ao coletivo em questão, a partir de um diálogo. Assim, memórias individuais e coletivas se confundem na trama narrativa. Os posicionamentos do grupo político se mesclam, se articulam e, algumas vezes, contrariam as posições individuais desses militantes.

As entrevistas foram agendadas via contatos por email, telefone, articulações com as secretarias nacional e estadual do MST e por intermédio de outros militantes. Realizamos o mapeamento dos militantes migrantes em conjunto com uma dirigente nacional do MST de Santa Catarina. O primeiro contato, antes mesmo do início da tese, resultou da nossa ida a algumas cidades do estado do Ceará e, em seguida, a Vitória, capital do Espírito Santo, para realização da primeira entrevista. Nesses termos, os entrevistados foram localizados dentro de uma rede de cooperação e de rememoração, a partir de contatos estabelecidos com integrantes das direções nacionais e estaduais do MST, e com o auxílio dos próprios militantes migrantes.

Os locais de realização das entrevistas foram na Secretaria Estadual do MST/ES; no Centro de Formação do MST em Caruaru (PE); nas dependências da Livraria e Editora Expressão Popular, em São Paulo; na residência de dois militantes, uma no município de Nossa Senhora do Socorro (SE) e outra em Lagoa Seca (PB); e em um espaço compartilhado pelos movimentos sociais, onde funciona a Secretaria Estadual do MST/PR, em Curitiba (PR). A realização das entrevistas demandou apresentações, negociações e o deslocamento da pesquisadora. A aproximação política, demonstrada através da “prática” e do comprometimento da pesquisadora, acreditamos ter contribuído para tornar as entrevistas mais intimistas e aumentar a confiança entre os entrevistados e a entrevistadora. A entrevista supõe um processo de ação recíproca, estabelecida entre o investigador e o sujeito. Para adentrar no universo dos militantes migrantes, foi preciso se desprender de esquematismos e regras definidas a priori.

Estes documentos, imbricados no presente e no passado, demandam dos historiadores um diálogo entre as relações e as condições em que os documentos mantêm com o(s) passado(s), com o presente e com o futuro, exigindo, portanto, a utilização de outras fontes, de modo a reunir elementos, problematizações e reflexões metodológicas na sua *oficina*, fundamentais para a prática da pesquisa e da escrita da história.

A decisão de migrar, muitas vezes, parece resultar de uma escolha apaixonada, típica da juventude. Hoje, mediada pela experiência de praticamente trinta anos, com todos os

dissabores, frustrações, disputas e enfrentamentos, traz consigo as reflexões individuais e as mediações do próprio grupo. A memória, além de um fenômeno individual indissociável do coletivo, é uma construção realizada a posteriori, acerca de acontecimentos do passado, mas, mediada pelo presente.

Todos os entrevistados se tornaram importantes quadros políticos do MST, servindo de exemplo para outros militantes. Muitos deles já se conheciam em Santa Catarina, onde participavam da mesma rede de relações composta pelos sindicatos, movimentos sociais e organismos da Igreja, com destacada influência da figura de Dom José Gomes<sup>4</sup>. Apesar de abordagens distintas e enfoques diferentes, mas, principalmente, porque cada depoimento é exclusivo e único, observamos que algumas histórias se repetem nas entrevistas realizadas por nós e por outros pesquisadores do tema. Os militantes migrantes, em linhas gerais, narram os mesmos acontecimentos, questionamentos e provocações, em alguns casos utilizando as mesmas expressões em ambos os depoimentos. Dito isso, identificamos que, muitas vezes, as experiências históricas passam a ser domesticadas, assim como os discursos homogeneizados. Geralmente, as versões são resultados de acordos, implícitos e explícitos, que, ao serem reproduzidos pelas lideranças, pelo Jornal Sem Terra e pelos intelectuais orgânicos, ganham status de “verdade”. Portanto, nosso esforço é compreender para além do dito e escrito; é dar forma ao conjunto de expressões, choros, risos, silêncios, alegrias, revoltas e incômodos observados ao longo das entrevistas.

Para tanto, adotamos o uso de um “caderno de campo”, seguindo os critérios técnicos para realização de entrevistas (ALBERTI, 2005). A adoção do caderno foi fundamental para o registro das questões já elencadas, além das condições e circunstâncias que envolveram a realização da entrevista, como as informações obtidas durante as pausas da entrevista e as solicitações para que o gravador fosse desligado. Registramos também observações sobre os contatos prévios, agendamentos e alterações de comportamento com o aprofundamento da relação entrevistador x entrevistado. As entrevistas foram áudio-gravadas e transcritas de modo literal.

Utilizamos os nomes verdadeiros dos entrevistados por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrarmos seus nomes em publicações internas, no Jornal Sem Terra e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento dos entrevistados. O mesmo critério de manutenção dos nomes originais foi adotado para as personalidades públicas, salvo

---

<sup>4</sup> Foi bispo da Diocese de Chapecó (SC) por trinta anos (1968-1998). Com uma atuação ligada às questões sociais, presidiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

quando pudesse acarretar algum prejuízo de ordem moral ou jurídica para os envolvidos. Para outros militantes, ex-militantes, familiares e demais citados na narrativa, adotamos o uso das iniciais para preservá-los. O áudio contendo as entrevistas será disponibilizado em mídia digital para a Biblioteca de Ciências Humanas (CH), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, futuramente, poderão fazer parte de arquivos especializados.

Ao longo da tese utilizamos a expressão “movimento” com duas designações. Quando aparecer no texto a expressão *Movimento*, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

## **Discussão das fontes**

Além dos estudos de natureza bibliográfica, com distintas abordagens, acreditamos ser necessário apresentar o conjunto de fontes utilizadas nesta investigação. De forma esquemática, subdividimos as fontes em quatro blocos: Bloco I – Entrevistas; Bloco II – Documentos internos e Publicações do MST; Bloco III – Fontes Institucionais; e Bloco IV – Documentos internos, relatórios e publicações da Igreja Católica e organismos auxiliares.

### **Bloco I - Entrevistas**

A história oral é um método privilegiado de investigação que nos permite analisar e comparar as experiências dentro de determinados contextos, instituições, processos e acontecimentos. Optamos por realizar entrevistas temáticas. A escolha pautou-se pela posição e pelo papel que o militante migrante desempenha no grupo. Trata-se de sujeitos jovens, filhos de pequenos agricultores e com tradição religiosa, dispostos a estruturar um movimento social e a lutar pela transformação da sociedade.

Através das entrevistas, buscamos compreender como esses atores sociais contribuíram para estruturar as características organizativas do MST, destacando aspectos particulares e coletivos dos percursos empreendidos por eles. Consideramos as possibilidades de mediações socioculturais no trajeto dos militantes migrantes, na medida em que recebiam influência dos camponeses locais e da Direção Nacional do MST e os influenciavam simultaneamente. Nosso intuito não é fazer um estudo comparativo a partir do exposto acima, mas perceber as influências, formulações e adaptações vivenciadas nessas experiências. Buscamos, assim, privilegiar as leituras e expectativas, as motivações e frustrações, a partir da perspectiva deles.

As versões fornecidas pelos entrevistados tornam-se objetos de análises (ALBERTI, 2005), enquanto que os documentos produzidos pelo MST servem de instrumentos para a análise das entrevistas, pois as fontes não são repositórios neutros, ao contrário, são “interlocutoras” privilegiadas entre si. Os cruzamentos entre as mais variadas fontes e a sistematização de seus dados representam grande trunfo para a especificidade de nosso objeto de estudo.

Os pontos elencados nas entrevistas buscaram abarcar o máximo de informações sobre a chegada dos militantes, as motivações, o processo de convencimento, as principais tarefas, a experiência anterior, a receptividade dos camponeses e das demais entidades. Também almejaram apresentar aspectos da realidade nordestina, questões orgânicas do MST, relações hierárquicas e de mando, o universo das ocupações, a simbologia e as relações de produção nos assentamentos. Para tanto, elaboramos um pré-roteiro, com alguns apontamentos gerais do contexto da década de 1980/90: a apreensão e apropriação dos conceitos sobre o ser militante, os fatos e acontecimentos de cada estado abordado, as questões internas sobre a política de deslocamento do MST, a relação com outras entidades e o Estado, as elites locais, o funcionamento da estrutura organizativa do MST, a experiência de migrar, as especificidades do Sul e do Nordeste, a vida entre (nas) ocupações, os projetos pessoais x políticos e as condições de militância.

Abaixo, descrevemos rapidamente os(as) entrevistados(as) com a justificativa para cada escolha:

**Fátima Ribeiro:** A entrevista foi realizada na sede do MST estadual, em Vitória (ES), no ano de 2011. Nos meses que antecederam a realização da entrevista, Fátima acabara de retornar ao seu estado natal, Espírito Santo, devido a alguns problemas de ordem familiar. Ela viveu onze anos no estado do Ceará, seguidos de mais dez anos no estado do Rio Grande do Norte, desenvolvendo funções organizativas e nas instâncias de direção do MST. Devido ao nosso recorte temporal, abordaremos basicamente o tempo em que Fátima atuou no Ceará. Diferentemente dos demais entrevistados, ela não partiu do Sul do país, mas iniciou sua formação nas pastorais da Igreja Católica como os demais militantes; em seguida, atuou no movimento sindical. O depoimento de Fátima é extremamente importante para compreender o processo de estruturação do MST no Ceará. Ela descreve o papel das redes de apoio e solidariedade, a articulação com os sindicatos e os boicotes que o MST sofreu nos primeiros anos, a violência direta e indireta e o choque cultural entre os militantes externos e os sertanejos. Fátima figura na documentação interna, no jornal e nos demais meios como a principal liderança política do Ceará por muitos anos.

**Carlos Bellé:** A entrevista com Bellé foi realizada na capital do estado de São Paulo (SP), no ano de 2013, nas dependências da Editora Expressão Popular. Oriundo do Oeste de Santa Catarina, filho de pequenos camponeses, ingressou no seminário com a finalidade de estudar. Teve forte atuação no trabalho pastoral da Igreja, inclusive ocupando funções de direção na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no assessoramento para o MST. Quando foi “escalado” para ir ao Nordeste, já residia na capital do estado, Florianópolis, onde cursou a faculdade de Filosofia na UFSC. Foi enviado para Maceió (AL) poucos meses depois do seu casamento com Zenaide. Em Maceió, na secretaria estadual, atuou basicamente na articulação das redes de solidariedade, nas negociações, na captação de recursos e na viabilização de um aparato jurídico e logístico para a realização das ocupações de terra. O depoimento de Bellé também se ocupa em contextualizar o momento pós-ditadura; o trabalho dos sindicatos; as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, estabelecendo quadros comparativos entre o camponês do Sul (seus hábitos alimentares, sua relação familiar e sua relação com a terra) e os nordestinos do campo; os elementos da formação teórica dos militantes e as diferentes versões acerca da acusação de “interferência sulista” no Nordeste, sobretudo aquelas oriundas da Igreja. Bellé, diferentemente dos demais entrevistados, não participou efetivamente de ocupações de terra.

**Zenaide Busanello:** A entrevista foi realizada na cidade de São Paulo (SP), na Livraria Expressão Popular do MST, no ano de 2013. Zenaide, do interior de Santa Catarina, ingressou no convento motivada pela possibilidade de prosseguir seus estudos. Aos poucos, começou a participar de atividades, as chamadas vivências, nas comunidades rurais, onde foi possível a aproximação com o MST. À medida que avançava seu interesse, também estreitava seus vínculos, passando a assumir tarefas de solidariedade e logística entre os movimentos sociais, sindicatos e Igreja na região do Oeste catarinense. O relato de Zenaide, muito emotivo, permite-nos perceber o desconhecimento da realidade nordestina, bem como estabelecer várias relações entre o modo de atuação do Sul e o perfil e as características dos acampados no Nordeste. A partir desta entrevista, também identificamos a hierarquia no MST, a relação entre a Igreja e a formação de quadros do MST, e a “influência sulista” na estruturação do MST no Nordeste.

**Jaime Amorim:** Depois de alguns meses de negociação, realizamos a entrevista na cidade de Caruaru (PE), em agosto de 2013, no Centro de Formação do MST. Jaime, extremamente gentil e bem vestido, disponibilizou várias horas do seu tempo. Realizou uma contextualização dos anos 1980 e 90, dos grupos, indivíduos e partidos políticos que apoiavam e dos que condenavam as ações do MST. Descreveu as disputas regionais, as



relações de submissão no interior das fazendas e usinas de açúcar, a fome, o perfil da juventude e as consequências da degradação humana nas usinas de açúcar. Jaime atuou em vários estados e despontou como uma liderança regional, transformando-se rapidamente num “quadro” nacional, devido às suas características e carisma. Jaime caracteriza-se pela eloquência, destacando-se no trabalho de base e de convencimento dos camponeses. Com Ademar Bogo<sup>5</sup>, elaborou os Métodos de Trabalho de Base e de Resistência, os quais orientaram as ações dos integrantes do MST no final da década de 1980 e início de 90 nas ocupações e assentamentos do Nordeste. Dedicamos maior atenção à militância de Jaime na Bahia e em Pernambuco, respectivamente.

**João Daniel:** A entrevista foi realizada na cidade de Nossa Senhora do Socorro (SE), em março de 2015, na casa do entrevistado. João Daniel é natural de São Lourenço do Oeste (SC), filho de pequenos agricultores, e ingressou no seminário em Santa Maria (RS) para dar continuidade aos seus estudos. Permaneceu por dois anos e precisou abandonar devido às dificuldades financeiras da família, a qual não teve mais como custear as despesas. Teve contato com os movimentos sociais e, ainda bastante jovem, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Assim como outros militantes, esteve à disposição do MST e percorreu vários estados do País. Foram abordados temas pontuais do estado de Sergipe, o conjunto de disputas entre as organizações religiosas e sindicais no final dos anos 1980 e questões sobre a política de deslocamento do MST. O entrevistado descreveu a importância do trabalho formativo do MST, dando ênfase para o Curso de Jovens Monitores, realizado no ano de 1987, em São Paulo. João Daniel, em diversas situações, é descrito como “forasteiro”, discurso que se mantém até os dias atuais, já que a referida liderança elegeu-se deputado estadual e federal, respectivamente.

**Dilei Schiochet:** Dilei nos recebeu em sua casa, em Lagoa Seca, na Paraíba (PB), para a realização da entrevista em junho de 2015. Natural de Joinville (SC), ingressou na vida religiosa na Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, onde teve a oportunidade de participar de algumas atividades com as comunidades rurais, em especial o Jejum pela Reforma Agrária, na cidade de Florianópolis (SC). Essa última teria despertado em Dilei o desejo de transformações diante das desigualdades sociais. Devido à incompatibilidade com suas novas escolhas políticas, optou por abandonar a vida religiosa. Logo após, ingressou no MST. Antes de fixar residência na Paraíba, em 1997, Dilei atuou dentro de um formato de circularidade

---

<sup>5</sup>Ademar Bogo é natural de Quilombo, Oeste de Santa Catarina. Tentamos ao menos três contatos com o militante, sem obter sucesso. Atualmente, ele cursa o doutorado em Filosofia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e é professor universitário na Faculdade do Sul da Bahia (FASB).

pelos estados nordestinos; dessa forma, esteve presente nas primeiras ocupações de terra em praticamente todos os estados nordestinos. A entrevistada coordenou o Setor de Formação, atuando de forma mais prolongada dentro de um assentamento na Bahia, colocando em prática o método de trabalho de base proposto por Jaime Amorim e Ademar Bogo. O depoimento de Dilei é extremamente rico em detalhes sobre as condições de vida, trabalho e militância na Zona da Mata, adquirindo, por vezes, um tom de denúncia.

**Maria Izabel Grein:** A entrevista foi realizada na Secretaria Estadual do MST em Curitiba (PR), em março de 2016. Izabel iniciou sua militância no Rio Grande do Sul (RS), no convento vinculado à Ordem Franciscana, na cidade de Santa Maria (RS). Acompanhou as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, sendo depois deslocada para Santa Catarina. Não esteve diretamente no Nordeste, no entanto, selecionou, acompanhou, orientou e viabilizou, em conjunto com a Direção Nacional do MST, a ida de vários militantes para lá. O depoimento de Izabel auxilia na compreensão dos critérios adotados para a seleção dos militantes migrantes, na visualização do contexto para a constituição de lideranças e no delineamento do perfil delas.

Nosso planejamento inicial contava com um total de sete entrevistas, perpassando os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Foram realizadas sete entrevistas ao total, seis com militantes migrantes e uma com uma dirigente que esteve diretamente vinculada com o processo de discussão e seleção de militantes durante os anos 1980. Um dos militantes migrantes selecionados, assentado em Teixeira de Freitas, na Bahia, encontra-se afastado das suas funções orgânicas, não sendo possível a realização dessa entrevista. De qualquer forma, devido ao formato de circularidade das migrações<sup>6</sup>, outros militantes desempenharam tarefas na Bahia, fornecendo-nos muitos elementos dos primeiros anos do MST na região.

## **Bloco II - Documentos internos e Publicações do MST**

Este bloco é marcado pela quantidade e diversidade das publicações. No sítio <<http://www.armazemmemoria.com.br/>>, encontramos o “Armazém Memória – Um resgate coletivo da História”, composto pelo Centro de Referência Virtual. Nele encontramos uma biblioteca que possui oito pastas, dentre as quais a “Biblioteca Luta pela Terra”, composta por 45 pastas com livros publicados por teóricos do próprio Movimento e outros estudiosos do tema; Cartilhas; Cadernos de Cooperação Agrícola, de Educação, de Direitos Humanos, de

---

<sup>6</sup> Abordaremos esta questão no terceiro capítulo.

Saúde, de Formação; Cadernos das Experiências Históricas; e o Caderno do Povo Brasileiro. Conta também com o Boletim Informativo e o Boletim do Militante; documentos publicados pela CPT sobre os conflitos do campo (2007); Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos; trabalhos escolhidos e publicações diversas.

Na página do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP)<sup>7</sup> também se encontra disponível parte do acervo bibliográfico do MST. São fornecidos dois formatos de pesquisa, divididos em “Consulta MST” e “Consulta Jornal Sem Terra”. O primeiro é um banco de dados para pesquisas no fundo do MST, distribuídos em várias tipologias de documentos e suportes. As pesquisas são realizadas por termos de busca, combinados ou não. O segundo item de consulta disponibiliza o Jornal Sem Terra, a Revista do MST, os Boletins e Cadernos do MST, organizados na mesma plataforma do “Armazém Memória”. No CEDEM encontramos os seguintes materiais: livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão curso, cartilhas, manuais, cadernos de formação, boletins, cartazes, folders, recortes de jornais, organizados de acordo com o título, a autoria e o assunto encontrados nos suportes. Também está disponível uma ficha com as referências bibliográficas e a localização física do material.

A primeira pasta do “Armazém Memória” fornece um panorama da luta pela reforma agrária e os subsídios para a formação política dos militantes e estudiosos – elementos que permitirão contextualizar a história da luta pela terra, o papel dos pobres do campo e do MST. Permite também acompanhar a elaboração de um instrumental teórico e político do MST a partir de outras experiências e dos elementos que ele inova na sua atuação, fornecendo-nos um leque de informações para compreender a formação do coletivo de um movimento social chamado “Sem-terra”. O conjunto de materiais, de distintos suportes e matrizes, totaliza trinta bibliotecas e 283.611 páginas digitalizadas. Nelas, acessamos algumas das publicações de Bernardo Mançano Fernandes, Roseli Caldart e João Pedro Stedile, considerados teóricos do MST.

O segundo ponto, a hemeroteca, divide-se em quatro temas. Um deles é a “Hemeroteca Luta pela Terra”, que se encontra dividida em cinco grandes pastas – “Jornal Terra Livre”, de 1954 a 1964; “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra”, com edições disponíveis de 1/5/1981 até o número 319 de jun/ago de 2012 (dentro desta pasta também consta o Jornal das Crianças “Sem Terrinha”, com um total de 39 números editados); “Revista Sem Terra”, do nº 1 de jul/set de 1997 ao número 47 de out/nov de 2008; Revista ABRA; e Grande Imprensa. Faremos uso dos jornais do ano de 1983 até 1995.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.cedem.unesp.br/#!/consulta/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

O terceiro grande item chama-se “Documentos”. Nele encontramos sete pastas. Na primeira, chamada “Documentos da Luta pela Terra”, está disponível um conjunto de publicações de organizações, federações e movimentos desde a década de 1960. As publicações dos sindicatos e federações, por sua vez, desdobram-se em materiais relativos aos encontros, seminários, balanços e perspectivas.

No tópico seguinte, denominado “Legislação”, encontramos a pasta “Legislação – Luta pela Terra”, que disponibiliza livros que abordam a temática de acesso à justiça e à terra com processos julgados com pareceres e comentários. Dito isso, descrevemos o teor e a importância das fontes que são utilizadas na tese.

### **a) Jornal Sem Terra**

Para a elaboração deste estudo realizamos uma pesquisa na coleção do Jornal Sem Terra, que fornece preciosas informações sobre o contexto nacional e regional do MST – as principais linhas de atuação, os elementos sobre a forma de ser “sem-terra”, os posicionamentos, a política de alianças (seus aliados e adversários em cada estado), o papel das lideranças e o destaque delas nas publicações. Surgido em 1981 como um boletim informativo para a campanha de solidariedade aos “agricultores sem-terra”, acampados em Encruzilhada Natalino (RS), este periódico mensal surgiu antes da fundação oficial do Movimento, no ano de 1985. O Jornal Sem Terra cumpre uma dupla função: a de formar e a de informar seus militantes, com uma relação de interface com seus aliados. Desempenha também uma função de intermediário e de interlocutor entre a direção e a base do Movimento, conforme podemos perceber na entrevista de Fátima Ribeiro, disponível na página “Lideranças” do Jornal Sem Terra: “É a nossa voz. Fazemos tudo para que seja bem distribuído. Mandamos para os sindicatos que têm consciência dos problemas do campo. No acampamento, fazemos a leitura, estudo mesmo, em grupos” (TERRA, 1989d, p. 17).

O jornal geralmente possui a seguinte distribuição de conteúdos: Capa, “Nossa posição” e Expediente, Conjuntura, Formação, Notas sobre os estados (podendo ter de três a seis páginas), Memória, Leitor, Resenha ou Comentário Político (geralmente um convidado, podendo ser um intelectual, político ou assessor), América Latina, Sindicais, Lideranças e Análise. Nas notícias ou notas sobre os estados, dedicaremos especial atenção aos estados nordestinos. Em geral, referem-se às ocupações, processos de desapropriação, cursos de formação, êxitos das escolas de assentamento, conquistas no âmbito da produção – financiamento, assistência técnica, construções. Esse material também fornecerá informações acerca das localidades (clima, fertilidade do solo, disponibilidade de água, histórico de

produção e ocupação); da quantidade de famílias e a composição social delas; do grau de violência (perseguições, intimidações, ameaças, torturas, espancamentos, despejos e mortes); dos dados sobre os processos de negociações com as autoridades locais e os latifundiários; da política de estado e do papel da rede de solidariedade e apoios do MST. Dependendo do estado, do período abordado e da pauta em questão, a composição de aliados se modifica. A partir dessa dinâmica, conseguimos dimensionar o grau de capilaridade do MST, seus níveis de autonomia e dependência, o grau de isolamento e a capacidade de mobilização.

A utilização dos jornais fornece aportes para pensar o processo de estruturação do MST nos estados, as primeiras movimentações e os resultados alcançados. O periódico é compreendido como um instrumento do MST, igualmente responsável pelo crescimento e pela organização do Movimento. Neste sentido, o *Jornal Sem Terra* é uma fonte fundamental para apreender aspectos e fatos que marcaram a organização do Movimento, compreendendo que a historicidade do *Jornal* está intimamente vinculada à trajetória do MST (COELHO, F., 2014). Esse material permite relacionar e confrontar as distintas experiências estaduais, percebendo o grau de influência e autonomia das regionais frente à Direção Nacional do MST e aos grupos já constituídos na região, a adesão dos trabalhadores sem-terra e as estratégias utilizadas para pressionar as administrações.

Ainda no primeiro momento da pesquisa, analisamos os jornais e outros documentos referentes ao estado do Ceará (CE), em particular, recortes sobre as ocupações, convocatórias, relatos sobre as atividades desenvolvidas em parceria com entidades aliadas, e questões relativas à saúde, educação e cultura. Em paralelo, sistematizamos as notícias divulgadas pelo *Jornal “O Povo”* – jornal de circulação estadual do CE –, no período correspondente à pesquisa. A utilização desse suporte teve por objetivo verificar como os conflitos de terra e a chegada dos militantes externos foi abordada pelos principais meios de comunicação. Em linhas gerais, permite uma abordagem a respeito das estratégias de controle e disciplina das autoridades locais sobre os trabalhadores rurais e seus meios de vida, além dos comportamentos que eram alvos de repressão. Dentro desse propósito, nosso olhar busca observar se existem distinções no tratamento dispensado aos trabalhadores locais e aos militantes externos. A análise deste material restringiu-se aos primeiros dias das ocupações de terra no Ceará.

Também utilizamos alguns Boletins Estaduais, que geralmente são elaborados após a realização de um encontro ou reunião e contêm encaminhamentos, análises, campanhas, divulgação de agenda e a memória das atividades já executadas.

**b) I e II Programas de Reforma Agrária elaborados pelo MST nos anos de 1984 e 1995**

Os documentos supracitados expressam os pressupostos, as concepções e os objetivos do MST, fornecendo-nos elementos para traçar a trajetória do MST e da luta pela reforma agrária nas décadas de 1980 e 90.

O I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) define quem são os “sem-terra”, seus princípios e adversários e os principais desafios para modificar a estrutura fundiária brasileira e se constituir como movimento social de espectro nacional. O documento também apresenta os objetivos do MST, nos quais identificamos os propósitos de expansão articulados com o deslocamento de militantes. O documento estava voltado exclusivamente para a questão da terra, defendendo a legitimidade do próprio Movimento, seus objetivos, princípios e alianças. Propõe medidas e ações que modifiquem e regulem o conjunto das políticas agrícolas e a transformação da estrutura fundiária brasileira, via combate ao latifúndio e ao capitalismo. Através da análise desse material e da posse de demais informações – como o diagnóstico das áreas com graves problemas sociais e o contingente de trabalhadores sem terra –, torna-se evidente que o MST sugere a ida dos militantes para o Nordeste, mesmo que ainda não exista clareza na formulação da política de deslocamento, a qual será operada de forma mais efetiva a partir do ano de 1988.

No II Programa de Reforma Agrária do MST (1995) observamos uma ampliação do enfoque através da vinculação de novos temas (urbanos, ecológicos, de gênero) que não estavam presentes no primeiro documento. Este documento esboça um projeto político de cunho classista e popular, expõe suas ambições como movimento social e traça metas. Também demonstra a madurez do MST, nacionalmente organizado, com releituras de algumas experiências e (re)avaliações, em especial do Norte e Nordeste. A leitura permite identificar as mudanças na esfera produtiva, as críticas ao sistema de cooperativas, a adoção de uma nova matriz tecnológica, as novas demandas por créditos e assistência técnica, as metas e os resultados no âmbito educativo, cultural, artístico e internacional.

**c) Plano Nacional do MST (1989)**

Este documento foi resultado das deliberações do V Encontro Nacional do MST. Foi publicado na forma do 17º Caderno de Formação – Plano Nacional do MST, igualmente disponível no “Armazém Memória”. O referido encontro foi realizado entre os dias 27 de fevereiro e 3 de março de 1989 na cidade de Sumaré (SP). Duzentos delegados de dezessete estados aprovaram o plano de ação para os cinco anos seguintes, de 1989 a 1993. O evento contou com representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), da CPT, da Central Única dos

Trabalhadores (CUT) e das organizações populares nas sessões de abertura e encerramento. Uma delegação internacional de nove países latino-americanos e o enviado da União Internacional de Trabalhadores da Agricultura acompanharam os trabalhos.

A elaboração deste plano de trabalho quinquenal foi resultado das discussões dos encontros estaduais e das contribuições de estudiosos do tema. Está dividido em quatro eixos, sendo que nos dois últimos trabalhamos de forma mais exaustiva na tese. Trata-se dos “Desafios da Luta pela Reforma Agrária” e das “Perspectivas para o movimento (1989-1993)”, respectivamente. Esses itens se desdobram em uma discussão sobre a política de massas, de alianças e a organização interna do MST. A política de alianças está norteada por três aspectos: os princípios do MST, as bandeiras de luta e as ações de massa. Estrategicamente convocado, o V Encontro Nacional do MST tinha a intenção de mobilizar e envolver os camponeses e lideranças para as eleições presidenciais de novembro de 1989.

#### **d) Cadernos de Estudo e Formação do MST**

São instrumentos que visam à formação para os sem-terra, funcionando como “guias” para serem discutidos nos grupos de base do MST. Os Cadernos são temáticos e dirigidos. Possuem como função fornecer coesão à ação dos sem-terra, qualificar o debate em torno de determinada temática, orientar a ação dos sem-terra e aliados, e potencializar a formação de quadros políticos, com a reprodução de teorias, em particular do marxismo.

#### **e) Convocatórias, Circular e Encartes do I e II Congressos Nacionais do MST**

A análise desse material fornece-nos elementos sobre o contexto político e sobre a leitura e os posicionamentos do MST acerca dos temas nacionais. Permite-nos ter um balanço interno do MST, uma espécie de saldo, já que acompanha a preparação dos estados. Possibilita identificar acomodações, resistências e adaptações frente às deliberações nacionais.

O I Congresso Nacional do MST (1985) teve como lema *Sem Reforma Agrária, não há democracia*. O primeiro documento de divulgação, ainda na ditadura militar, denuncia a perseguição aos líderes camponeses; a política de modernização da agricultura voltada para os interesses industriais e externos; as desigualdades tecnológicas; a exclusão e o êxodo rural. O MST também expressará seus objetivos de nacionalização e a intenção de articular as lutas isoladas no território nacional, apresentando o latifúndio como inimigo principal. Neste documento, observamos que as formas de lutas a serem adotadas ainda estavam submetidas ao processo de discussão interna. Como se tratava de uma convocação, visava estimular a participação massiva dos camponeses através da exploração de sentimentos de unidade e

identidade comum. O tom do documento oscila entre elementos denunciativos, festivos, místicos e religiosos. Informa ainda os critérios para a participação no I Congresso e fornece orientações para a articulação local.

No II Congresso Nacional do MST (1990) o lema foi *Ocupar, Resistir e Produzir*. O documento, por um lado, demonstra a efervescência política diante da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (1985), da Constituição Federal (1988) e da realização das eleições presidenciais no ano de 1989. Constatamos o grau de apoio e envolvimento em torno da candidatura de Lula, como, por exemplo, fornecendo espaços nos seus círculos e materiais de divulgação. Tratava-se de uma eleição polarizada entre a “esquerda” e a “direita”, com o envolvimento dos setores populares, sendo visível a expectativa do MST em torno da candidatura “Frente Brasil Popular”. O documento traduz esse clima, com a utilização de inúmeras palavras de ordem.

Por outro lado, o documento demonstra o momento atual do MST e os desafios como movimento social que busca adquirir uma definição própria, desassociada da imagem religiosa ou sindical. Fica claro que a ocupação de terras, em especial a dos latifúndios improdutivos, configura-se como a principal forma de luta. A publicação permite identificar o raio de atuação e a capilaridade do MST e registra sua preocupação em formular um projeto de sociedade em conjunto com os setores organizados, principalmente o sindical. Diante da análise realizada sobre os enfrentamentos legislativos e as derrotas eleitorais, o MST decide voltar-se para as questões internas, tais como a autonomia financeira e política e o fortalecimento dos setores, em particular o de produção. O desafio do MST, expresso no documento e nos jornais do período, é avançar na esfera produtiva, assegurando a viabilidade econômica dos assentamentos. Através da qualificação e da formação de técnicos e trabalhadores rurais, esboçará uma proposta política e organizativa para a produção – as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Encontramos grande parte desta discussão publicada nos Cadernos de Formação, Produção, Guias ou Cartilhas específicas.

#### **f) Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA**

O Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) é um banco de dados criado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da UNESP, no ano de 1998, por iniciativa do professor Bernardo Mançano Fernandes. A partir dos dados disponibilizados, seus idealizadores pretendem elaborar uma “geografia” da luta pela terra, através da análise dos processos de espacialização e territorialização. Para a nossa discussão são importantes os números relativos às ocupações e aos despejos; os conflitos, as prisões e os



assassinatos; o número de assentamentos; a quantidade de famílias envolvidas e a organização do MST em território nacional. Esse conjunto de informações é disponibilizado pelo DATALUTA, tornando-o uma ferramenta importante para a análise e a discussão do pesquisador. Os números das ocupações de terra, dos acampamentos e assentamentos no país estão distribuídos por regiões, estados, anos, famílias e número de envolvidos. O enfoque adotado pelo NERA é a análise dos números das ocupações a partir dos facilitadores ou entraves institucionais, da política agrícola, das posições dos governos acerca da temática da terra.

### **Bloco III – Fontes Institucionais**

#### **a) Estatuto do Trabalhador Rural (1963)**

O teor desse documento permite-nos refletir sobre as condições de trabalho no campo brasileiro, sobre o direito à organização sindical, o significado político e simbólico do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e sobre a (in)visibilidade do setor, os limites para a aplicação efetiva da lei, as diferenças entre o trabalhador rural e o urbano no âmbito da legislação. Esse documento também permite estabelecer um diálogo com as publicações da Igreja, da CPT, dos movimentos e entidades anteriores ao MST, que narram as condições de trabalho da população rural pobre do Brasil, em especial do Norte e Nordeste; o trabalho infantil; as condições análogas às de escravos; as incertezas de acordos com patrões e proprietários de fazendas e usinas; a vida na usina e nos canaviais; a humilhação e as condições de acesso aos meios de justiça. Nas entrevistas realizadas, o cenário que é narrado mantém-se praticamente inalterado, mesmo que a legislação de 1973 tenha praticamente igualado os direitos dos trabalhadores rurais aos dos urbanos.

#### **b) Estatuto da Terra (1964)**

Através da análise do Estatuto da Terra (1964), nosso intuito é compreender os embates acerca da definição da reforma agrária; o funcionamento do regime de posse e uso da terra; os mecanismos utilizados para manter inalterada a estrutura fundiária, expressos a partir da adoção do termo “problema agrário” em detrimento de “problema rural”, o qual remete às condições de vida dos trabalhadores. Assim, o conceito de reforma agrária presente no Estatuto da Terra resultou de embates e concepções sobre a reformulação fundiária. Buscamos também compreender a noção de justiça; os usos sociais; a capacidade produtiva; os projetos de colonização; os critérios de desapropriação; o valor da terra; a utilização de novas

categorias, como “trabalhadores rurais” em detrimento de “campesinato”. Ou seja, elementos jurídicos, políticos, econômicos e sociais dos anos 1960, os quais permitirão refletir sobre as heranças, apropriações e rupturas na atuação do MST nas décadas seguintes. Ao realizar a leitura desse documento, deve-se também ter em mente as atribuições dos órgãos responsáveis por realizar a reforma agrária em cada período histórico – Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e INCRA, respectivamente.

### **c) Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)**

O I PNRA foi aprovado em 1985 e teve como base o Estatuto da Terra. Discutimos nesta tese o contexto, os objetivos e o alcance das ações do PNRA. A aprovação desse documento reduziu a “função social da propriedade” exclusivamente a partir dos índices de produtividade, não levando em consideração o cumprimento das leis ambientais e trabalhistas. O documento permite-nos visualizar o conjunto de tensões, projetos, conceitos, movimentações e redefinições dos grupos políticos, o papel das entidades de classe – já que o documento previa a participação das entidades representativas em todas as fases de decisão do processo e a seleção das áreas prioritárias para reforma agrária –, prevendo uma atuação de forma global e não localizada. Oferece também elementos para dialogar com a história do latifúndio, como ele se desenvolveu e quais motivos levaram esse modelo de propriedade a ser alvo de conflitos.

### **d) Constituição Federal de 1988**

Representa o coroamento das medidas que estavam em curso e que foram mencionadas nos documentos anteriores. O conteúdo da Constituição Federal (CF), apesar dos esforços da sociedade civil, legisla a favor da manutenção da estrutura fundiária ao abrir mão de definir e limitar as ocupações das grandes extensões de terra por um único indivíduo. Assegurou a bandeira da União Democrática Ruralista (UDR) ao incluir o “bloqueio da impenhorabilidade” da propriedade produtiva. A UDR empregou um forte ataque ao MST, usando da violência direta e indireta, criminalizando suas ações e deslegitimando suas exigências nacionalmente e nos estados.

Através do artigo 184, o documento estabeleceu que “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA)”. Assim, a Constituição Federal não aperfeiçoou o conceito de função social da propriedade,

pelo contrário, restringiu ainda mais as possibilidades de redistribuição de terras. Segundo Motta (2014, p.16), a CF acabou “transferindo para legislações complementares as normas definidoras dos requisitos necessários para o cumprimento da função social da propriedade”, conforme estabelecido no artigo 186.

No artigo 185, constam os critérios para a não desapropriação para fins de reforma agrária. “I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva”. Em seu parágrafo único, estabeleceu-se que: “A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social” (CF, 1988). A definição vaga e inconsistente de “propriedade produtiva” tornou-se uma armadilha jurídica (MOTTA, 2014), exigindo dos movimentos sociais do campo respostas mais radicalizadas. Esse é o contexto no qual o MST e os demais setores organizados se movimentavam.

Também existia uma apreensão e certa expectativa sobre a redação final do documento, conforme podemos observar nas publicações do próprio MST e de seus aliados (CUT, CPT, PT). Nas edições anteriores à aprovação da CF, encontramos vários materiais expondo a situação do campo e o esgotamento do modelo de modernização agrícola, defendendo as propostas do MST para os assentamentos rurais e pressionando o governo para discutir e incorporar suas demandas. Posteriormente, observamos o descontentamento e a revolta dos mesmos setores quando da aprovação da CF no formato atual.

#### **e) Relatórios do INCRA e IBGE**

Os relatórios do INCRA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são fontes institucionais importantes, pois nos permitem caracterizar os assentamentos através de dados sobre área, capacidade, número de famílias, distribuição nos municípios e forma (desapropriação/compra/doação), e mensurar o alcance da reforma agrária ao contrastar o número de ocupações de terras e a resposta efetiva do INCRA. Outras questões afloram nessa documentação, tais como os debates em torno da organização dos imóveis/assentamentos como “agrovilas” – resultado de um conjunto de pressões devido à (in)disponibilidade de recursos naturais em algumas regiões do Nordeste – e a alteração dos nomes dos imóveis após a desapropriação pelo INCRA. Os Censos do IBGE, por sua vez, apresentam mapas de população elaborados pelas autoridades locais, sendo importantes para traçarmos panoramas gerais em relação aos dados das estruturas agrárias e produtivas, da economia e da população.

#### **Bloco IV - Documentos internos, relatórios e publicações da Igreja Católica e seus organismos auxiliares**

Encontramos na natureza destas contribuições (artigos, panfletos, teses), em seu conteúdo (de cunho político e religioso), dados interessantes que nos permitem fugir de “esquematismos” baseados “em conjunturas indemonstráveis”, como também criar formas e caminhos através dos quais podemos esquadrihar os círculos intelectuais e políticos do MST e o seu raio de atuação. Por se tratar de materiais internos de entidades/instituições (que carregam em seu histórico experiências organizativas no campo), observamos sua linguagem específica e as disputas internas – por exemplo, dos setores católicos engajados com a questão agrária, voltados “para a população pobre”, que desafiavam as autoridades religiosas, então voltadas para a doutrinação e o estudo bíblico; ou os “desgastes” enfrentados pelo sindicalismo rural diante da recusa à “radicalização” das ações frente ao “imobilismo” das autoridades governamentais. Buscamos, pois, perceber em que momento as posições da “Igreja Progressista” (através das CPTs, dos Grupos de Jovens e Grupos de Famílias) e os seus canais de negociação e reparação se aproximavam, dialogavam ou se distanciavam da pauta e das ações do MST.

##### **a) Documentos produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

A Comissão Pastoral da Terra apresenta uma radiografia dos conflitos vivenciados no campo através de relatórios com dados acerca da concentração de terras; das condições de trabalho no campo; dos números da fome, do desemprego, da violência e do analfabetismo; do desrespeito aos direitos das comunidades indígenas. Denuncia também a ausência de fiscalização e o descumprimento da legislação trabalhista; condena a ganância “dos ricos”, apresentando uma leitura da sociedade. O termo “lavrador” figura na documentação da CPT, na qual podemos perceber as influências no discurso do MST até o ano de 1989<sup>8</sup>.

##### **b) “Igreja e problemas da terra”, documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, realizada em Itaiçi, 1980**

O documento “Igreja e problemas da terra”, aprovado pela 18ª Assembleia da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), realizada em 1980, expõe em tom de denúncia a miséria, a exploração e a violência a que os trabalhadores da terra estavam submetidos. O documento critica de forma contundente a política agrícola brasileira, a qual

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

estaria privilegiando as grandes corporações através de incentivos fiscais, contribuindo para a especulação e a concentração fundiária. Ainda dentro da linha argumentativa do documento, a noção de fatalismo, geralmente identificada nas comunidades rurais, é problematizada.

**c) Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de los Angeles, México, em 1979**

O documento apresenta uma visão geral do continente, discutindo aspectos econômicos, sociais e culturais. Busca meios de ampliar a evangelização através de uma maior inserção na realidade, denunciando as causas da desigualdade social e suas consequências, apresentando índices da mortalidade infantil, da fome, da miséria, da falta de acesso a moradias, do desemprego, da desnutrição e das migrações forçadas. O documento também situa o contexto político ao revelar a negação dos direitos políticos, através de uma economia de livre mercado – responsável pelo fosso entre os pobres e os ricos. Tece críticas ao Estado totalitário e às forças de segurança nacional, então responsáveis pelo desaparecimento de pessoas. A teoria marxista também é alvo de denúncia, sendo responsabilizada pela negação dos valores cristãos.

A publicação expressa, por outro lado, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e reafirma a opção pelos mais pobres. Neste sentido, a Igreja estaria propondo timidamente uma reavaliação da sua atuação, questionando-se sobre o seu papel social para a superação da miséria e da pobreza em que vive um grande contingente de pessoas na América Latina. É neste cenário que encontramos a aposta e o apoio ao MST, através do trabalho realizado pelas pastorais e CEBs, no qual a Igreja reconhece o papel e a necessidade dos pobres em reivindicar seus direitos. Nestes termos, passou a apoiar as aspirações dos trabalhadores urbanos e rurais e atuou na defesa de seus direitos fundamentais. Outra linha de atuação adotada pelos religiosos foi a aposta nos jovens, seja através do trabalho nas pastorais, seja através do acesso à educação formal.

Sistematicamente, as questões apresentadas neste tópico fazem parte do quadro de contradições, projetos e ações que identificamos e abordamos na tese.

**Apresentação dos capítulos**

O I Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985) é o momento em que o MST se apresenta como alternativa política e organizativa. Aproveitando o momento de retomada das lutas sociais, pós-ditadura militar, o MST define, entre suas prioridades, a

construção do próprio Movimento nacionalmente, a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo<sup>9</sup>, respectivamente. Surgido no Sul do país, os militantes sem-terra se movimentam na década de 1980 em direção a realidades diversas, nas comunidades<sup>10</sup> locais nordestinas. Dessa contiguidade (a "afinidade eletiva" entre as relações sociais desterritorializadas e um movimento que enfatiza a ruptura com relações sociais tradicionais), resultou uma avaliação peculiar a respeito da agricultura brasileira de áreas como o Nordeste, surgindo o elogio à pequena produção associado à crítica às “comunidades rurais”, o que ocasionou uma ruptura dos vínculos entre as elites locais e um alargamento dos níveis e formas de acesso a terra através da sua ocupação.

Para expandir-se nacionalmente, o MST define uma política de deslocamento de militantes da região Sul e Sudeste para o Nordeste do país, pautando-se na existência de um padrão de militância sulista, o qual deveria ser exportado. Ou seja, não bastava que o MST fosse criado nos estados nordestinos – ele deveria seguir uma linha de atuação unívoca. Por isso a existência de determinados critérios e exigências no processo de estruturação/construção do próprio MST.

Nestes termos, uma das hipóteses investigativas desta tese é a de que o envio dos militantes migrantes antecipou a criação do MST no Nordeste. Essa migração somente foi possível porque a estrutura política do MST já estava bem alicerçada, já se tinha claro que o funcionamento como movimento social resultaria insuficiente para assegurar a sua perenidade. Portanto, quando da decisão política de envio de militantes para outras regiões, em especial para o Nordeste, o grupo dirigente já se estruturava internamente como um “partido político”. Tal argumento comprova-se também na orientação política e ideológica dos migrantes, cuja decisão é marcada pelo desprendimento, pela valorização do coletivo em detrimento do pessoal e, principalmente, pelo centralismo democrático, observado no respeito aos princípios do MST, no reconhecimento da direção e na disciplina no cumprimento das tarefas, tal como migrar para outra região.

Compreendemos que a formação do MST inaugurou novas relações com a terra e distintas formas reivindicatórias – ao exigir terra, passou a questionar a relação de dominação entre os trabalhadores e os patrões e o conjunto de desigualdades sociais. A deflagração desses conflitos foi importante para o MST na medida em que ele se apresentava como alternativa organizativa para os trabalhadores pobres, sem-terra ou com pouca terra. A

---

<sup>9</sup> Ao longo do segundo capítulo abordamos alguns dos significados do conceito de “socialismo” para o MST ao longo da década de 1980 e 90.

<sup>10</sup> O uso do termo “comunidade” é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1970, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs).

respeito dos aspectos inovadores do MST, contrastando com as práticas do sindicalismo rural da década de 1980, identificamos uma inovação em termos de repertório de ações, como os acampamentos e as ocupações de terras públicas e particulares organizados por um grande número de trabalhadores, as caminhadas com duração de meses, as ocupações de prédios públicos. Esse conjunto de ações criou “[...] fatos políticos que atraíram a atenção da opinião pública, buscando reconhecimento e gerando a explicitação de oposições e alianças” (MEDEIROS, 2004, p. 214).

Cabe destacar nesta análise o protagonismo dos militantes migrantes, capazes de se transladar por todo o país para pavimentar a estruturação do MST nacionalmente. Os militantes, na sua maioria jovens, filhos de pequenos agricultores, com trabalho desenvolvido nas Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais, migraram para o Nordeste com a tarefa de expandir o MST a partir do modelo de militância e produção experimentado no Sul do país. Neste percurso, permeado por escolhas individuais e desafios coletivos, por sentimentos contraditórios e por processos de negociação e choques culturais, esses militantes engendraram processos de luta pela terra, imprimindo características particulares ao Movimento nascente.

A presente Tese de Doutorado, “Migração, memória e militância: A estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)”, está organizada em cinco capítulos. A escolha das balizas temporais (1985-1995) é marcada pelo momento em que a migração de militantes adquire status de uma política de deslocamento (1985), materializada pelo debate interno e pelas incursões e deslocamentos propriamente ditos de militantes sulistas para o Nordeste; na outra ponta (1995), encontramos a nacionalização do MST e a ampliação do seu espectro de atuação, marcado pela realização do III Congresso Nacional do MST, além da própria transformação do formato de deslocamento.

O primeiro capítulo, denominado “Experiências camponesas e as propostas de Reforma Agrária no Brasil (1950-1980)”, apresenta um panorama das lutas desenvolvidas pela população pobre, a partir dos anos 1950, na busca por acesso e reconhecimento da posse da terra, e os mecanismos utilizados pelos governos e oligarquias rurais para regular as ações do campesinato. Tecemos algumas considerações sobre as condições de vida e de trabalho do campesinato no Nordeste brasileiro, contextualizando as relações de produção, em especial na Zona da Mata Pernambucana. Essa apresentação contribuirá para compreender o cenário encontrado pelos militantes migrantes e as táticas que foram utilizadas para aperfeiçoar o método de trabalho de base e criar a Secretaria Regional do MST, em Maceió.

O segundo capítulo, “‘Ocupar, resistir e produzir’: O processo de estruturação do MST” discorre sobre o processo de constituição do MST – seus objetivos, composição social, alianças, formas de luta e influências políticas e teóricas, elementos que definem e o singularizam como movimento social. Neste capítulo, apresentamos os debates internos sobre a política de deslocamento dos militantes para o Nordeste e os pressupostos para a elaboração de um “padrão de militância” pautada na experiência sulista. Problematicamos a leitura interpretativa sobre a primeira ocupação de terra no contexto dos estados, com o intuito de revelar a movimentação e os processos anteriores à efetiva ocupação de terra. Sobre as questões relativas à violência não dedicamos uma seção integral para o tema, optamos, todavia, por abordá-la de forma constante no decorrer da tese, atentando para a natureza da violência e suas distintas facetas.

No terceiro capítulo, “Sem terra, militante e migrante: Vidas em movimento” apresentamos o debate interno do MST sobre a política de deslocamentos de militantes. Em seguida, traçamos o perfil dos militantes migrantes, abordando-os no seu conjunto e individualmente, compreendendo a especificidade de cada militante. Na mesma direção, nosso intuito é refletir sobre o processo de transformação do militante em migrante e os resultados dessa opção do ponto de vista individual e coletivo. Cabe ainda destacar o papel das redes de ajuda e solidariedade, composta por indivíduos, famílias, autoridades, sindicatos e pastorais, no envio, recebimento, aproximação, articulação e facilitação do trabalho dos militantes migrantes nos estados nordestinos.

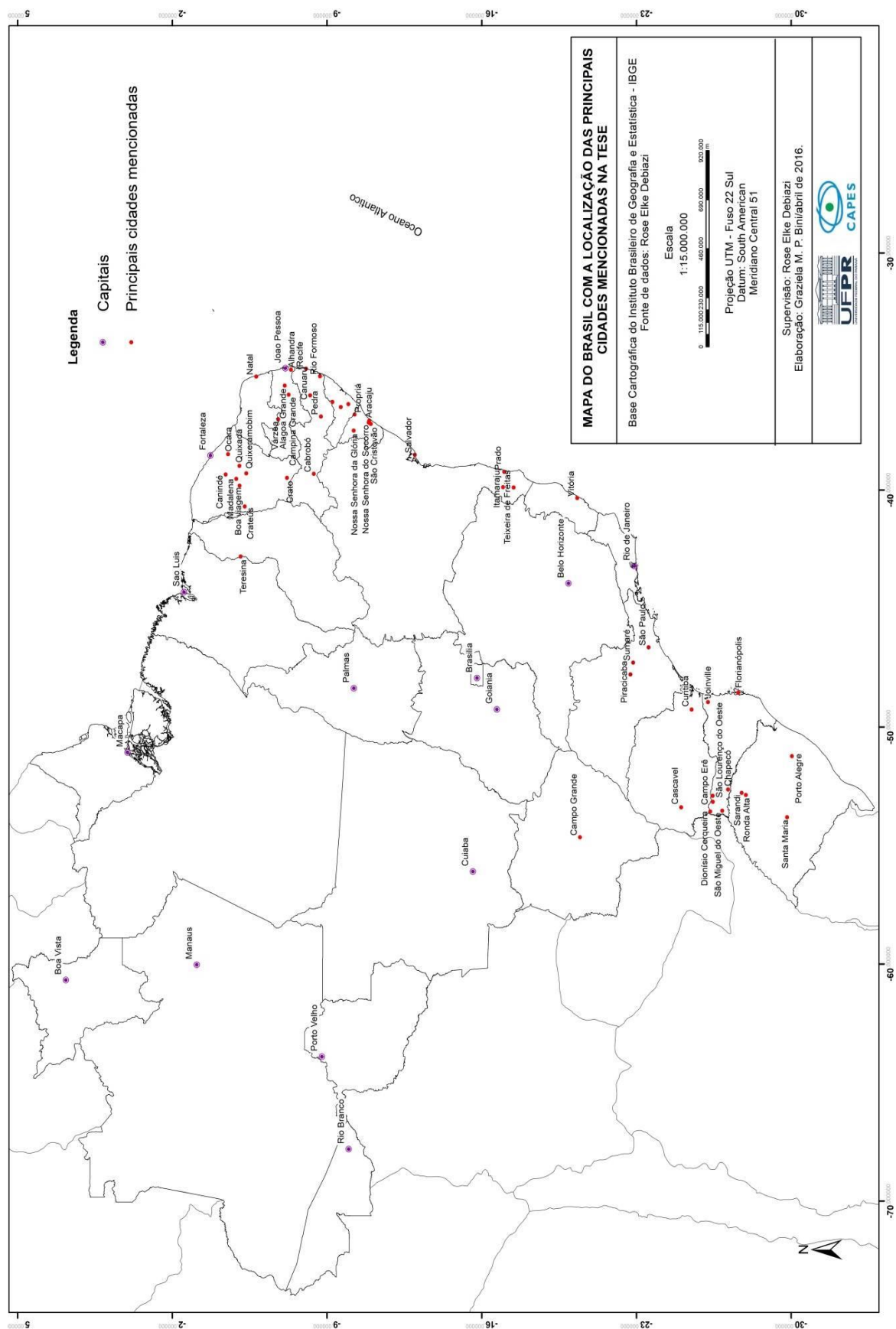
No capítulo quatro, “Interiorização do MST: A luta por justiça e reconhecimento político e social”, é discutido o percurso do militante migrante, as avaliações, articulações, os desafios e os enfrentamentos vivenciados no processo de estruturação do MST. Abordamos as resistências e as adaptações engendradas pelos militantes para alavancar e dar visibilidade ao MST. A partir do levantamento de dados e do cruzamento de diversas fontes, foi possível conhecer parte do contexto social dos militantes migrantes, seus vínculos, redes pessoais e políticas, bem como algumas características individuais. Não pretendemos, com isso, apresentar o contexto a partir da trajetória dos militantes migrantes, como se ele representasse inteiramente o período abordado, nem mesmo o movimento contrário, ou seja, a compreensão dos militantes a partir do contexto, mas um movimento que pretende o diálogo constante entre estes dois elementos: indivíduo e contexto.

O capítulo cinco, “Ocupações, marchas e mística: Novas formas de organização social e luta pela terra”, descreve como o MST atua no processo de reestruturação das formas de acesso à terra, através da realização das ocupações e da constituição de assentamentos rurais,



destacando o protagonismo dos militantes migrantes e as transformações operadas na estrutura agrária brasileira. Discutimos a partir de Rosa (2006) como através da adoção de um novo repertório de ações, como as ocupações de terra, prédios públicos e ex-engenhos e as marchas e caminhadas, o MST inaugura novas relações com a terra, e cria uma cultura política propícia à formação de novas lideranças nas comunidades rurais. Destacamos, por fim, um conjunto de características dos militantes migrantes, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras”, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do Movimento nacionalmente.







## **1 EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS E AS PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1950-1980)**

Neste capítulo, a partir de uma revisão da literatura, apresentamos algumas experiências organizativas de luta e resistência pela posse da terra. Destacamos o papel da Igreja Católica na constituição dos movimentos sociais do campo e na formação de lideranças, especialmente com a criação da Comissão Pastoral da Terra; e, por outro lado, as transformações vivenciadas pela militância e pela própria Igreja durante a década de 1980. Brevemente, discutimos a formação e as características do campesinato no Brasil, refletindo sobre os diferentes níveis de campesinidade entre os sujeitos do campo no Nordeste.

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1950-1980)**

De acordo com Martins, J. (1995), até a década de 1940 figuravam como forma de organização e insatisfação camponesa o cangaço e o messianismo. A partir dos anos 50, observamos a atuação dos sindicatos e das Ligas Camponesas. Para compreender as principais lutas camponesas, Martins, J. (2004) apresenta alguns fatos históricos, os quais conferem um novo estatuto para o campesinato<sup>11</sup>, entre eles a Lei de Terras (BRASIL, Lei nº 601, 1850). A referida lei determinava que a aquisição de terras dar-se-ia exclusivamente através da compra e venda, com o objetivo de impedir o acesso dos pobres, imigrantes e ex-escravos, contribuindo, assim, para a concentração de terras e a institucionalização da noção de direito absoluto sobre a propriedade e, posteriormente para a formação das oligarquias agrárias<sup>12</sup>. Optamos por não apresentar este quadro de forma detalhada nesta tese por compreender que existe um consenso historiográfico acerca do tema.

As Ligas Camponesas surgiram na década de 1940 sob a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e buscavam projetar os problemas do campo e do trabalhador rural no cenário nacional, então ocupado pelos interesses das grandes propriedades. O PCB, neste momento, não tinha a reforma agrária como ponto central da sua pauta<sup>13</sup>. Possuía como objetivo imediato avançar na aliança urbana- rural, já que contava com maior influência nas

---

<sup>11</sup> De acordo com Medeiros (1989), é somente a partir da década de 1940 que o termo “camponês” é utilizado como uma categoria política específica.

<sup>12</sup> Mais informações em Martins, J. (1995; 2004) e Medeiros (1989).

<sup>13</sup> O recorte temporal adotado deve-se ao fato de o termo “reforma agrária” começar a figurar a partir da década de 1960 como programa político.

idades. Com o PCB entrando na ilegalidade no ano de 1947, as Ligas são combatidas, perseguidas e dissolvidas. Alguns anos depois, surgem em Pernambuco, no Engenho Galiléia, manifestações de foreiros<sup>14</sup> que exigiam a sua manutenção na propriedade. Francisco Julião, advogado pernambucano, que havia atuado na defesa de causas isoladas em favor dos camponeses, identifica o potencial organizativo a partir das reivindicações desses trabalhadores. Não se tratava de uma demanda individual, mas da denúncia de várias famílias organizadas, exigindo a desapropriação do engenho.

A partir desta experiência, começou a ocorrer a reorganização de várias Ligas, principalmente na Paraíba e em Pernambuco, com o objetivo de defender e assessorar os arrendatários, assalariados e pequenos proprietários. A projeção das Ligas Camponesas no início dos anos 1960 ocorreu devido ao processo de exclusão e precariedade em que vivia o campesinato, sendo também facilitada pela inexpressividade dos sindicatos rurais, principalmente no Nordeste. As Ligas Camponesas surgiram de forma independente e fora da estrutura sindical. Francisco Julião (2009 [1962]) esclarece que não houve interferência na fundação da Liga Camponesa de Galiléia, definindo-a como “[...] uma sociedade beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era formar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõesinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora” (JULIÃO, 2009 [1962], p. 276). Anos mais tarde, com o processo de resistência e de expansão das Ligas, o autor afirma que houve um intenso trabalho de formação política, com atuação em três frentes: no campo, na justiça e na Assembleia Legislativa (JULIÃO, 2009 [1962]).

Rangel (2000) considera como marco das Ligas Camponesas o ano de 1959, em que ocorre a desapropriação do “Engenho Galiléia”, e não o ano de 1945, formação pelo PCB, ou o de 1955, fundação da Liga Engenho Galiléia. O PCB, nesse momento, já possuía uma nova orientação com relação ao tema da reforma agrária. A partir de meados da década de 1950, ele incentivou a criação de associações civis, com registro em cartório, conhecida como União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Antes de avançarmos, cabe registrar a atuação do PCB nas revoltas camponesas de Porecatu (PR) e Trombas e Formoso (GO), respectivamente.

---

<sup>14</sup> O processo de eliminação da figura do foreiro na região açucareira inicia-se a partir da década de 1950. Estes trabalhadores, geralmente, moravam e trabalhavam em áreas mais distantes da usina. Na época do plantio e da colheita, disponibilizavam dias de trabalho gratuito para o proprietário, o chamado “cambão”. Estes trabalhadores, conhecidos como trabalhadores de “condição”, entregavam parte da produção ou pagavam o foro ao proprietário.

No final dos anos 1940, na região de Porecatu, norte do Paraná, posseiros passaram a exigir a legalização de suas terras junto ao Departamento de Terras e Colonização. Dada à visibilidade que o conflito adquiriu, o PCB passou a enviar militantes “profissionais” para a região, com o objetivo de recrutar novos integrantes e dirigir à resistência camponesa. O PCB, como demonstrado por Angelo Priori (2009, p. 140), endossa a luta armada deflagrada pelos posseiros. Esse apoio foi possível devido à reformulação de sua linha política, expressa nos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. A revolta de Porecatu contou com o apoio orgânico do PCB, na defesa da legitimidade do conflito no periódico do partido, na agitação política e no encaminhamento de militantes externos para a área; financeiramente, através do envio de alimentos, remédios e armas; e, institucionalmente, na denúncia da situação nos espaços de representação ocupados por integrantes do partido. Todavia, é preciso dizer que, se tratou de uma união momentânea e pragmática. Para o PCB estava colocada à possibilidade de validar sua nova estratégia e testar as táticas elaboradas pelo partido; já os posseiros precisavam da infraestrutura e dos recursos financeiros capitaneados pelo PCB.

A partir de 1950 eclode o conflito de Trombas e Formoso, localizado na região norte do estado de Goiás. Durante os primeiros anos, os fazendeiros adotaram duas linhas de ação contra os posseiros: a violência direta e a atuação “jurídica”, com o objetivo de grilar os títulos das terras devolutas e se passarem por legítimos proprietários. Os camponeses, por sua vez, resistiram até o ano de 1954 pela via da legalidade, buscando de todas as formas os títulos de propriedade, inclusive enviando José Porfírio (principal liderança) à capital do país para expor a situação para o então presidente Getúlio Vargas (ESTEVES, 2009). Os camponeses adotam várias frentes e formas de luta, como a criação de uma associação, denúncias na imprensa e a adesão à luta armada. Com o último encaminhamento, são enviados quadros comunistas para morar e viver na região a fim de organizar a resistência (CUNHA, 2007). O PCB teve uma atuação importante do ponto de vista técnico-logístico e formativo. Após três anos de resistência (1955-1957), os camponeses saíram vitoriosos desse processo, através da conquista dos títulos de posse, do reconhecimento pelo Estado de suas reivindicações e da visibilidade política e social da organização construída pelos camponeses ao longo do processo de luta (ESTEVES, 2009).

Já com a resolução de 1958<sup>15</sup>, o PCB passou a defender a “liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas” do trabalho, dirigidas com a finalidade de combater o “imperialismo norte-americano”. Para o PCB, a reforma agrária era uma etapa do processo de

---

<sup>15</sup> Essa resolução do Partido Comunista Brasileiro (PCB) propunha a aliança entre camponeses e operários com a burguesia nacional, com o objetivo de unir forças contra as forças latifundiárias e imperialistas.

revolução “democrático-burguês e anti-imperialista”, o qual era defendido a partir da constituição de uma “frente ampla” (MEDEIROS, 1989), a partir de uma aliança operário-camponesa, com predomínio dos trabalhadores urbanos, ou mesmo com a chamada burguesia nacional (RAMOS, 2011). Para Julião e outros dirigentes das Ligas, era impossível qualquer aliança com setores da “burguesia” e com latifundiários. A reforma agrária era compreendida como o primeiro passo para a revolução socialista, não cabendo alianças com a burguesia, com destaque para o papel do campesinato na condução da revolução, enquanto o PCB aposta no “etapismo”, ou seja, no desenvolvimento do capitalismo em áreas menos desenvolvidas industrialmente visando acumular condições para a construção do socialismo.

Existiam concepções distintas acerca do papel do camponês no enfrentamento com a propriedade. Para as Ligas, lutar contra os preços dos aluguéis e garantir a permanência dos foreiros no engenho significava lutar contra a propriedade, enquanto que, para o PCB, seria um processo desencadeado em conjunto com o proletariado devido ao valor dos alimentos, salários e bens. Durante esse período, também ocorreu uma instrumentalização dos sindicatos e partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). De acordo com Azevêdo (1982), a linha interpretativa de Julião era dual. Existiam dois setores, definidos como “reacionários” e “revolucionários”. Julião não contava com as disputas internas dentro dos partidos e com as diferenças entre os próprios liberais. Segundo ele, em essência, representavam os mesmos interesses, tal como a intocabilidade da propriedade privada. Tratava-se, todavia, de uma visão esquemática, que optava por ignorar as contradições que pudessem contribuir na obtenção de avanços na esfera econômica e social.

Márcia Motta e Carlos Leandro da Silva Esteves (2009) apresentam uma revisão da história da constituição das Ligas Camponesas no Engenho da Galiléia, em Pernambuco, com o texto “Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida”. As diferentes posições e disputas entre “julianistas” e “comunistas” são pontuadas a partir da tese desenvolvida por Rangel (2000), nas quais a confluência dos fatores é que resultou nos avanços na organização dos camponeses e que possibilitou o êxito das Ligas. Este trabalho dialoga com setores que não reconhecem a história social do campesinato, ressaltando o caráter universal e sua capacidade de adaptação. Possui como denominador comum a luta travada pelos trabalhadores rurais para se tornarem protagonistas dos processos sociais e o (re)estabelecimento de um local de vida, morada e trabalho, quando profundamente subordinados e/ou integrados ao sistema capitalista.



Pe. Alípio<sup>16</sup>, ex-ULTAB, foi quem apresentou a proposta para que as diversas Ligas se transformassem em “As Ligas Camponesas do Brasil”, tendo como suporte uma “Organização de Massa” (OM) e uma “Organização Política” (OP), em substituição ao existente Conselho Nacional, o qual exercia as funções somente de colegiado e não cumpria a função de organização e articulação das Ligas. De acordo com Azevêdo (1982), a estrutura nascente deveria funcionar em duas frentes. A primeira, como um movimento aberto, ao qual competia agregar e mobilizar as forças denominadas progressivas e revolucionárias; a segunda deveria funcionar nos moldes de um partido marxista leninista, cabendo a esta frente a função de liderança dentro das Ligas. De acordo com o autor, as Ligas se transformaram, ao longo da sua trajetória, de uma associação civil e corporativa em um partido político “agrarista” e “radical” (AZEVEDO, 1982).

De acordo com Moraes (1969), o número de organizações filiadas a ULTAB, durante o ano de 1962, era superior às Ligas Camponesas. No entanto, as atuações das Ligas eram mais “[...] dinâmicas, mais agressivas e refletiam melhor o radicalismo revolucionário dos camponeses do Brasil daquela época” (MORAIS, 1969, p. 49). A proposta de reforma agrária defendida pelas Ligas dependia da modificação do inciso 16 do artigo 141 da Constituição Federal, o qual exigia a indenização em dinheiro quando realizada a desapropriação. O ano de 1963 foi marcado pelo debate das Reformas de Base, cujo eixo central era a reforma agrária. O governo de João Goulart, em um pronunciamento em 13 de março de 1964, se comprometeu publicamente em encaminhar ao Congresso Nacional projetos de reformas de base (agrária, eleitoral, bancária, constitucional e universitária). Com o apoio do Movimento Estudantil e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), João Goulart anunciava desapropriações de terras às margens de rodovias e ferrovias nacionais. A resposta ao discurso de Goulart resultou em manifestações nas principais capitais do país, contra o seu governo Goulart e a “associação” ao comunismo e na defesa da propriedade privada, da fé e moral cristã. Essas manifestações, conhecidas como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, foram promovidas por integrantes do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), representantes dos grandes proprietários de terras e setores conservadores da Igreja Católica. O real objetivo das manifestações foi promover um clima favorável à intervenção militar, via golpe de Estado (1964).

<sup>16</sup> Foi ordenado padre em Portugal. No Brasil, viveu na periferia do Maranhão e, posteriormente, em Pernambuco, quando contribuiu na fundação das Ligas Camponesas. Com o golpe militar, se exilou por dois anos no México. Quando retornou ao Brasil, optou por ingressar na luta armada junto à Ação Popular (AP). Permaneceu preso por dez anos, deixando a prisão apátrida. Disponível em: <[http://img.rtp.pt/icm/antena1/docs/61/614408bd2ae1dd79a2875076a3dce9ed\\_662602c580c52db4f728fbb2351c4f29.pdf](http://img.rtp.pt/icm/antena1/docs/61/614408bd2ae1dd79a2875076a3dce9ed_662602c580c52db4f728fbb2351c4f29.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016>. Acesso 5 mai. 2014.

No Nordeste, em especial, esta questão ganhou contornos próprios devido ao acirramento dos conflitos entre os plantadores de cana e o campesinato e os grandes proprietários. Em Pernambuco, por exemplo, o governo de Miguel Arraes (1963-1964) buscava um papel de intermediário, de negociador com os proprietários e usineiros e as federações, sindicatos, Ligas e autônomos através do “Acordo do Campo”<sup>17</sup>. A partir dessa estrutura, procurava controlar as tensões e assegurar a aplicação dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural (BRASIL, Lei n. 5.889, 1963), principalmente o pagamento do salário mínimo, das férias e do 13º salário. As lutas das Ligas giravam em torno da manutenção e da posse da terra dos camponeses. De acordo com Azevêdo (1982), as Ligas são progressivamente isoladas do cenário nacional devido ao radicalismo das suas propostas e à existência de setores já constituídos nos sindicatos, como a Igreja e o PCB.

No ano de 1964, ano do golpe civil militar, é apresentado o Estatuto da Terra (BRASIL, Lei n. 4.504, 1964), comumente compreendido como a primeira lei de reforma agrária no Brasil, definida nos seguintes termos: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. A lei previa a desapropriação de terras levando em consideração o interesse social e a consequente aprovação da emenda n. 10 (9/10/1964), que permitiria o pagamento das terras desapropriadas com Títulos da Dívida Pública (TDP). Essa alteração sinalizava, em tese, mudanças na estrutura fundiária. No entanto, esse dispositivo jurídico não viabilizou ações redistributivas, mantendo a estrutura fundiária praticamente inalterada.

Por outro lado, com o Estatuto da Terra, instituiu-se o cadastro de todas as propriedades de terras do Brasil. Criou-se um organismo federal – o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) –, então responsável por realizar o cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e de desapropriação; criar uma classificação geral, levando em consideração o tamanho, a utilização e a capacidade produtiva das propriedades; estabelecer os critérios de pagamento das áreas desapropriadas, sendo este em dinheiro para as benfeitorias e em Títulos da Dívida Pública para a terra; obrigar o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR); e possibilitar a organização de cooperativas.

Esse documento “representava” a regularização do acesso à terra e deveria viabilizar uma redistribuição das terras, colocando fim aos latifúndios improdutivos. Competia, agora, ao IBRA, propor, executar e representar a União na execução da reforma agrária, podendo

---

<sup>17</sup> Determinava que os usineiros e donos de engenhos pagassem um salário mínimo aos trabalhadores rurais da Zona da Mata Pernambucana.

delegar poderes aos estados e municípios. Essas medidas, dentro do contexto político e econômico, representavam um avanço na luta pela reforma agrária e atendiam algumas das pautas dos movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, as ULTABs e o MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra –, duramente reprimidos nesse período e no anterior (MEDEIROS, 2001). Todavia, os desdobramentos dessas medidas resultaram no aumento da concentração fundiária; na expulsão, perseguição e violência aos trabalhadores e militantes do campo; na proletarianização dos camponeses e no financiamento de obras e destinação de recursos públicos para as empresas e grandes propriedades rurais em detrimento das pequenas propriedades.

Na opinião de Bruno (1995, p. 12), “[...] a opção do governo pela reforma agrária, como uma das medidas prioritárias para a modernização da agricultura, deveu-se principalmente, à visão de que o latifúndio representava um obstáculo estrutural à modernização e à industrialização”. De acordo com Wanderley (2009), o Estatuto da Terra (1964) representou a conjunção de dois projetos: o da “Reforma Agrária” e o do “desenvolvimento da agricultura”. Esses dois projetos encontravam-se submetidos a um terceiro projeto, de espectro mais amplo – trata-se do “pacto de apoio à grande propriedade”. Wanderley (2009) contesta a definição fluida de “empresa rural” presente no Estatuto da Terra, o que permitiria “manobras” dos proprietários para descumprir as exigências sociais da nova lei. O Estatuto define “empresa rural” como:

Empresa Rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico [...] da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias. (BRASIL, Lei n. 4.504, 1964)

Ou seja, uma propriedade poderia ser definida como “empresa rural” sem respeitar a função social da propriedade. Para Fernandes (2010, p. 163), o objetivo do governo através do “Estatuto da Terra”, “[...] não era aplicar a lei, mas, sim, controlar os conflitos por terra”. Quanto à política agrícola adotada no período, a referência é o modelo da denominada “revolução verde”. Trata-se de um pacote tecnológico que consistia, principalmente

No uso de mecanização (tratores e colheitadeiras) que possibilitaria reduzir drasticamente a necessidade de mão de obra, tanto no preparo do solo, como na semeadura e na colheita; utilização de sementes híbridas com o objetivo de obter alto rendimento das culturas (aumento da produção e produtividade), especialmente as monoculturas de exportação; uso de adubos e fertilizantes químicos para garantir

a alta produtividade das culturas; uso de agrotóxicos para o controle de pragas e invasoras (LUZZI, 2007, p. 10).

O processo de modernização resultou na utilização de um novo patamar tecnológico, com aquisição de insumos e maquinários, resultando na implantação dos complexos agroindustriais. Esse processo, todavia, não ocorreu de forma homogênea e tampouco modificou a concentração fundiária. Assim, a propriedade da terra continuou desempenhando papel predominante na organização da atividade agrícola. A dinâmica produtiva, gestada pelos e para os latifundiários, tinha por objetivo manter a concentração fundiária. De acordo com Wanderley (2009, p. 46), trata-se do “atrasado” dentro do “moderno”, pois privilegia o proprietário, mantendo o produtor alheio ao conjunto de inovações.

De acordo com Mendonça (2006), o Estatuto da Terra garantiu critérios precisos na definição da dimensão da área, da modalidade, dos graus de utilização da terra e da natureza das relações de trabalho que, para ela, se traduzem em aumento da concentração fundiária e na manutenção de sua estrutura. A industrialização da agricultura efetivou-se a partir dos Complexos Agroindustriais (CAIs) sem alteração na estrutura já mencionada. Para Medeiros (2011), passaram a coexistir dois modelos de agricultura polares, quando não excludentes: o dos CAIs e o da produção familiar. Durante todo o período de consolidação dos complexos, observou-se, por outro lado, um conjunto de conflitos rurais, majoritariamente de luta pela terra.

No ano de 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com a função de unificar a diversidade presente no campo, que tinha um papel de articulação nas organizações sindicais. A CONTAG, ou melhor, a estrutura organizativa da entidade, foi mantida mesmo com o golpe de 1964, devido à influência da Igreja Católica em vários sindicatos. No entanto, sua diretoria sofreu uma intervenção (então composta por integrantes do PCB e da AP), passando a ser presidida por uma junta, estando à frente José Rotta – presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e ligado aos Círculos Operários Cristãos (RAMOS, 2011).

De acordo com Medeiros (2011), a sua demanda girava em torno da reivindicação dos direitos trabalhistas e da reforma agrária, previstos através da legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e Estatuto da Terra de 1964). Dada a força dessa lei, a diversidade do campo foi enquadrada na categoria genérica “trabalhadores rurais”, cabendo à CONTAG representar os múltiplos interesses. Nesse cenário, ela ainda disputava espaço com os sindicatos patronais representados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o poder local, que buscava organizar os pequenos proprietários. Ambas (CONTAG e CNA)

eram regidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural. Esse período também marca a criação da SUPRA, no ano de 1962, com as funções de acompanhar as questões relativas à reforma agrária e de monitorar e estimular a sindicalização rural, viabilizando, principalmente, as condições físicas para seu funcionamento (RAMOS, 2011), e, em resposta as Ligas Camponesas. Com a publicação do Estatuto da Terra foram criados o IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) respectivamente, em substituição a SUPRA.

O setor agrário, a partir da década de 1970, passou a atrair os mais diversos capitais, resultado das facilidades oferecidas pelo Estado. Verificou-se uma expansão da fronteira agrícola, sobretudo através dos projetos de colonização. De acordo com Wanderley (2011), a maioria dessas propriedades, muitas vezes financiadas pelo Estado, resultou da apropriação de forma ilegal de terras, através do que se convencionou chamar de “grilagem”, o que equivaleria a dizer que reforma agrária é sinônimo de colonização. A extinção dos organismos IBRA e INDA, e a consequente criação do INCRA articularam o conjunto de interesses apresentados dentro da perspectiva da modernização. A luta, nesse momento, é protagonizada por sujeitos que já se encontravam nas terras há muito tempo. Tratam-se, geralmente, de posseiros (que não possuíam nenhum documento comprovando a propriedade da terra) e dos arrendatários (que estabeleciam contratos de parceria), os quais passaram a ser expulsos das propriedades pela apresentação de títulos de propriedade e/ou de mudanças nas atividades produtivas (MEDEIROS, 2004).

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 1971, faria retroceder ainda mais a legislação agrária brasileira. Segundo Ceschim (1976 apud KOURY, 2010, p. 290), em matéria publicada no semanário *Opinião*, nº 121, de 13 de fevereiro de 1976,

[...] com o decreto que criou o PROTERRA se criou uma oportunidade para que o grande proprietário de terras improdutivas do Nordeste vendesse, à vista, parte delas ao governo que, por sua vez, as revenderia a prazo de 20 anos, às pessoas que o antigo proprietário escolhesse, e que poderia muito bem ser o seu filho.

Durante a década de 1980, a distribuição de terras passou a ser vista como viável do ponto de vista econômico, na tentativa de refluir o êxodo rural. No entanto, as terras que foram expropriadas eram pertencentes, sobretudo, aos conglomerados econômicos do Sul (ironicamente onde ocorreram as primeiras ocupações de terra do MST) e não aos “rincões do Maranhão e Acre”, como se almejava inicialmente. Dados os altos índices de concentração fundiária, esboça-se uma proposta de reforma agrária por ocasião da elaboração do I Plano

Nacional de Reforma Agrária, alicerçado no “Estatuto da Terra”, no qual se definiu a “função social” da terra para fins de reforma agrária, ainda que mediante a obrigatoriedade de indenização dos latifúndios desapropriados (MAESTRI, 2005).

Trata-se de um período de considerada efervescência política e social. Movimentos em favor da anistia, as greves do ABC, a reorganização partidária e os movimentos contra a carestia dos alimentos passaram a ganhar força com o esgotamento da ditadura civil militar. No âmbito rural, após forte repressão e um período de atomização, começam a ocorrer ocupações de terra e conflitos devido às desapropriações de terra para construções de barragens e a ausência de terra para os pequenos agricultores.

A partir dos anos 1980, a forma de atuação da CONTAG e a suposta representatividade entre os trabalhadores rurais começam a ser colocadas em xeque, dado o grande número de conflitos e ocupações de terra que eclodem no período (MEDEIROS, 2011). Durante o período da ditadura militar, é recorrente, na literatura, a avaliação a respeito do burocratismo e do assistencialismo dos sindicatos rurais. Controlados pelo aparato estatal, passaram a assumir funções relativas à previdência e à assistência social. Os “dirigentes sindicais”, na sua maioria, aparelhavam a entidade e se distanciavam de qualquer reivindicação trabalhista que implicasse em conflito. Assumiam, pois, o papel de advogados dos grandes empresários e industriais.

Desde fins da década de 1970, já existe uma movimentação no sul do país, resultando em ocupações de terra em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Setores da Igreja Católica, através das suas pastorais, passaram a apoiar a organização dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2001), conforme discutiremos no item 1.2. No ano de 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), contando com a incorporação do conjunto de “oposições sindicais rurais”, articuladas a princípio pelo trabalho pastoral da Igreja Católica. A CONTAG, nesse momento, passa a ser identificada com o imobilismo e o chamado “sindicalismo pelego”, se alinhando a outra central sindical, a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

O Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado no ano de 1985, buscou resgatar um aspecto central do Estatuto da Terra (1964): “[...] a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante o fio condutor da penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definindo como terras improdutivas” (MENDONÇA, 2006, p. 91). Ou seja, previa a desapropriação das terras por interesse social, cuja indenização poderia ser paga em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e não em dinheiro. O documento também previa a participação das entidades representativas em todas as fases de decisão do

processo e a seleção de áreas prioritárias para reforma agrária, atuando de forma global e não localizada. De acordo com Márcia Motta (2014), rompia-se com o paradigma da propriedade individual e absoluta. Propunha-se, assim, o princípio da “[...] concessão de uso das terras públicas – devolutas ou não – para fins de colonização e de reforma agrária, garantindo que a terra não seria passível de venda a terceiros” (MOTTA, 2014, p. 14).

Inicialmente, o MST contava com avanços nos critérios de distribuição da propriedade, diante da sinalização positiva do governo federal para discutir a questão da reforma agrária através dos seus instrumentos<sup>18</sup>. No entanto, a proposta do governo contou com uma forte reação dos setores latifundiários e agroindustriais e também de setores liberais, já que naquela conjuntura significaria fornecer “legitimidade” às demandas dos trabalhadores rurais e sem-terra que já estavam adquirindo visibilidade no cenário nacional. As pretensões de realizar a reforma agrária, inclusive de setores governamentais, foram sufocadas com a supressão e a alteração de vários pontos da proposta original do PNRA. Essa ofensiva demonstrou o caráter multiforme do latifúndio, resultado da política de estímulo industrial durante a ditadura militar, com o imbricamento de vários setores. Soma-se a isso o fato de a proposta do PNRA ter sido apresentada no IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1985, em Brasília (DF). Nesse congresso, ficou definido o amplo direito de greve e a livre negociação.

A resposta à organização dos trabalhadores e ao PNRA foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR), a qual utilizou inúmeros expedientes para evitar a aprovação de qualquer medida que alterasse a estrutura fundiária no Congresso Nacional e, localmente, fazia uso de “capangas” com ações de intimidação, perseguição, coerção, violência física e mesmo a morte de centenas de camponeses e sindicalistas<sup>19</sup>. Foi recorrente o uso de pistoleiros e capangas no Nordeste, conforme observamos em vários depoimentos. Dilei, por exemplo, diz que o maior medo era dos pistoleiros. Com relação à polícia, também existia, mas em menos grau: *A gente poderia apanhar, ser preso, torturado pela polícia, mas quem matava mesmo era o pistoleiro.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). No Nordeste, a ditadura agiu com muita violência, em virtude do papel desempenhado pelas Ligas Camponesas. Vale lembrar que até 1985 as organizações dos trabalhadores e camponeses viviam sob o rígido controle dos governos militares, mas mesmo assim não

---

<sup>18</sup> Em 1984, Tancredo Neves chamou o MST para fazer parte da equipe de estudos responsável por elaborar o I PNRA. Nove meses após a edição do PNRA, o MST, ao perceber nenhuma movimentação sobre o tema da reforma agrária, realizou a ocupação da fazenda Annoni, em Sarandi (RS). Houve muita pressão, com uso da Brigada Militar e, pela primeira vez, a intervenção da UDR (TERRA, 1989e, p. 10).

<sup>19</sup> Trataremos alguns casos particulares, relatados pelos militantes migrantes nas entrevistas, ao longo da tese.

esperavam a volta oficial da democracia para expressar suas resistências aos processos de expulsão e de subordinação de que eram vítimas, em contextos e formas distintos (MEDEIROS, 1989, p. 211).

Nesse cenário é que surgem os “sem-terra”. O lastro das “oposições sindicais” se estende para além da atuação nas ações sindicais. De acordo com Medeiros (1994), a formação desse contingente deu-se devido ao processo de pauperização que sofreram os pequenos proprietários e arrendatários na década de 1980. As alterações comportamentais na esfera pública, com a suposta modernização do setor agrário, não se traduziram em melhores condições de vida e trabalho, ainda marcadas pela violência e pelas ameaças (MEDEIROS, 1994). Muitos desses agricultores e seus filhos se recusavam a ingressar nos projetos de colonização nas áreas de fronteira.

Segundo Medeiros (2012), nos últimos quarenta anos os movimentos sociais do campo ocuparam a cena política. Ocorreram resistências por parte dos posseiros, arrendatários e foreiros aos processos de expulsão que estavam ocorrendo nas terras em que trabalhavam a partir das Ligas Camponesas no Nordeste. O processo de redemocratização dos anos 1980, o fim da ditadura militar e as sucessivas denúncias da Igreja acerca das condições de vida e de trabalho dos camponeses, principalmente por parte da CPT, contribuíram para uma reorganização dos trabalhadores. A possibilidade de se manter e/ou de conquistar terras, mas principalmente de garantir a manutenção dos seus usos tradicionais, irá fortalecer as discussões acerca de um ideal camponês, então “condenado à extinção” devido ao avanço da chamada modernização agrícola. A realização do 3º Congresso da CONTAG em 1979, e o surgimento do MST em 1984, por exemplo, colocaram em prática ações mais diretas de luta pela terra. Toda essa movimentação colocou em “xeque” o argumento de que a reforma agrária seria um tema superado e retrógrado e que os investimentos deveriam voltar-se para a política agrícola, cuja ênfase dava-se na modernização<sup>20</sup>.

Por “reforma agrária”, partiremos da definição de Medeiros (2004) – uma definição de reforma agrária radical, polarizada e comprometida com os setores marginalizados, que expressa o cenário de disputas em que os sujeitos sem-terra estavam e (estão) imersos. Para a autora,

---

<sup>20</sup> Adotamos a definição de “modernização conservadora” utilizada por Wanderley (2009) e Oliveira, A. (2001), os quais afirmam que a modernização da agricultura (pós 1964) atuou no sentido de solidificar a propriedade privada da terra. Ou seja, irá aprofundar a concentração da renda através da transformação dos empresários capitalistas em latifundiários através de investimentos públicos.



[...] reforma agrária, que tem sintetizado um conjunto de reivindicações dos trabalhadores rurais pauperizados, envolve a nomeação e localização dos personagens, a constituição de identidades políticas e uma história de lutas sociais: de um lado, os que se apresentam no espaço público como demandantes de terra para trabalhar e se reproduzir socialmente; de outro, os que se identificam como empresários ou produtores rurais, mas que são, no processo de disputa política, identificados como latifundiários (MEDEIROS, 2004, p. 211).

Segundo Carter e Carvalho (2010), a luta pela reforma agrária surge da conjunção de quatro fatores:

[...] (1) um regime democrático, com liberdades de expressão e associação e eleições competitivas, ancorado num “sistema de representação oligárquico” (Montero, 2005, p.71) com uma proteção precária dos direitos humanos; (2) um modelo de desenvolvimento rural excludente, marcado pela força econômica e política dos grandes proprietários de terra e os conglomerados econômicos voltados para o agronegócio; (3) uma sociedade de extremas desigualdades sociais, caracterizada pela marginalização de uma ampla camada da população, que subsiste no desemprego e no trabalho precário; e (4) uma luta camponesa sustentada no ativismo público, combinando diversas formas de pressão social e a disposição de negociar com as autoridades governamentais. (CARTER E CARVALHO 2010, p. 288).

O surgimento do MST, os entraves e as brechas encontradas na legislação precisam ser compreendidos neste contexto. O cenário marcado pela exclusão social e pela relativa liberdade política fez com que o MST pressionasse o Estado a cumprir minimamente as exigências dos assentados. Com um repertório próprio, o MST buscava se distanciar das práticas assistencialistas correntes nos sindicatos, exigindo mudanças mais amplas. Nesses termos, a luta pela reforma agrária incorporou a luta pela terra. Segundo Carter e Carvalho (2010) o MST encaminhou essa luta em duas frentes:

De um lado, o Movimento manteve seu ativismo público, com ações de pressão e negociação com o governo. De outro, começou a criar vários centros educativos, cooperativas e diversos programas voltados para a formação política e qualificação técnica dos seus quadros. A necessidade de mobilizar seus integrantes e organizar diversas atividades de suplência em relação aos serviços que o Estado deveria proporcionar em favor dos seus assentados deu impulso à crescente sofisticação do Movimento. A sua maior capacidade organizativa foi nutrida ao mesmo tempo por vários elementos internos, entre eles: (1) a experiência acumulada na mobilização de massas; (2) a articulação em rede apoiada em processos decisórios coletivos; (3) a criatividade estratégica; (4) a busca de autonomia financeira; (5) a construção de numerosas parcerias e alianças políticas; (6) o forte investimento na formação dos integrantes; e (7) a promoção da mística e disciplina dos seus militantes. (CARTER E CARVALHO 2010, p. 289).

Os eixos mencionados acima serão abordados ao longo da tese dentro da trajetória do MST, privilegiando aspectos que auxiliem na compreensão do dinamismo, da versatilidade e da flexibilidade presente no processo de estruturação do MST no Nordeste. Analisaremos as

opções, as táticas, as frentes de luta, as oportunidades, o papel formativo, a estruturação e o funcionamento interno do MST, os espaços de sociabilidades, as alianças e adversários, os aspectos relativos à cooperação, à solidariedade e à mística, entre outros, que definem e integram o MST.

A reforma agrária não era um elemento novo na pauta do MST, pelo contrário, era uma das principais reivindicações do movimento sindical desde a sua origem. O que diferiu foram os instrumentos de ação. A ocupação de terra, criando um fato e pressionando o governo a negociar, confrontava com os “métodos institucionais” da década de 1970, empregados principalmente pela CONTAG. De acordo com Medeiros (2011) e Lerrer (2008), essa forma de atuação fornecerá identidade política a um grupo social, que passará a desenvolver uma forma de organização distinta do trabalho observado no âmbito sindical (MEDEIROS, 2011).

A organização das ocupações surge como uma forma de pressão popular utilizada para conseguir terra através da exigência da aplicação do PNRA, lançado em 1985 pelo Governo Federal. Para além das ocupações, o MST identifica desde logo a necessidade de construir alianças, disputar sindicatos e nacionalizar o Movimento a partir de uma política de deslocamento de militantes, com o propósito de construir e disputar um projeto de reforma agrária e de sociedade.

## 1.2 O PAPEL DA IGREJA PROGRESSISTA NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Se a gente não se une Deus não salva

(CPT/MG, 1983, p. 4).

A partir da década de 1940, observa-se a formação de uma esquerda Católica ou de uma “ala da Igreja Católica” preocupada com as questões sociais. Convencionou-se chamá-la de Igreja Progressista, em oposição à chamada Igreja. O principal representante do setor progressista é D. Helder Câmara<sup>21</sup> (LÖWY, 1991). Atuavam no Nordeste duas organizações vinculadas à Igreja Católica, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), voltadas para ações na área educacional e médica até a década de 1960. A partir dos anos 60, os Círculos Operários cristãos, criados durante o

---

<sup>21</sup> Arcebispo emérito de Olinda e Recife (PE). Teve forte atuação na defesa dos direitos humanos e no combate à violência durante a ditadura militar.

governo Vargas, voltaram sua atuação para os sindicatos rurais, com o objetivo de fazer frente aos sindicatos de orientação comunista (RAMOS, 2011). No ano de 1962, uma nova organização surge no interior da Igreja Católica, com uma orientação diferente dos Círculos Operários Cristãos, intitulada Ação Popular (AP). De acordo com Ramos (2011), a AP foi criada pela Juventude Universitária Católica (JUC) com o objetivo de conscientizar e mobilizar os trabalhadores, a partir do método de alfabetização de Paulo Freire<sup>22</sup>, lançando as bases para a sindicalização rural (RAMOS, 2011).

A Igreja Católica formou várias instituições de ação pastoral rural, como a Animação dos Cristãos para o Meio Rural (ACR), fundada no ano de 1965, que iniciou sua expansão no ano de 1968. De acordo com Koury (2010), o trabalho de mobilização e resistência dos trabalhadores rurais pelos setores mais progressistas da Igreja Católica resultou da ruptura com o Estado brasileiro, no ano 1968, e da crítica ao imobilismo e aparelhamento dos sindicatos à estrutura oficial. O termo adotado pela Igreja Católica para definir o seu trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais e urbanos através do evangelho denominava-se “Caminhada”. Segundo Koury (2010), “[...] estas novas tentativas [...] buscavam a formação de uma liderança rural, intitulada, no jargão católico, de *animadores de base*” (KOURY, 2010, p. 312). A ocupação deste espaço permitiu a projeção de vários militantes da área de influência da Ação Popular (tendência da Igreja Católica) e das Pastorais nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) associados ao “novo sindicalismo”, o qual, em linhas gerais, defendia a redemocratização, a liberdade, a autonomia sindical e a realização de eleições diretas.

Corso (2012) defende a tese de que a questão agrária aparece no discurso da Igreja até 1950 de forma marginal. Nos anos seguintes, ela foi incorporada ao discurso oficial. O movimento religioso deflagrado nos anos 1970/80 através da articulação da Comissão Eclesial de Base (CEB), segundo Pinheiro Júnior (2006, p. 28), assume o “[...] socialismo como projeto social e combatia abertamente a ditadura brasileira”. Isso não significa afirmar a inexistência de conflitos entre os diferentes grupos sociais de combate à ditadura, pois, de forma geral, os religiosos nutriam um forte sentimento anticomunista. Questões ligadas à demarcação de terras indígenas, às péssimas condições de trabalho e de vida dos camponeses no interior das fazendas, à situação dos seringueiros na Amazônia, e à expulsão dos

---

<sup>22</sup> O método era organizado em três etapas: primeiramente, consistia na identificação conjunta (professor e aluno) dos temas ou palavras mais significativos na comunidade em que o aluno vivia; a segunda etapa, chamada de tematização, propunha a análise dos significados dos temas ou palavras elencados; e, por fim, a havia a fase destinada à conscientização do aluno. O curso ocorria através do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 por orientação da CNBB.

lavradores de suas terras tornaram-se objetos de discussão e de apoio das redes de solidariedade, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), as quais desempenharam papel importante nas lutas populares, com influência do marxismo.

A Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a ter suas ações descentralizadas, com o surgimento das CEBS e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, na cidade de Goiânia (GO). A criação da CPT mostrou a força dos adeptos da Teologia da Libertação (TdL) dentro da Igreja Católica nas ações de resistência na ditadura civil militar e na denúncia aos conflitos do campo. Alguns fatores contribuíram para o engajamento social da Igreja, entre eles a repressão contra seus membros e a nomeação do cardeal D. Paulo Evaristo Arns para Arquidiocese de São Paulo e de D. Ivo Lorscheider para a direção da CNBB.

A CPT teve uma função decisiva na formação de quadros, viabilizando suporte humano e material, garantindo a logística e, muitas vezes, a própria segurança para a realização de encontros e reuniões, dessa forma operacionalizando a criação do MST. Sua atuação contribuiu decisivamente para a construção das “oposições sindicais”, as quais passaram a disputar e romper com o sindicalismo identificado como de “estado” – associado ao imobilismo, assistencialismo e atrelado aos interesses patronais. Ancorados na Teologia da Libertação, formulada por teólogos como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, muitos religiosos adotaram a perspectiva dos pobres e em favor de sua libertação de toda miséria e exploração. A TdL resulta em uma expressão teológica da experiência gerada pelo Cristianismo de Libertação (CORSO, 2012), cujo eixo central é tornar os problemas da população pobre em problemas de Deus.

Segundo Corso (2012), a Igreja passou a atuar no plano discursivo e no plano organizativo, na medida em que pavimentou a construção do MST através da CPT, e simbolicamente contribuiu para a sua organização. No documento “Igreja e problemas da Terra”, aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB (1980), encontramos a justificativa nos escritos bíblicos, referenciando profetas, discípulos e o próprio Jesus, afirmando que Deus criou a Terra para que os seus filhos vivessem em comunhão, tirando o sustento da terra de forma fraterna e justa. “Foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse” (Sto. Ambrósio, P. L. vol. 42, coluna 1.046). Mais à frente, o documento cita João Paulo II:

Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso, a todos e a cada um compete o direito primário e

fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário para a realização digna da pessoa humana. (CNBB, 1980, p. 296-297).

Feita toda a justificação doutrinal, o documento adentra no âmbito jurídico e defende, no item 74, a função social da terra, realizando uma crítica contundente ao capitalismo agrário e à especulação, que vêm expulsando o agricultor do campo. Referenciado nas publicações pós-Vaticano II (1962-1965), o documento afirma que são necessárias reformas em várias esferas – política, econômica, cultural e educacional –, com o objetivo de diminuir a dependência, a insegurança, e de melhorar as condições de vida e trabalho das famílias camponesas, principalmente no Norte e Nordeste. Sobre o último aspecto afirma: “São necessárias reformas em vários casos: aumentar a segurança no trabalho, estimular a iniciativa no trabalho e, portanto, distribuir as propriedades insuficientemente cultivadas por aqueles que as possam tornar rendosas” (Ibid., p. 296). E o documento segue reafirmando a necessidade de fornecer-lhes educação e possibilidades de trabalho cooperativo.

Para Löwy (1991), o Concílio Vaticano II foi um “processo paradoxal”: de um lado houve um recuo frente às experiências de um cristianismo de libertação, encabeçadas principalmente pela Ação Católica (AC), e, por outro lado, diante da flexibilização da hierarquia da Igreja, a esquerda católica, inspirada na TdL, procurou legitimar suas ações em um contexto institucional. De acordo com Corso (2012), os documentos do Concílio do Vaticano II surgem enraizados no Cristianismo, mas contam com uma interpretação com viés marxista, o que, a princípio, parece contraditório. Trata-se, todavia, de algo original criado na América Latina e que passou a servir de amparo teórico para muitas ações da Igreja, como a criação da CPT, em 1975 (CORSO, 2012).

O autor chama atenção para o fato da “Teologia da Libertação” resultar das transformações ocorridas no interior da Igreja, principalmente por meio das experiências do Cristianismo de Libertação. A partir do diálogo entre Löwy e Frei Betto, é demonstrado que a TdL torna-se a expressão/legitimação de um vasto movimento social (CORSO, 2012, p. 18-19), criado nos anos 1960. Apesar do recuo expresso nos documentos do Concílio do Vaticano II, a ala progressista da Igreja Católica se apropriou dos seus discursos, conferindo legitimidade às suas ações. No plano prático, as definições do Concílio Vaticano II acabaram fornecendo subsídios e aportes para que os integrantes da ala progressista pudessem debater, participar e encaminhar pautas sociais, como no caso da bandeira pela Reforma Agrária. Essa compreensão se fundamenta na ideia de que o Concílio do Vaticano II adotou uma postura de conciliação.

De acordo com a Puebla (México) nº 1.160 e 1.162, aprovada em 1979, a Igreja se compromete:

Assumimos o compromisso de denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de nossas dioceses e prelazias e combater as causas geradoras de tais injustiças e violências aos compromissos assumidos em Puebla.

Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa, também em conformidade com os mesmos compromissos. (III CONFERÊNCIA, 1979).

Ficam expressos os esforços da Igreja em contribuir na construção do MST através do financiamento e da logística. No ano de 1982, a CPT convocou dois encontros com camponeses e agentes das pastorais, nos municípios de Medianeira (PR) e Goiânia (GO), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. O encontro de Goiânia, com representantes dos camponeses de todas as regiões do país, elegeu uma comissão provisória visando à criação de um movimento camponês nacional. No ano seguinte, mais dois encontros preparativos foram realizados, com apoio da CPT, para pavimentar a fundação do MST no ano de 1984 (FERNANDES, 1988; 2010). Muitas vezes, também coube à Igreja a função de garantir a segurança dos participantes nas reuniões e encontros. Conforme Brenneisen (2002), a CPT foi fundamental no processo de formação do MST, inclusive dando a esse movimento social elementos religiosos típicos da sua ação. Para a autora, essa entidade atuou como gestora de militantes ao permitir que os jovens expressassem a sua rebeldia e indignação, como em Santa Catarina. De acordo com um dos entrevistados, essa movimentação, somada ao papel de Dom José Gomes, contribuiu para que muitos militantes migrantes tenham partido de Santa Catarina.

*Isso facilitou o início do Movimento sem-terra em SC. Se tu pegares os principais líderes da época, todos vieram daí, principalmente das CEBs. Lá no Oeste, em função da importância de Dom José Gomes, que era um bispo que efetivamente trabalhava junto dos camponeses, que teve a sua história muito próxima dos camponeses e das organizações e nos ajudou nesse período a organizar a luta pela terra em Santa Catarina. Então, essa militância que estava na Pastoral da Terra, ou que estava nas CEBs, e alguns inclusive que estavam nos seminários, como seminaristas, acabaram vindo para a luta. As primeiras ocupações eram o momento de colocar a sua rebeldia em ação. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o Movimento no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)<sup>23</sup>*

<sup>23</sup> O quadro completo das entrevistas pode ser visto no Apêndice A.

Em todo o território nacional, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Norte, agentes pastorais, padres e bispos ligados à Igreja Católica e outros pastores pertencentes a outras igrejas cristãs, com inspiração na Teologia da Libertação, atuaram como lideranças, denunciando os casos de violência e apoiando as lutas de posseiros, camponeses e seringueiros. Os religiosos contribuíram na organização política dos trabalhadores, através da participação em comissões, associações e sindicatos; e na esfera produtiva, estimularam a realização de mutirões e roças comunitárias, onde desenvolviam os valores políticos cristãos de solidariedade, igualdade e união (SCHREINER, 2012).

O documento “Igreja e problemas da terra” expõe em tom de denúncia a miséria, a exploração e a violência a que os trabalhadores da terra estavam submetidos. O texto critica de forma contundente a política agrícola brasileira, a qual estaria privilegiando as grandes corporações através de incentivos fiscais, contribuindo para a especulação e a concentração fundiária. Ainda dentro da linha argumentativa do documento, a noção de fatalismo, muitas vezes ouvida pelas comunidades rurais – “A responsabilidade não cabe a Deus, como se dá a entender quando se diz que ‘as coisas estão assim porque Deus quer’” ou “Não é vontade de Deus que o povo sofra e viva na miséria” –, é problematizada. Assevera, buscando se afastar da ideia de passividade e subserviência comumente atribuída à Igreja quando se trata de alguma situação com maior grau de conflitividade.

Através de tópicos, narra as condições de trabalho e as estratégias dos agenciadores dos trabalhadores em vários estados do país. A ideia de que está ocorrendo uma guerra com características de “extermínio”, sobretudo na região amazônica, permeia todo o texto. No item 17, dedicado ao Nordeste, denuncia as ações do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os quais estariam beneficiando os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais, criticando, assim, o papel que a agricultura familiar<sup>24</sup> ocupava na cena nacional. Seguem outros tópicos criticando a política de incentivos fiscais, pontuando, além da situação dos migrantes e indígenas, a situação dos arrendatários, parceiros e posseiros. Esses últimos, “[...]”

---

<sup>24</sup> Wanderley (2009) analisa o processo de conformação das categorias “sem terra”, “assentados” e “agricultura familiar” e do seu reconhecimento político pelo Estado através da elaboração de políticas específicas e da criação de instituições para onde suas demandas deviam ser direcionadas. A autora discorre sobre a dificuldade de definir a categoria “agricultura familiar”, que, por um lado, é associada ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, por outro, define-se a partir da sua capacidade adaptativa de determinados agricultores, dadas as exigências modernas. Diferentemente de outros países, a agricultura familiar no Brasil foi constantemente bloqueada e impedida de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção (WANDERLEY, 2009). Nesses termos, a história do campesinato é marcada, definida e pautada pela busca de um espaço próprio e da legitimidade econômica e política.

quando tentam permanecer na terra, não têm meios de pagar despesas judiciais, demarcações e perícias, iniciando as ações já derrotadas” (CNBB, 1980, p. 287).

O referido documento apresenta dados da população rural criticando a sua distribuição e a gradual diminuição no número de lavradores proprietários, conforme observamos:

Em 1950, apenas 19,2% dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1%. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4,2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador não proprietário havia apenas 1,6 proprietários. (Ibid, p. 279-280).

Para refletir sobre esses dados, apresentamos o quadro descrito por José Alcides Figueiredo Santos (2002) em “Estrutura de posições de classe no Brasil. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda”, no qual o Nordeste é a grande região dos autoempregados agrícolas. Segundo os dados apresentados pelo autor, a região engloba 35,5%. A concentração de terras no país sempre mostrou índices muito altos e, por consequência, a cada década mais camponeses sem-terra vagavam pelo país. Uma das formas de medir essa concentração é utilizando o Índice Gini. Com esse índice, podemos ver, no quadro a seguir, a concentração de terras no Brasil durante as décadas de 1970 a 1980.

**Quadro 1** - Evolução do Índice Gini por Região e Brasil, 1970 a 1985.

<b>Região</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Norte	0,831	0,863	0,841	0,812
Nordeste	0,854	0,862	0,861	0,869
Centro-Oeste	0,876	0,876	0,861	0,857
Sudeste	0,760	0,761	0,769	0,772
Sul	0,725	0,733	0,743	0,747
<b>BRASIL</b>	<b>0,843</b>	<b>0,854</b>	<b>0,857</b>	<b>0,857</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1985.

Como colocado pelo quadro, a concentração de terras no Brasil se mostrava (e ainda se mostra) extremamente alta, quando o índice chega muito perto do 1. Para ilustrar isso, podemos dizer que 36,62% dos proprietários rurais em 1970 tinham menos que cinco ha, e o

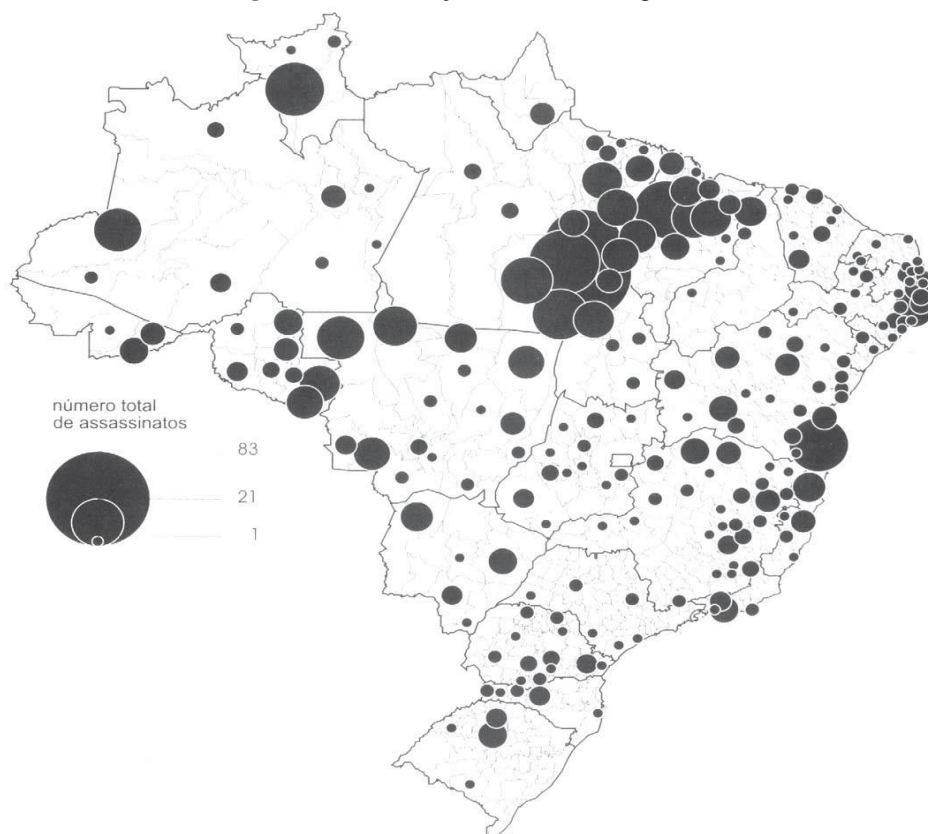


conjunto de suas terras representavam 1,32% das terras de estabelecimentos rurais. Já na outra ponta, estão os proprietários com mais de 100.000ha, que não chegam a uma porcentagem expressiva, mas detinham na época 2,4% das terras. Nos anos seguintes, a concentração fundiária só aumentou – os proprietários com menos de cinco ha passaram a concentrar 1,25% das terras em 1975 e 1,07% em 1980. Já os grandes latifundiários, que chegaram a expressar apenas 0,001% em 1980, detinham 3,91% das terras em 1975 e, cinco anos depois, essa porcentagem subiu para 3,93% (SANTOS, J., 2002).

Quanto aos conflitos ocorridos no campo brasileiro, a CPT apresenta um mapa. Trata-se de conflitos que resultaram em vítimas fatais durante os anos de 1985 a 1996. Nesse intervalo de tempo, muito rapidamente, precisamos situar a crise econômica (que resultou em expulsões dos trabalhadores das fazendas tradicionais); a apresentação da proposta do I PNRA (1985) e a resposta (política, jurídica e armada) da UDR; e a própria atuação do MST, através das ocupações de terras – que resultaram em ameaças, humilhação, despejos, violência e morte de camponeses.

Conforme podemos observar, a maior parte dos conflitos está localizada na Zona da Mata nordestina e na parte do Norte do país.

**Figura 2** – Localização dos conflitos agrários.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os relatos de violência observados ao longo das entrevistas datam do final dos anos 1980 e início dos anos 90, sendo alguns extremamente recentes. Estes, portanto, não figuram no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade<sup>25</sup> (CCV, 2014), criada com a finalidade de apresentar e denunciar os casos de violação dos direitos humanos dos camponeses pelo Estado e agentes privados, durante os anos de 1946 a 1988, com destaque para os anos da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). As entrevistas demonstram a continuidade, manutenção e persistência das práticas de violação contra os camponeses e seus apoiadores mesmo após o fim da ditadura; e, ainda, que o número de violações é muito maior do que se estima. Soma-se o recorrente silenciamento dessas vozes, contribuindo, assim, para o processo político e social de invisibilização das lutas e resistências camponesas.

De acordo com o Caderno de Formação intitulado “O papel da Igreja no Movimento Popular”<sup>26</sup> (MST, 1985b), o primeiro movimento de contestação e resistência ao regime político ocorreu à margem da Igreja, através das Pastorais. A Igreja, no documento, é descrita como a “sementeira” dos movimentos populares (MST, 1985b, p. 6). Por outro lado, também cerceava os militantes, receosa das influências políticas, as quais denominavam de “tendência” (Ibid., p. 11). Ou seja, a Igreja atuava como uma mãe ao fomentar a criação dos movimentos populares, todavia, diante das suas próprias divisões e influências, tinha medo de perder força e respaldo frente aos seus fiéis.

Na esfera da Igreja, por exemplo, tem muito bispo falando que é ela quem vai fazer a revolução no Brasil. Uma revolução cristã. Caso contrário, qualquer coisa que acontecer não presta. A transformação do mundo só pode vir da Igreja [...], pois só ela conhece os verdadeiros valores humanos e respeita [...] (MST, 1985b, p. 8).

A citação acima é uma crítica aos setores e grupos que acreditavam que somente através da luta corporativa se construiria a revolução social, em detrimento da organização em partidos políticos. O contrário também é verdadeiro. Muitos ingressavam no partido político e acreditavam que não precisavam mais atuar no movimento sindical ou popular. O MST defende que a organização dos trabalhadores é fundamental e que deve ser entendida de forma complementar e sem “sectarismos”. Assim, o texto busca situar os problemas da

<sup>25</sup> No ano de 2012 foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), como um dos resultados do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília. Esse documento incidirá nas atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

<sup>26</sup> Na folha de rosto do Caderno de Formação nº 8 encontramos o ano de 1985 como ano da publicação. No entanto, dentro da cronologia de publicações dos Cadernos de Formação o ano correspondente seria 1986.

Igreja ao realizar uma crítica ao seu trabalho militante, que atua negando o caráter conflitivo da realidade.

De acordo com a leitura do MST, a realidade seria “preto no vermelho”, enquanto a Igreja irá descrevê-la como “azul e branco”, referindo-se ao manto de Maria (Ibid., p. 9). Mesmo com tal afirmação, o documento busca elementos na própria bíblia para (re)orientar o trabalho da Igreja. E diz: O próprio Jesus deixava claro a necessidade de conflito: “A paz de Jesus é a paz que entra na luta com muita compreensão da paz e do fogo. É a paz que se faz de confiança, de esperança e de coragem” (Ibid., p. 10). Ou seja, o MST continua identificando a Igreja como central no processo organizativo dos trabalhadores rurais, percebendo que as disputas enfraquecem as pautas dos próprios trabalhadores. Afirma que, com o discurso anticlerical ou anti-Igreja (já circulante entre alguns militantes), deixaria de agregar uma parcela significativa da população, que não estaria disposta a ingressar em um partido político, mas participaria de atividades promovidas pela Igreja. Todavia, não exime a Igreja da sua responsabilidade ao dizer que as ações desenvolvidas por ela não poderiam ser compreendidas como um favor, pelo contrário, tratava-se de uma obrigação, “[...] uma obrigação evangélica” (Ibid., p.12).

No segundo tópico do documento, são expressos pontos que têm contribuído para o distanciamento dos militantes da Igreja. Ele afirma que o leigo, por exemplo, esbarraria no bloqueio intransponível do poder religioso, diferentemente da atuação em outros espaços políticos, como o partido ou o sindicato. Nesses, o militante poderia construir uma trajetória e ocupar cargos de liderança e de direção. No entanto, segundo o documento, a Igreja (simbolicamente) passou a atuar como um partido: “Ser da pastoral, ter um pensamento pastoral acabou virando uma espécie de ideologia”. Inclusive, muitos padres se apropriaram dessa ideia – a de que o trabalho pastoral constituía-se de uma proposta ideológica ao buscar atrair cristãos para as suas fileiras. Segundo o MST, uma proposta restritiva, uma proposta de “[...] calça curta porque o discurso religioso é por natureza limitado politicamente”. (MST, 1985b, p. 14).

A publicação “A nossa luta é por terra na roça e não por emprego na cidade”, organizada pela CPT, em comemoração ao dia do lavrador, busca aliar as lutas dos trabalhadores rurais às das pastorais da Igreja, através da seguinte provocação: “Se a gente não se une Deus não salva” (CPT/MG, 1983, p. 4.). O texto apresenta propostas de atividades para o dia do lavrador, comemorado no dia 25 de julho, como celebrações, passeatas, almoço comunitário, tribuna livre e missas, em cada comunidade. O documento prevê a realização de reuniões com as famílias e grupos, abordando questões da saúde, da monocultura e do plantio

de eucaliptos, da participação das mulheres e jovens, da sindicalização e da necessidade do povo se organizar. Estruturado em capítulos, de forma a contemplar aspectos da realidade nacional, denominada “Fatos da Vida”, inclui experiências bem sucedidas das paróquias e dos sindicatos. Na mesma linha da epígrafe, ou seja, de que os trabalhadores rurais precisam se organizar, o documento apresenta eixos de discussões os quais devem ser conduzidos por um dirigente. Entre eles, reproduzimos: “Conte a história das terras da sua região. Existe gente sem terra na nossa região? Por quê? Quais os conflitos de terra que existem na nossa região ou em outras regiões?” (CPT/MG, 1983, p. 6). Na mensagem final retomam-se os compromissos e as preces finais, demonstrando a viabilidade de ações conjuntas e unitárias. O documento também divulga o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária no Rio de Janeiro, em março de 1983. As entidades que convocam a campanha são CONTAG, CPT, CIMI, ABRA, CNBB e IBASE.

Apesar das tentativas da Igreja Católica de unificar os discursos e ações, um conjunto de questionamentos, sonhos e expectativas de transformação social moviam muitos jovens. Já “suficientemente experimentados” e com uma bagagem teórica relativa (dos cursos realizados pela CPT, pelo próprio MST e aliados, pelas “vivências” nas comunidades e nos acampamentos dos sem-terra na região Sul), poderiam contribuir na estruturação do MST em outras regiões, como no Nordeste. Mesmo que a maioria dos militantes deslocados para o Nordeste tenha o início da sua formação política na Igreja, é recorrente a necessidade da sua afirmação diante da Igreja e de se diferenciar dela. O MST partia do pressuposto de que era necessário assegurar a unidade ideológica e de ação, aspecto que discutiremos em profundidade no segundo capítulo. Segundo o relato de Jaime:

*[...] havia características diferentes entre aquilo que estava se construindo no Sul do país, com os acampamentos e as ocupações, e aquilo que estava ocorrendo no Nordeste” [...] havia uma tendência óbvia do Movimento no Nordeste se transformar em um movimento de apoio, movimento de solidariedade e um movimento de ajuda aos camponeses; e não um Movimento que organiza, um Movimento que constrói. No Sul se construía esse Movimento, que ele mesmo era protagonista da sua própria causa e os camponeses construindo seu próprio Movimento. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Gradualmente, o MST foi adquirindo autonomia orgânica e política e prescindindo da atuação de outros grupos. Paralelamente, as práticas desses grupos passaram a se diferenciar entre si. Após a criação do MST, surgiu a necessidade de construir um campo próprio, distinto da Igreja, do sindicato e de outras entidades que atuavam no meio rural. Segundo Brenneisen (2002), a partir da formação oficial do MST em 1984, deu-se início a um processo voltado

para o desenvolvimento de uma estrutura organizativa própria, sustentada pela formação de uma coordenação nacional, de coordenações estaduais e de coordenações regionais. A Igreja, por intermédio da CPT, privilegiou a luta contra a violência no campo e a defesa dos direitos humanos, enquanto os sindicatos dos trabalhadores rurais voltaram suas ações à política de créditos, de preços e comercialização agrícola (BRENNEISEN, 2002). Na opinião de Brenneisen (2002), as divergências entre o MST e as outras entidades, principalmente em relação à CPT, devem-se a conflitos ideológicos, principalmente porque a direção do MST aderiu às concepções leninistas. O depoimento de Dilei expressa a incorporação da teoria marxista na prática dos militantes migrantes:

*Todos nós saímos porque não aceitávamos [da CPT] e a teoria marxista veio nos mostrar. Essas coisas nós fomos aprendendo com o Marx. Ele foi explicando onde está a raiz do problema. Então quando a gente aprende onde a raiz do problema. O MST ensinou que nós não vamos fazer mudanças sociais na América Latina. Eu estudei Frei Betto, Fidel e a religião. Se você parte do Marx que tem que respeitar a cultura, então tem que respeitar a religião. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Nesse contexto, o MST disputava espaço através da pressão junto aos governos, da reivindicação de políticas públicas específicas e da realização de projetos nas esferas médicas, educacionais e culturais. Essa atuação difusa nos primeiros anos de sua atuação deve-se ao fato de ser um Movimento social novo na cena política nacional, ao grau de dependência que ainda mantinha com as entidades de classe e ao fato de não possuir uma atuação pautada pela ruptura com o Estado, mas de pressão e de busca de legitimidade a partir do aparato jurídico (MEDEIROS, 2011). Trata-se, também, de mais um testemunho ligado à desterritorialização: a cultura popular, segundo a citação, não é a vida comunitária dos ambientes locais, com suas particularidades; pelo contrário, a cultura popular figura como cristianismo, que é um fenômeno universal.

Paralelo ao processo de estruturação do MST, identificamos um conjunto de conflitos com a Igreja e suas organizações auxiliares. O processo de distanciamento ideológico e prático na CPT, em alguns estados, gerou muitos tensionamentos, contribuindo para o isolamento e a estigmatização do MST, como na Paraíba e em Pernambuco (capítulo quatro). A CPT defendia métodos mais “brandos” do que a ação direta e apostava na “catolização” dos camponeses. O MST, por sua vez, apostava na ocupação de terras e não aceitava mais interferências. O depoimento de Bellé demonstra a natureza do conflito entre Igreja e MST a respeito das ocupações.

*As estruturas dos latifúndios eram muito encasteladas. Então, estava ali o senhorzinho. As estruturas são os limites. Ou pela Igreja, ou relações de compadrio, se servindo da situação de miséria ou de dependência. A ocupação é o extremo desse limite. Aí tu altera tudo, e é um processo educativo. O conflito se estabelece para tudo que é lado. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).*

Em 1986, o 6º Encontro Nacional de CEBs, realizado na cidade de Trindade (GO), publicou em sua declaração final que considerava as ocupações de terras legítimas desde que fossem pacíficas. Ou seja, o apoio estava condicionado ao não enfrentamento entre sem-terras e latifundiários. De acordo com Medeiros (2010, p. 121), “[...] a Igreja reconhecia a legitimidade das demandas em pauta, mas procurava dar-lhes uma solução que não passasse pelo confronto de classes”. Jaime, de forma cuidadosa, sintetiza a existência de dois métodos de trabalho verificados na Igreja e no MST, demonstrando que, durante o processo de estruturação do MST, eles tornaram-se conflitantes devido aos objetivos, interesses e alcance distintos.

*O método da Igreja na época era “ver, julgar e agir”. Nessa ideia de que o militante da Igreja nunca tem que definir pelo povo. Ele tem que fazer com que o povo enxergue a realidade, compreenda a realidade, julgue (eu não tenho que julgar pelo povo) e esperar o momento que o povo assuma a consciência para ele tomar a decisão. É um método bom, no entanto isso tem um tempo de maturação. O Movimento não tinha esse tempo. De tu ir para as comunidades reunir, fazer pequenos encontros, cartilhas. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Apesar das dificuldades de relacionamento do MST com a CPT em muitos estados, Dilei fez questão de descrever em seu depoimento a importância de determinados religiosos no legado da luta pela terra, destacando o papel da CNBB, em particular do bispo Dom José Maria Pires, o Dom Pelé, no estado da Paraíba. Os bispos e outros representantes apoiavam lutas desarticuladas no campo, geralmente de posseiros expulsos das propriedades, respaldados pelas resoluções do Concílio do Vaticano II para a América Latina<sup>27</sup>.

*Acho que a Paraíba, dentro desses estados do Nordeste, foi onde teve bispos mais revolucionários, eu diria. Bispos que defendiam que a terra deveria ser devolvida aos camponeses. Isso fortaleceu principalmente na Paraíba, na Paraíba e no Pará [...]. Você não pode se esquecer do Tocantins, ali. Aquilo ali era Araguaia<sup>28</sup>. Tinha um cordão umbilical. Agora, na Paraíba, por exemplo, nós tínhamos Dom Maria Pires, o Dom Pelé, que se você ler os escritos deles, eles assim, defendiam e iam para o enfrentamento também. Então isso era uma coisa muito forte na Paraíba, porque tanto é que, na Paraíba, o MST chega em 89, mas já existiam grupos que*

<sup>27</sup> Como já mencionado, essa publicação é recorrentemente interpretada num viés marxista pelos militantes migrantes. A princípio, parece contraditório com o exposto anteriormente, devido ao caráter conciliatório da publicação. No entanto, de acordo com Corso (2012), foi algo original criado na América Latina, que serviu de guarda-chuva teórico para muitas ações da Igreja, tais como a chamada “Pastoral Social”.

<sup>28</sup> Brevemente falaremos sobre a Guerrilha do Araguaia ao discutirmos a influência do maoísmo no MST.

*faziam lutas pela terra ligados à Igreja*<sup>29</sup>. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Podemos observar, no discurso de Dilei, que a chegada do MST na Paraíba ocorre, praticamente, como continuidade das lutas realizadas pelos grupos religiosos desde os anos 1960. Para Brenneisen, após a criação do MST houve mudanças no papel de cada instituição envolvida com a luta pela terra, cabendo a Igreja, por intermédio da CPT, “um novo papel na mediação da luta pela terra, que é o de atuar contra a violência no campo e na defesa dos direitos humanos” (BRENNEISEN, 2002, p.49). Na prática, este processo de coexistência foi mais conflituoso, com ameaças de ambos os lados e com boicotes às ações do MST, em grande medida, pela perda de hegemonia da Igreja na região, a partir de 1989. Para além dos conflitos regionais entre o MST e a Igreja (os quais contavam com diferentes motivações, distintos graus de enfrentamento e animosidade, e durações diferenciadas), convém destacar como as referências religiosas, lideranças e publicações do período foram apropriadas e registradas na memória dos militantes do MST, e como têm sido objetos de constantes reatualização e ressignificação.

Corso (2012) afirma que, mesmo com a autonomia do MST em relação à Igreja, isso não significou que os elementos religiosos desapareceram da luta pela terra. Pelo contrário, muitos elementos foram incorporados no Movimento, expressos na simbologia e no ritualismo do MST. Chaves (2000) destaca as alusões bíblicas em vários momentos da marcha que acompanhou no ano de 1997. Para a autora, a autonomia política foi conquistada, no entanto a visão de mundo religiosa ainda é possível dizer que se encontra presente no MST. Mesmo com a substituição da cruz pela bandeira do Movimento, no ano de 1987 (CHAVES, 2000), identificamos as heranças da Igreja na ritualística da mística e nos recrutamentos de militantes para novas ocupações de terra. A conquista da terra, muitas vezes, continua a ser apresentada como um direito divino, como nas “Romarias da Terra”. A 1ª Romaria da Terra, realizada em Santa Catarina, ocorreu em Taquaruçu, em 1986, e a 3ª Romaria da Terra, do estado do Paraná, ocorreu no município da Lapa, no ano de 1987, cujo propósito era rememorar a luta pela terra dos caboclos do conflito denominado “Guerra do Contestado” (1912-1916), envolvendo os estados do Paraná e de Santa Catarina. De acordo com Schreiner (2012), os locais onde se realizaram as romarias se transformaram em “[...] *locus* de memória, substrato material da história que estabelece um vínculo do vivido presente com as experiências do passado”. (SCHREINER, 2012, p. 186).

---

<sup>29</sup> Na ocasião, tinha um grupo de religiosos da Holanda atuando na Paraíba.

Outro exemplo da relação entre as experiências do passado com o presente é a ocupação de terra realizada em abril de 1991, no local da antiga Fazenda Caldeirão, situada no município do Crato (CE). Na Fazenda Caldeirão, ex-propriedade do padre Cícero, famílias seguidoras do padre Lourenço se instalaram no final dos anos 1920, onde desenvolveram trabalho comunitário e recebiam conforme a necessidade individual. Em 1937, após sete anos de ataques, a comunidade foi dizimada com um bombardeio aéreo pelo exército brasileiro. O Caldeirão tornou-se um símbolo de resistência e de luta pela terra. O MST considerou a ocupação de 1991 como a continuação da experiência dos dois mil lavradores do começo do século XX. Ao fazer isso, manejou crenças e elementos da religiosidade popular, possibilitando a adesão e o apoio da comunidade. “O caldeirão será mais uma vez exemplo de organização e produção dos trabalhadores. O MST veio reacender o sonho histórico dos lavradores de uma vida digna e livre” (TERRA, 1991a, p. 6).

Para Mello (2011), essa relação entre a Igreja e o MST é resultante da combinação entre o marxismo e as resoluções do Concílio Vaticano II. O depoimento de Dilei expressa este “casamento” entre o marxismo e a religião. “O MST foi de grandiosidade de saber casar a teoria cristã e a teoria marxista, e com isso impulsionar a organização. De não negar o marxismo e de respeitar a cultura popular”. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

O relato abaixo sintetiza, de forma lúdica, a discussão apresentada até aqui. Mello (2011), na sua dissertação de mestrado, descreverá, em detalhes, o cenário da realização do XXII Encontro Estadual do MST-CE – de 18 a 20 de dezembro de 2009. A data marca os 25 anos de existência do MST nacional e os vinte anos do MST/Ceará. A intenção, ao “recuperar” um evento regional, é demonstrar o diálogo entre o MST e a Igreja e a coexistência dos valores e princípios cristãos com a orientação marxista. Existiam, na decoração interna e externa, inúmeras frases, cartazes e faixas com os nomes de teóricos, militantes e religiosos que serviram e servem como referência para a atuação do MST (aqui nos reportamos apenas aos nomes das referências mencionadas pelo autor). Mello (2011) narra, em duas partes, o local e a distribuição dos escritos envoltos na decoração, sendo que estes são igualmente integrantes da decoração. Em uma faixa encontra-se o seguinte:

Denir, militante sem terra na região de Ocara (CE); Olga Benário, revolucionária comunista enviada pelo PC russo ao Brasil; e Rosa Luxemburgo lembrados com as respectivas frases: “Se eu morrer continue a luta. Se alguém morrer, continuarei lutando”, “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo” e “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem” (MELLO, 2011, p. 112).



Em paralelo, em meio a cestos de palha amarrados ao arame, apareciam os nomes de líderes de movimentos sociais de diferentes períodos históricos, tais como:

Zumbi dos Palmares, o contestador da escravidão negra; Paulo Freire; Frei Tito, frade dominicano torturado pelos militares; e Irmã Dorothy Stang, religiosa assassinada a mando dos latifundiários paraenses em 2005. Integrava o painel o nome de João Sem Terra, um histórico militante do MST cearense falecido em 2008 (MELLO, 2011, p. 113).

Os nomes das lideranças homenageadas no encontro cearense expressam à mescla, as contradições, a confusão teórica e um formato de apropriação de distintos matizes que se mantêm no MST desde a sua criação. Ficam expressas, por um lado, a coexistência de referências religiosas (resultado do trabalho das CEBs e Pastorais, mas não exclusivamente, pois não podemos desconsiderar a formação sociocultural do povo brasileiro) e, por outro lado, as referências ao marxismo clássico. Neste caso, em particular, são homenageadas basicamente mulheres. Não é o propósito do debate no momento, mas cabe o registro de que a maioria das lideranças no estado do Ceará são mulheres, a exemplo de Fátima Ribeiro, Irmã Cleide, Dona Maria Lima, o que justificaria um cartaz privilegiando as mulheres revolucionárias. A homenagem também demonstra um esforço em construir seus próprios líderes, sujeitos anônimos, que têm suas lutas rememoradas coletivamente.

Nas falas dos militantes migrantes, identificamos uma relação contraditória com a Igreja, ora emancipatória, ora paralisante. No Jornal Sem Terra n. 47, de setembro de 1985, encontramos uma reportagem sobre os dez anos da CPT. Nesse momento ainda é possível perceber a vinculação da Igreja com o MST, seja através de suporte humano, material e logístico, seja através da visão de mundo ainda fortemente influenciada pelos valores cristãos. Ocorre, todavia, a partir da política de deslocamento de militantes um processo por autonomia política e independência financeira, onde o MST busca se desvincular das organizações e entidades aliadas. Para tanto, atuou no fortalecimento de espaços próprios de discussão e na formação de uma “identidade sem-terra”. As transformações verificadas nos dez anos seguintes coincidem com as nossas balizas temporais (1985-1995), e refletiram na elaboração da II Programa de Reforma Agrária (1995) e no III Congresso Nacional do MST (1995), cuja discussão será realizada no segundo capítulo.

### 1.3 APONTAMENTOS SOBRE O CAMPESINATO BRASILEIRO: VIDA E TRABALHO

Bate a enxada no chão  
Limpa o pé de algodão  
Pois pra vencer a batalha,  
É preciso ser forte, robusto, valente ou nascer no sertão  
[...]

Sertanejo do norte  
Vamos plantar algodão  
Ouro branco que faz nosso povo feliz  
Que tanto enriquece o país  
Um produto do nosso sertão.

Algodão. Luiz Gonzaga, 1953.

O debate teórico acerca do campesinato é relativamente recente no Brasil. De acordo com Martins, J. (1995), as palavras “camponês” e “campesinato” foram introduzidas na década de 1950, quando estudiosos e militantes de esquerda sentiram a necessidade de definir a ação de camponeses posseiros e foreiros que, ao se organizar em associações, passaram a reivindicar a manutenção de seus direitos frente aos proprietários. Antes disso, o trabalhador do campo não possuía uma definição genérica, contando com definições particulares de acordo com a região em que residiam. Para Martins, J. (1995), o campesinato brasileiro é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. O camponês, portanto, historicamente, não detém a propriedade da terra, sendo definido pelo autor como “desenraizado, migrante e itinerante”.

De acordo com Wanderley (2009), para compreender o campesinato brasileiro é preciso levar em consideração a existência de uma grande fronteira de terras livres ou passíveis de utilização através dos mecanismos de ocupação e posse<sup>30</sup>. Para José de Souza Martins, J. (1995), a luta pela terra, em especial na ocupação das fronteiras, resulta de um confronto entre duas concepções distintas de propriedade. De um lado, a propriedade “capitalista”, absoluta, e, por outro lado, o sistema de posse, então “[...] praticado por pequenos agricultores, que não implica a propriedade absoluta da terra, mas o controle dos processos de trabalho, dos seus instrumentos e, sobretudo, dos resultados de produção” (WANDERLEY, 2009, p. 21). Esta tese de polarização entre duas formas sociais de propriedade é contestada por alguns autores, que afirmam que os camponeses não

---

<sup>30</sup> Segundo Barcellos (2008), a expressão “posseiro” tornou-se referência de luta pela terra no pós-1945, momento em que o país vivencia um projeto industrializante. O sindicalismo rural desponta trazendo a necessidade de criação de entidades de representação. No contexto do Rio de Janeiro, as categorias “posseiro” e “grileiro” só ganham sentido uma em relação à outra e não podem ser dissociadas (GRYNSZPAN, 1987 apud BARCELLOS, 2008).

necessariamente as compreendem como um embate entre concepções opostas de propriedade ou formas antagônicas de ocupação.

Woortmann (1997) é enfática dizendo que no Brasil se utilizou a violência dos papéis, referindo-se ao fato de que os camponeses eram deslegitimados nos cartórios. Esses, por sua vez, não reconheciam o direito de uso e o resultado do trabalho dos camponeses. A partir de 1945, verifica-se, no cenário nacional, um esforço de articular as lutas no campo com outras forças políticas. Durante o período da década de 50, não era permitida a sindicalização dos trabalhadores rurais. A legislação trabalhista e o direito de representação legal surgiram nesse período com o propósito de enfraquecer o papel das Ligas. A ideia sugerida era transferir um sentido de ilegalidade para as Ligas ao associá-las ao PCB.

Andrade (2005) discorre sobre processo de eliminação da figura do foreiro na região açucareira, a partir dos anos 1950. Com a crise do açúcar no cenário internacional, os trabalhadores também passaram a ser expulsos, na maioria das vezes sem a restituição do valor da lavoura e das benfeitorias. A economia da cotonicultura ocupava um espaço considerável na produção nordestina, sendo comum a presença de descaroçadores de algodão nos engenhos de cana – os proprietários compravam a produção dos pequenos proprietários, principalmente dos estados de Alagoas e Paraíba. Esses trabalhadores geralmente moravam e trabalhavam em áreas mais distantes da usina. Durante a época do plantio e da colheita, disponibilizavam os dias de trabalho gratuito ao proprietário, o chamado “cambão”. Conhecidos como trabalhadores de “condição”, entregavam parte da produção ou pagavam o foro ao proprietário.

A moradia foi uma prática bastante disseminada nos sertões nordestinos e que extrapolava a relação de produção, embora a ela estivesse permanentemente articulada. Resumidamente, tratava-se de uma combinação entre a tradicional exploração fundiária e uma forma de trabalho agrícola não-capitalista. Era uma forma de sujeição, na qual os acordos com o proprietário envolviam toda a família na execução das tarefas e na dependência pessoal de subsistência/habitação/trabalho na propriedade. Os proprietários preferiam o sistema de moradia em detrimento da parceria, pois recorrentemente aumentavam os encargos/obrigações do morador. Os trabalhadores eram obrigados a comprar os itens alimentares e do vestuário no “fornecimento”, dentro da própria propriedade. O patrão, muitas vezes, servia como único elo entre o morador e o mundo fora da propriedade.

Nas décadas de 1970 e 80, ocorre a crise do algodão, e muitas famílias são expulsas das propriedades do Nordeste brasileiro. Além do desinteresse internacional pelo produto, o Brasil, através da SUDENE, passou a estimular novos investimentos na agroindústria, sem

que ocorresse a absorção desse contingente populacional. Com o desmonte da cotonicultura, os pequenos proprietários também foram prejudicados, já que o cultivo se dava, hegemonicamente, em pequenas propriedades e com a utilização de mão de obra familiar. Os trabalhadores rurais passaram a ser expulsos das grandes propriedades – de diferentes formas, inclusive com o uso da força física –, e dada a impossibilidade de se reproduzirem nas pequenas propriedades, intensificam-se os conflitos no mundo agrário nordestino. O aumento da renda, o uso da violência física e a destruição das casas (para evitar o retorno dos trabalhadores) foram as práticas mais utilizadas para a expulsão dos trabalhadores.

As ações governamentais, ainda na década de 1980, também modificaram as relações na agroindústria açucareira, causando uma crise no setor. O governo (diante das pressões internacionais para a livre concorrência, da crise econômica da década de 80, da má gestão do Instituto do Açúcar e do Alcool e da falência do Pró-Alcool) se “retirou” da economia, suprimindo os subsídios que asseguravam o preço da cana e do açúcar, privatizando as exportações (então realizadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool) e permitindo a elevação da taxa de juros. De acordo com Andrade (2005), diante da falta de proteção do Estado, muitos fornecedores de cana-de-açúcar e industriais do açúcar faliram. Outros tantos conseguiram se reestruturar, contando com o incentivo do governo para a articulação dos complexos industriais, conforme abordamos no tópico 1.1.

Paralelamente ao processo de expulsão ocorreu uma intensificação dos conflitos agrários, sendo possível a atuação dos movimentos sociais e religiosos, a articulação junto ao MST e a efetiva ocupação de terras. Sigaud (2004) estabelece ligações entre as lutas por direitos (referindo-se às lutas trabalhistas) e as lutas por terra e reforma agrária. Os atores desse processo, muitas vezes, são os mesmos. Os trabalhadores envolvidos nas greves da década de 1980 eram aqueles que ocupavam terras com o MST nos anos 90 e que, por sua vez, foram expulsos na década de 70 de seu território, conforme relato de Lygia Sigaud. As avaliações que existiam entre as lideranças do MST, em fins da década de 80 e início dos anos 90, eram que a crise nas economias do algodão (Ceará e Rio Grande do Norte), do cacau (Bahia e Zona da Mata pernambucana) e canavieira (Maceió e Pernambuco) potencializaria o crescimento do MST nacionalmente. Ou seja, que o agravamento da situação de miséria e de desemprego, aprofundada pelas sucessivas secas, da população nordestina, contribuiria no

processo de aproximação do MST<sup>31</sup>, na medida em que se rompiam os laços baseados no uso comum na terra, estabelecidos através dos sistemas de parceria e moradia.

O conjunto dos conflitos fundiários mencionados acima, evidentemente, foi decisivo para a emergência e a consolidação destes sujeitos (camponeses pobres que sofreram influência da Igreja e dos movimentos sociais). Os conflitos estouraram em meio à crise do latifúndio como modo dominante da vida produtiva no Nordeste e, associados ao esgotamento da economia algodoeira dos anos 1970, provocaram um colapso na base de sustentação política dos grupos dominantes. Por outro lado, a crise modificou as possibilidades de sobrevivência no mundo rural, provocando uma fissura nas relações de dominação, até então baseadas na reciprocidade desigual entre moradores e proprietários. A modificação destas estruturas ocasionou alterações na experiência individual e coletiva desses indivíduos, exercendo pressões sobre as percepções culturais acerca dos conflitos vivenciados e dos lugares historicamente atribuídos aos sujeitos do campo (THOMPSON, 1981).

Semelhante reflexão é apresentada por Bernadete Castro Oliveira (2009) ao tratar de situações em que grupos camponeses são expostos a experiências de transformações do seu modo de vida:

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que destrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagens, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido de reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protegem do presente e preveem o futuro. (OLIVEIRA, B., 2009, p. 193).

No livro “Um saber necessário – Os estudos rurais no Brasil” (WANDERLEY, 2011), Maria de Nazareth Wanderley dialoga com a antropóloga Lygia Sigaud sobre o significado que os trabalhadores, ex-moradores das plantações de cana-de-açúcar na Zona da Mata em Pernambuco, atribuem para as transformações vivenciadas por eles. Sigaud (1979, apud WANDERLEY, 2011, p. 50) diz: “Também na cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco, assiste-se à expulsão dos antigos moradores dos engenhos e sua instalação nas periferias das cidades”. Para a autora, esse momento corresponde à “dissolução” do tradicional sistema de moradia, o que significa segundo Sigaud “[...] a expropriação do morador de determinadas condições de produção e garantias de existência que eram asseguradas pelo sistema de

---

<sup>31</sup> Essa visão homogeneizante do Nordeste foi problematizada e revisitada pelos integrantes do MST. De acordo com as observações de Jaime Amorim, o processo ocorreu de forma distinta, contrariando os prognósticos dos militantes migrantes e a crença no potencial destas regiões.

morada” (SIGAUD, 1979 apud WANDERLEY, 2011, p. 50). A situação do trabalhador, considerado “volante”, torna-se ainda mais precária se comparada com um morador, trabalhador do engenho, porque trabalhar para um patrão significa dispor de um sítio, ou pelo menos de uma casa para morar. Essa relação contraditória, por sua vez, permite a manutenção e a transmissão de um modo de vida camponês (WANDERLEY, 2009).

Moacir Palmeira (2009 [1977]) aborda quais as condições que diferenciam um “morador” dos demais trabalhadores. O trabalhador só passa a ser “morador” quando estabelece uma espécie de “contrato”, vinculando-se a um engenho particular. Nesse engenho, ele passa a morar numa casa (diferente do rancho destinado aos corumbas, por exemplo), que representa mais do que a simples construção, estendendo-se ao terreno anexo à casa. Dessa forma, a morada é que permitirá a sucessão da relação de trabalho aos trabalhadores. Segundo Micaelo (2014, p. 9), ela encontra-se inserida “[...] num esquema estratificado onde se dá uma intensificação dos direitos de propriedade perpassando o direito de acesso ao trabalho, à casa de morada, e a possibilidade de transmissão temporal da terra”. Este sistema sofreu uma profunda transformação a partir das décadas de 1950 e 60.

De acordo com Medeiros (2011), Menezes (2012) e Wanderley (2009), a autonomia do campesinato é sempre relativa e condicionada por elementos externos e internos. Trata-se de imposições comerciais, climáticas e de relações estabelecidas com o conjunto da sociedade, as quais interferem no interior do modo de funcionamento do campesinato. Sobre o grau de autonomia, Wanderley (2009) estabelece dois eixos, que atuam de forma complementar. São eles a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. A junção desses elementos define as características do sistema de produção, sua dinâmica de funcionamento, a qual incide diretamente sobre a formação do que a autora define como “constituição do patrimônio familiar”.

De acordo com Wanderley (2009), a convivência do camponês com outros atores sociais estabelece múltiplas relações e desenvolve uma forma particular de sociabilidade. Essa convivência é que proporciona a formação de um “patrimônio sociocultural”, que se pode definir como uma cultura própria, ou nas palavras dela: “[...] uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local” (WANDERLEY, 2009). Para a autora, os trabalhadores rurais constroem formas de apropriação de bens materiais e sociais, que se apresentam como valores de referência, ícones de um modo de vida em oposição às formas de exploração e de desqualificação a que são submetidos. Isso nos remete a duas questões: a primeira refere-se à capacidade de adaptabilidade dessa categoria social e sua dimensão educativa; e a segunda, estritamente vinculada à primeira, é que essa

adaptação somente é possível pela existência de um “patrimônio sociocultural”. Assim, a manutenção desse patrimônio é que permite, mesmo diante da precariedade e da instabilidade das condições de vida e trabalho, a (re)construção de mecanismos de conservação, transmissão e reconstituição de um modo de vida familiar inerente à condição camponesa (WANDERLEY, 2009).

Chayanov (1924 [2014]) analisou a introdução do modo de produção capitalista no campo e suas consequências para o campesinato europeu no início do século XX. No entanto, o que chama a atenção é a atualidade de suas reflexões e o quanto elas podem nos servir de “faróis” para entender a realidade do campesinato brasileiro. A família e a relação trabalho-consumo são os elementos centrais na caracterização do campesinato para Chayanov. A força do trabalho familiar é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade; o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Além disso, Chayanov não parte do pressuposto de que exista uma “subordinação dos camponeses” pelas rendas da terra e de sua irremediável inserção na dinâmica do capital, classificando a unidade econômica camponesa como não-capitalista pela ausência do trabalho assalariado. Em outras palavras, a organização de seu trabalho está condicionada ao destino que é dado para a sua produção. Já Lamarche (1993) estabelece uma distinção entre as unidades de produção camponesa e outras consideradas de subsistência, a partir dos objetivos propostos pelos agricultores (para si e sua família) e do nível de desenvolvimento dos contextos socioeconômicos em que estão inseridos. E continua: “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar” (LAMARCHE, 1993, p. 270).

Sobre o aspecto da subsistência na região da Zona da Mata, observamos as “leituras” de dois dirigentes: Jaime, que vive desde 1989 em Caruaru (PE), e Bellé, que esteve em Alagoas no ano de 1989, conforme podemos observar.

*O pessoal perdeu assim a cultura camponesa de produzir devido à monocultura. Quando nos chegamos tanto na Zona da Mata como na Bahia, a tendência era a subsistência, mas essa era a grande vantagem. A terra representava para ele a possibilidade dele morar, dele viver e de produzir comida. É difícil até de a gente entender. Isso já era o suficiente, já era a grandeza, aquilo que a reforma agrária*

*produzia, produzia gente, gente com terra.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

*Não tinha o hábito de construir a subsistência. O sertanejo já era mais extrativista. O cooperativismo começou a se dar a partir dessas experiências. Muito difícil, mesmo no Sul. Quando se chega no lote, aí tem os limites jurídicos e tal. A chamada era essa: se a gente se junta consegue produzir para a subsistência.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

As falas deixam evidente que a própria subsistência do camponês estava ameaçada e pontuam os desafios do MST para estruturar a produção de forma coletiva, sobretudo na região da Zona da Mata Pernambucana. Dadas às dificuldades organizativas, as falas chamam atenção pela relativa comemoração da perda da “cultura camponesa”. Evidentemente, não se trata de festejar os dilemas dos camponeses, pelo contrário, cabe chamar a atenção à positividade demonstrada pela ruptura causada pela monocultura com um passado comunitário, localizado e territorializado. Para o MST, esta associação com o passado sinalizara o “retorno” de uma forma de produzir que, minimamente, assegurasse a subsistência. No depoimento de Bellé destacamos a menção sobre a criação de gado. Ela quase sempre foi subsidiária à economia da cana-de-açúcar, seja no uso da tração animal nos engenhos ou para o transporte. Em geral, era praticada por homens que possuíam poucos recursos e não queriam se submeter ao rígido controle dos engenhos. A pecuária extensiva ocupava as áreas de Alagoas, drenadas pelo rio São Francisco, e se expandia pelos vales do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 2005).

Para Wanderley (2009), o que ocorre nas situações descritas acima é o distanciamento do formato tido como “sistema tradicional de produção camponês” (combinação entre policultura e pecuária), que busca obter maior diversidade. Sobre esse aspecto, a autora diz que

[...] a agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência. Há situações em que, por razões históricas e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando à sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. A constituição do patrimônio perde aqui sua força estruturadora (WANDERLEY, 2009, p. 162).

Como é o caso da Zona da Mata em Pernambuco, região com forte presença de usinas de cana-de-açúcar, onde as características desse campesinato são determinadas pela precariedade e instabilidade das condições de vida e de trabalho.

Para os militantes migrantes, as dificuldades organizativas na região se avolumaram diante da degradação da vida humana e da herança de submissão ao senhor de engenho.



*A propriedade privada representava bastante coisa. Por isso, ele tinha a vontade de ter título da terra. Dizer isso aqui é meu, não é mais do fazendeiro [...]. Eu tenho aqui a minha comida, minha farinha, meu feijão, minha vaquinha, minha cabra, então, aqui eu vivo e não preciso depender dos outros.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

A dinâmica de funcionamento voltada para a subsistência dos trabalhadores rurais (através da aquisição de bens de consumo) era uma das questões que dificultara a aceitação das propostas de coletivização:

*Na Zonta da Mata ele não tinha cultura de camponês. Ele tava ali muito mais para garantir a moradia. Mas se ele pudesse ainda trabalhava para poder ganhar o dinheiro dele. Por quê? Tanto aqui [referindo-se ao corte da cana] quanto no cacau o pagamento normalmente era semanal. Então, tu trabalhavas durante a semana e o pagamento se dava na sexta-feira, no sábado. Tu não tinhas essa ideia do trabalho mensal que é próprio de uma região operariada [...] tudo que ele comprava na feira é o que ele conseguiu trabalhou naquela semana. Então, quando ele vai pra roça, terra isso é um problema, porque ele não consegue planejar a produção a longo prazo. Bom, eu vou plantar café! O café vai me dar daqui um ano. E o que eu vou fazer nesse período?* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

As duas falas tratam dos sentidos e interesses divergentes dos camponeses frente às propostas das lideranças do MST. Torna-se evidente a recusa por parte dos trabalhadores quanto à proposta de coletivização do MST, sobretudo pelo receio do controle externo no âmbito produtivo. Uma das possibilidades interpretativas, sugerida por Jaime, é que devido à precariedade das condições de vida e trabalho dessas comunidades, não existiria mais uma tradição camponesa. Os trabalhadores, movidos por atender suas necessidades mais básicas, atuavam no imediatismo<sup>32</sup>, buscando uma contrapartida financeira onde fosse possível. Ao atuarem no imediatismo estavam mais propensos a viverem de “bicos” ou “biscates”, ou se acomodarem com ações emergenciais e assistencialistas, não despertando o que podemos definir como “tempo do camponês”. A organização ocorreria somente para a conquista da terra (o que entraria em contradição com a proposta de vivência e experimentação dos acampamentos do MST) e depois se dissiparia, não acumulando em termos orgânicos para o MST e gerando empecilhos para estruturar a produção, através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs).

A proposta do MST (1989b) de estruturação da produção a partir de cooperativas, pautada na experiência do Sul, esbarrará em elementos de ordem econômica, cultural e

<sup>32</sup> A utilização do termo “imediatismo” pode parecer contraditória nesta tese. O fato deve-se à relação dual que o MST estabelece com o termo, dependendo do contexto e dos objetivos. Por exemplo, na esfera da organização política (MST), ele deve ser superado, enquanto que no âmbito do movimento de massa é funcional, podendo figurar de forma positiva na fala dos militantes.

política. A simples “associação” já cumpria o papel de intermediárias na comercialização dos produtos, e apenas com o CNPJ da associação os trabalhadores conseguiam atuar na captação de recursos financeiros e materiais. Assim sendo, não necessitam participar de reuniões para definir a produção, a forma de produzir, o que produziriam, como e quanto receberiam no trabalho coletivo no interior de uma cooperativa.

A “perda da cultura camponesa”, decorrente da monocultura e das instáveis relações de trabalho, é considerada a principal responsável pela resistência à proposta cooperativista do MST. Para os militantes migrantes, a explicação para a não adesão dos camponeses repousa na crença da negação de um novo “formato de submissão” – agora representado pela figura do dirigente político –, resultado do histórico de sujeição das comunidades nordestinas. De acordo com as observações de Chaves (2000), muitos camponeses compreendem o trabalho coletivo como negação da autonomia – nas palavras de um militante: “eles se sentem empregados, não donos da terra”<sup>33</sup>, sendo recorrente na literatura o registro das resistências ao formato de trabalho coletivo, optando-se pelo individual. O depoimento de Dilei demonstra a complexidade das relações e as dificuldades encontradas para se implementar uma prática cooperativista.

*O Nordeste tem uma resistência enorme pelos sistemas cooperativistas. Por quê? Teve um determinado período histórico que a própria elite assumiu a cooperativa agrícola. Foram cooperativas, com donos, com poderes centralizados, cooperativa de nome, porque se todo o lucro era para beneficiar grupos ou indivíduos. E elas foram criadas de cima para baixo. [...] Então, culturalmente você tem algumas dificuldades de implementar a cooperação pela sua formação histórica, de assalariada. Porque ele já viveu de uma forma hierárquica ou patronal. Quando ele sai da usina, eu quero o pedaço de terra. É um processo muito, que demora muito tempo. É tem que fazer grupos pequenos. Não é muito fácil tu convencer o assalariado para viver a cooperação. Por vários fatores: a forma como ele produzia, a perda da cultura camponesa. Assalariado perde a cultura camponesa. Então, você tem que recuperar. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Wolford (2010) narra as dificuldades de comunicação na definição dos projetos de produção. A decisão do que priorizar na produção, segundo a autora, foi centralizada pelas lideranças. Não houve um processo de consulta aos assentados, entre outros motivos, pela resistência a outra cultura que não fosse a cana-de-açúcar. As justificativas de Dilei refletem as considerações de Wolford (2010), e encontram eco nas acusações dirigidas aos militantes sulistas durante o processo de expansão do MST para o Nordeste.

A falta de uma tradição camponesa, marcada pela presença da monocultura nos estados nordestinos; a instabilidade dos vínculos nas propriedades e das relações trabalhistas;

<sup>33</sup> Elemento observado por Chaves (2000) durante a pesquisa de campo.

o pequeno e lento retorno financeiro e o fracasso de muitas experiências autogestionadas; a pouca disponibilidade de mão de obra qualificada para acompanhamento e assessoria técnica nas cooperativas; a dificuldade de mercados consumidores fixos; a limitação de subsídios agrícolas e a pouca clareza na implementação do projeto político e econômico por parte do MST, são alguns dos fatores que impediram o crescimento e a adesão de um maior número de camponeses aos empreendimentos cooperativos. Soma-se a isso uma herança de submissão e de controle por parte dos latifundiários e usineiros, da qual os trabalhadores buscavam distanciamento.

João Augusto de Andrade Neto (2015), em “A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais”, questiona a influência leninista acerca da cooperação. Observamos que, gradativamente, o MST busca se distanciar da proposta de exaltação dos valores morais camponeses, ou de cunho religioso, com a adoção de práticas mais racionais de cooperação e coletivização, baseadas nas experiências históricas socialistas. Conforme abordaremos no segundo capítulo, além da organização e comercialização da produção, a implementação de propostas e práticas de cooperação nos assentamentos apoia-se na política de “liberação de quadros” do MST, voltada ao fortalecimento da organização. Os assentados que aderiam à proposta de cooperação do MST passaram a contribuir para que algumas lideranças mais destacadas em seus assentamentos se deslocassem para outras regiões do país para organizar novas ocupações, nacionalizando sua atuação (ANDRADE NETO, 2015).

Por outro lado, sob a influência do leninismo, o MST adotou a tese da produção coletiva como sendo oposta ao que consideravam, pejorativamente, como o “individualismo” camponês, isto é, seu apego à propriedade individual da terra e ao trabalho organizado autonomamente pela família em seu estabelecimento produtivo, com bases artesanais. Desdobramentos dessa concepção, identificamos, por exemplo, na justificativa utilizada por Jaime Amorim para a não adesão dos camponeses à cooperação. Para o entrevistado, o individualismo e o histórico de submissão na cultura da cana-de-açúcar dificultariam a adesão ao modelo cooperativista. Esta interpretação negativa do individualismo resulta de uma leitura do MST a respeito da relação entre ideologia e condições materiais, na qual o autointeresse é uma “sub-ideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção” (MENEZES, M. e WOLFORD, W, 2005, p. 7). Esta “sub-ideologia”, de acordo com o MST, permearia a consciência popular das comunidades camponesas, manifestando-se no apego pela propriedade privada e no privilegiamento do “individualismo”. De acordo com Andrade Neto (2015), fica claro que a organização dos assentados, materializada através da Comissão

Nacional dos Assentados (CNA), foi desde o início pensada para o desenvolvimento da “consciência social” dos assentados, no sentido de atingir o status de “consciência política”, tendo como base a crítica ao capitalismo e a inserção numa organização classista de caráter socialista.

O MST e os demais movimentos sociais do campo, por sua vez, entendendo as limitações da exploração agrícola camponesa, apontam para a organização cooperativista como alternativa de garantir a reprodução da própria unidade de produção camponesa, de forma associada. Ou seja: “Se coloca a necessidade de se pensar a cooperação em termos de processo de produção como produção ampliada com ganhos de escala, indo além do feito tradicionalmente no nível da circulação de mercadorias” (RIOS, 2006, p. 2). Nessa produção ampliada, insere-se a agregação de valor, via beneficiamento e agroindustrialização. Essa cooperação econômica, para o MST, pressupõe um projeto coletivo de mudança sociopolítica, com uma base social de interesses convergentes, do contrário, se tornaria uma abstração. Possuímos, então, três elementos nesse entendimento do termo “cooperação”: processo produtivo, projeto político e convergência objetiva de interesses (DEBIASI, 2008).

A despeito das acusações de “interferência sulista” e “não respeito à cultura local”, estava atrelada a ideia de que os sertanejos são acomodados e facilmente influenciáveis, devendo, portanto, serem conduzidos. Esse debate já foi realizado nas instâncias do MST, sendo admitido que, possivelmente, houve excessos e equívocos<sup>34</sup> na condução política. Para além da transcrição de autocríticas, o mais importante é perceber a origem dessa forma de conceber a militância e o papel que caberia a cada sujeito no processo de expansão do MST. Evidentemente que existe nuance na aplicação das diretrizes de militante para militante e de local para local e, ainda, que a inserção dos dirigentes no Nordeste contribuirá para a revisão de várias posições e posturas adotadas pela Direção Nacional nos primeiros anos de existência do MST. A explicação acima é importante para compreendermos a resposta dada por Dilei quando questionada sobre a pouca aceitação e adesão dos sertanejos na organização das cooperativas. Para ela:

*O povo daqui ele sempre dependeu de alguém para viver, porque para entender o Nordeste, precisa entender como funcionava o coronelismo. Os coronéis no Nordeste eles eram padrinhos, avós. Uma relação recíproca entre o coronel e o morador. O coronel que dava o leite. E por essa relação as pessoas têm dificuldade para tomar iniciativas. Porque historicamente eles dependiam de alguém para sobreviver. Então, você precisa criar instrumentos organizativos para elas tomarem a iniciativa. E eu acho que no Sul isso é um pouco diferenciado. Eles não esperam por alguém. Mas, por exemplo, eu tô lá no acampamento, eu não vou te consultar se*

<sup>34</sup> O assunto será retomado no quinto capítulo.

*eu posso plantar feijão atrás do barraco. Eu não, eu vou lá e planto. Aqui não.*  
(Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

A forma de agir dos sertanejos, segundo Dilei, é resultado da histórica relação de submissão e dependência entre os trabalhadores e os patrões no âmbito das fazendas, engenhos e usinas. Tais práticas também são identificadas na atuação das Federações e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), contribuindo para uma concepção de direito baseada em relações clientelistas, onde os trabalhadores atuavam com o objetivo de obter o máximo de segurança e proteção. A natureza dessa relação, por sua vez, comprometia o trabalho das lideranças do MST. Apesar do potencial quantitativo na região e das condições propícias à desobediência civil, dado o quadro de fome, pobreza e seca, os militantes relatam as dificuldades de adesão dos camponeses às ocupações de terra e os limites para aplicação dos princípios da direção coletiva, da horizontalidade e da autonomia. A contraposição entre “tomar a iniciativa” e a inserção dos camponeses no coronelismo é muito forte e nítida. O processo de questionamento e ruptura com as relações sociais, políticas e religiosas a que se encontravam submetidas às comunidades rurais, é um processo complexo, tortuoso e repleto de contradições. O depoimento de Bellé nos fornece elementos para compreender o domínio do coronelismo:

*Até você mostra toda a questão da alienação, de determinadas posturas, seja religiosas ou não. É um processo que é mais longo. A pessoa tem que ir adquirindo uma maturidade, um desenvolvimento de consciência. Isso não é automática. Mesmo a forma de luta, ela não é automática. Imagina para alguém que tem o dono do engenho como padrinho dos seus filhos e você ocupar a terra dele. É um salto de capacidade, de compreensão, de identificação, de elementos outros possíveis, altíssimo. Mas, é um gesto fácil, se for olhar para trás hoje. Mas imagina quem está naquele lugar.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Para Welford (2010), a forma de ver o mundo dos assentados entra em choque com noções universalistas de “direitos humanos” e “cidadania”, portanto, eles acreditam não possuírem o direito de ter algo de outrem. Realizado esse diagnóstico, o MST programa uma espécie de exercício, a realizar-se após a ocupação de terra, denominado “Laboratório de Centro”. O objetivo do exercício consistia em demonstrar que o camponês, agora integrante do MST, tinha condições e era capaz de construir sua autonomia política e econômica. Essa questão será objeto de discussão ao longo do segundo capítulo, ao abordarmos a trajetória de estruturação e nacionalização do MST, com destaque para a política de deslocamento de militantes e para as ocupações de terra.



## 2 “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”: O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO MST

Desamarrar as vozes, de sonhar os sonhos:  
 escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e  
 descubro o real maravilhoso no exato centro do  
 real horroroso da América.  
 Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a  
 morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa  
 é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos  
 medos nascem as coragens; e das dúvidas, as  
 certezas. Os sonhos anunciam outra realidade  
 possível e os delírios, outra razão.

Eduardo Galeano, 2002

Neste capítulo abordaremos a constituição e as transformações vivenciadas pelo MST durante as décadas de 1980 e 1990. Para tanto, discutiremos as influências políticas, teóricas e religiosas, destacando a versatilidade e a adaptabilidade do Movimento. Apresentaremos as características do militante sulista e os elementos que constituem um “padrão de militância”, refletindo sobre os mecanismos de alcance, acomodação, adaptação, enfrentamento e recusa diante da heterogeneidade de cenários nordestinos. Em seguida, problematizaremos o entendimento sobre o(s) significado(s) da primeira ocupação de terra (FERNANDES, 1999) no processo de estruturação do MST nos estados brasileiros.

### 2.1 FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E OBJETIVOS DO MST

Os trabalhos de Fernandes (2000), Fernandes e Stedile (1999) e Medeiros (2003) apontam como marco histórico do surgimento do MST o encontro ocorrido na cidade de Cascavel/PR, em 1984. Participaram deste primeiro encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de treze estados, principalmente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A mobilização foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra e contou com o apoio de bispos e padres católicos ligados ao setor considerado progressista da Igreja, de sindicatos de trabalhadores rurais, de intelectuais e partidos políticos.

O I Encontro Nacional (1984) e a realização do I Congresso Nacional do MST (1985) marcam o coroamento de um processo de lutas iniciado ainda no final da década de 1970, quando são realizadas as ocupações “Macali” e “Brilhante”, na Fazenda Sarandi (RS), devido ao processo de expulsão dos agricultores da reserva indígena de Nonoai. No ano de 1974, o

INCRA verificou a existência de 974 famílias de intrusos no interior das reservas (indígena e florestal) de Nonoai e Planalto. As entidades da Igreja, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e as pastorais, e do campo jurídico apoiavam a causa dos indígenas, porém, eram sensíveis à situação dos colonos que exigiam a posse da terra. De acordo com Tedesco (2012), a questão adquiriu contornos públicos através da transferência do “problema” para o estado que permitiu, no “[...] decorrer de muitas décadas anteriores, a intrusão, o arrendamento de terras, a redução de reservas indígenas e a ausência de representação efetiva” (TEDESCO, 2012, p. 250). Para defender seus interesses, indígenas e colonos utilizaram a violência. Após muitos embates, parte do território indígena foi mantida, no entanto, mais de mil famílias foram expulsas das terras.

Um ano mais tarde, foi organizado o acampamento “Encruzilhada Natalino”, em Ronda Alta (RS)<sup>35</sup>, como forma de pressionar o governo do estado para reassentar as famílias expulsas. Paralelamente, ocorriam, em Santa Catarina, em 1980, as ocupações em Campo Erê, na fazenda Burro Branco, e a organização de vários setores contra a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no oeste do Paraná. Dessa mobilização resultou a criação do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste<sup>36</sup>. As ações do Paraná ocorreram sem vinculação com as manifestações do Rio Grande do Sul, todavia o MASTRO é considerado o precursor do MST no estado do Paraná.

Compreendemos que um breve histórico do MST é necessário para o entendimento da discussão sobre o papel da construção da sua militância. Privilegiamos, nesse sentido, os marcos históricos, reordenamentos e enfrentamentos na trajetória do MST, compreendendo que eles já fornecem elementos suficientes para a compreensão do processo que estamos discutindo. Optamos, portanto, por não apresentar uma cronologia do MST, pois demandaria muito espaço e seria pouco animador para o leitor.

No I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) fica definido quem são considerados os “sem-terra”. O documento define-os como trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: “[...] parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares” (documento interno, 1984). No documento “*Capitalismo e classes sociais no campo*”, o MST discute os dados divulgados pelo Censo de 1985, demonstrando a expressividade dos sem-terra no cenário nacional e regional. De acordo com a publicação

<sup>35</sup> Os primeiros pontos ocupados foram as fazendas Macali e Brilhante, em Sarandi (RS), em 7 de setembro de 1979. Como as áreas não comportaram o conjunto de famílias do estado, as demais foram enviadas para o assentamento Encruzilhada Natalino, composto por seiscentas famílias.

<sup>36</sup> Cf. FERNANDES, 2000 e BRENNEISEN, 2002.



existiam em torno de 23 milhões de trabalhadores no meio rural. Destes, em torno de cinco milhões, são classificados como assalariados rurais (permanentes ou temporários), enquadrados como o “proletariado rural” típico. Segundo os números, representam 22% do total. Os demais, 18 milhões de trabalhadores, vivem em condições de trabalho familiar, “seja como pequenos agricultores proprietários ou posseiros, seja como “sem-terra”, na condição de arrendatários, parceiros, meeiros” (MST, 1999a, p. 520). Na região Norte e Nordeste, o documento refere-se a um contingente de quase 1, 2 milhão de famílias, que são posseiras e não possuem regularização da área que ocupam e trabalham (Ibid, 521). A divulgação destes dados deflagra a situação do campesinato no Brasil, pautada pela busca de um espaço próprio e por legitimidade econômica e política; e sinaliza para o MST as potencialidades organizativas.

Em alguns documentos do MST, em especial no II Programa de Reforma Agrária (1995) os “sem-terra” e o “semi-proletariado” são agrupados na mesma categorização, corroborando com a referência utilizada pelo Censo realizado pelo IBGE. O I Programa de Reforma Agrária do MST estava voltado exclusivamente para a questão da terra, defendendo a legitimidade do próprio Movimento: seus objetivos, princípios e alianças, medidas e ações que modifiquem e regulem o conjunto das políticas agrícolas e a transformação da estrutura fundiária brasileira, via combate ao latifúndio e ao capitalismo. Os adversários tradicionais do MST são os donos de latifúndios ou de propriedades cuja origem é irregular. Recentemente, diante dos próprios desafios políticos enfrentados no cotidiano de sua luta, o MST incluiu nesta categoria o chamado “agronegócio”, que, segundo sua avaliação, além de ser portador de um modelo agrícola historicamente excludente, disputa com a reforma agrária as terras improdutivas (SILVA, 2011).

O MST possui um conjunto de princípios organizativos que definem o seu funcionamento interno, entre eles: direção coletiva, profissionalismo, disciplina consciente, planejamento, estudo, vinculação com a massa e, por fim, crítica e autocrítica. O sentido que o Movimento atribui ao princípio *profissionalismo* extrapola os aspectos relativos à especialidade na realização de uma tarefa ou de um militante, mas sinaliza para a identificação e o estímulo do desenvolvimento das aptidões individuais dos assentados e/ou acampados, designando-os para tarefas específicas.

Como ainda não estava capilarizado, o MST dependia da ajuda e da solidariedade de sindicatos e da Igreja, através de seus membros e das suas estruturas física e financeira, para realizar tais deslocamentos e a consequente expansão. Quanto aos objetivos de expansão do próprio Movimento, encontramos, no item 6 dos “Princípios práticos”, uma parte das

justificativas e motivações para o deslocamento de militantes – “[...] ampliar o movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado”<sup>37</sup> (STEDILE, 2005, p. 178). No Jornal Sem Terra, durante todo o segundo semestre do ano de 1985, observamos essa linha argumentativa, seja convocando tais entidades para atividades conjuntas, seja fornecendo-lhes espaço para expressar suas pautas e opiniões acerca da conjuntura e/ou de um tema específico no jornal, ou, por fim, denunciando perseguições aos militantes sindicais e religiosos.

No I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985), o MST se apresentou como alternativa política e organizativa. Aproveitando o momento da retomada das lutas sociais, pós-ditadura militar, definiu, entre seus objetivos, a nacionalização como prioridade. De acordo com Chaves (2000), o lema do I Congresso do MST estava alinhado com o cenário político pós-regime militar, por isso a associação direta nos seus veículos de informação entre a reforma agrária e a democracia ou a falta dela. A própria palavra de ordem adotada no I Congresso do MST deixa clara a discussão: “Sem reforma agrária, não há democracia”. Para isso, o MST atua em dois polos que se mesclam e se fundem. Internamente, atua como uma organização política, pautada no centralismo democrático; externamente, apresenta-se como Movimento de massa. Ambos operam dentro de uma complementaridade.

O I Congresso também define os princípios: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo. A década de 1980 no Brasil é marcada por uma efervescência política dado o esgotamento da ditadura militar, a atuação dos sindicatos, a pressão pela realização das “Diretas Já”, a elaboração do I PNRA (BRASIL, Decreto n. 91.766, 1985), a aprovação da Constituição Federal (1988) e a realização das eleições presidenciais no ano de 1989; internacionalmente, pela eclosão de vários conflitos armados, como as Revoluções Sandinista (1979) e Salvadorenha ao longo da década de 1980, com expressivo apoio da população camponesa. Toda essa movimentação permitiu um maior contato com a literatura marxista ou de esquerda, e a adoção de distintas leituras e métodos de atuação, balizados pela concepção de socialismo adotada<sup>38</sup>. A fala de Jaime permite-nos ter uma ideia aproximada do espírito de militância que moviam esses jovens: *“Nós queríamos fazer um grande movimento de massa. Ainda tínhamos a perspectiva de fazer a revolução socialista. Tava dada naquele período. Então, tu tinha que fazer um movimento de massa e não era a ideia só do camponês ter terra”* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

<sup>37</sup> Programa de Reforma Agrária do MST – 1984.

<sup>38</sup> No tópico 2.2 apresentaremos algumas associações estabelecidas pelo MST em torno do conceito de socialismo.

Na leitura realizada por Chaves (2000), no I Congresso o MST definiu que seria uma organização autônoma e independente (Op. cit., p. 125), composta por líderes eleitos entre seus membros nas instâncias de deliberação próprias do Movimento, o que reforçara a necessidade de “ruptura” com a Igreja e seus símbolos. No expediente do Jornal Sem Terra de jan/fev de 1989, encontramos a seguinte definição para o MST: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária”. Essa definição aparentemente confusa e contraditória articula-se com os objetivos de autonomia política e financeira expressos no Plano Nacional do MST (1989b) e é reiterada na Carta do II Congresso Nacional do MST (1990).

No ano de 1989 define-se o Plano Nacional do MST com metas previstas até o ano de 1993, incluindo a preparação para o II Congresso Nacional do MST (1990). Os capítulos quatro e cinco nos interessam diretamente, pois tratam da situação do MST e das perspectivas colocadas para o Movimento nos anos seguintes. Rapidamente, apontamos algumas das deliberações mencionadas acima, como, por exemplo, o item 44: “Ampliar a capacidade de organização, mobilização e ação, nos estados onde predominam os trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste”; o item 50: “Desenvolver uma política de organização massiva e de ampliação do Movimento, segundo as regiões prioritárias e de maior concentração de trabalhadores rurais sem-terra”; o item 53: “Preparar quadros em todos os níveis para garantir a resistência massiva nas terras ocupadas”; e o item 54: “Desenvolver a organização dos assentamentos com quadros dirigentes profissionalizados que sejam capazes de dar sustentação e um novo avanço na luta pela reforma agrária”. Esse item articula-se com a orientação de superar o amadorismo nas ações do MST. No último tópico, os objetivos são ratificados, como podemos observar no item 65: “Desenvolver o MST nos estados do Nordeste com uma política adequada à realidade da região”, e no item 71: “Definir uma política de aproveitamento dos quadros existentes, de modo a atender as necessidades do MST a nível nacional e nos estados [...]” (MST, 1989b).

O conjunto de tópicos citados ilustra a ênfase dada na política de deslocamento operada pelo MST nos anos seguintes, elegendo o Nordeste como região prioritária e privilegiada. Trata-se justamente do período em que ocorreu o maior número de migrações para o Nordeste, momento em que os símbolos e resoluções mencionados acima reforçam a necessidade de um salto de qualidade do MST, através da formação de quadros especializados. Busca-se maior autonomia política e financeira, eficiência nas ações e exige-se maior disciplina por parte dos militantes, por isso o rigor na formação dos quadros. Este

mesmo encontro (1989) define o Hino, as Normas Gerais dos Assentados e o Plano Nacional do MST (1989-1993).

Dentro da trajetória do MST é possível identificar três momentos, que podemos definir como de avaliação e de reordenamento frente às alterações na política nacional. O primeiro é caracterizado pela articulação nacional da luta pela terra e, em alguns aspectos, na definição de sua autonomia em relação às instituições que o apoiaram e foram decisivas na sua criação, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O segundo momento, nas palavras de Dalmagro (2002, p.21), pode-se definir assim: a “[...] constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento social de massas”. É nesse período que o MST adquire a identidade de “Sem Terra”. A luta não se encerra somente na conquista da terra. Os assentados mantêm vinculação com o Movimento por mudanças sociais, exprimindo o caráter de organização de massas, e não apenas de movimento. O terceiro momento é marcado pela inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil.

De acordo com Caldart (2001), é possível definir outro momento, inicial, o qual a autora denomina de “gestação do MST”, pois se trata dos primeiros anos, de 1979 a 1984, com uma atuação restrita ao Sul do país. De acordo com Stedile e Fernandes (2005), os camponeses, expulsos devido ao processo de modernização da agricultura, na década de 80, tiveram fechadas as portas para as duas frentes apresentadas no período anterior, que eram o êxodo para as cidades e para a fronteira agrícola. Isso, segundo os autores, obrigou os camponeses a se organizarem e buscarem alternativas no seu próprio local de origem. Essa seria a “base social” do MST no Sul do país (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Ao longo da tese, observaremos que as definições, os objetivos e o próprio MST transformam-se rapidamente. Trata-se de um Movimento que está se constituindo, experimentando, fomentando elementos de identidade e de pertencimento e revendo sua prática diante dos fracassos e derrotas. Apresentaremos algumas das possibilidades interpretativas e tipologias adotadas para definir o MST, sabendo das suas limitações e sem a pretensão de esgotar a discussão. Nossa intenção é confrontá-las, problematizá-las e propor um diálogo entre elas.

Para muitos autores, o MST se considera um movimento social de massas, cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente e luta por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais)

(STEDILE; FREI SÉRGIO, 1999; MORISSAWA, 2001). Em publicações do período, encontramos a definição de “movimento social, político e sindical” pelo próprio MST, dentro de um esforço de avançar em termos de formação e autonomia política. O MST orientava os camponeses a ingressarem nos STRs dos municípios para fortalecer um polo e aderirem ao setor rural da CUT para romper o isolamento político no qual se encontravam. A utilização das marchas e caminhadas foi uma tática adotada para estabelecer o contato e a comunicação com a sociedade, denunciando a situação do campo e a negligência do governo federal. Ou seja, buscavam ampliar seu raio de ação ao envolver novos sujeitos, rompendo com o seu isolamento no campo.

Em Fernandes (1999) encontramos a definição de movimento social, a partir dos trabalhos de Camacho (1987), Gohn (1991) e Scherer-Warren (1993), compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares. Essa definição de Fernandes (1999) é que servirá de sustentação política para a atuação do MST no interior dos sindicatos, com o objetivo de ampliar a sua base social.

No ano seguinte, Fernandes (2000) apresentará uma nova definição para o MST. O autor, através de uma periodização, substituirá a concepção vigente de movimento social pela definição de “organização social ampla”. De acordo com Fernandes (2000), o período de 1979 a 1984 caracteriza-se por criar as condições para a formação do MST como um “movimento social camponês”. De 1985 a 1990 o MST se territorializa, segundo a terminologia adotada por Fernandes (2000) e discutida por nós no item 2.4. A partir desse momento, o MST alcançaria o status de movimento nacional e consolidaria a sua estrutura organizativa. Através da forma de organização das atividades e do funcionamento das instâncias de representação, a partir dos anos 1990 é gestada a definição intitulada “organização social ampla”. Essa pode ser compreendida por uma frente de atuação, composta pelos acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, então responsáveis por atuar em diferentes dimensões da vida dos sem-terra. Esse funcionamento multidimensionado (estrutura e ações) é o que define o MST como uma “[...] ampla organização social” (FERNANDES, 2000, p. 239-243). Fernandes (2000) afirma que o MST nasceu da ocupação da terra. Através dessa ação, é pavimentada a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização.

Caldart (2001) apresenta uma definição de “movimento social de massa” que pouco nos auxiliará a compreender conceitualmente o que vem a ser um “movimento social de massas”, por outro lado, permite-nos ter clara a limitação dos conceitos e que as tipologias

não precisam (necessariamente) dar conta da multiplicidade de relações, e que, de fato, não o dão.

O MST acabou construindo um tipo de organização que mistura a versatilidade de um movimento social, no qual entra todo mundo o tempo todo, com um xadrez de relações sociais e organizacionais próprias quase de uma instituição social, que se pretende flexível, mas duradoura. Daí a lógica de uma verdadeira empresa social, convivendo com a irreverência de um movimento permanente e imprevisível [...] o MST tem resolvido este problema criando uma denominação para si próprio: uma organização social de massas, em que a combinação de características contraditórias se coloca exatamente como um dos pilares de sua identidade (CALDART, 2001, p. 2009).

A última parte da definição de “movimento social de massa” de Caldart (2001) ajuda-nos a compreender a incorporação de teorias aparentemente contraditórias pelo MST. A própria existência do Movimento expressa e é movida pela contradição social entre negar a propriedade privada e lutar por ela. Para Caldart (2001), desde a perspectiva pedagógica a formação da coletividade “sem-terra” envolve outras variáveis, como terra, trabalho, memória e dignidade. A partir de um processo educativo, experimentado junto com o MST, a autora define o processo de constituição do sujeito “sem-terra” como um “modo de produção da formação humana”. Em outros termos, trata-se de um processo de humanização. De acordo com a autora, “sem-terra” é uma identidade historicamente construída, que passa por um alargamento da sua própria definição. Com isso, queremos dizer que ser “sem-terra” não se resume à busca por terra. A questão ultrapassa a condição e/ou a circunstância pela qual o indivíduo ou sua família estejam passando. A definição “sem-terra” do MST, portanto, abarca outros significados. A discussão de Caldart (2001) sugere que somente é possível perceber e compreender o “sem-terra” na coletividade, não sendo possível compreender apenas pela observação dos sujeitos ou famílias isoladamente. Buscamos, de certa maneira, nos distanciar de uma leitura homogeneizante dos sem-terra. Como já mencionado, buscaremos, a partir das trajetórias dos militantes migrantes, discutir a multiplicidade que compõe o que definimos como os “sem-terra”.

Para Dalmagro (2002) e Fernandes (2000) a expansão do Movimento Sem Terra da região Centro-Sul do Brasil para o Nordeste coincide com o segundo momento da formação/consolidação do MST, que se encontra por volta dos anos de 1985 até 1995. Em sua expansão, as ocupações de terra figuram como principal forma de aglutinação de militantes nas fileiras do Movimento, bem como estratégia central para obtenção de desapropriações. Segundo Loera (2009), a forma mais usual e, por que não dizer, mais eficaz, de se conseguir um pedaço de terra na década de 90, era através das ocupações de terra e a subsequente formação de um acampamento, organizado por um movimento social. Caldart (2001) destaca a radicalidade das ações do MST, e o distingue dos outros movimentos sociais quanto à forma

de encaminhar suas ações. Nas suas palavras, “O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la” (CALDART, 2001, p. 208).

A estrutura organizativa do MST possui diferentes instâncias de representação, como Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos, Coordenação de Acampamentos e Núcleos de Base (FERNANDES, 2010; CARTER, 2010). O Congresso Nacional se realiza a cada cinco anos, o Encontro Nacional a cada dois, e os encontros estaduais, regionais e locais ocorrem anualmente (FERNANDES, 2010). A organização das atividades se estabelece de diferentes maneiras: secretarias (nacional, estaduais, regionais), setores, sistemas, coletivos e articulação. Essas estruturas estão a serviço da construção do Movimento e estão em transformação, funcionando de acordo com suas necessidades. Assim, uma secretaria pode ser transformada em setor ou mesmo deixar de existir. Atualmente, o MST conta com os seguintes setores: Frente de Massa, Formação, Educação, Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Comunicação, Finanças, Projetos, Direitos Humanos, Saúde e Gênero<sup>39</sup> (FERNANDES, 2010). Os coletivos são de Relações Internacionais, Cultura e Mística. Para assegurar a interação entre as instâncias de deliberação e representação, exige-se a organicidade dos militantes.

O II Congresso, realizado em 1990, teve como lema a frase “Ocupar, resistir e produzir”. O período é marcado por extrema violência contra os trabalhadores e por tentativas de sufocar o Movimento. A saída que o MST encontrou foi a manutenção da sua existência, a reafirmação da sua identidade, a defesa da “luta de classes” e a estruturação do trabalho coletivo para garantir a permanência do trabalhador na terra, conforme identificamos nas resoluções do II Congresso (TERRA, 1990b). O documento aprovado apresenta um total de 56 reivindicações para o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e para o Congresso Nacional. Entre as questões mais pujantes, estão à exigência de suspensão dos despejos em andamento, a realização de assistência médica e alimentar aos acampamentos, a desapropriação das áreas em conflito sem o envolvimento de pistoleiros e da polícia militar, a imissão de posse para áreas já desapropriadas em no máximo sessenta dias. Especificamente sobre a organização da produção, o MST exige financiamento para assistência técnica e recursos para instalação de Cooperativas de Crédito Rural, agroindustrialização nos assentamentos, de forma cooperada, determinação para que o Banco do Brasil passe a operar

---

<sup>39</sup> Para acompanhar a criação e as transformações dos setores, em particular de Formação e Produção, cf. CARTER, 2010.

o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), e investimentos em irrigação nas regiões atingidas pela seca, em especial no Nordeste (TERRA, 1990b, p. 11-13).

O III Congresso, realizado no ano de 1995, possui como lema “Reforma Agrária, uma luta de todos”. Um indicativo de uma postura de ruptura com o isolamento político dos primeiros anos, mas principalmente uma tentativa de agregar outras lutas sociais e setores da população para a luta pela reforma agrária. No mesmo Congresso, foi aprovada a seguinte formulação: “Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital” (MST, 1995b), sendo esta resolução ampliada e reafirmada nos congressos posteriores. Alinhada com o III Congresso, é publicado o II Programa de Reforma Agrária do MST (1995a), a qual marca a defesa desse projeto político, conforme podemos observar: “Hoje não se trata apenas de uma solução para os sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades<sup>40</sup>” (STEDILE, 2005. p. 187). Observamos uma mudança de enfoque através da vinculação com as questões urbanas que não estavam presentes no primeiro documento (I Programa de Reforma Agrária do MST). As preocupações quanto à diversidade social, regional, étnica e de gênero também estão contempladas nesse documento. Com relação a terra, por exemplo, o primeiro item propõe a criação de um plano de reforma agrária que leve em consideração as diversidades regionais, aproveitando as potencialidades da região e observando o número de membros da família. Já no item décimo primeiro, torna-se mais concreta a proposta. “Para cada região do país, deveremos ter propostas diferenciadas de tipos de assentamentos e linhas de produção” (Ibid., 191). Ou seja, estabeleceram políticas específicas, respeitando as diversidades regionais e culturais, distanciando-se daquela proposta padrão de assentamentos e de linhas produtivas que identificamos no I Programa de Reforma Agrária (1984) e nos depoimentos dos militantes.

Logo após o III Congresso Nacional (MST, 1995), o MST passou a investir na solidariedade internacional, filiando-se, no ano de 1996, à Via Campesina – articulação de movimentos camponeses, criada no ano de 1992, composta por 168 organizações da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, ela é formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), (Cf. FERNANDES, 2010). Antes do ingresso à Via Campesina, o MST já praticava e recebia solidariedade. Além disso, a grande maioria dos entrevistados teve a oportunidade de realizar intercâmbios.

---

<sup>40</sup> II Programa de Reforma Agrária do MST – 1995.



Estiveram em países como Cuba, ex-URSS, França, Espanha, Alemanha oriental, entre outros.

A partir do ano de 1996, apesar do crescimento no número de ocupações, o MST perdeu o monopólio das ocupações. Outras entidades passaram a realizar essa forma de luta. Essa observação remete a um dos questionamentos feitos durante a apresentação do nosso seminário no estágio-sanduíche: “Por que o MST cresceu na década de 90?” Coletti (2005) apresentará três respostas que se articulam e ajudam a compreender o fenômeno das ocupações da década de 1990, sobretudo se levarmos em consideração que o maior número ocorreu no Nordeste brasileiro, com condições geomorfológicas bastante adversas. A primeira é a crise no setor agrícola (cotonicultura, canavieira e cacaueteira), que contribuiu para a expansão da composição social do MST – trabalhadores do setor urbano e desempregados foram incorporados ou se incorporaram ao MST. A segunda é a ausência de constrangimentos econômicos, já que os sem-terra não estavam submetidos às regras e normas de um trabalho formal; em outros termos, “não tinham o que perder”. E a terceira justificativa atribuída por Coletti (2005) diz respeito ao papel da ideologia; as lutas travadas pelo MST, realizadas no limite do capitalismo, embutem uma ideologia mais próxima do ideal cristão de justiça social do que do socialismo marxista. Esse último aspecto abordaremos ao longo do tópico 2.2, pois nos ajudará a compreender a(s) (in)definição(ões) do MST.

### **2.1.1 O MST como partido político na concepção de partido de Gramsci**

Dentre os objetivos do MST expressos durante a realização do II Congresso do MST (1990), observamos uma ampliação do tema da reforma agrária para a “transformação da sociedade brasileira”, por um “novo modelo agrícola”, os quais, em termos práticos, ampliam o espectro de seus adversários políticos, incluindo também as transnacionais envolvidas com sementes e insumos agrícolas, com a comercialização e com a agroindustrialização. Em outros termos, de imediato o MST visava somente objetivos de natureza econômico-corporativa. Gradativamente, o debate desloca-se para questões ético-políticas concernentes à sociedade. Esse alargamento de reivindicações do grupo fundante da organização para os demais grupos é o que caracteriza um partido político (GRAMSCI, 2001), então compreendido como *sujeitos* que materializam a vontade coletiva de uma classe ou fração dela. Segundo Gramsci (2001), as características de um partido político são a estrutura organizativa, um conjunto de concepções políticas que balizam as ações do grupo, um corpo

de intelectuais, uma camada média de militantes – que serve de interlocutora entre direção e base – e, por fim, a base formada pelas famílias de trabalhadores<sup>41</sup>.

Cabe destacar a relação do MST com o corpo de intelectuais, orgânicos ou não, na realização da luta política e ideológica. O MST, através da qualificação de seus quadros, buscava construir o consenso internamente e o convencimento dos demais setores sociais através da elevação do nível de consciência dos trabalhadores. Para o trabalho de formação dos seus quadros, apostava na realização de cursos (próprios e/ou em parcerias com instituições, universidades e indivíduos) e na construção de escolas de formação, como a Elói Ferreira, criada no extremo Sul da Bahia, nos primeiros anos do Movimento. O MST contava com um *corpo de intelectuais*, o qual buscava a ampliação de contato com sua base social. À medida que incorporava novos indivíduos e extratos populares, ampliava o leque de objetivos, aumentando, em tese, seu prestígio social.

Nesses termos, reinvidicamos o debate apresentado na tese de doutorado “*O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): O Moderno Príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente*”, de José Carlos Lima de Souza (2008), a respeito do funcionamento do MST com um partido político nos termos gramscianos. Para o autor, essa comparação é possível pela forma como o MST se articula, se organiza e se expande nacionalmente, através dos elementos culturais e educacionais. Nas suas palavras trata-se de “*um movimento social que se revela uma grande expressão coletiva, que organiza e qualifica as lutas de uma classe social, promovendo a sua ascensão à cena política*” (SOUZA, 2008, p. 11).

Souza (2008) tem por objetivo demonstrar que o MST pode ser definido como partido político de acordo com o conceito gramsciano de partido. A educação para o autor seria a amálgama do Movimento e, ao mesmo tempo, o elemento que possibilitou novos diálogos com a sociedade. A educação, compreendida como elemento emancipatório, constitutivo e universal, sustentará o argumento de que o MST se colocará como o “moderno príncipe educativo brasileiro”. Compartilhamos com Souza (2008) o entendimento de que o MST funcionava como um partido, no entanto, a primazia atribuída ao projeto educativo para definir seu funcionamento como partido político precisa ser problematizada. Não estamos com isso negando a contribuição educacional do MST nos espaços formais e informais; pelo contrário, verificamos o esforço empreendido ao longo dos anos para avançar na formação política e profissional dos seus militantes. Gostaríamos, apenas, de registrar que, na documentação analisada, identificamos que, antes mesmo de definir um projeto educativo, o

---

<sup>41</sup> A estrutura e a composição política e social do MST permite estabelecer aproximações com o quadro descrito.

MST já se estruturava internamente como um partido político, por isso assumindo o desafio político das migrações de militantes. O descolamento de militantes do Sul, nesses termos, visava assegurar a questão ideológica e de formato. Ou seja, não bastava que o MST fosse gestado nacionalmente, ele deveria seguir determinadas orientações/padrões. Para assegurar a unidade nas ações, nacionalmente, era preciso o funcionamento como partido político, pautado no centralismo democrático e na direção coletiva.

No texto “Trabalho de Base e abrangência do Método”, Ademar Bogo (2000) alerta para a confusão entre “unidade” e “uniformidade”. De acordo com o documento, alcança-se a unidade quando se respeitam as opiniões e o grupo se submete à decisão da maioria – centralismo democrático. O autor esclarece que, uma vez decidido sobre determinado tema/questão, deverá prevalecer a vontade da maioria (BOGO, 2000). A incorporação do centralismo democrático assegura ações unitárias, nacionalmente, em detrimento das decisões definidas isoladamente pelas bases nos estados. O funcionamento nesse novo formato é que permitia ao MST apostar em ações mais radicais, pois tinha a certeza de que seus militantes “segurariam as pontas”. Ou seja, garantiriam o cumprimento da tarefa. Em vários depoimentos, esta é a tônica apresentada: “*decisão coletiva, cumpra-se*” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

Em outro tópico, sobre o funcionamento da direção coletiva, Bogo afirma que o domínio teórico e o nível de consciência política não podem ficar restritos a apenas poucos líderes, demonstrando, ainda dentro dos conceitos gramscianos, a não distinção entre intelectuais e não-intelectuais. Para Gramsci (2001, p. 53) “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.” Portanto, essa bagagem teórica precisa estar pulverizada, qualificando as instâncias da organização e não apenas poucos indivíduos. Isso contribuiria para diminuir as possibilidades de destruição da organização através do oportunismo, do subjetivismo e da repressão (BOGO, 2000).

De acordo com Brenneisen (2002, p. 50), a direção do MST passou a atuar dentro da concepção leninista, “[...] privilegiando a formação de quadros com vistas à formação de uma vanguarda dirigente”. A incorporação dessas características teria alterado o formato organizacional inicial do Movimento. Ainda de acordo com Brenneisen (2002), a definição do MST se aproxima muito mais de uma organização política do que de um movimento social. Em diversas oportunidades, as lideranças do MST já foram questionadas a respeito da definição do MST como partido político. Definição categoricamente negada por sua direção. Stedile (1999, p. 89), sobre isso, afirma: “[...] somos centralizados na linha política, o jeito de

aplicar é completamente descentralizado”. Tal afirmação contrasta com as diretrizes que justificaram o envio de militantes para a região Nordeste e Centro-Oeste do país, em fins da década de 1980. Destacamos, rapidamente, o diálogo entre Zenaide e Stedile, quando ela e o companheiro foram destacados para assumirem a tarefa de estrutura o MST no Nordeste.

*A gente não esperava isso do Stedile. A gente quer que vocês vão para o Nordeste trabalhar lá, numa missão do MST. Ele foi bem direto, é um desafio. E a gente quer expandir o Movimento para o Nordeste. Um assume a secretaria e o outro os projetos, finanças. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

O depoimento demonstra que os militantes já possuam uma bagagem organizativa. Naquele momento, existia uma orientação clara de nacionalizar o MST e construir as CPAs, pautadas na experiência sulista de militância e produção. Na documentação trabalhada por nós, fica explícita a existência de um “padrão de militância” a ser seguido. Os desdobramentos da adoção desse método de trabalho e o eventual sucesso que ele logrou resultam numa outra discussão. Cabe registrar que, entre a orientação do envio de militantes como representantes de um “padrão de militância” (fins da década de 1980) até o momento da fala de Stedile mencionada acima, existe uma lacuna de pelo menos dez anos.

Segundo Stedile (1997), membro da Direção Nacional do MST, o Movimento se diferencia dos outros movimentos que lutam por terra no Brasil justamente pelo fato de “abraçar uma bandeira e ultrapassar o corporativismo”. Afirma ainda que “é preciso construir um projeto político nacional alternativo”, que seja nacional e popular, entendido enquanto processo histórico (STEDILE, 1997). De acordo com Gramsci, esse é o momento em que o partido adquire consciência de que seus interesses corporativos superam o círculo corporativo, “[...] de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses dos outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2001, p. 17).

Para a consecução de seu projeto político nacional, o MST constrói uma estrutura organizativa similar aos partidos políticos, portadora de ideologia própria que consiste num corpo de concepções políticas que balizam as ações do grupo, um grupo de intelectuais dirigentes que representam o elemento principal de coesão da organização, uma camada média de militantes, que articula a direção à base e que os coloca em contato não apenas físico, mas também moral e intelectual e, por fim, a base composta pelas famílias de trabalhadores rurais – homens e mulheres comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade. A forma política do MST se constitui uma força na medida em que existe quem os centralize, organize e discipline. Elementos que em seu conjunto

conformam a estrutura do partido (GRAMSCI, 2001). É importante deixar claro que não estamos afirmando que o MST é um partido político, mas, sim, que possui uma lógica de funcionamento similar a um partido político, nos termos gramscianos.

Do conjunto de militantes migrantes era exigida disciplina, centralismo democrático, direção coletiva e organicidade – esta última, materializada na participação no Congresso Nacional, nas direções nacional, estadual, regional, municipal e nos Núcleos de Base (NBs). Dentro da estrutura organizativa, a instância superior de decisão do MST é o Congresso Nacional, que ocorre a cada cinco anos, onde temas relativos à conjuntura internacional e nacional, aos objetivos, às políticas de aliança e às metas são discutidos e deliberados para os cinco anos seguintes.

A partir de 1988, a Executiva Nacional<sup>42</sup> foi substituída por uma Direção Nacional, cuja composição deveria ser feita exclusivamente por trabalhadores agrários<sup>43</sup>. Essa opção foi revista em 1990 e, de acordo com Lerrer (2008), as funções de direção passaram a ser realizadas por aqueles que efetivamente possuíam capacidade para tal – decisão baseada na influência que o maoísmo exercia na formação de muitos dissidentes das Pastorais e nas CEBs. Aqueles militantes, que antes eram descritos como assessores, agora poderiam compor a estrutura orgânica do MST. Essa redefinição da composição orgânica do MST, acreditamos, pode estar relacionada à ampliação da sua composição social, ao alargamento das suas reivindicações e à elaboração de um projeto de transformação social. Alinha-se também com a concepção gramsciana, onde o intelectual orgânico se forma e é formado, em sua ligação com o partido político. Segundo o filósofo italiano, na sociedade moderna, o ator político não é mais o indivíduo, mas o partido político.

Para Lerrer (2008), a ruptura entre a dicotomia “militante” e “assessor” faz com que o MST adquira um “caráter de massas”. Nas considerações finais da sua tese de doutorado, essa autora questiona as posições de Martins, J. (2003) a respeito do papel dos mediadores. Martins, J. (2003) compreendia que os militantes oriundos de outras categorias estariam mais suscetíveis à influência e aos vícios burgueses, podendo “vacilar” na defesa dos interesses da classe. De acordo com o autor, essa prática criaria uma dependência, não de ordem econômica, mas de ordem “política e partidária”. Estes sujeitos seriam responsáveis por impedir que os trabalhadores adquirissem consciência de classe, a partir de seus próprios instrumentos, ou seja, que fossem protagonistas de suas próprias vidas. Todavia, o autor

---

<sup>42</sup> Até o ano de 1988, o MST contava com uma direção executiva composta por 53 membros.

<sup>43</sup> Hoje a Coordenação Nacional tem um total de 350 representantes e a Direção Nacional é composta por 61 membros. Na Coordenação Nacional e na Direção Nacional são discutidas as diretrizes organizativas do MST. A ampliação no formato de rodízio e a distribuição equitativa passaram a ocorrer a partir do ano de 2006.

reconhece a contribuição de outros setores (partidos, centrais de trabalhadores, intelectuais, artistas) na visibilidade adquirida pelos sujeitos do campo (MARTINS, J. 2003).

Segundo Lerrer (2008), possivelmente Martins refere-se à apropriação do “marxismo vulgar” ou “simplificado”, cuja reprodução, em grande medida, deu-se devido à presença de setores da classe média inseridos nos movimentos populares. A questão, para Martins, J. (2003), diz respeito à leitura que os grupos externos realizam da luta pela terra, reduzindo-a à pauta de reforma agrária<sup>44</sup>. Ao atuarem entre os camponeses, projetavam as pautas de seus partidos, organizações e demais entidades, contaminando o caráter genuíno dos camponeses através do “hibridismo de classe” (MARTINS, J., 2003). Ele defendia uma espécie de “purismo de classe”. Em algumas entrevistas, de forma periférica, surge a defesa de um purismo na composição social do Movimento, resultado de preocupações sobre eventuais influências das ONGs. Em outros momentos, os militantes demonstram compreensão que devido ao seu caráter de movimento social, plural e aberto, é difícil encontrar clareza e “fidelidade” política aos princípios socialistas por parte da massa de camponeses. Competia, portanto, ao grupo dirigente analisar, formular e dirigir os sem-terra. É recorrente nas falas dos militantes migrantes a utilização da expressão “organização”, demonstrando, mesmo que não propositalmente, a existência de um grupo dirigente no interior do movimento social.

Conforme veremos mais adiante, a direção do MST apostava na qualificação dos seus militantes, e tinha urgência nos resultados. No Caderno de Formação n. 9, de forma didática e simples, encontramos a definição das categorias “burguesia”, “classes sociais”, “mais-valia”, “exército industrial de reserva”, “superestrutura” e “ideologia”. São tópicos que servem para formar as lideranças e para contribuir no processo de convencimento e recrutamento dos camponeses para as ocupações de terra. Buscava, assim, explorar ao máximo a conjuntura nacional e internacional, explorando o que define como luta de classes. Apoiando-se nos estudos de Gramsci e Thompson, Pinheiro Júnior (2006) apresenta uma definição de “luta de classes”. Reproduzimos abaixo:

É justamente o terreno onde organizações coletivas, essencialmente classistas, plasman e condicionam as complexas realidades sociais. Não por meio de um determinismo, mas impondo limites, exercendo pressões e estimulando os sujeitos sociais (PINHEIRO JÚNIOR, 2006, p. 53-54).

Na discussão apresentada por Feix (2010), é possível perceber a indefinição e a pouca clareza na utilização dos conceitos (socialismo, marxismo, democracia e imperialismo) entre

<sup>44</sup> A preocupação de Martins J. (2003) recai na recorrente institucionalização da luta pela terra.

as lideranças do MST, sendo comum ouvir a frase: “que o MST buscou abarcar tudo o que poderia servir para impulsionar a luta pela terra”. Grosso modo, esse conjunto de aportes descontextualizados seria o substrato da atuação do MST e condicionaria a sua ação<sup>45</sup>. Essa dinâmica de funcionamento, segundo o autor, resultaria em ações imediatistas do Movimento. Por outro lado, observamos ações articuladas e resultantes de um trabalho formativo do MST, iniciado no momento do recrutamento, e continuado nos acampamentos e assentamentos.

### 2.1.2 O papel da mística na estruturação do MST

Quanto mais a massa se apega aos símbolos,  
aos líderes e à organização, mais ela luta, mais  
se mobiliza e mais se organiza

(MST, 1991)

Com intuito de avançar na compreensão dos discursos do MST utilizaremos o conceito de *poder simbólico*, de Bourdieu (2004). Para o autor, “[...] o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras”. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, “[...] um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem” (BOURDIEU, 2004, p. 167). Bourdieu (2004) destaca que há um jogo em que se produzem as representações e uma existência de crenças que as sustentam, definida como *campo social*. Nele haveria uma luta constante por representações, em que os grupos criam suas representações para serem vistos e mesmo para disputarem entre os outros grupos. Cada grupo social possui suas práticas que possuem representações e vice-versa, ao passo que estas são motivadas pelas necessidades e interesses de cada grupo social (COELHO, F., 2010). Especificamente sobre as representações do MST, a despeito do fenômeno da militância, destaca-se que elas estão inseridas no que Bourdieu denomina como “campo político”. Na concepção desse autor, os agentes sociais, fora e dentro dos “campos”, são envolvidos em lutas por representações. O “campo político” se configura num lugar de mercado pela competitividade, concorrência e disputa pelo poder.

O outro conceito a ser utilizado é o de *representação* do historiador Roger Chartier (1990), definida como o produto da realização de um conjunto de práticas. Cada texto, depoimento ou discurso que obtemos carrega consigo vestígios do passado, ou melhor, congrega um conjunto de representações vinculadas ao contexto de sua produção. Com o

<sup>45</sup> O debate será retomado no tópico 2.2.

objetivo de compreender os acontecimentos do passado, adentra-se no universo das representações que foram construídas. Neste sentido, o fato nunca é o fato real em si, verdadeiro, pois o que temos é apenas a representação do fato, a representação do real (CHARTIER, 1990).

A partir de Chartier (1991), podemos compreender a mística como uma prática cultural e política, sendo sua representação o produto resultante dessa prática. Nestes termos, “[...] a mística se tornou relevante para a organização do MST, pois é construtora de representações” (COELHO, F., 2010, p. 176). São construções sociais da realidade nas quais os sujeitos fundamentam sua visão de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Os grupos criam representações que objetivam agir na realidade (COELHO, F., 2010). A partir desse instrumental, nossa intenção é refletir sobre como a mística é produzida e reproduzida junto ao MST e sobre o papel ocupado pela política nesse processo. A seguir, apresentamos alguns exemplos do papel da mística na construção de representações.

A mística é compreendida como construtora de representações. Através dela, o Movimento constrói sua visão de mundo, define seus valores e crenças, projeta uma imagem dos seus integrantes, ressalta seus inimigos e aliados e elabora a sua memória histórica. De acordo com Indursky (2014), a mística é altamente eficaz na comunicação dos MST com seus membros, principalmente ao evocar representações que contemplam os interesses e objetivos do grupo. Freda Indursky (2014, p. 113), exemplifica:

*As místicas costumam acontecer nos mais diferentes espaços como acampamentos, assentamentos, encontros, congressos, tomando a forma de hinos, poesias, cantos, palavras de ordem, encenações, para apenas apontar alguns exemplos. E, nelas, os símbolos do Movimento sempre se fazem presentes e são parte constitutiva da mística, bandeiras, bonés, camisetas, foices, pás. Diria que esses rituais, por outro lado, dão sustentação às ações e demandas do MST, servindo como elementos potencializadores da capacidade de luta.*

Através das representações (mística, hinos, símbolos, músicas e materiais produzidos pela sua organização) constrói sua memória histórica e, através dessa construção, sobretudo a partir da mística, é edificada a identidade coletiva sem-terra. Essa identidade sem-terra engloba distintas dimensões construídas e moldadas no processo de constituição do próprio Movimento. Em linhas gerais, representa o pertencimento a um grupo social com objetivos comuns, um modo de ser e agir próprios e o reconhecimento social enquanto sujeitos da sua própria história. A mística funciona como elemento motivador para o grupo (PELOSO, 2012). De acordo o Boletim da Educação do MST (MST, 1993), ela contribui para que o militante adote ou retome o caminho da luta popular, e faça das “tripas coração” para cumprir os



encaminhamentos. No referido documento, o tópico “Como trabalhar a mística do MST com as crianças” compreende a mística como algo capaz de “dar vida, pôr alma e energia naquilo que se faz”. E continua: “A mística nasce do coração. É a dimensão do sentir, do querer, do amor e do ódio, do sonho e da rebeldia, da alegria e da esperança” (Boletim da Educação, 1993, p. 3). As formas de expressar a mística devem envolver “ternura”, “entusiasmo” e “paixão”. Trata-se, portanto, de uma dose de otimismo, de coragem, de paixão, enfim, de sentimentos que contribuem para fornecer mais coesão e ânimo diante das adversidades da militância e das injustiças da sociedade. Assim, a mística tem a função de “animar” e “auxiliar” na formação de novos militantes. Para isso, o MST elege os acontecimentos, lutas e personagens que são significativos para sua história.

A criação da bandeira do MST, aprovada no IV Encontro Nacional do MST (1987), tornou-se um símbolo da luta pela terra. O mapa do Brasil representa a estruturação do MST em todo o território nacional; o homem e a mulher representam a luta pela terra; o facão simboliza as ferramentas de trabalho e a resistência; a cor branca representa a paz, a qual só poderá ser conquistada através da justiça social; a cor vermelha é o sangue e o desejo de transformações sociais; a cor preta é uma homenagem aos que morreram na luta por uma nova sociedade; e, por fim, a cor verde representa os grandes latifúndios que precisam ser ocupados e a esperança da vitória (MST, 2012, p. 30-31).

A bandeira é utilizada como sinônimo de identificação nos acampamentos e assentamentos. Em geral, ela é hasteada, ou estendida antes da realização de cursos, encontros e outras solenidades. Esse ritual contribui para reatualizar a memória do lugar social do grupo em questão. De acordo com Freda Indursky (2014), houve a transformação de elementos ritualísticos religiosos em políticos, assim como o MST absorveu e ressignificou momentos cívicos. Essa ritualística, através da utilização de símbolos e imagens, funciona para reafirmar a crença na luta pela terra e para fortalecer os laços de pertencimento. Os símbolos são instrumentos privilegiados para a formação das massas. Funcionam como elementos de identificação do Movimento, servindo para encorajar e celebrar as vitórias.

Já a construção de um calendário próprio, denominado “Calendário Histórico dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, pode ser considerada como uma prática capaz de gerar um processo simbólico e de constituir-se em representações. No momento em que o MST elege algumas datas em detrimento de outras gera uma interpretação do passado, com elementos que tenham significados aos trabalhadores rurais e ao próprio Movimento. A elaboração desse material demanda um levantamento bibliográfico e histórico e a definição de quais datas e eventos são importantes, produzindo, assim, uma releitura e interpretação do passado. O

próprio título do livro demonstra o propósito do MST em promover a comemoração de datas específicas. O passado contribui para o fortalecimento da mística, pois, segundo o MST: “[...] conhecer a fundo cada uma destas datas, comemorá-las, é um jeito gostoso de nos apropriarmos de nossa história. E também de fortalecermos a mística que sustenta o dia a dia de nossa luta” (MST, 1993, p. 3-4). Corso (2012, p. 26) destaca a construção de um calendário de datas comemorativas ligadas às lutas pela terra, elaborado em conjunto pelo MST e CPT, com o objetivo de fortalecer a organização dos trabalhadores rurais e sem-terra “[...] através da motivação vinda do passado, constituindo um dos elementos da mística, expressão utilizada por essas entidades para designar uma espécie de religiosidade da luta”, demonstrando, assim, a apropriação dos movimentos religiosos, em particular da CPT.

Como mostramos o MST também se reporta às ações do passado para legitimar suas ações no presente. É recorrente no discurso do MST a afirmação de que o Movimento é também uma soma das lutas anteriores. Ou seja, que a luta pela terra não teve seu início com o surgimento do próprio Movimento, no final dos anos 1970. Em determinados momentos, o MST surge como uma continuidade dos processos de luta e resistência anteriores, como “continuação dos 500 anos de luta”, já em outros, aparece como elemento de ruptura. Coelho, F. (2010) questiona se o fato do MST se considerar o herdeiro das lutas sociais que ocorreram há mais de trezentos anos não seria anacrônico ou extemporâneo. Essa concepção, em alguns momentos, pode desprivilegiar o processo de construção do MST, que como observamos, resultou de construções e reconstruções das suas práticas. Nosso intuito para compreender a estruturação do MST é se distanciar da forma linear que encontramos na maior parte das produções.

A construção da memória da luta pela terra exige, portanto, uma releitura da história do Brasil e visa a seleção de fatos significativos para a história do MST.

Fazer uso do passado para legitimar as ações do presente, este parece ser o objetivo tanto do MST como da CPT. E, por mais que haja discordância, parece que isto possibilita a construção de uma identidade, não tanto como classe social (na perspectiva do marxismo), mas como cultura militante, cultura de enfrentamento. Essa cultura é embasada naquilo que a CPT e o MST chamam de “mística da terra” ou “mística da luta”, ou seja, por meio desta recuperação das lutas do passado se constrói uma identidade com as lutas do presente (CORSO, 2012, p. 218).

A CPT foi construindo, ao longo de sua história, uma imagem positiva do camponês, muitas vezes ressaltando características como a dedicação ao trabalho: “Somos trabalhadores rurais. Há pouca gente no mundo que trabalha tanto. A gente sabe produzir” (CPT, 1979 apud CORSO, 2012, p. 220). Outras características, geralmente associadas à ideia de um

campesinato passivo, acomodado e alheio, são objeto de discussão. A CPT então contribui para uma mudança na forma de olhar o camponês. Vejamos: “Se nós continuarmos bonzinhos, as coisas vão piorar. Deus precisa de nós. Devemos unir nossa força. [...] Se a gente fica calado, Deus não fala por nós. Se a gente não salva, Deus não salva por nós” (CPT, 1979 apud CORSO, 2012, p. 220). A CPT, ao desconstruir essa representação negativa do camponês, contribuía para a construção de organizações próprias dos camponeses, mas não deixou de descrever o camponês como uma figura vitimizada.

Recorremos aos exemplos de Corso (2012), encontrados nos documentos para a formação de lideranças da CPT, em que o camponês é representado como vítima do capitalismo. “O colono é uma vítima do sistema capitalista” (CPT, 1981, p. 32). Ele sempre foi identificado como caboclo, como aquele que fica sentado à sombra, mistura de português, índio e negro (CORSO, 2012, p.220-221). A ideia de que o camponês precisava ser conduzido encontra respaldo na orientação religiosa das lideranças, conforme identificamos no discurso da CPT. Neste sentido, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pela CPT tinha como uma das suas metas valorizar o camponês. No entanto, de acordo com Corso (2012), percebe-se como a representação de camponês elaborada pela CPT sofreu alterações, ou seja, diferentes olhares no tempo e no espaço sobre a mesma categoria. Isso possibilita pensar que a identidade do camponês, do sem-terra, é uma construção discursiva, a qual envolve vários elementos: a mística, a releitura da história, a linguagem e um processo que se pode chamar de educativo ou formativo (CORSO, 2012, p. 221).

O uso de uma linguagem específica busca construir unidades, conforme o processo que observamos no interior das entidades de classe e dos movimentos sociais. Os termos “lavradores” e “trabalhadores agrícolas” são substituídos por “camponeses” na década de 1960 dentro do sindicalismo rural. Já o uso do termo “lavradores” figura até o ano de 1990 no *Jornal Sem Terra*. Em seguida, são operadas as substituições dos termos “lavradores” e “colonos” por “trabalhadores sem-terra”, conforme observamos na análise do referido jornal. Uma das possibilidades interpretativas é de que a partir desse momento o MST se desvincula da CPT, passando a adotar o termo “camponês” / “trabalhador rural”. De acordo com Medeiros (2009), durante a década de 1990, o termo “camponês” é reativado pelo MST, remetendo a um modo de vida e a um conjunto de valores a serem resgatados/preservados.

Neste sentido, o MST apostou na mística como instrumento de representações visando à formação de quadros políticos. A mística, por um lado, funcionava como mais uma frente de atuação e, por outro, agia como uma amálgama, contribuindo para a unidade, a coesão e o

ânimo da militância. Esta é a tônica que encontramos no Caderno de Estados da Escola Nacional Florestan Fernandes:

A mística ensinaria e direcionaria o rumo do projeto, contagiando os sujeitos nos trabalhos. A mística é o mecanismo de celebrar, de cultivar o projeto político, por intermédio dos símbolos, da cultura, da memória, dos sonhos. A mística ensina a cultivar o projeto; por isso, não existe projeto sem mística como não existe mística sem projeto, sem causa. A massa deve ser contagiada pela mística para que possa carregar em seus braços a causa da revolução, da liberdade (MST, 2007, p. 90).

Dentro de uma perspectiva ampliada, encontramos no Caderno de Formação n. 24, intitulado “Método de Trabalho Popular”, um debate cujo propósito é auxiliar os militantes do MST na formação de novos quadros, chamados pela publicação de “agentes de trabalho” (MST, 1997), para atuação junto ao povo. A observação importante do documento refere-se a forma como a mística é abordada, ela é compreendida como parte integrante de um “método de trabalho popular”. No caso do trabalho popular desenvolvido pelos militantes do MST, ela assumiria a função de elemento propulsor e motivador, capaz de perpassar todo o processo formativo e todas as frentes de luta do MST.

## 2.2 INFLUÊNCIAS, APROPRIAÇÕES E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DO MST NA DÉCADA DE 1980

*O MST foi grandioso nessa formação, nesse início dos anos 80. O MST foi de uma grandiosidade, de saber casar a teoria cristã e a teoria marxista, e com isso impulsionar a organização. De não negar o marxismo e de respeitar a cultura popular. O marxismo foi brilhante.*

Dilei Schiochet, 2015

Nos primeiros anos, o MST possuía uma linha de atuação particularista; sua plataforma política abarcava exclusivamente os trabalhadores rurais, em especial, os sem-terra. A partir do final da década de 1980, período de deslocamento de militantes sulistas, seu horizonte de atuação foi alargado. O MST busca apresentar um projeto de sociedade, o qual visa à superação do modo de produção capitalista<sup>46</sup>. Dialogando com a teoria marxista, o pano de fundo do projeto de sociedade é baseado na transformação das relações sociais. Na fundamentação teórica, encontramos na fala de Claus Germer (convidado político), no Jornal

<sup>46</sup> No plano discursivo, o projeto de sociedade do MST sustenta-se na distribuição de renda, na eliminação das desigualdades sociais, na hegemonia da classe trabalhadora, cujo eixo teórico é encontrado no socialismo.

Sem Terra: “A reivindicação da reforma agrária só adquire um caráter revolucionário se articulada a um projeto amplo de mudança estrutural na direção do socialismo” (TERRA, 1990a, p. 5). Alinhado com essa posição, Egídio Brunetto, dirigente do MST e também militante migrante, destaca a posição do MST:

É necessário desenvolver nossa luta pela reforma agrária e intensificar a produção dos assentamentos. Entretanto, essa luta não se esgota na conquista econômica. Ela possui um caráter político e um objetivo estratégico que é a construção do socialismo no Brasil (TERRA, 1990a, p. 6).

Com esse intento, o MST estabelece uma política de alianças com sindicatos e demais movimentos populares e articula uma rede de solidariedade internacional. Paralelamente a isso, através das marchas e passeatas busca estabelecer um diálogo com a sociedade. Podemos acompanhar a transformação do MST e a proposta de incorporação de outros setores a partir das palavras de ordem definidas nos seus Congressos e Encontros Nacionais. Segundo Ariovaldo Oliveira (2001), um dos caminhos para entendê-la é seguir a trilha desses eventos:

Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária já* (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar, Resistir, Produzir* (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. (Oliveira, A., 2001, p. 196),

Esse quadro expressa que a linha política do MST foi constantemente reavaliada e modificada durante o processo de sua constituição. Demonstra o caráter experimental e aberto do Movimento e, por outro lado, evidencia suas ambições de constituir-se nacionalmente e de gozar de maior representatividade política e social. Medeiros (2009) destaca a diversidade de perfis de trabalhadores que se dispuseram a entrar na luta pela terra e que o MST precisou incorporar. Isso se configurou em desafios para a recém-organização, que não almejava apenas a expansão de uma forma de luta, mas princípios organizativos e de produção baseados nas experiências dos “colonos do Sul”.

Vários fatores estão articulados ao processo de constituição do MST. Especificamente sob a ótica econômica, podemos mencionar o cenário de modernização da agricultura, concentração da propriedade e aumento da monocultura, enquanto que, no âmbito político, de

forma esquemática, podemos mencionar o processo de redemocratização experimentado na década de 1980, o qual contou com a participação dos setores populares. Sem a intenção de esgotar a questão, sistematizamos abaixo alguns trabalhos que discutem o matiz teórico e ideológico adotado pelo MST e os desdobramentos das suas apropriações.

Pinheiro Júnior (2006) reproduz um conjunto de reflexões acerca da criação dos movimentos e partidos políticos durante as décadas de 1970/80, definindo-os como um processo de reorientação das lutas dos “de baixo”. Menciona três blocos de forças que se desdobram em novos protagonistas. Trata-se do papel do “novo sindicalismo” e das greves realizadas no final dos anos 70; da articulação da Igreja Progressista diante da pauperização dos trabalhadores urbanos e rurais, através das CEBs; e, por fim, da reorientação da esquerda socialista brasileira, pós-combate do “foquismo” nos anos da ditadura militar<sup>47</sup>. O objetivo da análise de Pinheiro Júnior (2006) é justamente apresentar o contexto teórico da formação do Partido dos Trabalhadores (PT). O autor menciona, por um lado, a incorporação de novas teorias sociológicas e, por outro, a recorrente crítica às teses marxistas, em particular ao considerado marxismo vulgar.

Eurelino Coelho (2005) discute, na sua tese de doutorado “Uma esquerda para o capital – Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)”, o protagonismo e o centralismo da classe trabalhadora e da luta de classes, respectivamente. Menciona que o caráter mais evidente da luta de classes é observado durante as greves dos anos 1980, mas que estas resultaram de articulações prévias dos setores ligados à Igreja Católica durante o período da ditadura. O sentido das lutas dos trabalhadores, seja da cidade (contra o preço dos alimentos), seja do campo (pelo direito de morar), diante da precária apropriação dos recursos materiais (já que não dispõem dos meios de produção), é pautado pela sua “condição de classe”. Ou seja, necessitam vender sua força de trabalho e, diante das dificuldades de operacionalizar a venda desta mercadoria, resultam restrições para a manutenção da própria vida.

Coelho, E. (2005) também descreve o cenário eleitoral para a classe trabalhadora antes da formação do PT. De acordo com o autor, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tido como “partido legal de oposição”, apesar de aglutinar vários militantes de esquerda cujas organizações políticas estavam proscritas pelo regime, foi descartado por um número expressivo de sujeitos envolvidos nas lutas sociais, os quais buscavam se expressar de forma

---

<sup>47</sup> Coelho, E. (2005) pontua a importância do movimento pela Anistia e do movimento estudantil no período, deixando claro que nem todos os movimentos sociais possuem o mesmo caráter classista.

autônoma. A mesma lógica se aplica ao PCB, que tampouco estava na condição de se colocar como direção do movimento político do período (COELHO, E., 2005, p. 46-47).

Na discussão apresentada sobre a formação do PT, é possível estabelecer alguns paralelos com o MST. O trabalho de Leôncio Rodrigues (1990), mencionado por Pinheiro Júnior (2006), procura problematizar a visão corrente de que o PT representou uma inovação no cenário brasileiro e de que “[...] sua singularidade estaria no encontro entre democracia e socialismo” (RODRIGUES, 1990 apud PINHEIRO JÚNIOR, 2006, p. 56). Para Rodrigues (1990), a característica mais marcante do PT é justamente a convivência de distintas plataformas políticas, geralmente conflituosas. O PT, segundo seu entendimento, não poderia ser definido como um “partido operário”, referindo-se à adesão de setores da intelectualidade e da classe média durante a década de 1980. O elemento de unidade, segundo o mesmo autor, resultaria da ligação com a Igreja Católica ou da origem comum a ela, haja vista que as entidades que motivaram a criação do PT, em grande parte, resultaram do trabalho dos movimentos sociais. Esse aspecto é refutado por Pinheiro Júnior (2006) por dois motivos. Primeiramente, não é acertado atribuir tamanho protagonismo à Igreja; segundo, que não tardou para que os militantes prescindissem dos laços religiosos, na medida em que o trabalho sindical se articulava com o partido.

Pinheiro Júnior (2006) segue apresentando autores que discorrem sobre a formação do PT, como Rachel Meneguello. Para esta autora, o PT identifica os limites de atuação na esfera exclusivamente sindical, e desloca suas lutas para a exigência de cidadania, justiça, conquistas de direitos sociais e políticos e pelo seu próprio reconhecimento pelo Estado Brasileiro – devido ao estabelecimento do pluripartidarismo. O problema de estabelecer esta linha de reflexão é adentrar numa lógica estritamente legalista, na qual os movimentos sociais precisariam contar com a aceitação do Estado, ao mesmo tempo em que o legitimariam (PINHEIRO JÚNIOR, 2006). Mas o que nos interessa efetivamente são as discussões que serviram como pano de fundo para a criação do PT, ou seja, qual o entendimento que possuíam do socialismo, da Democracia e do próprio partido neste contexto político. Pinheiro Júnior (2006) sugere que a lógica de reflexão identificada por Feix (2010) no interior do MST também se aplicará na construção teórica do PT. Pautados na argumentação de que o socialismo não deveria ser importado (e de que o PT representava uma novidade), os petistas também “pinçavam” as leituras que iam reivindicar, distanciando-se, assim, de “uma cultura política socialista” e de análises críticas e consistentes.

Não nos debruçamos sobre a bibliografia mencionada e estudada por Pinheiro Júnior (2006), porque o objetivo central da discussão aqui não é debater a formação do PT. Nossa

intenção, dado o exposto acima, está circunscrita à realização de paralelos e aproximações considerando o contexto político, as alianças e as influências teóricas das duas entidades. O MST, guardadas as devidas proporções, também se apresenta como novidade no cenário nacional pós-ditadura militar para Lerrer (2008), Medeiros (2011) e Caldart (2004). Ele é capaz de articular setores marginalizados do campo, fornecendo-lhes um grau de protagonismo sem precedentes, tal como o experimentado pelas greves e manifestações da década de 1980 encabeçadas pelo PT. Ambos (MST e PT) possuem apoio e influência dos mesmos grupos e intelectuais de esquerda; almejam a conquista de direitos sociais e políticos, bem como o reconhecimento perante o Estado; apresentam semelhante imprecisão teórica na formulação de um projeto político; e, ainda, partido e movimento social apresentam práticas anticomunistas.

Feix (2010) analisa o espaço ocupado pela democracia pelos dirigentes do MST. O autor discute qual a concepção de democracia e como ela interfere na relação que o MST mantém com as organizações nacionais e internacionais. Ou seja, qual a relação que o MST estabelece com outros grupos sociais e instituições? Qual a estratégia adotada pelas lideranças para construir seu projeto de sociedade? Qual o espaço democrático dado aos acampados e assentados nos rumos da organização? São algumas das questões que norteiam o trabalho de Feix (2010). Primeiramente, o autor evidencia a imprecisão teórica do MST dentro da proposta de construção do socialismo, definindo-o como parcial, indefinido e, não raras vezes, contraditório.

Para Feix (2010, p. 24), a democracia não representa um “[...] princípio ou um valor fundamental para os dirigentes da referida organização”. Para ele, os setores intermediários e a base de camponeses não participam da concepção de democracia do MST, sendo a função atribuída às lideranças – dentro de uma estrutura hierárquica e centralizada. Segundo o autor, não existe clareza entre as lideranças a respeito do conceito de democracia, existindo, inclusive, certo desconforto para tratar do assunto. No entanto, é recorrente os dirigentes desta organização se assumirem como “socialistas” e “comunistas”, tendo por objetivo superar o capitalismo e inaugurar a revolução socialista. Feix (2010) observa uma confusão entre “estratégia” e “tática” na linha adotada pelo MST. Segundo o autor, trata-se de um “projeto socialista” parcialmente concebido, resultado da apropriação equivocada, parcial e contraditória feita por parte das lideranças. O MST, muitas vezes, resumiria sua atuação à ocupação dos espaços permitidos pelo regime liberal democrático com o intuito de acumular força política.



Neste cenário de indefinição teórica e de disputas, fica clara a existência de mais de um projeto de sociedade no interior do MST. O autor dedica-se a demonstrar a influência da Teologia da Libertação na aplicação do marxismo pelas lideranças do MST. Os conceitos somente serão adotados, na mediação do MST, se estiverem de acordo com a sua tradição sociorreligiosa e com seus objetivos sociopolíticos (FEIX, 2010). Em outros termos, ocorre uma instrumentalização do marxismo. Segundo o autor, utilizam-se fragmentos de teóricos de forma isolada e parcial, tornando-se, assim, uma prática incoerente e insuficiente em termos de elaboração de um projeto político de sociedade. E, ainda, afirma que a teoria marxista necessariamente passava pelo crivo da moral e da ética cristãs presentes na formação e no discurso dos militantes, negando, assim, elementos centrais do marxismo, como "a luta de classes" e o uso da violência para a tomada do Estado. Seu objetivo ao longo da tese é demonstrar que a adoção parcial e fragmentada da teoria marxista contribuirá para uma diminuição do espaço democrático no MST e a adoção de uma concepção de democracia igualmente equivocada.

Na documentação analisada por Feix (2010), é importante registrar o pragmatismo do MST, buscando uma política de resultados, numa crítica ao dogmatismo das esquerdas. Posição que, teoricamente, seria contraditória a um projeto revolucionário. Por outro lado, segundo o mesmo autor, tal posicionamento pode ser compreendido como uma abertura política, teórica e ideológica para as demais correntes, que se somam para alcançar os objetivos do MST (FEIX, 2010). Mantém-se a lógica da instrumentalização do marxismo, a lógica de “pinçar” o que for conveniente ou de atender aos objetivos políticos do MST. Ainda de acordo com a linha interpretativa de Feix (2010), a vertente que aposta na construção do socialismo pela tomada do Estado (via insurrecional) possui hegemonia dentro do Movimento. Todavia, a aproximação teológica de alguns agentes continua sendo um ponto nevrálgico no MST, pois alguns militantes promoveram uma ruptura maior com a Igreja. Essas questões são identificadas nas entrevistas de Carlos Bellé e Jaime Amorim, em que eles apresentam um tom de indignação e descrença na Igreja, enquanto que, na entrevista concedida por Dilei Schiochet, por exemplo, observamos um tom mais de articulação e conciliação.

Lerrer (2008) define o MST como um movimento social de orientação “socialista cristã”, mencionando a secularização da mística – herança da Igreja tradicional. A missão e a devoção, segundo a autora, são os elementos que motivam esses jovens a abdicarem de seus projetos pessoais em prol da construção de um projeto coletivo. A ideia de socialismo, segundo Lerrer (2008), apresenta-se diluída. De acordo com a nossa interpretação da

literatura, existia um esforço de sistematização e um trabalho dirigido de formação pelo MST. Esse processo formativo, quando executado por líderes externos, foi visto com desconfiança pelos sem-terra. Nas entrelinhas, ficava claro que os sem-terra são os detentores do seu conhecimento, possuem suas características próprias, decorrentes da sua natureza particular. Assim sendo, são os mais autorizados a abordarem suas próprias questões, problemas e a apresentarem soluções.

José de Souza Martins (2003) é um dos autores que afirma existir uma “contaminação” da política, quando os movimentos sociais contam com a assessoria de quadros profissionais (externos) para sua formulação política. Por outro lado, as principais referências teóricas do MST são oriundas da Igreja. Muitas vivenciaram o processo de negação, dentro de uma lógica etapista, minimizando e/ou reduzindo a contribuição e o legado da Igreja na construção do MST. De qualquer forma, existe um consenso entre teóricos orgânicos e não orgânicos sobre o papel desempenhado pela Igreja Católica e, em menor grau, pela Igreja Protestante na formação do MST, com contribuições teóricas, logísticas, ritualísticas e financeiras.

Todavia, cabe lembrar que nos primeiros anos de existência do MST era permitido o pertencimento e/ou a filiação do militante a mais de uma organização. O PT e o MST possuíam fortes vínculos, que extrapolavam a formação teórica apresentada por Pinheiro Júnior (2006). Conforme identificamos no quadro “Conjuntura” do Jornal Sem Terra (n. 81, mar. 1989), existia uma confiança e muitas expectativas por parte do MST em torno do conteúdo programático do PT e do resultado das eleições, como a de 1989. A partir da contribuição de José Dirceu, o MST elaborou um documento de análise, no qual sinalizou quatro tarefas para o Movimento. São elas: potencializar a campanha presidencial através do debate de classe social; avançar na luta social, popular, sindical, rural e cultural; orientar para que as prefeituras, cuja administração seja petista, sirvam de exemplo aos interesses dos trabalhadores; e qualificar o Partido dos Trabalhadores. Essa publicação demonstra o trânsito das lideranças, a influência do PT no MST e as expectativas desse último em potencializar os espaços institucionais já ocupados pelo PT.

O MST, como se pode comprovar em documentos posteriores, disponibilizou espaços formativos, organizou reuniões e comícios e integrou comitês de campanha, de modo a envolver toda a militância e conseguir o maior número de votos da população rural. A elaboração do Plano Nacional do MST (1989) demonstra o comprometimento orgânico com as eleições. Estrategicamente convocado no ano de 1989, o Encontro visava angariar o apoio dos sem-terra para a candidatura de Lula, da Frente Brasil Popular. Na edição do Jornal Sem

Terra n. 57, de outubro de 1986, já encontramos um dossiê dos candidatos apoiados pelo (e do) Movimento. Para justificar esse apoio, o MST apresenta uma discussão sobre ser um movimento de massa, autônomo, que se articula dentro do sindicalismo rural. Frisa que, como movimento social, não possui partido político, tampouco se encontra vinculado a algum. Portanto, definiu um conjunto de critérios que balizaram a decisão de apoio, durante a reunião da Coordenação Nacional, realizada em dezembro de 1985, na cidade de São Paulo. A partir dos critérios apresentados, cada estado pode definir quais candidatos apoiar. Através do Jornal Sem Terra o apoio é tornado público, com destaque para o jogo de forças e as principais demandas de cada estado, além de uma breve biografia dos candidatos. Todos os candidatos se lançaram pelo Partido dos Trabalhadores.

Entre o PT e o MST existiam laços políticos, de solidariedade, de cooperação e de ajuda mútua na construção dos instrumentos de representação política, seja através dos sindicatos, seja através do movimento social. A não exigência de exclusivismo por parte do MST, nos primeiros anos de existência, tornou comum a participação do mesmo indivíduo em mais de uma organização, assim pertencia ao MST e estava filiado ao PT, ou formando parte do MST e pertencendo à estrutura da Igreja Católica. João Daniel explica:

*É... na verdade, nós, é... na nossa região lá, na nossa região Oeste de Santa Catarina, o PT nasceu, foi a região onde o PT nasceu muito das lutas. E... nós tínhamos um grupo que era o pessoal ligado à juventude, as pastorais e o Movimento. Ficou aquele grande debate da participação na política; que o bispo cobrava participação na política. Tem que ter partido, tem que ter lado... e partido é o dos trabalhadores. Muito bem, então era uma coisa que a gente tinha de se filiar, nunca pensei em ser candidato. Mas filiar, participar, debater... assim é um prazer. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

A natureza conflitiva do relacionamento entre o MST e a Igreja, em geral motivada pelas diferenças conceituais e de método, pela busca de autonomia do próprio MST e pelas divergências internas entre seus dirigentes, traduz-se na orientação política que deveria ser hegemônica no MST – “humanística cristã” ou “marxista”. Conforme demonstramos na discussão anterior, a maioria dos autores aborda a relação entre Igreja e MST como algo contraditório, em que o último se apropria da teoria marxista de forma “oportunistica”, ou seja, “pinçando” apenas aspectos que lhe pareçam convenientes para dar coesão (e radicalidade) ao seu discurso. Discurso que, muitas vezes, aparece eivado de elementos religiosos e até messiânicos.

Em nosso entendimento, a questão não se resume a compreendê-la nessa relação contraditória entre a Igreja e o marxismo. Nesse aspecto, o MST se diferencia de outros

grupos ou movimentos sociais, em geral vinculados a partidos políticos. Podemos citar os exemplos do MASTER (PTB), do Bloco Operário Camponês (PCB) e mesmo das Ligas Camponesas (PCB). O MST, a nosso ver, opta por adotar uma linha de conveniência, respeitando a sua origem e a própria composição social da população camponesa. Apesar de algumas falas expressarem a necessidade de uma ruptura com a Igreja (por exemplo, a de Carlos Bellé e Jaime Amorim), em âmbito nacional a direção do MST não propõe uma ruptura com a Igreja Católica, tampouco adota uma orientação teórica de forma exclusiva. Pelo contrário, aposta na política da coexistência. Isso fica expresso no Caderno de Formação n. 8, nov. 1986, onde é afirmado que, com o discurso anticlerical ou anti-igreja, o MST e a bandeira de luta pela terra deixariam de agregar uma parcela significativa da população, que não estaria disposta a ingressar em um partido político, no entanto participaria de atividades promovidas pela Igreja.

Cabe registrar que a política de coexistência e de respeito às instâncias e dinâmicas nem sempre foi respeitada pela Igreja Católica. Sobre os militantes migrantes recai a acusação de interferência sulista, de não respeito à cultura nordestina e à dinâmica de organização da produção dos próprios camponeses. De acordo com Jaime Amorim, Carlos Bellé e João Daniel, essa crítica partia, fundamentalmente, dos setores da Igreja Católica. De acordo com Jaime, a Igreja trabalhava com “*a ideia de que o Movimento não respeitava as culturas locais, que é um grupo do Sul que quer se projetar*” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013), para impedir a adesão dos trabalhadores. Conforme já mencionado, em muitos estados a Igreja exigiu a expulsão dos militantes migrantes. Tal posição, evidentemente, fragilizava e constrangia o MST. Por outro lado, contribuiu para edificar as características peculiares e multifacetadas do MST em cada estado do Nordeste. De acordo com Zenaide, a relação do MST com a Igreja no Nordeste era menor e mais solta quando comparada ao Sul do país. Nas suas palavras, “*a Igreja não era tão junta como no Sul*”.

Também foi recorrente a orientação do MST para que os camponeses se incorporassem aos sindicatos filiados à CUT; em contrapartida, contavam com o apoio financeiro, político, jurídico e logístico dos sindicatos na estruturação do MST<sup>48</sup>. Em alguns momentos, observamos um imbricamento entre a atuação do MST, do sindicato, da Igreja, do partido político, sendo difícil precisar onde começa e onde termina a atuação de cada uma dessas entidades.

---

<sup>48</sup> Esse assunto será retomado ao longo desta tese.

*Tinha muita coisa acontecendo. Tava no Movimento Sem Terra, mas o Movimento precisava do Movimento de Mulheres Camponesas, que precisava do sindicato, do Movimento Atingido por Barragens, naquela época não era o MAB, nos ajudávamos em Itapiranga, em Itá. Nós estávamos lá participando junto, nas oposições sindicais no RS e SC, [...] e mais as coisas da Igreja. Isso tudo fazia parte. O PT que estava surgindo, que a gente também fazia parte. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).*

No Caderno de Formação n. 1 (MST, 1986a), encontramos um tópico chamado “Orientações Práticas do Movimento Sem Terra”, que aborda questões referentes à organização interna, à relação com os sindicatos e ao perfil dos militantes ingressos no MST. No que diz respeito à relação com os sindicatos, identificamos uma decisão de fortalecê-la tanto qualitativa quanto quantitativamente, com a orientação para a sindicalização dos camponeses locais. No Caderno de Formação mencionado acima, observamos a seguinte orientação:

Nossa articulação faz parte do sindicalismo rural. É apenas uma forma de organização sindical. Não somos contra o sindicato, pelo contrário, devemos reforçar o sindicato. Todo mundo deve ser sócio do sindicato. Participar e lutar dentro do sindicato. E se a diretoria for pelega, lutar para derrubar (MST, 1986a, p. 9).

Essa posição demonstra a urgência em fortalecer a pauta da reforma agrária e em envolver os sindicatos no apoio às ocupações de terra. Por outro lado, demonstra uma confusão sobre a definição do MST como movimento social. A partir da adoção dessa tática, ele passa a definir-se como movimento sindical, conforme identificamos nos expedientes do Jornal Sem Terra e nas demais publicações internas. Para efeito de comprovação, reproduzimos novamente a definição abaixo. Ao final, são listados os nomes dos dirigentes por estados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária. Está organizado em núcleos, comissões municipais e estaduais, e possui uma Executiva Nacional composta pelos seguintes trabalhadores (TERRA, 1989g, p. 2).

São aprovadas resoluções quanto à exigência de uma contribuição financeira por parte dos sindicatos para o MST. Acordou-se que os representantes do Movimento exigissem a aprovação orçamentária prevendo uma quantia para a realização de eventos, reuniões, viagens e trabalhos de formação (MST, 1986a, p. 10). Existia uma espécie de “dupla militância”, no sindicato e no Movimento, com o objetivo de intensificar a luta pela reforma agrária.

Genivaldo Silva, base do MST em Alagoas, demonstra essa relação no Jornal Sem Terra (1989c, p. 6):

Começamos com o Movimento no estado, no final de 1987. A implantação e primeiras ocupações, nos primeiros meses de 1988. No Encontro Estadual em dezembro, avaliamos falhas e acertos, escolhemos novas equipes. Temos apoio de vários STRs, no sertão (faço parte do sindicato de Inhapi).

E continua: “Comecei a militância sindical em 1985. Conheci o MST. Agora pedi liberação no sindicato, e trabalho a nível mais amplo pela reforma agrária” (TERRA, 1989c, p. 6). O depoimento demonstra que Genivaldo sente-se parte integrante do MST, com participação efetiva nos espaços de discussão e deliberação, como no Encontro Estadual, optando por priorizar a luta pela reforma agrária em detrimento da atuação no sindicalismo tradicional. Na citação fica evidente que, desde o momento em que conheceu o MST, sua atuação no sindicato visava angariar recursos materiais e humanos, bem como utilizar o espaço político constituído pelos sindicatos para inserir e encaminhar a pauta da reforma agrária. Por fim, ele opta por ficar exclusivamente no MST.

O sindicato parece de escopo limitado, enquanto a luta pela reforma agrária é considerada “mais ampla”. Essa leitura deve-se fundamentalmente à necessidade do Movimento de se diferenciar das demais organizações, defendendo a ocupação de terra como principal forma de luta, e seu “monopólio”. As pautas encaminhadas pelo sindicalismo tradicional, no entendimento dos militantes migrantes, gravitavam apenas na esfera econômica. Ademar Bogo (1999), numa leitura dos escritos de Gramsci, diz: “o sindicato, embora conduzisse as lutas, não tinha capacidade de perceber as questões futuras”. Esse pensamento comprova a organização interna do MST como partido político, capaz de conduzir os trabalhadores para a revolução. O depoimento de Bellé demonstra esta diferenciação (e mesmo hierarquização) entre o trabalho sindical e o trabalho executado pelo MST, sugerindo que a ênfase do Movimento poderia ser “mais sindical”, caso a ocupação de terras não tivesse sido eleita como a principal forma de luta. “*A presença dela poderia ter sido, vamos dizer assim, mais sindical, se a gente for olhar, se fosse monitoramento das ações locais. Mas no Congresso [1985] define-se a forma de luta que era a ocupação. A ocupação distingue o Movimento das outras organizações*” (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

O Caderno de Formação n. 5 (MST, 1985a), intitulado “Organização”, apresenta orientações de como iniciar a organização do Movimento a partir das entidades locais, em

especial dos sindicatos. Na sequência, aborda as instâncias e secretarias (municipal, estadual e nacional) e o papel de cada uma delas. Logo no início encontramos uma definição para o MST “[...] é uma forma dos trabalhadores de um município, de uma comunidade se articularem para a conquista de seus direitos a terra” (MST, 1985a, p. 5). Nesse caso, é enfatizada a atuação no âmbito local, diferentemente da discussão anterior, onde o MST é descrito possuindo um formato ampliado. O MST é apresentado como uma forma, um método de conquista, enquanto que aos sindicatos e à Igreja compete identificarem os problemas dessa mesma população. Afinal, para que serve o sindicato? De acordo com as publicações do MST no período, o sindicato é “uma sociedade de lavradores para se reunir, se organizar e resolver os seus problemas” (Ibid.). As funções e ações, nesse caso, coincidem com o papel e o espaço político que o MST reivindica. Podemos confrontar com a definição atribuída a si próprio, no referido Caderno de Formação: “Procura reunir e organizar os companheiros na base, a fim de conquistar os seus direitos pela terra” (Ibid.). Novamente o papel do MST parece impreciso, confundindo-se com as funções que ele define como prioritárias para os sindicatos.

Para orientar as lideranças locais, o documento apresenta uma categorização dos sindicatos, hierarquizando os municípios em que se deve priorizar o trabalho. Define o sindicalismo em “Município onde o sindicalismo é bem e funciona”, “Municípios onde a diretoria do sindicato pelega” e “Município onde só pensam em ocupação”. A primeira definição, “Município onde o sindicalismo é bem e funciona”, significa dizer que o sindicato utiliza seus recursos financeiros e humanos para debater o tema da reforma agrária, encaminhar ações junto aos sem-terra e pressionar as autoridades municipais e estaduais para a obtenção de recursos. A orientação do Caderno de Formação é de que o sindicato crie uma “Comissão Municipal Provisória”, vinculada ao sindicato, mas com relativa autonomia. Ela deveria possuir status de “departamento ou secretaria especial”, na qual os sem-terra do município pudessem se organizar.

Os sindicatos também podem ser considerados como “Municípios onde a diretoria do sindicato é pelega”. Nesse caso, os sem-terra combativos do município são orientados a convocarem reuniões independentes do sindicato. Devem, no entanto, buscar apoios em outras instituições, como a CPT, atentos para a presença dos chamados “entreguistas”<sup>49</sup>. É apresentado ainda um subgrupo, chamado “Municípios onde só pensam em ocupação”. Nesse caso, a crítica recai na dificuldade em priorizar as áreas já ocupadas, optando pela realização de ocupações de forma sistemática, às vezes de forma inconsequente (MST, 1985a).

<sup>49</sup> Indivíduos que participam das reuniões para delatar os nomes para os eventuais adversários do Movimento.

No plano prático, o MST queria contar com a infraestrutura dos sindicatos, mas sem abrir mão da sua autonomia, conforme demonstra o item n. 5 da publicação: “O movimento dos sem-terra tem sua própria assessoria e os educadores sindicais não são assessores do MST” (MST, 1986a, p. 10). Observa-se, portanto, que mesmo antes de possuir condições materiais e políticas para se estruturar autonomamente nas várias regiões do país, o MST busca construir espaços exclusivos e demarcados junto às entidades aliadas, contribuindo para que os camponeses identifiquem práticas e posições diferenciadas entre os militantes.

### 2.3 A EXPERIÊNCIA DO MST NOS ESTADOS DO SUL E A CONSTRUÇÃO DE UM “PADRÃO DE MILITÂNCIA”

*Nós éramos um pouco arrogante, não do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista da política*

Jaime Amorim, 2013

O Jornal Sem Terra n. 42, de fev. 1985, apresenta um panorama da situação do Nordeste a partir dos relatos apresentados no I Congresso do MST, realizado na cidade de Curitiba, em fins de janeiro de 1985. Os principais problemas apresentados pelos camponeses são a seca e o latifúndio, seguidos pela fome e a violência. Nesse momento, a coordenação nacional eleita em 1985 contava apenas com um representante da região Nordeste. Ela era constituída por dois representantes dos estados que “oficialmente” compunham o MST. A coordenação encontrava-se composta pelos três estados do Sul (RS, SC e PR), pelos quatro estados do Sudeste (MG, SP, RJ e ES) e por Mato Grosso do Sul, Bahia e Rondônia. Ou seja, observamos a preponderância da experiência do Sul e do Sudeste. De acordo com Jaime Amorim: “[...] os primeiros encontros de 84 e o próprio Congresso que tinha representação do Brasil inteiro, mas era só representação porque efetivamente não representava a organização de um movimento de massa”.

O MST precisava incorporar (rapidamente) as distintas experiências organizativas e as particularidades dos camponeses justamente no processo que buscava se estruturar nacionalmente. Os militantes migrantes traziam consigo a experiência de militância e de produção do Sul do país; eram, em sua maioria, “colonos” que vinham desenvolvendo a pecuária e a policultura. Deparam-se, todavia, com diferentes perfis de militantes e distintos processos de luta pela terra ao chegar aos estados nordestinos. A deflagração destes conflitos foi interessante para o MST, na medida em que ele se apresentava como a alternativa; mas



também precisava dar respostas para as problemáticas que ora se apresentavam. O depoimento de Zenaide demonstra

*A gente teve muita dificuldade, porque a gente tem um estilo totalmente diferente. O pessoal do Sul quer mais impor as coisas. Eu acho, pelo menos, muito mais autoritário. E a forma de a gente fazer as coisas no Sul é muito diferente do Nordeste. É gritante.* (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)

Nos primeiros anos, a convivência entre os militantes sulistas e os camponeses nordestinos resultava em choque, muitas vezes, devido à pouca bagagem metodológica dos primeiros para lidar (e potencializar) as experiências organizativas anteriores, as crenças e a religiosidade dos sertanejos. Após as primeiras experiências, os militantes perceberam que seria necessário conciliar e potencializar os elementos da religiosidade na luta pela terra. Uma passagem da entrevista concedida por Fátima demonstra as leituras e os pressupostos de um militante do Sudeste e de um camponês da região de Canindé (CE).

*Teve um momento lá, nós estávamos caminhando, tinha um companheiro de São Paulo que também estava com a gente ajudando nesse processo, era um momento de romaria. E tinha uns militantes nossos que não entendiam como eles iam de pau de arara, carregar pedra na cabeça para ir lá em cima, na imagem de São Francisco. E alguns perguntaram: vocês são doidos ir de joelhos, com pedra na cabeça. E o romeiro ainda respondeu: vocês são mais doidos que nós, porque eu não tinha coragem de vir a pé de lá não sei aonde até Fortaleza caminhando.* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Durante todo o ano, muitos romeiros e peregrinos se dirigem para a Basílica de São Francisco de Chagas, em Canindé, para realizar e pagar promessas. Observamos no depoimento a existência de diferentes percepções sobre sacrifício e doação, resultado de uma formação social, política e religiosa distinta. Jaime Amorim pontua distinções entre o Sul e o Nordeste quanto à apropriação dos símbolos religiosos e sobre o significado da Igreja nas questões cotidianas e no imaginário das populações rurais, como o exemplo relativo ao termo “vestir a roupa da missa” referindo-se ao fato do colono sulista ir bem vestido a um evento ou mesmo a uma reunião. A mesma lógica, segundo ele, não faria sentido se aplicada à realidade nordestina.

*É possível que as primeiras místicas tivessem se construindo no Sul. E no Sul tinha uma coisa importante. A cruz aparecia. No Nordeste não aparece mais a cruz. No Ceará sim, pois é um estado mais religioso, aparece essa questão mais religiosa. Aqui no Nordeste a Igreja Católica tem pouca influência. Em alguns apareceu mais no início, depois abandonou. O povo conseguiu construir uma identidade, um sentimento de pertença dessa simbologia do Movimento. A bandeira do Movimento*

*passa a ser essa simbologia. No Sul tem muito 'vai botar a roupa da missa', mas aqui não.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

O depoimento de Jaime busca relativizar a influência e a importância da Igreja Católica nos estados nordestinos durante a estruturação do MST. Esta postura permeia todo o seu depoimento, marcado pela necessidade de se distanciar e diferenciar da teoria e prática cristãs. Carlos Bellé, por sua vez, reforça o argumento de que sem o diálogo e adoção dos símbolos religiosos, o apoio, a credibilidade e a adesão das populações sertanejas ficavam prejudicados.

*Em todos os lugares basicamente o elemento da religião se manifestou de uma maneira acentuada. No Ceará, se você negasse o Padim Ciço<sup>50</sup> tava sozinho (risos). Não ia longe. Então, essas questões culturais, regionais [...] são partes que integram; não é que incorporam, como eles são parte do cotidiano das pessoas passam a fazer parte também do Movimento.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

São perceptíveis nos depoimentos as diferentes leituras acerca da presença e do papel ocupado pela Igreja Católica entre as comunidades sertanejas. A leitura dos migrantes conta com distintas variáveis: as motivações para o ingresso e saída dos organismos da Igreja e as facilidades e dificuldades do relacionamento; os níveis de controle e patrulha ideológica; o apoio e a solidariedade recebidos pelos religiosos quando deslocados para outra região, entre outros motivos definiam o grau de reconhecimento e simpatia dos migrantes migrantes pela Igreja.

O método de trabalho de base, elaborado pelos migrantes Jaime Amorim (PE) e Ademar Bogo (BA), previa as etapas formativas como requisito para a participação nas ocupações e posterior incorporação ao MST. Nas reuniões de formação e capacitação eram abordadas as seguintes temáticas: "Como se organizar?"; "Como funciona a sociedade?"; "Quem são os amigos e inimigos?"; e "A História do MST e da luta pela terra no Brasil". Cumpridas essas exigências, o camponês recebia orientações de como se comportar durante a realização de uma ocupação, nos aspectos relativos à segurança, ao transporte e à resistência à polícia e demais forças repressivas<sup>51</sup>.

A definição de método, apresentada por Bogo (2000), refere-se aos elementos e requisitos utilizados para se alcançar determinado objetivo. Os elementos que compõem a

<sup>50</sup> O militante refere-se ao padre Cícero Romão Batista, o padre Cícero. Possui influência política e religiosa no Nordeste, com destaque para o Ceará.

<sup>51</sup> Tal decisão se articula com o Método de Resistência, o qual consistia, basicamente, em enviar as crianças seguidas pelas mulheres e idosos para frente de massa, diante da violência policial ou da ameaça de despejo. O debate sobre a elaboração e a aplicabilidade dos métodos será retomado no tópico 4.1.

estrutura do método são: “[...] análise, tomada de decisão, definição dos meios a serem utilizados, divisão de tarefas e avaliação” (BOGO, 2000, p. 17). De acordo com Ademar Bogo (2000), o método se constitui em duas diretrizes e em dois eixos que sustentam a sua aplicação. As diretrizes são a política ideológica e a técnica organizativa. A primeira orienta a análise e o “rumo” que a organização vai adotar, em consonância com os seus objetivos. A técnica organizativa também está alinhada com os objetivos; demonstra a eficiência quando eles são aplicados. Os eixos são os elementos estruturantes e os requisitos orgânicos. O primeiro refere-se ao diagnóstico da situação, à definição, à checagem e aos acompanhamentos dos objetivos, metas, planos e consequências. Os elementos orgânicos são os requisitos que sustentarão a execução do método propriamente dito (BOGO, 2000).

O MST, com a preocupação em demonstrar a materialidade do seu método em oposição ao método da Igreja, pautado no “ver, julgar e agir”, atua a partir do convencimento, na busca de resultados rápidos. Jaime Amorim o apresenta em linhas gerais:

*Então, em vez do método "ver, julgar e agir", nós construímos o método do "convencimento". Eu tenho que ir pra uma comunidade, convencer de que a saída é lutar pela reforma agrária. Então não era um método de imposição. Mas ele, nós queríamos uma cartilha e nessa cartilha nós tínhamos que estudar em cada comunidade quatro temas. Pra que as pessoas a partir daí tomassem a decisão. Mas nós já íamos com a decisão que o povo tinha que tomar não era é... em que fazenda ocupar, isso tudo não é definido. Então nós íamos com uma proposta. Nós vamos fazer uma ocupação, tal período. Enfim, quem quiser venha conosco, essa era a ideia. Agora pra ele tomar a decisão com a família dele, com a comunidade. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

No depoimento de Jaime, fica evidente que os militantes migrantes possuíam o domínio de determinadas informações e a exclusividade de decisões acerca das ocupações de terras, reuniões e outras ações, competindo a eles assegurar a fidelidade ao formato proposto. Essa “construção” não levava em consideração as especificidades de cada região, ou seja, já existia uma proposta pronta, a qual trazia consigo a experiência acumulada das ocupações do Sul – caracterizadas pela disciplina, pelo espírito de sacrifício, pela devoção e resistência. A citação acima dialoga com a epígrafe desse tópico – “*Nós éramos um pouco arrogante, não do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista da política*” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013). Nesse momento o militante identifica e assume que ocorreram excessos e problemas de relacionamento no processo de estruturação do MST no Nordeste, diante da necessidade de garantir um método de atuação e um perfil de militante pautado na experiência sulista. O próprio Jaime chama atenção para isso: “*Quando nós fizemos um método e quando nós discutimos as coisas, nós não discutíamos as questões locais na elaboração do método.*

*As coisas vão se adaptando em cada região*” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)<sup>52</sup>.

O depoimento de Jaime acima é elucidativo. Através dele é possível identificar a dificuldade de convencimento e adesão das famílias às ocupações de terra, por inúmeros fatores que abordamos no tópico 1.3. Por ora, é importante dizer que, devido à recente presença do MST, as novas formas de organização ainda são observadas com desconfiança e relutância por parte de muitos sem-terra. Através da análise desse depoimento, também, podemos delinear o papel das lideranças sulistas na análise da realidade local, na proposição de ações e na garantia de execução delas. A realização das ocupações era concretizada independentemente da adesão massiva. Acreditava-se, na época, que a adesão ocorreria à medida que os acampamentos prosperassem e servissem de exemplo. Por outro lado, recuar na execução de uma ocupação, ou retardá-la, comprometeria a credibilidade com aqueles que já haviam se definido sobre a questão.

Já Zenaide reconhece os equívocos de condução dos militantes sulistas e os compreende como parte de um processo de aprendizado, com destaque para a liderança de Jaime.

*Teve problemas, mas teve aceitação, e foi se construindo na verdade. O Jaime que eu acho que o responsável por uma série de coisas boas que aconteceu no Nordeste. E que entendeu essa questão de método, de como trabalhar isso, de não só impor, porque no início a gente tinha que impor, tinha que impor mesmo, muito mais imposição para depois começar a escutar as lideranças e o povo de lá. A gente foi meio que construindo junto esse caminhar, que é muito diferente do Sul. O Sul é outro país.* (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)

Loera (2009) descreve as particularidades e diferenças na forma como os acampamentos se estruturavam nos distintos estados do Brasil. Tomamos a liberdade de reproduzir um pequeno fragmento de uma entrevista concedida à Loera (2009), pois ela refletirá nas experiências e na bagagem cultural que mencionamos na nossa discussão. A entrevistada comentava: *“Nunca tinha visto sem-terra tão chiques. Aqui em São Paulo é assim, os sem-terra carregam monte de coisas, na Bahia os sem-terra só têm uma mochila nas costas, a coberta debaixo do braço e painéis no outro”* (LOERA, 2009, p. 39). Chama a atenção da entrevistada o fato de as pessoas montarem, literalmente, “sua casa” no acampamento, enquanto na Bahia eles levavam apenas os objetos de uso pessoal. Na experiência organizativa dos estados do Sul era comum os acampados levarem seus utensílios

---

<sup>52</sup> A visão generalizante expressa pelo militante, secundarizando as diferenças regionais, será equacionada somente na publicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária do MST, em 1995. Essa linha de atuação foi revista e resultou em autocritica do próprio MST, que percebeu a necessidade de respeitar as diferenças regionais e a experiência organizativa do Nordeste e demais regiões.

domésticos e animais para as ocupações. Ou seja, existe uma diferenciação básica na composição social do acampamento, na dinâmica de funcionamento, no acesso e aquisição de bens duráveis pelos sem-terra e na própria distribuição interna dos recursos dependendo da região em que ocorra a ocupação. Sobre isso, Bellé destaca: *“Como o Nordeste era quente, a rede ou a esteira, o básico que as pessoas já tinham de domínio delas. Tu achas um jeito de repartir. Ou tu desenvolves outras formas”*. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

Outro elemento importante diz respeito aos diferentes níveis de exigência no que tange à participação de toda a família ou não nas ocupações de terra no Nordeste. Diferentemente da experiência do Sul, onde a ocupação era viabilizada com a presença de apenas um integrante, quase sempre a figura do pai, no Nordeste exigia-se a presença de todos os membros do núcleo familiar durante a ocupação. O indicativo no Nordeste era para envolver toda a família. Carlos Bellé relembra: *“A convocação era para a família toda. Lógico, você vai olhar o que elas possuíam e o que pode ser levado para uma ocupação, e de que forma”* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013). Zenaide, de forma eufórica, recorda: *“Até hoje eu não esqueço o que eu falava para as famílias. Que tinha que ir, que tinha que ir, convencer uma mãe com sete, oito filhos”*. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

Em outra passagem do depoimento Carlos Bellé destaca o papel feminino na dinâmica familiar do Nordeste e o protagonismo das mulheres na militância.

*A presença dele [do homem] como elemento central como no Sul; no Nordeste, ao menos, era menor. O cotidiano da casa era a mulher. Isso faz com que a mulher tenha a primazia das ações nos acampamentos e assentamentos. No Sul o homem fica lá dentro. Tudo funciona em torno dele. No Nordeste esse elemento é diferente. É ela, a mulher, que tem o cotidiano. E isso altera inclusive as lideranças que surgem. Esse é um legado que o Nordeste deixou, não somente o MST.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

Os arranjos no universo da ocupação eram os mais diversos. Diferente do Sul, os indivíduos no Nordeste não permaneciam todo o tempo no acampamento, pois seguiam realizando atividades externas destinadas à manutenção de suas famílias, como biscates na construção civil, trabalhos nos canaviais, na cata de caranguejos, entre outros. Algumas vezes, deixavam algum membro cuidando das barracas. Em outros casos, segundo Sigaud, deixavam a barraca fechada, sozinha, ou com algum parente vigiando. Todavia, periodicamente retornavam e reafirmavam os vínculos com os demais integrantes do acampamento (SIGAUD, 2009, p. 56).

Em outro momento, Loera (2009) discute a diversidade no universo das lonas pretas, desmistificando a ideia de uma homogeneidade, deixando explícita a hierarquia entre as lideranças e os acampados e as diferenças dentre estes últimos. A tarefa dos militantes migrantes consistia em aglutinar e identificar futuras lideranças locais, projetando-as e contribuindo para sua formação. Verificamos esse processo na experiência de Fátima Ribeiro: rapidamente, essa militante conseguiu envolver novas lideranças locais no Ceará e assumir outras tarefas. Contou também com o envio de mais três militantes migrantes, oriundos de estados nordestinos (adaptando a política de deslocamento de acordo com a disponibilidade de militantes e os locais prioritários da própria região), permitindo, assim, a circulação de Fátima para outras regiões do Ceará. O processo de identificação de novos militantes ocorria fundamentalmente nas ocupações de terra e nos acampamentos – compreendido como o processo de formação e de lapidação do sem-terra. Medeiros (2010) ressalta que a capacidade do militante em aglutinar o maior número de famílias para os acampamentos é uma prática muito valorizada dentro da organização.

No entanto, mesmo após a formação de lideranças locais, o MST não suspendeu o envio de militantes para o Nordeste, tampouco solicitou o retorno dos militantes migrantes para seus estados de origem. Lerrer (2008) pontua os aspectos já mencionados em trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), quando afirma que os militantes migrantes passaram a assumir tarefas em setores específicos, como o Setor de Formação e de Produção, quando da constituição das lideranças locais. Chaves (2000), durante a realização do seu trabalho de campo, atenta para o fato de que quando um militante se destaca no Nordeste, é imediatamente incorporado ao “Setor de Formação”, diferentemente do que ocorria nos estados sulistas.

Para assegurar que o trabalho formativo obtivesse êxito, destacavam-se os próprios militantes migrantes para comporem a equipes do Setor de Formação (conforme podemos constatar ao longo das entrevistas), garantindo, dessa forma, o acompanhamento e a avaliação dos novos integrantes. Dilei, por exemplo, depois que os estados estruturaram suas próprias coordenações, assumiu o referido Setor quando estava em Sergipe. Logo após, coordenou a organização de quinhentas famílias acampadas na Bahia, pelo período de um ano e meio. “*Aí fui num outro processo de organização. Toda aquela teoria do Ademar Bogo<sup>53</sup> de grupos de família, de escolas. Aquilo que o Jaime falava, de planejar o método de organização de base, ele me acompanhou e eu fiz o trabalho com quinhentas famílias*” (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

---

<sup>53</sup> Voltaremos ao assunto no tópico 4.1.

Tal afirmação nos remete às seguintes observações: no processo de estruturação nacional, na definição de suas instâncias e organograma, o MST mantinha a preocupação com eventuais desvios políticos e ideológicos, justificando a permanência dos militantes do Sul – cuja experiência de militância estava melhor “calibrada” nos Setores de Formação, Produção, Educação e Comunicação, sugerindo, assim, que os militantes migrantes possuíam formação política e técnica superior aos militantes do Nordeste.

Para Chaves (2000), ao assumir novas atribuições, com a ocupação de espaços na estrutura organizativa do MST, o militante assume outra condição perante o coletivo.

A participação em um dos setores do Movimento é um vínculo importante na constituição de sem-terra, membro do MST: representa a passagem de sem-terra como condição à de sem-terra como opção, vocação; passagem de uma identidade genérica à identidade de um militante (CHAVES, 2000, p. 52).

A ocupação de instâncias do Movimento representava a conversão do projeto de mudança da sociedade em um projeto de vida. Essa nova abordagem é que garantirá a estruturação do MST nacionalmente, a partir dos moldes sulistas. Justamente nesse contexto busca-se implementar o cooperativismo, através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A questão de fundo, além de organizar a produção, é que através de novos valores de convivência e de solidariedade vivenciados no interior das cooperativas, os membros do MST difundam o ideal socialista. Essas experiências funcionariam como “germens” de uma sociedade, com a formação do “novo homem e da nova mulher”. Deveriam, portanto, servir como exemplos concretos para a sociedade.

Durante os primeiros anos de existência do MST, observamos um esforço das lideranças em teorizar a respeito das dificuldades e dos desafios que se colocavam para o Movimento. Para tanto, sentiu-se a necessidade de qualificar a sua própria militância, unificando o discurso, definindo prioridades e alinhando projetos que viabilizassem a produção e a formação política e ideológica. Os espaços formativos visavam assegurar a fidelidade ao método de trabalho do MST, fornecendo um ambiente propício para a formação de novas lideranças.

Izabel relata a existência de um exercício conhecido como “Laboratório de Centro”, cujo objetivo consistia em “forçar” o militante a buscar a sua própria sobrevivência, através da alternância entre estudo e trabalho e da articulação com a rede de contatos e solidariedade, ou, através da prestação de serviços externos. Izabel conta-nos sobre a dinâmica de funcionamento e os desafios do curso:

*Olha, vocês têm sobrevivência aqui para quatro dias. A partir do quinto dia vocês têm que ir buscar sobrevivência. Em geral, era feito num espaço onde a gente tinha conhecimento da agricultura, dos camponeses, pequenos agricultores, assentamentos meio perto, então eles se organizavam. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)*

*Eles tinham que trabalhar também na produção, ou no centro, ou se apertasse muito economicamente podiam fazer empreitada, como era tudo camponês, roçava uma beira de estrada num dia, no outro já tinha dinheiro para semana. Qual era o grande objetivo? Era ajudar as pessoas a descobrirem que a possibilidade de mudança estava dentro delas mesma. E que não precisa do dinheiro de não sei quem, como no momento atual. Que nós não precisávamos do dinheiro dos outros para fazer a nossa organização, que nós tínhamos condições. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)*

O Jornal Sem Terra apresenta os objetivos e a metodologia adotada durante o II “Laboratório de Centro”, realizado em São Mateus, Espírito Santo, pelo período de quinze dias. O curso contou com a participação de 84 assentados, dos estados da Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Ceará e Espírito Santo. O objetivo geral do “Laboratório de Centro”, de acordo com o Jornal, é capacitar quadros organizadores para atuar em coletivos, associações e cooperativas que se estruturam nos assentamentos (TERRA, 1989e, p. 12). Sobre a metodologia, os participantes “[...] de posse dos insumos indivisíveis e da infraestrutura do centro de capacitação, organizaram um empresa denominada ETROCA (Empresa dos Trabalhadores Regionais Organizando a Cooperação Agrícola)” (Ibid.), coletivamente, nos quinze dias do curso. Esse exercício visa à superação das formas artesanais de produção e herança do trabalho em pequenas propriedades, e também atender aos objetivos expressos no depoimento de Izabel.

Na compreensão do MST, o lavrador que trabalha individualmente se assemelha a um artesão. Realiza várias atividades, porém não se especializa em nada. A realização do “Laboratório de Centro” visa capacitar quadros para implementar o cooperativismo a partir da criação de empresas rurais coletivas. Ao exigir uma resposta organizada (e relativamente autônoma) dos integrantes do curso, o MST almejava romper com a lógica assistencialista, demonstrando a importância do princípio da independência. Porém, ao sugerir que os integrantes trabalhassem por diária, através de uma relação de subemprego voltada para atender às necessidades básicas, acabara reforçando a lógica de trabalho voltada para o imediato, então criticada pelos militantes Jaime e Dilei.

Através dos conteúdos ministrados busca-se, também, discutir práticas consideradas “vícios” ou “desvios”, como: “[...] anarquismo, espontaneísmo, voluntarismo, subjetivismo e



aventureirismo" (Ibid). Em paralelo aos cursos são desenvolvidos trabalhos produtivos nas áreas, (hortas, lavouras, construção), além de exercícios práticos de organização e planejamento de produção. Conforme já mencionado por Izabel, compete aos integrantes do curso, "[...] buscarem, junto à massa, o sustento e a manutenção do laboratório a partir do quinto dia" (TERRA, 1989e, p. 12). As discussões contemplavam, portanto, aspectos organizativos, políticos e ideológicos.

As cooperativas coletivas são compreendidas pelo MST como a forma "superior" de organização da produção. Segundo Christoffoli (2000), a proposta de cooperação agrícola gradualmente se apresenta como alternativa e condição necessária para a sobrevivência dos assentados. "As CPAs, nesse sentido, foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989 e despontam como uma forma superior de organização da produção" (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 21). São consideradas as razões econômicas, políticas e sociais para o estímulo e a promoção da cooperação. As formas de cooperação vão desde os mutirões, trocas de dias, até às experiências legalizadas, que ganham o nome de associações ou cooperativas (MORISSAWA, 2001). Dentre as associações, destacam-se as de comercialização e beneficiamento. As cooperativas são consideradas um desdobramento das associações e são classificadas em Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) e Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) (DEBIASI, 2008).

De acordo com o depoimento de Jaime, a formação de uma associação para fazer circular a produção já se demonstrava suficiente. Para o camponês, bastava ter o CPNJ, não lhe interessava discutir as formas de produzir, nem se submeter às regras de funcionamento de uma cooperativa<sup>54</sup>, com horários, metas e divisão das sobras.

*Isso nos frustrou porque para isso tipo de produção não precisava de cooperação. Já era o suficiente para ele, ele se acomodava no seu entendimento. Não precisava de cooperativa para produzir mandioca, para produzir farinha. No máximo uma farinheira. Tu sair da força do engenho e ter o seu espaço [...]. Foi muito difícil. Colocar a minha terra para cooperativa tinha muito isso. De tu sair da força do engenho, depois de tantos anos de submissão ao fazendeiro. Tu ter que provar que o coletivo era importante. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

<sup>54</sup> A proposta de organização de cooperativas foi sistematicamente revisitada pela Direção Nacional do MST e pelo Setor de Produção, com a criação de Grupos de Trabalho (GTs) e revisão dos currículos dos Cursos Técnicos em Cooperativismo ministrados pelo MST e em parcerias com universidades e institutos, de modo a criar, nos anos seguintes, uma proposta intermediária de cooperação. As publicações dos Cadernos de Cooperação Agrícola e de Experiências Históricas de Cooperação resultam de um esforço do MST para discutir essa problemática, através do estudo de experiências concretas no Brasil e no exterior (inclusive com a realização de intercâmbios) e de trabalhos reconhecidos internacionalmente na área do cooperativismo, como Rosa Luxemburg, Karl Kautsky e Vladimir Lenin.

Ainda de acordo com Jaime Amorim, em muitos casos a adesão dos camponeses às cooperativas era compreendida como uma tarefa a ser cumprida. A incorporação poderia ocorrer devido à relação de respeito, gratidão e/ou amizade que o trabalhador mantinha com o militante. Ou seja, a adesão e o vínculo com a cooperativa não estavam necessariamente relacionados com o convencimento político dos camponeses, conforme observamos no depoimento de Jaime:

*O cooperativismo, muitas vezes, eles se associavam por uma questão de militância, por entender a política, mas não por uma questão de necessidade. Ou até para não desagradar o dirigente que ele tinha como referência. Então, se eu fosse lá fazer um debate, uma semana inteira de reunião, convencesse dele vir para cooperativa, ele vinha para não me desagradar. Mas ele não apostava na cooperativa. Ele apostava no dele [...] A cooperativa não era o ideal, não era o sonho dele, a perspectiva é sim o lote individual. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Os hábitos alimentares eram distintos do Sul, assim como toda a dinâmica de produção. A escolha do que produzir e de como produzir, o tempo do ciclo produtivo, os investimentos na colheita, na comercialização e o conjunto de recursos disponíveis eram diferentes da realidade nordestina. Carlos Bellé nos conta um caso que ilustra bem o conjunto das diferenças culturais. A situação se passa no interior do Maranhão, no município de Santa Inês:

*O pessoal vivia comendo o arroz. Nesse assentamento foi feito uma horta, num desses cursos, uma espécie de um centrinho de formação. Fazia os cursinhos de formação para as lideranças e tinha uma horta. Plantaram rúcula, tu já sabes quem plantou. Tinha que ser um sulista [risos]. O que o sertanejo quer com rúcula!? O que o pessoal começou a fazer: Ou cozinhava junto com o arroz ou fazia separada ou fazia com torresmo frito, que de certa maneira ia diminuindo o amargo. Embora um sabor diferente, culturalmente, mas começou a ser incorporado. Eu me encontrei esses dias com o pessoal de lá. Hoje, todo mundo adora rúcula, mas quase mataram os caras na época. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Para além de demonstrar as diferenças dos hábitos alimentares entre o Sul e o Nordeste do país, os comentários de Bellé nos convidam a pensar sobre as dificuldades para viabilizar a produção de subsistência, e ao mesmo tempo distanciar-se dela. A cultura da macaxeira, por exemplo, raiz típica do Nordeste, que serve de base alimentar e que pode ser usada para fazer a farinha e alimentar os animais, leva aproximadamente um ano para produzir; no entanto, a demanda por alimentação era imediata. O experimento da produção de rúcula (além dos elementos de ordem cultural) demonstra a preocupação das lideranças em suprir a necessidade de alimento, evitando, assim, que os sem-terras rumassem para as periferias das cidades, chamadas “pontas de rua” (SIGAUD, 1979). Já nos canaviais e nas

usinas, o trabalhador recebia o pagamento, geralmente, por semana. Isso, conforme já mencionado, possibilitava a aquisição de bens consumíveis. Essa questão também esbarra nas observações de Welford (2010) sobre os espaços e mecanismos para a definição dos projetos pelo MST.

Na simbologia da luta pela terra, sobretudo através dos instrumentos de trabalho dos sem-terra, também observamos diferenciações e incorporações entre as regiões no que diz respeito às noções de resistência, organização e segurança. De acordo com Bellé,

*Os instrumentos de trabalho que eles utilizavam, não é só a peixeira. Mas, o facão, as coisas, quer dizer, os instrumentos de trabalho foram incorporados. Que lá [Nordeste] tinha uma simbologia maior que no Sul. Se tu ver as fotos do Nordeste é o facão. No Sul é a foice. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013, grifos nossos)*

Os instrumentos de trabalho são utilizados para a defesa física e simbólica dos sem-terra durante as ocupações e outras ações do MST. De porte deles, os sem-terra transmitem a mensagem de que almejam ter um “pedaço de chão”, e através de suas armas (o facão, a foice e a enxada), buscam o sustento próprio e de sua família, como resultado do seu trabalho. São ainda elementos de referência e identidade dos sem-terra, sendo recorrentemente utilizados nas místicas e demais manifestações.

Dilei, no depoimento abaixo, descreve a escassez de água, alimentos e as diferenças nos hábitos alimentares do Sul e do Nordeste; todavia, o que mais chama atenção é como são minimizadas as necessidades alimentares dela. Para a entrevistada, o mais importante era assegurar as condições para realização da ocupação e/ou outra tarefa, independentemente da sua condição pessoal. Durante a realização da entrevista, em diversos momentos, percebemos a total entrega e o compromisso militante.

*Na própria ocupação as pessoas tinham dificuldade de alimentos. Quando a gente tava com fome a gente comia na área [...] tinha jaca, e a gente comia jaca com farinha. Eu não tinha maiores problemas em relação a questão da alimentação. Eu comia o que tinha. Podia ser farinha, podia ser peixe, podia ser farinha com ovo. A gente não tinha, não tinha [...] agora que isso sensibiliza as condições de vida das pessoas. É... eu acho que ela é um fator determinante pra gente ficar aqui. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

O fragmento acima, para além dos elementos de natureza humanitária e uma dose extra de sensibilidade, delineia parte do comportamento e motivações dessa militante, marcada por ideais de justiça e solidariedade, caridade e doação. Entre os últimos, está embutida a ideia de que era preciso ajudar os menos favorecidos.

Dado o exposto, percebemos as diferentes referências (políticas, econômicas, religiosas, produtivas e alimentares) dos camponeses e das lideranças nordestinas e sulistas. Sobre essas últimas, destacamos alguns elementos e condicionantes que nortearam sua atuação no Nordeste, e, em grande medida, fundamentaram a criação de um “padrão de militância” baseado nas experiências organizativas do Sul do país. Portanto, o militante que assume o desafio da migração para o Nordeste, em geral, é jovem, branco, com descendência europeia, convivência na Igreja Católica e seus organismos, filho de pequenos agricultores, com educação baseada em rígidos valores morais, com convivência comunitária e experiência política com os movimentos sociais e sindicatos. Esse conjunto de valores e vivências, aliado ao contato com a teoria marxista, contribuiu para forjar um militante disciplinado, com iniciativa e forte espírito de sacrifício.

#### 2.4 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TERMO “OCUPAÇÃO” NA CRIAÇÃO DO MST NOS ESTADOS

*O MST só conseguiu nascer quando fez a primeira ocupação de terra. Porque não existe organização social que vive de discursos. Eles precisam de algo concreto.*

Dilei Schiochet, 2015

Nos primeiros anos, o MST encontrava-se muito isolado política e geograficamente. A literatura, de um modo geral, trata a primeira ocupação de terra como a criação, a oficialização do MST no estado em questão. Fernandes (1999) define a presença do MST, em determinada região, através de um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. De forma simplificada, poderíamos resumir a questão assim: por um lado, temos os processos sistemáticos de saída e expulsão do campo que, em nosso caso específico, são as migrações dos militantes, e se definem como um processo de desterritorialização; por outro lado, a formação dos acampamentos e assentamentos nos estados para os quais os militantes foram designados pode ser chamada de área reterritorializada. Fernandes (2000) estabelece uma cronologia do processo de territorialização através da expansão do MST. Esse processo, segundo autor, ocorre através das ocupações de terra, que no ano de 1987 já contava com o envio de militantes do Sul e Sudeste do país, com vistas a viabilizar (e acelerar) o processo de estruturação nacionalmente.

Sobre esse aspecto é corrente entre os militantes a posição defendida pelo professor Bernardo Mançano Fernandes sobre a constituição do MST. Para este autor, a existência do MST está diretamente relacionada à realização das ocupações de terra. Essa perspectiva é adotada pelos militantes migrantes, com a justificativa de que através da ocupação é materializada a presença do MST. A epígrafe escolhida demonstra essa visão. Dias antes da entrevista com Dilei, o professor Bernardo Mançano proferiu uma palestra em Campina Grande, reforçando esse argumento. A fala do professor municia a militante, fazendo com que ela traga a questão envolta no “discurso de autoridade”, unificando as visões do Movimento e da “academia” sobre o mesmo acontecimento. Com esses aportes, a entrevistada historiciza a relação ocupação de terra x credibilidade x aceitação por parte dos camponeses, desde a experiência sulista, atribuindo uma relação de causalidade.

*E o MST, mesmo que seja do Sul, quando as pessoas vieram do Sul, elas tinham algo concreto para mostrar, que já tinha gente que tinha conquistado terra, que não somos os primeiros. As pessoas precisam da materialização, de que é possível, se não eles não vêm simplesmente pelo discurso teórico. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

A ocupação de terra, ou melhor, a primeira ocupação de terra, dentro da literatura especializada, é compreendida como um marco, ou seja, como a presença efetiva do MST em determinada região. Para Fernandes (1999), ao ocuparem terras, ou melhor, um determinado território, os trabalhadores estariam realizando a territorialização do MST, através do processo denominado espacialização (FERNANDES, 1999). Esse entendimento, em nossa avaliação, resulta numa visão positivista e limitada do processo. A ocupação deflagra uma situação, geralmente de conflito, mas somente a ocupação não assegura a presença física, política e econômica do MST. Ela resultará de processos desencadeados anteriormente e a sua manutenção resultará das novas relações estabelecidas. São muitos os casos em que o MST realiza ou participa do processo de ocupação, mas não possui a condução política do acampamento ou assentamento, seja por questões de natureza econômica (dificuldades de acessos a créditos, assistência técnica, resistência ao modelo de produção cooperativista), seja por divergências de natureza política.

Nosso intuito é problematizar os conceitos apresentados por Fernandes (1999; 2000), refletindo sobre o alcance dessa categorização para a análise dos militantes migrantes. Ao assumirmos uma visão linear da ocupação de terra, estamos assumindo a ideia de que não existiram outros mecanismos que marcaram a presença do MST em determinada localidade. Portanto, compreendemos que os processos de aproximação, articulação, convencimento e

disputa são tão importantes quanto à efetiva ocupação de terras – a qual, exclusivamente, tem definido a estruturação do MST. Objetivamos, dessa forma, analisar o momento imediatamente anterior às ocupações de terras em cada estado com o auxílio dos materiais internos do MST (jornais, cartilhas, manuais) e publicações, relatórios, anais e demais publicações das organizações ora aliadas, ora adversárias. Cabe pontuar que as reflexões ora apresentadas, em grande parte, tiveram como inspiração a obra “Tierras, Leyes, Historia – Estudios sobre <<la gran obra de la propiedad>>”, de Rosa Congost.

O I Congresso do MST (1985) definiu a ocupação de terra como a forma de luta prioritária para conseguir terras, expandir o Movimento e avançar no debate da reforma agrária. No Caderno de Formação n. 1, são apresentados os critérios para a realização das ocupações. O item 3 do documento deixa claro que o MST pretendia ter o monopólio das ocupações de terra. “Caso ocorram ocupações de terra não decididas pelo MST, o movimento não assumirá e não apoiará” (MST, 1986a, p. 12). A ocupação de terras foi distinguindo o MST das demais entidades e grupos políticos. Segundo Bellé:

*Então no congresso, de certa maneira, o entendimento de que a luta pela terra, ela não é pra resolver num conflito localizado específico, ela é uma luta que tem uma agenda necessariamente política, que deve interferir nos conjuntos das ações de caráter nacional e é um problema do Brasil, o problema agrário. Então, com um entendimento mais amplo, também se constrói na relação do movimento e na própria organização do movimento a necessidade de articulação das várias lutas, a presença do movimento nas várias lutas [...] no congresso define-se a forma de luta que era a ocupação, a ocupação distingue o movimento das outras organizações. E por essa forma de luta que em muitos lugares, você deve ter identificado os conflitos que tinha porque já eram de conflitos de entendimento, de compreensão política. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

A tarefa dos militantes migrantes era viabilizar as ocupações de terra no maior número possível em cada estado. O pressuposto era que tal ação marcaria não somente a presença física, mas principalmente a presença simbólica do MST nas localidades. Podemos ter a dimensão, a partir da fala de Jaime:

*Realizamos a primeira ocupação no dia 07 de setembro do mesmo ano, de 87. E essa primeira ocupação ela foi determinante para tudo. Para o processo construção do método de trabalho de base, foi decisiva para mostrar que no Nordeste que era possível construir o movimento de massa, porque havia muitas críticas. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Antes das ocupações, deveriam ser cumpridas determinadas exigências de formação e de método. Logo nos primeiros dias iniciava-se o trabalho de formação, conduzido pelos militantes migrantes ou assessores de outros estados. Essa formação objetivava construir as

ferramentas para os trabalhadores se organizarem. As reuniões funcionavam como um critério para a participação nas ocupações. Essas, quando figuram nos textos acadêmicos, aparecem de forma periférica, pois o objeto de análise gira em torno das ocupações efetivamente. A formação estava articulada com o propósito de identificar novas lideranças, assegurar uma linha unitária de ação (através da exigência do centralismo democrático) e com o cumprimento do método de trabalho de base elaborado por Jaime Amorim e Ademar Bogo, teorizado a partir da experiência “laboratório” da Bahia, em 1985. Utilizado de forma experimental nos estados do Sul, tratava-se de um programa de formação básica dirigido às famílias nos acampamentos e assentamentos. Carlos Bellé relata a logística e a dinâmica de funcionamento do curso em Santa Catarina. Na época ele residia em Florianópolis e integrava a Comissão Pastoral da Terra.

*Era uma equipe conjunta. E a gente fazia esse trabalho de assessoria dirigida à organização de base do movimento [...] a gente montava uma equipe e nos acampamentos ou assentamentos o pessoal tinha uma organização de núcleos. Então a gente fazia a reunião meio período ou um período, geralmente a gente ficava o sábado e o domingo numa mesma região até para efeitos de transporte, para racionalizar. E fazia a atividade que era aquela tarefa básica: como se organizar, como funciona a sociedade, quem são os amigos e inimigos, quais são os partidos políticos, de um período de construção, basicamente, do movimento sindical, das oposições sindicais, era muito forte naquele período. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

No depoimento de Carlos Bellé, observamos que nos primeiros anos o MST contava com uma equipe oriunda de vários matizes para a organização das famílias. Para a realização da formação, contava-se com um grupo composto por integrantes do MST e assessores, que conduziam a formação teórica e política; enquanto que no âmbito local, outra equipe era responsável pela convocatória dos sem-terra e por viabilizar as condições materiais para a execução do curso, como local, alimentação e escalas de trabalho. No caso do Nordeste, verificamos que o trabalho formativo afiançava a atuação do militante migrante. O depoimento abaixo demonstra como o trabalho de formação deveria ser processual e continuado:

*Essa [a formação] foi uma prática que nós sempre fizemos. Quando chegamos no Nordeste. Fazer a ocupação, e logo na primeira ocupação, fazer a formação de base. Com a formação de base tu vai automaticamente fazendo, projetando novos militantes, fazendo a seleção natural... enfim, criando novas perspectivas. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Mesmo com limitações no domínio da leitura e da escrita por parte dos camponeses, as tarefas formativas deveriam ser asseguradas pelos militantes migrantes, conforme observamos no depoimento de Bellé:

*Então era um grupo que juntava o trabalho necessário de organização dos acampamentos, e fazia o mínimo de formação. Eles faziam embaixo de árvores, embaixo de lona, onde dava. Levava um quadrinho, um risco, para visualizar algum desenho, às vezes tinha uma pequena página, apostila com algumas ideias para o pessoal que sabia ler, que o analfabetismo era bastante grande no período. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Depois de realizada a ocupação, organizavam-se as comissões responsáveis pela alimentação, limpeza, segurança, saúde, comunicação e formação e outras, conforme as necessidades do acampamento. O fio condutor de Loera (2009) é o acampamento. As pessoas que o compõe e o tempo dedicado a ele se traduzem em distintos significados. A autora menciona a prática de enviar militantes acampados ou já assentados para auxiliarem nas novas ocupações de terra, por um período curto de tempo. Isso pode representar, no universo das ocupações, processos de ascensão e significação social e mesmo de status. A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Após a entrada na propriedade, geralmente pela noite ou ao amanhecer, buscava-se organizar o acampamento a partir de locais mais altos, visíveis, com vegetação próxima e com facilidade de acesso à água. Começava-se a montagem das barracas, dispondo-as de modo a formar um espaço próprio para a realização das assembleias e a organização de uma cozinha coletiva. As barracas são construídas com a madeira retirada do próprio local e coberta com um plástico preto grosso, denominado *lona*. Sigaud (2005) define os acampamentos como mais do que a reunião de pessoas com os mesmos propósitos. A autora identifica laços de pertencimento neste novo espaço de sociabilidade. Para ela, os acampamentos:

Compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam um marco distintivo. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* (SIGAUD, 2005, p. 260).

O ato da ocupação privilegiava a participação de homens e mulheres adultos. Os demais membros da família iam sendo incorporados no processo de estruturação do acampamento. De acordo com Sigaud (2005), existia uma “divisão do trabalho” para a permanência no acampamento. A maioria dos acampados continuava realizando suas



atividades externas, “biscates” e “bicos” nas lavouras ou na construção civil, para a manutenção da família. Em alguns casos, deixavam algum responsável (parente ou não) cuidando da barraca ou a fechavam por determinado período. E, quando retornavam, restabeleciam os vínculos (SIGAUD, 2005).

Para Loera (2009), os acampamentos funcionam enquanto “rede”, sempre vinculados entre si, de forma espiral, de modo que um possa retroalimentar o outro. São os próprios assentados e/ou acampados que contribuirão na realização de novas ocupações, repassando as tecnologias de montagem de acampamentos adquiridas nesse processo. De acordo com Bourdieu (1989), existem pessoas que ocupavam lugar de prestígio no mundo das ocupações devido à forma como administram seu arsenal de conhecimento e à bagagem que possuem. Isso resultará no prestígio que o militante gozará (LOERA, 2009).

A autora destaca, no fragmento abaixo, a disciplina presente nos acampamentos do MST. De acordo com Loera (2009), ela faz parte da “lógica de compromissos e obrigações” dos acampados.

Alguns acampados, principalmente os novatos, ao se instalarem debaixo da lona, levam consigo muitos pertences, inclusive móveis como fogão, armários, camas etc., acabam montando praticamente uma casa dentro do barraco. Já os velhos acampados, com experiência na arte de acampar, geralmente carregam o mínimo de coisas possíveis, pois sabem que é melhor assim, em caso de um despejo, ou de ter que mudar de acampamento ou sair para realizar uma nova ocupação [...] uma vez que o acampamento está montado, dirigentes do movimento que organizam o acampamento dividem uma série de tarefas, que devem ser compartilhadas pelos acampados; na maioria dos acampamentos organizados pelo MST, essas tarefas se realizam através de núcleos, setores, grupos, comissões, brigadas, equipes etc. (LOERA, 2009, p. 29).

As ocupações são temporalizadas e hierarquizadas, o que é chamado de “tempo de acampamento” (LOERA, 2009). São distintos os significados dessa experiência. Para alguns, significa reivindicar terras para si ou para outros do seu grupo; para outros, pode significar uma forma de aumentar o seu capital simbólico, de aceitação e de legitimidade. Nas suas análises, Loera (2009) observa quem ocupa o posto mais alto da hierarquia e está autorizado a falar em nome do MST, bem como a realizar convites. Ressalta, igualmente, a ênfase que é dada pelo dirigente na formação de alianças com os moradores do local. Para a autora, “[...] o *trabalho de base*<sup>55</sup> só é efetivo porque se estabelecem alianças e se aproveitam os vínculos

---

<sup>55</sup> De acordo com o Caderno de Formação n. 14, 1987, o trabalho de base é “[...] uma prática de trabalho, um jeito de trabalhar. Uma prática que junta cada vez mais gente, em todos os níveis ‘massa’, ‘militantes’, ‘dirigentes’, em todos os lugares ‘campo, cidade, município, estado, país’, pois multiplica companheiros: é quantidade. Mas, companheiros esclarecidos, organizados, conquistando vitórias, por isso é qualidade”.

que traspassam as fronteiras dos movimentos que organizam as ocupações” (LOERA, 2009, p. 84).

A questão mencionada por Jaime sobre a participação em uma ocupação por respeito, afinidade ou simpatia, é retratada na tese de doutorado de Loera (2009), na qual ela relata que as pessoas que vão acampar se identificam com aqueles que as convidaram para o acampamento, além do local de origem. Quanto mais pessoas se convencessem e aderissem ao acampamento, significava mais prestígio associado ao seu poder de convencimento. Além disso, com o recrutamento de novos militantes, aumentavam-se as possibilidades de liberação do militante migrante para outras tarefas. A aproximação, resultado do seu trabalho de base, estabelecia-se, também, em uma relação de respeito e confiança, a qual permitia um grau de ingerência do militante migrante.

As ocupações, de acordo com os autores desse processo, eram alvo de muitas polêmicas. Por parte das autoridades, eram combatidas e criminalizadas através dos meios de comunicação e com o uso da força policial e privada; por parte de entidades próximas, eram alvo de críticas, porque rompiam com a forma de oposição pautada na institucionalização. Aqui se incluem vários grupos e vertentes dentro da esquerda. Também existiam divergências quanto à operacionalização da ocupação. Muitos grupos políticos defendiam que, antes de iniciar uma nova ocupação, o MST deveria equacionar os problemas decorrentes da anterior, ou seja, uma nova ocupação só deveria ocorrer desde que fosse assegurada a imissão de posse da anterior. Depois de resolvida a questão, poderia-se efetuar uma nova ocupação. O MST, pelo contrário, tinha a intenção de realizar o maior número de ocupações possível, de forma a deflagrar a dimensão do problema agrário e a aglutinar camponeses.

As comunidades camponesas (locais), por sua vez, alternavam-se entre a esperança e a apreensão diante do desconhecido. Para Carlos Bellé, a “[...] ocupação é justamente o extremo desse limite. Ela é educativa [...]. Então, em um primeiro momento o conflito se estabelece para tudo que é lado”. Para os teóricos do MST, a ocupação funcionava como um processo pedagógico e trazia no seu bojo as possibilidades efetivas de mudança. Cumpriria um papel na denúncia de determinada realidade, visando romper com a relação de dependência com as elites e, ao mesmo tempo, possibilitar novas formas de compreender a realidade e a adoção de novas práticas. A leitura da realidade, denominada de “conjuntura”, é um dos elementos-chave para compreender a dinâmica do MST. Ele responde às conjunturas e “tira” partido dela, sempre que possível.

De acordo com Chaves (2000), a conjuntura é o substrato, a matéria-prima do MST. Nesse sentido, busca desenvolver, nos seus militantes, a capacidade de realizar as ditas

análises de conjuntura, que precedem a realização de outras atividades e/ou ações. As práticas ligadas à ocupação de terra significam também uma ruptura com a história local, com as lideranças locais e com a forma de fazer política, incluindo “seus pares”. Os trabalhadores, por exemplo, não reconheciam mais algumas lideranças das federações e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, pois estavam “[...] cansados de promessas e discursos que não resultavam em nada” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Também se observa um esgotamento das habituais formas de negociação e pressão sobre o governo, pautadas na representatividade e no diálogo. Com a chegada do MST, muitos trabalhadores (já descrentes) passaram a repensar suas práticas e a experimentar novas formas de atuação. Nas palavras de Bellé:

*Ela altera aquele que estava submetido em alguém que pode ser sujeito. Então, por isso ao mesmo que ela estabelece o conflito, ela [a ocupação] tem a possibilidade de apontar a solução. Esse é o diferencial e que não depende daquela estrutura viciada.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

Para a maioria dos militantes migrantes, era preciso que o MST chegasse com uma proposta pronta, que alterasse a lógica de funcionamento da sociedade e radicalizasse a forma de fazer política. Ao propor ações de maior enfrentamento, como as ocupações de terras e prédios públicos e passeatas, era comum ouvir que o povo era “coitado” e que não suportaria o nível de exigência das atividades então propostas. Segundo Jaime, trata-se de uma herança da Igreja, que definia as ações do MST como arbitrárias:

*Tu tem a ideia de olhar para o povo como pobre coitado. Foi isso que a Igreja fez. Ai, coitadinho, pobre coitado, muito sacrifício. Aí quando vão para uma caminhada, para uma marcha e junta povo [...]. A rejeição foi por parte da Igreja e nós quebrávamos toda a ideia de grupo.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

A reflexão acima soa um pouco simplista, na medida em que desconsidera o conjunto de lutas realizadas pelos camponeses nas décadas de 1950 e 60 com a organização das Ligas Camponesas, além dos motins, saques e greves realizados durante a década de 80, diante do quadro de desemprego, miséria e das estiagens cíclicas, para citar somente a segunda metade do século XX. Supomos que a afirmação de Jaime seja resultado de avaliações resultantes de um contexto de oposição às práticas da Igreja Católica, entre elas a perseguição e o “patrulhamento”.

Para o momento, interessa-nos discutir justamente o processo anterior às ocupações, o processo de articulação interna e externa (com sindicatos, Igreja, estudantes e professores

universitários, representantes do poder legislativo e executivo), o papel das redes de contato e solidariedade no processo de preparação e a própria ritualística pré-ocupação, conforme mencionado anteriormente. A ocupação de terra é o início, podendo significar a formação do MST em determinada região, mas não assegura a sua existência. E tampouco que sua presença seja efetivamente representativa. A interpretação sobre a formação do MST, no conjunto de seus materiais, apresenta uma visão bastante geográfica do fenômeno. Ou seja, uma leitura territorializada, muitas vezes dimensionada apenas nos seus aspectos físicos.

Em nosso entendimento, a ocupação do território representa apenas uma parte do processo de ocupação, pois, ao analisá-la de forma isolada, não possuímos a informação de quem são os protagonistas da ação, suas motivações, seus conflitos internos, seus aliados e adversários e os processos de negociação. O resultado dessa compreensão equivocada se desdobrará em outra questão igualmente equivocada: uma visão abstrata dos processos de ocupações e dos próprios movimentos sociais. Com tal afirmação não estamos desconsiderando o que efetivamente representa uma ocupação de propriedade no contexto agrário brasileiro da década de 1980 e os desdobramentos dessa ação, seja do ponto de vista jurídico, seja pela alteração da paisagem, com a introdução de novos gêneros alimentícios, devido à presença dos camponeses.

Selecionamos um caso para demonstrar a importância dos processos anteriores na estruturação do MST, e como pode ser problemático (e reducionista) abordar a presença do MST exclusivamente a partir da primeira ocupação de terra. No Ceará identificamos a existência de trabalho anterior à chegada de militantes do MST, inclusive com a organização de assentamentos.

*De 1985 a 1989 já tinha assentamentos assim, reconhecidos a nível geral, tipo Lagoa do Mineiro, Santana, tinha Monte Castelo em Quixadá. Vários assentamentos já organizados, inclusive, uma companheira, M.M, já trabalhava com esses assentamentos uma cartilhinha que existia a nível nacional “A luta continua”, que era como organizar os assentamentos. Então essa companheira fazia todo o trabalho de formação independente do MST. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

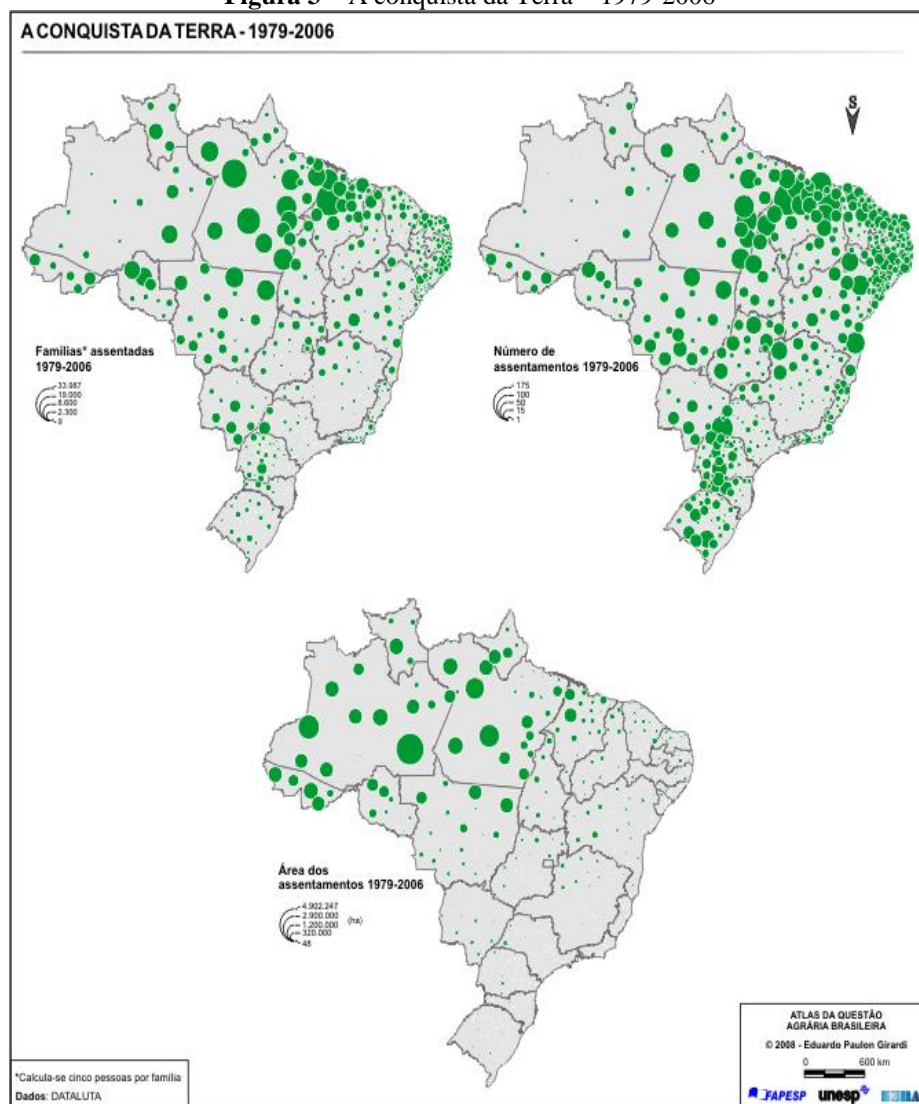
Na história do MST, o início do Movimento no Ceará é comemorado no ano de 1989, com a ocupação 25 de maio. No entanto, pelo depoimento de Fátima percebemos a existência de um trabalho organizativo anterior à referida ocupação, encaminhado a partir da influência do MST, materializado através da utilização do material formativo do próprio MST, e encaminhando por membros da sua rede de contatos e apoios. Compreendemos, dessa forma,

uma continuidade do trabalho com a chegada dos militantes migrantes, com gradativo aumento de exigências e profissionalismo das lideranças sulistas.

De acordo com Fátima, após o início desse trabalho os assentados e algumas lideranças locais estabeleceram contato com o MST nacionalmente, demonstrando a necessidade de se organizar. Os primeiros militantes migrantes foram enviados para o Ceará no ano de 1988, somente com a função de identificar o perfil dos trabalhadores locais, analisar as condições de trabalho e estabelecer contatos com indivíduos, sindicatos e entidades que pudessem facilitar a chegada do futuro militante migrante. Ou seja, fazer um trabalho de sondagem para avaliação das potencialidades da região antes de enviar formalmente o militante para se estabelecer. No ano seguinte (1989), Fátima foi convidada para ir para o Ceará. *“Nesse período decide [a direção do MST] quem melhor se adequaria lá na realidade. Aí me convidaram para ir para o Ceará, e quando eu fui para lá em início de 1989, fevereiro/março de 1989”* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

No nosso entendimento, o processo anterior à ocupação de terra precisa ser compreendido de forma processual e estruturante, pois ele fornecerá as condições necessárias para que a ocupação seja deflagrada. Em um segundo momento, caberá aos militantes migrantes garantir o formato e impor um ritmo próprio para as ocupações.

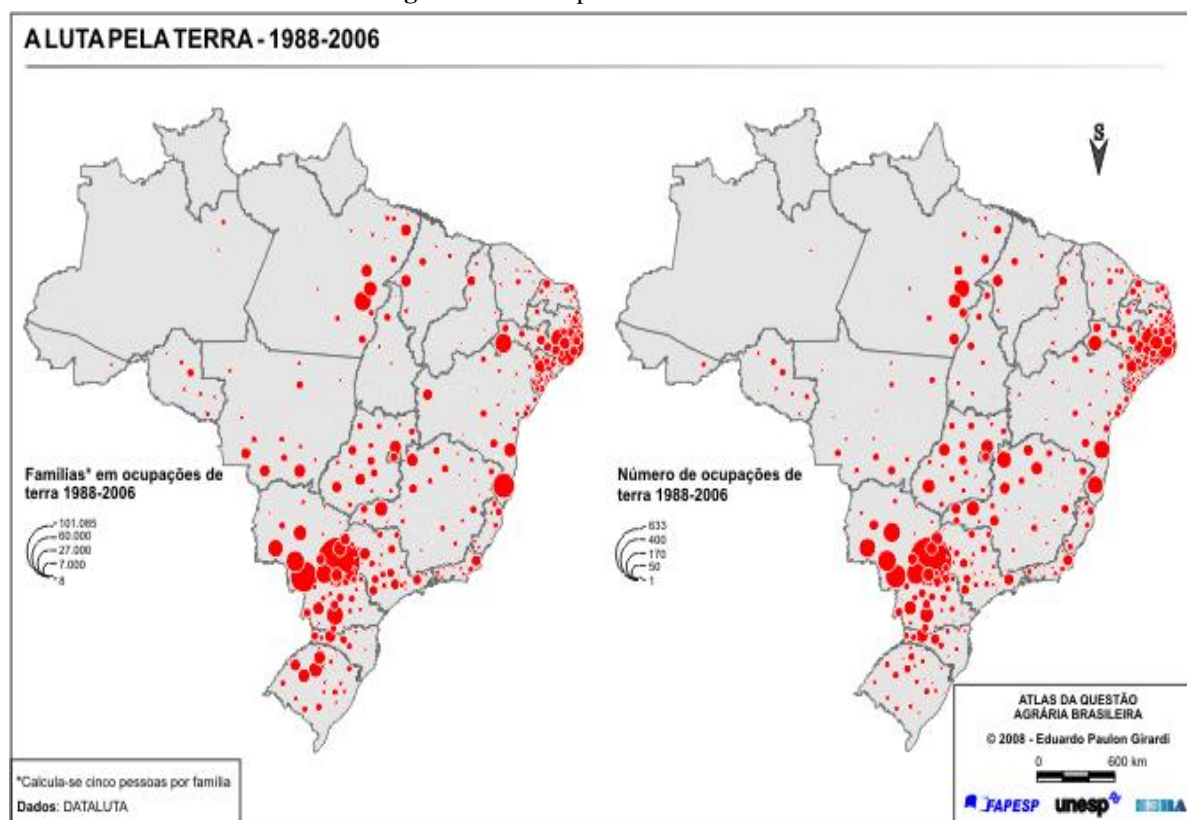
No mapa disponível no DATALUTA, no tópico “A luta pela terra e sua conquista”, referente às ocupações de terra no Brasil no período de 1979 a 2006 (Figura 3), é apresentada uma homogeneidade na ocupação das terras que não corresponde à realidade, tampouco permite identificar os distintos momentos das ocupações de terra no Brasil.

**Figura 3 – A conquista da Terra – 1979-2006**

**Fonte:** Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

A diversidade e a trajetória das ocupações, ou seja, se foram iniciadas pelas áreas do sertão, pela Zona da Mata ou pelo litoral também não são possíveis de identificar nesse mapa. Que período obteve a maior concentração de ocupações e outros elementos importantes para análise se perdem nesse mapa. Evidentemente, a apresentação destas informações em forma de quadro ou tabela, distribuídas anualmente, possibilita uma leitura mais palatável, mas ainda insuficiente, pois são disponibilizados os dados absolutos de cada estado. Essa distribuição funciona quase como um elemento de retórica, que comprova o avanço da ocupação do território pelo MST, de forma homogênea e gradual. Tratam-se de interpretações realizadas exclusivamente a partir da “matemática” das ocupações.

**Figura 4 – A luta pela terra – 1988-2006**



**Fonte:** Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

Encontra-se fora do nosso recorte temporal, todavia cabe a reflexão de que a opção metodológica adotada por Fernandes (1999), então mediada pela opção política, torna-se descontextualizada e reforça o argumento que apresentamos acima. Reforça a perspectiva da análise dos movimentos sociais a partir da ótica institucional, das leis e de seus governantes. Ao propor essa divisão, escapa-nos da leitura a própria movimentação do MST, não privilegiando o seu dinamismo, os desdobramentos das suas ações e o protagonismo dos seus militantes. Não estamos dizendo que não existem contextos e governos específicos que privilegiam o diálogo e flexibilizam posições acerca do problema da terra, e que isso permitirá uma ampliação do campo de atuação dos movimentos sociais. O que estamos dizendo é que muitas leituras estão reduzidas aos marcos legais e às posições governamentais ou à ausência delas, reproduzindo uma visão abstrata e legalista da disputa pela terra, pois analisam a atuação do MST através dos distintos governos e suas leis. Essa forma de conceber a realidade histórica traz consigo uma visão moralista da história, minimizando as ações dos camponeses, a experiência acumulada, as aptidões e os mecanismos de defesa da sua condição camponesa que perpassam o conjunto de leis e as administrações.

Parte da crítica que apresentamos neste subcapítulo, “Implicações teóricas e analíticas sobre a utilização do termo ‘ocupação’ na criação do MST nos estados”, resulta do viés

adotado pela maioria dos trabalhos, os quais privilegiam em sua abordagem a origem, a territorialização e a espacialização do MST. Esse debate é válido, todavia insuficiente para compreender as ambivalências presentes durante a estruturação do MST. Parece-nos particularmente importante e desafiador a possibilidade de pensar outros começos para o MST. Outros desafios, novos caminhos e distintos protagonistas merecem ser revelados e compreendidos nas dinâmicas dos estados, que, como observamos, possuíram articulações, ritmos e processos peculiares ao longo do processo de criação e estruturação do MST.



### 3 SEM-TERRA, MILITANTE E MIGRANTE: VIDAS EM MOVIMENTO

Para o pobre, os lugares são mais longe.  
Primeiras estórias.

João Guimarães Rosa, 2011

O presente capítulo aborda a transformação do militante em migrante e as expectativas e os dilemas, individuais e coletivos, que envolvem esta decisão. Elencamos algumas características dos militantes migrantes com o objetivo de construir um instrumental que possibilite analisá-los individualmente, mas, principalmente no seu conjunto. Neste capítulo também destacamos o papel das redes de apoio e solidariedade no processo de estruturação do MST.

#### 3.1 O DEBATE INTERNO SOBRE O DESLOCAMENTO DE MILITANTES

Optamos por direcionar o nosso estudo para a análise da experiência organizativa das lideranças que migraram para o Nordeste na década de 1980/90. Muitas dessas se constituíram lideranças justamente neste processo de deslocamento e de enfrentamento com a nova realidade. Na leitura interpretativa das entrevistas e dos materiais internos, levamos em consideração as interações entre as lideranças, as disputas e contradições presentes nos discursos desses sujeitos, atentando para o fato de que a fala dos militantes migrantes não representa exclusivamente o universo dos sem-terra. Nas próprias falas das lideranças, identificamos divergências e posições distintas sobre o mesmo fato e/ou decisão. Ao utilizarmos as fontes orais como fonte de informação, precisamos ponderar e levar em consideração a construção desses depoimentos, o contexto em que foram produzidos e o conjunto de experiências pessoais e coletivas que essas lideranças viveram.

Bourdieu (1989) aborda os constrangimentos que ocorrem no “mercado da política”, cujos extremos estão entre a demissão e a entrega ao partido. Quando optam pela segunda, fornecem-lhes uma espécie de crédito ilimitado às organizações. Bourdieu (1989) vai propor os conceitos de “campo” e de “habitus” como unidades de análise para se compreenderem as práticas, buscando essa compreensão através da articulação entre “estrutura” e “ação”. O conceito de “campo” parte do entendimento da história acumulada (ou reificada) no âmbito de um segmento de interesses comuns em que os agentes (militantes migrantes) disputam prestígio e poder (liderança), enquanto “habitus” demonstra a história incorporada pelos

agentes em espaços sociais, os quais possuem um repertório de decisões para a ação. De acordo com o autor, o “habitus” do político supõe uma preparação especial, que ressalte a necessidade de analisar o processo de produção dos profissionais de produção ideológica – aqueles que são designados para determinada função (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu (1989) discute a força que as palavras adquirem quando os destinatários se reconhecem nelas. Anunciadas através de um *porta voz* expressam uma vontade (de mudança), um projeto (transformação social) e a esperança (de uma vida melhor). Adquirem força simbólica e material, que, em nosso caso de estudo, se expressará em ações de ocupações de terra, de combate a determinados grupos políticos e de resistências. De acordo com Bourdieu (1989), basta que as ideias sejam professadas por responsáveis políticos, em forma de palavras de ordem, que serão capazes de mobilizar ou desmobilizar grupos como os sem-terra. Os produtos oferecidos pelo campo político são os instrumentos de percepção e expressão do mundo social. As opiniões, todavia, dependerão da disponibilidade dos instrumentos e do grau de acesso a eles que os grupos sociais possuem (BOURDIEU, 1989). As observações de Bourdieu (1989) discutidas acima são ilustradas pelo depoimento de Jaime acerca das táticas de convencimento e de apresentação em público.

*Tinha que ter um bom discurso. Ensaíamos técnicas de falar em público. Vá para o meio do povo, sinta aquilo que o povo quer, analise cientificamente e devolva para o povo como palavra de ordem. Ou seja, tu tens que falar aquilo que o povo tá sentindo. Como palavra de ordem, ele vai fazer.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

Essa questão incide sobre a nossa pesquisa, na medida em que podemos ser conduzidos, ao analisar as fontes produzidas pelos militantes migrantes, a pensar que todo o processo de estruturação do MST no Nordeste passou necessariamente pela presença dessas lideranças. Nesses termos, estaríamos ignorando a atuação e a importância das demais entidades e, sobretudo, o envolvimento e a autonomia dos sujeitos anônimos que questionaram a estrutura agrária, abandonaram a condição de empregados e engrossaram as ocupações de terra. Por outro lado, estamos convencidos de que o processo de estruturação estava sendo gestado, que resultava de um projeto político, de articulações nacionais e internacionais e que a presença dos militantes migrantes visava acelerar/antecipar a criação do MST, imprimindo características da experiência organizativa do Sul do país.

Deixamos claro que, ao propor uma releitura sobre o processo de estruturação do MST no Nordeste, privilegiando o papel dos militantes migrantes, reconhecemos igualmente a atuação de outros sujeitos e grupos políticos nesse processo. Portanto, não queremos conduzir

o leitor a pensar que os sujeitos sociais seriam incapazes de se organizar sem a presença das lideranças; por outro lado, compreendemos que a presença dos militantes migrantes contribuiu para o tensionamento das relações sociais e o acirramento das contradições locais e regionais, e que resultou decisiva ao propor a utilização de métodos mais radicais, inclusive com a utilização da força e da violência, contribuindo, assim, para imprimir novas formas de mobilização e manifestação nos espaços públicos e novos reordenamentos e arranjos produtivos no âmbito interno.

Lerrer (2008) define quatro gerações de militantes na trajetória do MST. A primeira geração coincide com a chegada dos militantes no Nordeste entre os anos de 1985 e 1988. A segunda situa-se nos anos de 1989 a 1997, quando o MST já se encontrava “implantado” e a produção nos assentamentos já se encontrava minimamente organizada. Nesse momento, as migrações não são mais exclusivamente da região Sul. Observam-se migrações entre a própria região Nordeste e deste para o Norte do país, conforme depoimento de Fátima Ribeiro. A segunda geração, na leitura de Lerrer (2008), está subdividida também na terceira geração. Nos anos de 1996 a 1997, surgiram as “brigadas nacionais”. Essas não possuíam o objetivo de se fixar, mas de auxiliar na execução de uma tarefa orgânica, arregimentando militantes de vários estados. A quarta geração é formada de brigadas de militantes que visam contribuir na formação e projeção de lideranças locais em alguma região ou assentamento, ou seja, possuem um prazo determinado para execução. Diferentemente das duas primeiras gerações, esses militantes não são destacados para assumir um papel de liderança no estado em questão.

A trajetória de nacionalização do MST é fruto de um padrão de migração de militantes, resultado de condições sociais e históricas que produziram uma luta social de características muito peculiares (LERRER, 2008). Neste processo de expansão para os estados da região Nordeste e Norte, o MST promoveu a migração de militantes da região Sul do país, com atuação nas pastorais e nos movimentos sociais, para “auxiliar” na estruturação do MST. Esses militantes possuíam uma função política específica, no caso tratava-se de um migrante-militante com funções de liderança e de direção política, capaz de impulsionar e estimular os trabalhadores locais a adotarem as diretrizes organizativas e de produção propostas pela direção do MST.

Existia uma avaliação interna, durante a década de 1980, em torno da tese de que para se estruturar nacionalmente o MST precisaria viabilizar o deslocamento de “gente”, do contrário, não teria um caráter nacional. O I Congresso do MST (1985), conforme observamos nas falas dos militantes migrantes, serviu para subsidiar as discussões para a estruturação do MST através da política de deslocamentos para os estados nordestinos. Os

relatos dos participantes e/ou convidados das pastorais, sindicatos ou membros das comunidades contribuíram para “aclarar” o quadro da política agrícola, o perfil do campesinato e o modo de atuação das elites agrárias e industriais dos estados nordestinos. A partir desse diagnóstico, o MST avalia a correlação de forças e o potencial da região e orienta seus militantes a organizarem ocupações de terra e a ingressarem, junto com os trabalhadores rurais dos municípios, nos sindicatos rurais, disputando a pauta e os recursos financeiros das entidades. Bellé explicita a questão, demonstrando que a ocupação, como ferramenta, tinha o papel de aglutinar e organizar as formas de luta:

*Nesse contexto que você fazer, ter essa presença, de ir construindo essa organização ampla, é que vem, então, essa demanda de pessoas que conheciam a metodologia, conheciam o movimento de contribuir então em regiões onde tinha uma necessidade maior. Então isso leva a um processo, vamos dizer assim, diferente, de relação, de compreensão, de importância [...] a militância dos anos 80 é uma militância completamente distinta da de hoje, é uma militância de construção. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

No depoimento de Bellé concluímos que são enviados para o Nordeste os militantes que já estavam familiarizados com a metodologia de trabalho proposta pelo MST. Tratava-se de uma militância comprometida e relativamente experimentada, que tinha a tarefa de propor ferramentas para organizar o conjunto dos sem-terra, por isso era chamada de “militância de construção”, em oposição à militância atual, considerada institucionalizada.

Outra questão refere-se à presença geográfica, nos primeiros anos, concentrada nos territórios do Sul e Sudeste do país. O MST pretendia ter um caráter de movimento nacional, portanto precisava se expandir para outras regiões. Todavia, não bastava que o MST fosse criado, ele deveria seguir determinadas orientações/padrões com o intuito de assegurar a unidade ideológica do Movimento nascente. A partir destas duas constatações – a primeira, de que o MST internamente se estruturava como um partido político; a segunda, de que existia um perfil de militante cuja experiência baseava-se nas ações desenvolvidas nos estados do Sul –, podemos afirmar a existência de um “padrão de militância”, o qual deveria ser “exportado” para outras regiões, buscando “mitigar” eventuais desvios ideológicos. A fala de Jaime Amorim expressa essa orientação:

*No início do Movimento ele (era) tinha um cara muito sulista, apesar de que o movimento já nasce nacional, já nasce com a perspectiva de ser nacional, de se construir com movimento nacional, mas corria o risco de não ser movimento nacional se ficasse apenas no Sul do país. E havia características diferentes entre aquilo que estava se construindo no Sul país, com os acampamentos e as ocupações, e aquilo que estava ocorrendo no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

De acordo com a publicação do NERA (2012), a maior concentração de ocupações encontra-se na região da Zona da Mata e do Médio Vale do São Francisco, ou seja, correspondendo à parte dos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Jaime Amorim, que fez parte do grupo de militantes sulistas que acompanhou as primeiras ocupações de terra organizadas pelo MST nos estados do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, conta que, ao mesmo tempo em que havia uma avaliação da Direção Nacional do MST sobre a importância do Nordeste para a luta pela reforma agrária, existia muita dificuldade acerca do convencimento quanto à forma de atuação, já que os delegados nordestinos que participaram do I Congresso do MST, segundo seu depoimento, “[...] *era gente ligada à Igreja, que tinha muita resistência à ocupação*” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 20013).

No entanto, para ele existia apenas um caminho para pavimentar esse processo:

*A saída era deslocar gente para ajudar a construir o movimento de massa no Nordeste. Foi nesse momento, de 86/87 que vários militantes, principalmente de Santa Catarina, onde o movimento se estruturou mais rápido em função de que havia uma organização de base mais forte, principalmente das CEBs, eram militantes que estavam na igreja fazendo comunidade de base; e que estavam na pastoral da terra, estavam no PT e estavam no MST também, então por isso também que no início o movimento de SC teve mais facilidade de formar quadros dirigentes, principalmente os advindos daí das Comunidades Eclesiais de Base que precisam ir também se constituindo como dirigentes políticos [...]. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o movimento no Nordeste.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

Como já mencionado, a maioria dos militantes deslocados para o Nordeste teve o início da sua formação política na Igreja. Alguns deles tiveram acesso à instrução formal mais prolongada por terem sido educados em seminários e conventos da Igreja Católica. Eram majoritariamente jovens e filhos de famílias de pequenos agricultores, que, sem meios para continuação dos estudos (após as séries iniciais no campo), encaminhavam-se para serem freiras e padres, sem necessariamente possuírem essa intenção. Outros militantes são oriundos da atuação nas chamadas “oposições sindicais” e das CEBs, também produto da atuação da Igreja Progressista. Apesar de fundamental no processo inicial, para alavancar as lutas e oportunizar os primeiros quadros políticos, a Igreja começava a atravancar e dificultar as ações do MST, por divergências de objetivos e métodos. Na época, quando o grupo de militantes se dirigia aos estados para fazer as articulações para as ocupações, eles tinham necessidade de “*discutir um pouco com quem atuava*” nas regiões, com mediadores

vinculados aos sindicatos e às pastorais da Igreja, até porque o MST não dispunha de um aparato logístico, como telefone, carro e outros elementos fundamentais para a organização das ações, conforme descreve Carlos Bellé.

Segundo o depoimento de um dos fundadores do MST, João Pedro Stedile, a decisão de enviar militantes sulistas para o Nordeste “[...] *nunca foi tomada como uma linha política geral*”. Foi se desenvolvendo “[...] *como uma espécie de prática natural, de mútua solidariedade*” e obedecia a uma necessidade de “[...] *acelerar o processo de articulação nas regiões de maior contingente de sem-terra, que era o Nordeste*” (LERRER, 2008, p. 76)<sup>56</sup>.

O depoimento de João Daniel aponta para uma direção diferente da apresentada por Stedile. Para o militante migrante, existia uma orientação clara a respeito da necessidade de realizar deslocamentos de dirigentes para a região nordestina. Com a preocupação de assegurar a expansão do MST, dentro do modelo de militância desenvolvido no Sul do país, é deliberado pela Direção Nacional o envio de militantes para áreas marcadas pela dificuldade de acesso à terra, pela manutenção dos trabalhadores no interior das propriedades rurais e pela pobreza material. João Daniel fornece-nos pistas sobre o processo de avaliação interna do MST e as articulações subsequentes, as quais buscavam assegurar as condições para a militância do dirigente.

*O Movimento, a nível nacional, tinha uma definição de crescer no Nordeste, e implantar o Movimento no Nordeste. Pelos dados, a quantidade de camponeses, o Movimento era muito fraco no Nordeste. Fraco em quantia, e com dificuldades. Então foi amarrada essa discussão e os estados ficaram de receber os dirigentes militantes que vinham pra ajudar. E eu vim pra Sergipe, sozinho, para ajudar o Movimento.* (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)

O depoimento de Dilei demonstra a compreensão que existia acerca da nacionalização do MST, no final dos anos 1980.

*E que você precisava, se você quisesse construir algo maior, você tinha que ter lutas articuladas a nível nacional. Então esse era o nosso desafio. De construir um movimento articulado a nível nacional. Esse foi o principal desafio. Havia uma necessidade de a gente expandir esse Movimento. E, da necessidade de ampliação do Movimento a nível nacional.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Para uniformizar o discurso, recrutar e orientar a militância que migraria para o Nordeste, principalmente as lideranças oriundas da CPT, Grupo de Jovens e sindicatos, o

<sup>56</sup> Essa entrevista foi concedida originalmente a LERRER (2008), e o fragmento acima se encontra disponível na sua tese de doutorado, conforme indicado nas referências bibliográficas.

MST elaborou o Curso de Monitores. O curso tinha por objetivo fornecer formação política e ideológica. Em determinado momento do curso era feita a convocação. Maria Izabel relata:

*Nós fazíamos um curso da escola Margarida Alves onde preparava militância, e nesses cursos tinha um momento que a gente perguntava: vocês podem ficar aqui no Estado, mas atividade mesmo, nós estamos tendo em tais e tais estados, quem se dispõe a ir? (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)*

Os participantes do curso também deveriam ser multiplicadores nos seus estados de origem. “A partir desse curso, então, foi como tarefa, todo mundo que ia para o curso deveria formar nos estados grupos para qualificar e formar militantes jovens nos estados” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Por parte da Direção Nacional do MST existia a preocupação de que, sem uma assessoria qualificada, corria-se o risco de o MST, no Nordeste, perder a sua radicalidade, que no Sul, em tese, já estava consolidada. Exigia-se dos jovens militantes, potenciais lideranças do Movimento, a participação em cursos, encontros, seminários, onde se realizava o estudo teórico da literatura marxista. Em alguns casos, o curso foi a porta de entrada para a futura migração para o Nordeste.

*Então, daí a minha entrada no Movimento foi uma coisa mais específica, definitivo no Movimento foi uma coisa muito importante, um convite do Movimento na época. Da direção do Movimento... que queria organizar um grupo de jovens que topassem estudar e se colocar disponível para ajudar a construir o Movimento em outros estados. Então eu fui participar do primeiro curso nacional, chamava “Curso Nacional de Jovens Monitores”<sup>57</sup>. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Para além da criação, era necessário assegurar a unidade ideológica, de formato e de ação do MST no processo de expansão do MST. Por isso a ideia já exposta do seu funcionamento interno como partido político. José Carlos Lima de Souza (2008), conforme já mencionado, busca demonstrar que o MST pode ser definido como partido político, segundo a definição de Gramsci. A educação, compreendida como elemento emancipatório e constitutivo, sustentará o argumento de que o MST se colocará como o “moderno príncipe educativo brasileiro” na política brasileira. Segundo o autor, a implementação desse projeto educacional, baseado nos escritos de Paulo Freire, opera-se nas escolas dos acampamentos e assentamentos do Movimento. O que nos interessa diretamente são as semelhanças observadas entre o conceito de partido nos termos gramscianos e a prática do MST. Em nossa avaliação, a liberação e os deslocamentos desses militantes visavam assegurar a questão

---

<sup>57</sup> A primeira etapa do Curso Nacional de Jovens Monitores do MST, realizada nos dias 24 a 28 de novembro de 1986, em São Paulo, foi divulgada na edição n. 57, de outubro de 1986. O referido curso ocorreu em três etapas, compostas de quinze dias.

ideológica e de formato e, para isso, precisavam ocorrer espaços de deliberação e mecanismos de controle, tal como o funcionamento de um partido baseado no centralismo democrático.

Nesses termos, partimos do entendimento de que existia uma lógica binária de funcionamento, a qual estruturava o MST e permitia o deslocamento de militantes dentro das características já apresentadas na tese. Em linhas gerais, o pressuposto é que o formato de migração operado pelo MST somente foi possível porque a sua estrutura política já estava alicerçada, e já estava suficientemente claro que o funcionamento exclusivamente como movimento social resultaria insuficiente para assegurar a sua perenidade como tal. Portanto, quando da decisão política de envio de militantes para outras regiões do Brasil, em especial para o Nordeste, o grupo dirigente já se estruturava internamente como um “partido político”, de acordo com o conceito gramsciano de partido. Isso justificaria o comprometimento, a disciplina, o espírito de sacrifício, a unidade ideológica, política e de ação e o centralismo democrático na execução das tarefas pelos militantes migrantes. Essa linha encontra-se expressa no entendimento e na definição da estrutura organizativa do MST, composta por um corpo de intelectuais (direção) capaz de dirigir politicamente a base e a massa de trabalhadores. A lógica de funcionamento binária (partido político e movimento social) se articula e se complementa na elaboração de seus próprios componentes. O depoimento de Maria Izabel Grein, abaixo, sugere esse trânsito:

*O Movimento é um movimento social. Sempre, todos os dias tem gente entrando no MST. Movimento social é eclético. Ele vai ter diversos pensamentos dentro dele. O que precisa ser predominante para que ele seja um movimento social de luta, tem que ter um grupo maior que entende a dialética, que possa ir ajudando esse pessoal, compreender a história em movimento, compreender o mundo em movimento, lá na base compreende, no meio da base nós temos o certo e o errado, o bem e mal. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)*

A partir do depoimento de Izabel Grein é possível afirmar que o MST comporta duas lógicas de funcionamento: uma aberta, responsável por incorporar a diversidade social que compõe o Movimento; e, outra fechada, composta por um grupo dirigente, cuja função é congrega, depurar e conduzir politicamente os demais grupos. Segundo a entrevistada, a direção do MST, a partir do trabalho formativo, é que reúne os elementos necessários para uma análise dialética da realidade; enquanto a base transita numa leitura moralista da história. O funcionamento exclusivamente dentro da lógica de um movimento social, como defendido por Lerrer (2008), torna as instâncias de decisão mais fluidas, portanto, incompatíveis com a ideia de que a individualidade do sujeito seja anulada pela dinâmica da militância, a qual a autora define como “identidade sem-terra”.



Dentre as dificuldades para a adesão dos sem-terra pontuamos a tendência de compreender o Nordeste como um bloco monolítico, sobretudo nos primeiros anos, ignorando as particularidades, as experiências organizativas anteriores, o perfil da produção e as demandas de cada localidade. Tal prática e a própria presença dos militantes migrantes causaram estranhamento. O principal questionamento era a respeito da forma como os militantes sulistas procuravam promover o trabalho de base nas comunidades nordestinas. Grosso modo, eles eram acusados de “juntar pobres”, ignorando o ritmo e as experiências organizativas anteriores (LERRER, 2008). Em seguida, estruturavam-se os acampamentos para organizar as ocupações de terra de modo a pressionar o governo a desapropriá-las, passando depois a exigir políticas públicas para os assentamentos. Jaime nos diz que recaía sobre eles a acusação de “interferência sulista”, de não respeito à “cultura sertaneja”, de “imposição do método de trabalho”, mas somente por parte das entidades de classe e religiosas, conforme podemos perceber no depoimento abaixo.

*A Igreja da Bahia fez um seminário em Teixeira de Freitas e trouxe ZN [...], ele "veio pra lá" pra trabalhar, ajudar a igreja a combater o MST. Trabalhando a ideia de que o movimento não respeita as culturas locais, é um grupo do Sul que quer se projetar. Para ser hegemônico dentro dos movimentos. E que isso é um risco pro Nordeste, porque o Nordeste tem outra cultura, outra característica... enfim, tentou mostrar pro bispo que o que nós estava fazendo ali era introduzir uma cultura que não era cultura do Nordeste, que era só gente do Sul. Bom, só que a Igreja dali sabia que não era. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

No depoimento, Jaime refere-se a um evento específico realizado pela Igreja no município de Teixeira de Freitas (BA), que retrata o entendimento de muitos padres e missionários sobre o trabalho organizativo no Nordeste. Já as informações obtidas na entrevista com Fátima Ribeiro se distanciam das acusações relatadas acima. No Ceará, de acordo com a entrevistada e com a literatura disponível, existiu uma comitiva local que foi ao I Congresso do MST (1985) solicitar o envio de militantes do MST para contribuir com a sua estruturação. Ou seja, o envio de lideranças resultou de um pedido formal por parte dos militantes locais, na ocasião do I Congresso Nacional do MST, realizado na cidade de Curitiba, Paraná (MELLO, 2010). A delegação cearense foi formada por membros da CPT e por dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), vinculados ao setor do sindicalismo rural da CUT.

Jaime chama atenção para o fato de que as principais resistências ao MST se originavam no interior das organizações já constituídas, portanto não partiam dos camponeses locais. Nosso estudo não se debruça sobre estes sujeitos, mas identificamos um tom de

autocrítica nos depoimentos de Dilei e Izabel; e, receios, hesitações e desconfianças com relação à figura de Fátima Ribeiro e às propostas por ela apresentada, no trabalho desenvolvido por Mello (2011). Fátima, por sua vez, quando questionada sobre o assunto, afirma que da população local nunca sentiu resistência, pelo contrário, encontrou muita solidariedade desde que chegou à rodoviária de Fortaleza, no Ceará. *“Não teve a solidariedade de uma pessoa pública, mas o povo foi bastante solidário, desde a farofa, dando uns trocados para eu voltar”* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Os enfrentamentos, segundo ela, partiram de alguns sindicatos e de alguns membros das pastorais.

Zenaide, da mesma forma, relata não ter sentido nenhuma rejeição por parte dos acampados e militantes locais em Alagoas. Apenas que lhe chamavam de *“galega”*, devido ao tom da sua pele ser bastante claro. Todavia, recorda nitidamente das dificuldades para convencer *“aquele povo”*, segundo suas palavras, a ingressar nas ocupações de terra, dado a instabilidade e a pobreza material e o número expressivo de filhos. De acordo com João Daniel, a tarefa primordial era se *“integrar”* e *“auxiliar”* na identificação e na formação de novos militantes.

*Na verdade a proposta era a gente vir, e se integrar. Aprender, se integrar e conhecer a realidade. Então, essa era a orientação dada pelo Movimento. Nada de impor, até porque era uma cultura bem diferente. Muito diferente. E a gente tinha uma visão muito, é... muito mal conhecida sobre o Nordeste. A gente não conhecia o Nordeste. As maiores informações eram dadas pela grande mídia, só mostrando seca, morte, miséria. Então tinha uma visão muito ruim, assim, a visão geral.* (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)

Zenaide, João Daniel e Dilei afirmaram, em mais de uma oportunidade, que possuíam pouco conhecimento da realidade nordestina. A própria expressão utilizada por Zenaide acima, *“aquele povo”*, demonstra a existência de um distanciamento entre o mundo dela e o mundo *“daquele povo”* – referindo-se às famílias numerosas, compostas por sete, oito filhos. O processo de convencimento sugerido por João Daniel, todavia, se apresentou mais complexo e com resistência à sua pessoa, conforme abordaremos no capítulo quatro. De acordo com Carlos Bellé, existiam diferenças substanciais de método, objetivos e projeto político entre o MST e as demais organizações. De acordo com o entrevistado, *“[...] se você se associar a CPT ou sindicatos, por exemplo, de certa forma seria a reprodução do mesmo”* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013). Para ele, o MST inova e se diferencia das demais organizações.

O MST, em vários momentos, foi acusado de não respeitar a dinâmica dos camponeses da região e, eventualmente, de se “aproveitar” da vulnerabilidade social, política e econômica dos nordestinos das comunidades rurais para seu próprio crescimento, dentro de uma lógica simplista de que a precariedade material dos nordestinos se converteria em maiores e melhores possibilidades de crescimento do Movimento. Em pelo menos três entrevistas identificamos falas que reforçam esse argumento, mesmo não sendo essa a intenção. Dentro da “caracterização” do sertanejo, realizada pelos militantes sulistas, destacam-se os limites ou dificuldades para os nordestinos tomarem a iniciativa, e ingressarem nas ocupações.

Sobre essa mesma acusação, de “enquadramento” por parte dos militantes externos, Bellé diz que essa avaliação era corrente dentro da Igreja e por parte de algumas lideranças. Segundo ele, o argumento de “interferência na cultura local” usado por parte da CPT não se sustentava para os sem-terra. Nesse ínterim, Bellé lança a questão/desafio: *“Ou a Igreja estaria disposta a retirar todos os missionários e padres que estão no país, e que na sua maioria nem brasileiros são?!”. De parte da população camponesa propriamente dita, afirma que nunca ouviu esses comentários e nunca percebeu tratamentos distintos pelo fato de ser sulista.*

*Não ia conseguir construir nada. Alguém acredita? Não acredita, né? Então, é outro tipo de relação, de forma de relação que não é aquela institucional. Não adiantar o padre tocar sino para chamar o pessoal para a Igreja. Ele vai porque é uma opção, é um tipo de relação que é estabelecida. Não é uma coisa mecânica como determinadas leituras, porque essa minha base social. A base social da Igreja reza para resolver conflitos. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Por outro lado, fica suficientemente claro que a inserção no Nordeste oportunizou reflexões, críticas e autocríticas por parte de integrantes do MST, que pontuaremos ao longo da tese. Dilei, por exemplo, busca contextualizar e identificar as origens de determinadas características para evitar naturalizações. Para a entrevistada, a histórica relação de “reciprocidade desigual” e de dependência teria contribuído para que os camponeses aguardassem o recebimento de ordens ou orientações de como proceder. Esse perfil se mantém nas relações estabelecidas nos acampamentos, onde os militantes, muitas vezes, são identificados e percebidos como autoridade. Em outro momento da entrevista, essa linha argumentativa é ratificada, quando ela afirma que, sem entender a formação histórica, social e política das populações sertanejas, somos conduzidos a pensá-las como acomodadas. A partir desse entendimento, e considerando o quadro de violência direta e indireta a que estavam

submetidos, a entrevistada problematiza o hiato existente entre a realização do I Congresso Nacional, em 1985, e o início do trabalho organizativo na Paraíba, no ano de 1989.

*Por que as pessoas foram para o Congresso Nacional, voltaram e não fizeram a ocupação de terra? É por que elas eram incompetentes? Por que elas não tinham compromisso? [...] É muito fácil a gente dizer: nãooooo o povo da Paraíba foi, a gente convidou para o Congresso, dos próprios outros estados, depois voltaram porque é um povo acomodado, porque é um povo que não quer construir o Movimento, não se definiu. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

O depoimento acima, em tom de crítica, demonstra que muitas das “cobranças” sobre o ritmo da expansão do MST resultavam do desconhecimento do histórico de violência da região, e da diversidade de realidades no contexto pós-ditadura (com destaque para a UDR) no mundo rural brasileiro. Em vários momentos das entrevistas, identificamos relatos da violência sofrida pelos sem-terra e seus aliados, com natureza e *modus operandi* distintos. Trata-se de ameaças, perseguições, intimidações, prisões, agressões físicas e psicológicas e despejos praticados pelos agentes do Estado, ou pelo *jaguncismo* ou pistolagem.

Nos conflitos pela posse da terra e processos de resistência são recorrentes os relatos de violação dos direitos humanos dos camponeses e seus apoiadores. Elegemos dois fragmentos do depoimento de Dilei que demonstram como agiam os agentes do Estado e os agentes privados, muitas vezes, de modo articulado:

*A gente tinha muito medo era pistoleiro. Porque o pistoleiro, ele mata. Ele vem para matar, ele não vem para dialogar. A polícia ela pode até te prender, torturar, mas ela não te mata. Ela pode até te matar se ele tiver junto com o pistoleiro, mas quem vai fazer o papel final é o pistoleiro. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

*Aí o grupo que veio nos apoiar, os outros ficaram dizendo: Tá vendo? Eu disse pra vocês não se meterem com esse povo do Movimento’. Porque as pessoas apanharam. A irmã Dani, ela apanhou demais, ela foi muito torturada. E as pessoas que voltaram apanharam demais na primeira ocupação. Então as pessoas que vieram apoiar, elas foram extremamente espancadas pelos grupos paramilitares. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Situação semelhante foi descrita por Ângelo Priori na resistência camponesa em Porecatu, norte do Paraná, na década de 1940. De acordo com o autor, os maiores embates ocorreram contra os jagunços. A Força Policial, aliada dos grileiros da região, era considerada um inimigo fácil. Com pouco conhecimento da região e técnicas de guerrilha, atuava basicamente na busca e repressão dos posseiros. Com os jagunços, a questão era diferente. De acordo com autor, “eles não só eram temidos, como conheciam detalhadamente a região e

lutavam de igual por igual, às vezes, com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão” (PRIORI, 2012, p. 137). Quase meio século depois da revolta de Porecatu, observamos que os agentes privados seguem atuando na intimidação, perseguição e repressão dos camponeses, com o conhecimento, conivência e apoio do Estado.

### 3.2 DE MILITANTE A MIGRANTE

Interessam-nos nessa investigação as lembranças de camponeses militantes, protagonistas da história dos movimentos sociais no Brasil, inseridos no conjunto das relações, dos posicionamentos, das disputas e das lembranças permeadas pelas interferências coletivas. Assim, memórias individuais e coletivas se confundem na trama narrativa. Os posicionamentos do grupo político (MST) se mesclam, se articulam e contrariam as posições individuais desses militantes. As questões que afloram no presente, “resgatadas” do passado, exigem um exercício de reflexão. Thompson (2002), ao tratar da história das migrações, fala como os migrantes lidam com as consequências da sua migração e dela extraem sentido. Segundo suas palavras:

As próprias histórias representam a constante evolução dos modos pelos quais os migrantes constroem suas vidas através de suas histórias. Encaradas desta maneira, as histórias orais dos migrantes proporcionam evidências tanto sobre a experiência passada quanto sobre as histórias de vida que são uma parte importante e material da experiência dos migrantes (THOMPSON, 2002, p. 355).

Ao coletar tais depoimentos, levamos em consideração que essas informações estão filtradas pela memória, para além da rememoração. Isso significa levar em conta "lugares", instituições, foros, interações, veículos e "quadros sociais" em que é estabelecida a significação de acontecimentos arranjados no tempo. Significa, para os propósitos desta pesquisa, dar atenção nos depoimentos às referências feitas pelos entrevistados às circunstâncias nas quais as representações por eles comunicadas foram estabelecidas. Significa buscar interpretar quais relações interferiam nas trocas simbólicas envolvidas na gestação de determinadas representações e escolhas.

De acordo com Domingues (2011), os militantes do MST são movidos por ideais revolucionários sustentados pelo próprio Movimento. Realizada a parte empírica da sua pesquisa, a autora constatou que aquilo que havia intitulado como “ideal” era, para muitos autores, denominado “utopia”. Após apresentar essas duas categorias, a autora se propõe a discutir o significado de ser um militante do MST. De forma relativamente rápida, define o

MST como um movimento que “rema contra a corrente”, na medida em que superaria o imediatismo e apostaria no debate doutrinário. O militante seria aquele que se propõe ao sacrifício, que abre mão das questões de ordem pessoal. Todavia, a autora parte da lógica que existe um narcisismo<sup>58</sup> embutido na opção de sacrificar-se em nome da sua classe social (DOMINGUES, 2011). Domingues (2011, p. 26) afirma que, ao longo da trajetória do MST, o que move seus líderes e militantes é o desejo por uma “[...] sociedade igualitária e a adesão aos ideais de transformação social”. Isso não significa que todos os que se incorporam ao MST possuem os mesmos ideais; muitos almejam exclusivamente o seu pedaço de terra.

Na avaliação de Lerrer (2008), a atuação dos militantes no MST, no cumprimento de determinada tarefa, funcionaria quase como um chamado ou algo *biologizado*, relativo a um vírus – algo que é incorporado e que passaria a conduzir a vida do sujeito dentro de um operativo. Assim, transitando nos terrenos religioso e biológico para explicar o fenômeno da militância, defende a ideia de um “estilo sem-terra de militar”, que se formou a partir de condições pré-existentes. O militante, segundo a autora, possuiria uma pré-disposição, uma característica inata para a vida em coletividade, o que tornaria a vida e o trabalho coletivizado em algo prazeroso. Em outros termos, a autora praticamente trata a questão do sujeito “sem-terra” de forma ontológica. Ao fazer isso, desconstrói o papel formativo das instituições anteriores e do próprio MST na construção do militante, e contribui para uma leitura mistificada e idealizada do militante.

Para Caldart (2004), o militante seria “tomado”, sua vida pessoal mesclar-se-ia com os interesses políticos da organização à medida que assume, através da vivência, toda a historicidade da luta pela terra. As duas autoras apostam em que esses sujeitos são forjados na luta, na qual, gradativamente, vão construindo uma identidade “sem-terra”. Chaves (2000) observa esse processo como uma passagem do sem-terra (condição) ao sem-terra (opção). Ou seja, a passagem de uma identidade genérica a uma identidade específica de um militante. Na organização interna do MST, encontramos uma forma de funcionamento que exige disciplina, pontualidade e espírito de sacrifício dos seus integrantes. Observaremos que, mesmo diante das adversidades, o militante migrante seguia firme no seu propósito.

Na militância, os sujeitos organizados reivindicam direitos sociais e políticos, melhores condições de vida e trabalho, propõem projetos políticos e realizam mobilizações e greves entre outras ações de contestação e resistência. Todavia, a militância política não é

---

<sup>58</sup> Tratam-se dos mesmos elementos observados por Loera (2009) acerca do universo das ocupações de terra. O número de ocupações, o percurso e a disponibilidade dos militantes para acompanharem as ocupações funcionariam como elementos de distinção e de prestígio entre seus pares.

algo que está desconectado de sua realidade, não é algo à parte, exclusivamente do universo militante. Antes de militantes, esses sujeitos são trabalhadores e trabalhadoras, que aderem a uma causa, um conjunto de princípios, ideias e símbolos políticos, por distintas razões, seja por motivação revolucionária, seja para viabilizar seu sustento e de sua família.

Assim sendo, os militantes migrantes guardam muitas semelhanças; mas, também, muitas diferenças, tornando cada trajetória uma história singular. Nosso intuito é identificar as características que os especificam, confrontando com uma linha argumentativa, que, muitas vezes, se aproxima da homogeneização. As trajetórias pessoais e políticas inseridas no conjunto de relações mais amplas contribuirão para a compreensão do conjunto das relações – disputas, acomodações e condicionantes na luta pela reforma agrária no Nordeste brasileiro. Apesar de realçarmos as trajetórias e características individuais dos militantes, analisamos a ação dos militantes coletivamente, no seu conjunto, pois competia a eles fornecerem organicidade, unidade e identidade social ao MST.

Na prática, esse processo de migração impulsionado pelo MST deve ser analisado de diferentes perspectivas. De acordo com a documentação interna e com as entrevistas realizadas, percebemos um “desconhecimento” acerca da realidade nordestina, das organizações já instaladas e de seus dirigentes. Bellé recorda, em terceira pessoa, os desafios para um militante migrante, jovem e com um conhecimento circunscrito à sua comunidade, migrar para outras regiões:

*[...] apresentar a um filho de pequeno agricultor, que conhecia apenas os limites do município, a possibilidade de construir o Movimento em outro lugar. Não tem como! Não é uma aventura que você vai fazer. É uma prática desde que eu conheço o Movimento. Ninguém vai para as atividades ou representações sem antes ter o mínimo de preparação.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

Os militantes possuíam consigo grande disposição e desprendimento para atuar, mas, no plano prático, contavam com poucos elementos da realidade sociopolítica dos estados a que se destinavam. Conforme nos relata Zenaide: “*Imaginava que o desafio seria muito grande, mas não tinha ideia que poderia ser presa. A gente vai no escuro. Na época a gente era muito jovem e quando a gente é jovem a gente faz aventura*” (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013). Zenaide havia atuado no estado de Santa Catarina, na secretaria do MST e em outro movimento social. Aceitou a proposta de ir para o Nordeste movida pelo espírito de aventura, mas, sobretudo, por se tratar de uma tarefa que contribuiria na construção do MST em âmbito nacional. Não tinha noção do que significa o Nordeste brasileiro, dos modos de vida e do grau de violência a que estavam submetidos os camponeses e as

lideranças agrárias da região. Menciona acima a prisão que ocorreu na própria secretaria do MST em Alagoas. Depois de algumas horas na delegacia e da realização de um interrogatório, foram liberados a partir da intervenção federal de deputados aliados do Movimento.

Litte (1994) afirma que as pessoas migram por diversas razões. No texto “*Espaço, memória e migração – Por uma teoria de reterritorialização*” apresenta sete categorias de grupos desterritorializados. Essas migrações, segundo o autor, são resultantes do nomadismo; da diáspora; dos deslocamentos diretos e forçados; da migração grupal reativa; das migrações colonizadoras; das migrações laborais temporais; e, por fim, da migração sobreviventista. O conjunto de categorias fornece o marco conceitual para o autor, a saber: a conjunção entre a migração e a memória. Cada um dos diferentes tipos de deslocamento humano mencionados acima cria sua própria história e, portanto, tem uma forma própria de memória coletiva. Cada povo, grupo ou indivíduo deslocado procura uma nova forma de relocalização no espaço (LITTE, 1994, p.11).

De acordo com Litte (1994) a “migração laboral temporal” pode ser dividida em duas escalas, segundo o nível de formação e qualificação do migrante. No lado inferior dessa escala, encontram-se os trabalhadores com pouca qualificação e mínimo acesso à educação formal, que migram para os centros urbanos de seu país ou dos países industrializados, em busca de empregos e uma vida melhor; na outra ponta, temos os profissionais que migram com uma segurança de trabalho. Neste grupo estão inclusos os tecnocratas, diplomatas, intelectuais e missionários (LITTE, 1994, p. 10). No nosso caso, trata-se de um militante migrante com funções de liderança e de direção política, capaz de impulsionar e estimular os trabalhadores locais. O militante ao migrar contava com relativa segurança, resultado dos contatos e articulações com as redes de apoio e solidariedade do local, com o envio de recursos financeiros pela Direção Nacional do MST para custeio das despesas emergenciais, além de estar ciente de que seu retorno era possível, em caso de não adaptação.

Segundo o autor, as migrações laborais temporais não compartilham a “ideologia dos colonos de estabelecer um espaço novo exclusivamente seu. Os profissionais que migram situam-se na posição única de criar memórias que servem para mediar as diferenças entre grupos” (LITTE, 1994, p. 14). Esse parece ser o desafio dos migrantes. Quando partem de seus estados de origem não possuem a pretensão de se estabelecer no Nordeste, ou tornarem-se assentados nos novos locais; pelo contrário, o desafio é, justamente, construir um instrumental, através da manipulação dos elementos sociais, políticos, religiosos e da memória coletiva, para ajustar-se ao novo local e desempenhar suas funções na militância.



Os militantes recém-chegados não restringiam a sua atuação a somente um estado. O formato de “migração” que estamos discutindo aqui se encontra alinhado com a ideia de circularidade. Para esse tipo de migração existem poucos estudos, dada a dificuldade de quantificá-la. É uma prática adotada por várias igrejas, através do envio de missionários, e por alguns partidos de esquerda. As experiências de Porecatu e Trombas e Formoso, por exemplo, contaram com o envio de militantes externos, vinculados ao PCB. A migração, portanto, está relacionada com a militância (com o objetivo de fazer parte de um grupo cuja estrutura organizativa funciona internamente como um partido político), e não com a ideia de uma migração específica, resultado e/ou influência de uma cultura de migração, motivada e parte constitutiva das estratégias de reprodução da condição camponesa<sup>59</sup>. Todavia, consideramos importante reproduzir algumas leituras que discutam as migrações em diferentes contextos, pois ajuda-nos a refletir sobre a relação do militante migrante com o campesinato - sua natureza, lógica de funcionamento e mecanismos de manutenção.

Maria Aparecida de Moraes Silva (2004) trata a migração a partir de uma perspectiva subjetiva, que, segundo ela, retroalimenta o camponês fazendo com que ele mantenha a esperança. Afirma ser necessário apreender as ilusões, os projetos e os sonhos do trabalhador, que vislumbra, na migração, a possibilidade de uma vida mais digna e de manutenção da sua unidade familiar. Ou seja, a migração não atende somente aos aspectos materiais de sobrevivência, mas aos elementos de ordem simbólica e afetiva.

Wanderley (2009), por sua vez, trata da constituição de um patrimônio sociocultural camponês. A manutenção desse patrimônio é o que permite, mesmo diante da precariedade e da instabilidade das condições de vida e trabalho, a (re)construção de mecanismos de conservação, transmissão e reconstituição de um modo de vida familiar, inerente à condição camponesa.

Para Scott (2009), a questão central se desenvolve em torno da ideia da força de trabalho familiar como base da organização camponesa. O autor apresenta alguns estudos de caso na Zona da Mata e no Agreste Pernambucano, nos quais privilegia duas representações domésticas que diferem de contexto a contexto. Oscilam entre a ideia associada ao cativoiro – onde os trabalhadores colocam o seu trabalho à disposição de empregadores locais, em troca de salário e de alguns favores –, e aqueles que o autor define como viajantes “no meio do mundo”, sujeitos que estão móveis e disponíveis a empregadores em áreas mais dinâmicas, cada vez mais separadas das suas casas de origem (SCOTT, 2009). Segundo o autor, são dois polos opostos em relação à mobilidade e à participação no grupo doméstico. Mas, nos dois

<sup>59</sup> O formato de migração associada à ideia de militância será retomado nos tópicos 3.3 e 3.4.

polos, há uma sensível perda de controle do grupo doméstico sobre a disposição do trabalho familiar. “O empenho, então, do grupo doméstico como unidade de consumo, é de defender constantemente o seu acesso aos recursos – sejam eles de capital, terra ou trabalho – sempre contra a incursão de grupos mais poderosos” (SCOTT, 2009, p. 246).

Outra discussão apresentada por Silva (1992) diz respeito à existência de um “hibridismo” na condição do migrante. De acordo com a autora, esse hibridismo é definido como uma mistura de camponês e assalariado, resultado das transformações e adaptações diante da migração. Essa noção de hibridismo pode ser estendida para a análise do militante migrante. Durante o período em que ele está desenvolvendo uma tarefa orgânica, ainda não possui seu lote de terra, ainda não foi assentado. Apesar de conhecer a realidade do campo, não está envolvido no processo produtivo e não possui um lugar de morada. As suas despesas são custeadas pelo MST e demais entidades. Pode ocorrer de alguns já terem constituído família, nesse caso a família fica responsável por gerir a propriedade. Esse mesmo cenário também é aplicado nas migrações em que o pai e/ou irmão migram e os demais membros da família continuam cultivando a propriedade. Trata-se de uma migração que pode ser do tipo definitiva (quando um ou mais membros da família migram para que os demais possam continuar tirando o sustento da propriedade) ou sazonal (saída de membros da família somente nas épocas do ciclo da colheita). Em ambos os casos, a literatura defende que são estratégias utilizadas pelos trabalhadores para assegurar a manutenção da unidade produtiva, da moradia e de um modo de vida rural.

Marilda Aparecida Menezes (2009) analisa como a migração tem sido uma experiência histórica de reprodução do campesinato brasileiro. Para tanto, adota três eixos de análise: a) migrações enquanto estratégia de reprodução social dos camponeses em processos de transformação social; b) migrações segundo a dinâmica da família; e c) enquanto experiência intergeracional do campesinato. Discute-os a partir de dois estudos de caso na Paraíba. Um estudo é voltado para a cultura consorciada (pequenos proprietários, moradores e rendeiros), durante as décadas de 1970 e 80. A outra experiência ocorre no Agreste e situa-se na década de 90. Segundo a autora:

As redes sociais organizam o processo migratório em todas as etapas – antes, durante e na chegada a São Paulo –, demonstrando a importância das relações de reciprocidade nos diversos espaços e tempos que marcam a(s) trajetória(s) migratória(s) dos indivíduos ou famílias (MENEZES, 2009, p. 277).

Para compreender a relação entre a migração e as condições de existência dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros do Agreste paraibano, foi utilizado como metodologia o estudo de trajetórias migratórias de um grupo de vinte camponeses – migrantes, cujas idades variam entre 20 e 77 anos. As trajetórias migratórias, segundo a autora, captam a multiplicidade de pontos de cruzamento entre a história dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais aos quais pertencem.

Klaas Woortmann (2009) trabalha com a ideia de pertencimento e enraizamento das comunidades camponesas a um lugar – local de trabalho e afeto – e apresenta três experiências de migrações (migração pré-matrimonial, a migração do pai e a migração definitiva), qualificando-as como “parte integrante (das) próprias práticas de reprodução do campesinato”. A partir da década de 1960, observa-se um conjunto de migrações temporárias ou sazonais, restritas ao período da safra da cana ou da laranja e do café. Geralmente são homens que migram sozinhos, já que na colheita da cana-de-açúcar não se admite a presença de mulheres nos alojamentos; enquanto que na do café já se observa a presença das famílias.

De acordo com Silva (1997) como ocorre uma continuidade das migrações, todos os anos durante os mesmos meses, após o término do corte da cana, produz-se uma “permanência das migrações temporárias”. Segundo Medeiros, até a década de 1990, muitas famílias se fixavam na região; depois, com a intensificação da mecanização em praticamente todas as etapas produtivas da cana-de-açúcar e da laranja, o número de migrantes foi se tornando excedente (MEDEIROS, 2009).

Muitos autores, ao longo das últimas décadas, passaram a questionar a tese da migração definitiva do Nordeste para o Sudeste, principalmente pelas migrações de retorno ou múltiplas. Essas transformações exigiram dos pesquisadores uma revisão acerca dos conceitos, tipologias e grupos sociais migrantes (MENEZES, 2012). O artigo de Menezes (2012), sobretudo, descortina a necessidade da construção de novos instrumentos metodológicos que possam dar conta de compreender a complexidade dos processos migratórios. As experiências ora estudadas por nós não constam nas estatísticas, tampouco existe instrumental teórico discutindo-as de forma satisfatória. As tipologias apresentadas, migração definitiva ou migração de retorno, não dão conta de estudar os safristas (que se deslocam permanentemente), os trabalhadores que migram para grandes projetos da construção civil e as trajetórias de migrações individuais, como as experiências vividas pelos militantes do MST (MENEZES, 2012).

As pesquisas realizadas pela autora durante a década de 1980 e 90 demonstram uma mudança no padrão de migração das áreas rurais para as áreas metropolitanas. Essas não

garantiriam mais a fixação e tampouco a ascensão social das décadas anteriores. Ou seja, a mobilidade espacial não era acompanhada de uma mobilidade social. De acordo com Fontes (2008), que analisou as migrações do Nordeste para a região de São Miguel Paulista (SP) ao longo da década de 1940 a 60, a migração era algo provisório, que visava assegurar a sobrevivência do núcleo familiar, sendo uma forma de ascender socialmente. A maior parte do contingente migrante, todavia, retornava para os estados de origem. São as chamadas migrações de retorno ou múltiplas. As migrações marcadas pela permanente mobilidade definem o “migrante temporário como permanente temporário”, nas palavras de Silva (2004). Nessa linha de raciocínio, a própria circularidade formará a identidade do migrante, que se constitui e se transforma nesse processo.

De acordo com Menezes (2012), trata-se de trajetórias de vida marcadas pela mobilidade. A mobilidade, então, não representa a desagregação e o desenraizamento, mas uma “[...] permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais” (MENEZES, 2012, p. 26). De acordo com Sabourin (2011), embora o migrante tenha uma vida marcada pela permanente mobilidade, há sempre uma localidade que representa a referência de fixação. Essa questão fica muito diluída na fala dos militantes migrantes. Alguns migraram com o intuito de retornar para a sua comunidade como forma de retribuição. Outros fazem referência ao distanciamento dos pais, devido à idade já avançada deles, porém, ao mesmo tempo em que vislumbram a possibilidade de retorno, demonstram o distanciamento da realidade do MST do Sul do país.

Nos termos de Sauborin (2011, p. 26), “[...] a condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais”. Essa recomposição identificamos no depoimento de Fátima Ribeiro: *“Porque a gente já tinha um convívio, era muito familiar, convivência com a direção, com militância, com os trabalhadores, você vai sempre adotando famílias”*, quando precisou migrar para o Rio Grande do Norte (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). O depoimento de Fátima corrobora com a argumentação de Claudia Monteiro (2013), apresentada na sua tese de doutorado, sobre a atuação dos militantes do PCB no Paraná, durante o período da legalidade (1945-1947). A autora destaca o papel da criação de laços de amizade e de um espaço de sociabilidade permeado pelo afeto na permanência do militante na organização política, além dos elementos ideológicos.

### 3.3 O PAPEL DAS REDES DE APOIO E SOLIDARIEDADE NA MIGRAÇÃO DOS MILITANTES

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

Tecendo a manhã. João Cabral de Melo Neto

Outro aspecto importante para compreender o universo das migrações é a formação e o funcionamento das “redes de contatos” e de ajuda mútua no processo de deslocamento e de instalação dos militantes nos estados nordestinos. Esses procedimentos ocorrem em um momento anterior à efetiva ocupação de terras. Está relacionado com o apoio das organizações religiosas e/ou de classe, com o potencial identificado através da projeção de alguma liderança e com o mínimo de suporte técnico, logístico e financeiro das organizações aliadas. O depoimento de João Daniel demonstra o papel da rede de apoio:

*O Movimento a nível nacional tinha uma definição de crescer no Nordeste, e implantar o Movimento no Nordeste. Então foi amarrada essa discussão, e os estados ficaram de receber os dirigentes militantes que vinham pra ajudar. E eu vim pra Sergipe, sozinho, pra ajudar o Movimento. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Os militantes que migraram podiam se estabelecer definitivamente nos locais de destino ou retornar aos seus estados de origem, de acordo com os propósitos da organização. Identificamos as duas situações: dentro do possível o MST procurava equilibrar os interesses políticos e pessoais dos militantes<sup>60</sup>, no entanto o que observamos é que, na maioria das vezes, os militantes se colocavam totalmente à disposição da organização. Os militantes, então, disponíveis e a serviço da construção do MST, eram capazes de circular, de se transladar a vários lugares (acampamentos e assentamentos distribuídos em vários estados) e de se apropriar deles, formando o que autores como Fernandes (2000) e Moreira (2007) denominam de “território”. Por sua vez, ao estabelecerem novas relações, contribuem na formação de novas identidades sociais, conforme trataremos no capítulo cinco.

<sup>60</sup> Cabe mencionar as redes familiares e de amizades, as quais, de maneira simbólica, buscavam equacionar e/ou aproximar as pessoas que se encontravam distantes geograficamente.

Menezes (2012) parte da crítica ao formato de migração de “local de partida” e “local de chegada”, e discute o fenômeno das migrações a partir da ideia de circularidade, o que permitirá o diálogo com a autora dentro da nossa proposta investigativa. Ou seja, torna-se necessário situar esses sujeitos na sua rede de relações sociais e acompanhar os locais por onde circulam (MENEZES, 2012). Os lugares por onde passam os migrantes tornam-se lugares de memória e de pertencimento, pois simbolizam as redes de relações familiares, de amizade, de vizinhança, de apoio que estabelecem. Ou seja, em cada ponto da circularidade, o migrante transforma-se.

Quando questionada sobre seu itinerário no Nordeste, Dilei conta-nos: “*Eu sempre fui uma pessoa com a mochila nas costas*”, e segue mencionando as cidades que percorreu e as tarefas assumidas.

*Vamos ver se eu lembro do meu itinerário: Eu desci em Própria porque ficava vizinha de Alagoas. Em Alagoas fui ajudar a organizar a primeira ocupação que teve. De Alagoas, eu fui para o Ceará. Fiquei dois meses organizando ocupação no Ceará. Do Ceará, eu passei um mês na Paraíba. Aí da Paraíba eu voltei para Alagoas. De Alagoas eu fui para o Sergipe. No Sergipe eu fiquei quatro anos coordenando, aí eu comecei, depois de consolidadas as primeiras ocupações. E também teve um período que fui para o Maranhão nesse momento das primeiras ocupações. Então, Alagoas. O período das primeiras ocupações que eu participei foi Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Maranhão. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Ela somente irá se fixar na Paraíba no ano de 1997, portanto fora do nosso recorte. Antes disso, percorre vários estados nordestinos, assumindo diferentes tarefas e transitando por diversos setores do Movimento. A entrevistada participou ativamente das primeiras ocupações de terra no Nordeste, contabilizando cinco estados. Nos vários estados nordestinos atuou na montagem das ocupações, nas negociações com os governos estadual e municipal, na formação política dos acampados e assentados e na esfera produtiva. No depoimento abaixo identificamos de forma mais nítida a transformação do militante.

*É... a gente circulava em muito estados. Então, e organizava as equipes. Tipo, três, duas, três pessoas iam num estado, passavam dois, três meses lá, e faziam a ocupação, depois iam pra outro estado. Então, por exemplo, eu participei da primeira ocupação de Alagoas, participei da primeira ocupação do Ceará. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Em cada local, contava com uma rede de apoio e solidariedade, formada por militantes, camponeses locais, sindicalistas, religiosos, familiares, os quais forneciam o mínimo de sustentação para as ações dos migrantes. Em algumas situações, a

solicitação de envio do militante partia dos estados, que indicavam quais habilidades o militante migrante deveria possuir. Izabel menciona que privilegiavam “[...] pessoas que tinham facilidade de compreensão para fazer as estratégias e as táticas para uma ocupação” (Entrevista concedida por Izabel Grein, 2016). Esse foi o caso de Dilei. Com um nível de formação considerado bom, primeiramente ela foi enviada para Propriá (SE), onde contava diretamente com o apoio e suporte de João Daniel, e com o resultado de suas articulações.

*Eu fui para a cidade de Propriá, Sergipe, porque lá já estava João Daniel, já tinha, de certa forma, uma base consolidada com algumas pessoas já. E ali, inclusive, algumas pessoas do Sergipe, já nesse período, já nos ajudavam. Já tinha um coletivo. Então, por exemplo, pra vir pra Paraíba já vieram duas de Sergipe.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

De lá, foi deslocada para o município de Teotônio Vilela (AL), com a tarefa de capitanear aliados e organizar a primeira ocupação de terra, onde foi recepcionada por uma sindicalista local. Por um tempo morou junto com a sua família, tendo sua presença “facilitada” nos espaços de sociabilidade da própria comunidade.

*De Sergipe eu vim pra Alagoas pra realizar a primeira ocupação. E Teotônio Vilela é uma região de canavieiros e assalariados de cana. Nessa cidade, a porta de entrada com quem eu fui fazer o contato pra organizar o sem-terra foi o sindicato. E eu morei, passei o tempo na casa de uma sindicalista. E eu nunca esqueço, na minha vida, essa sindicalista, ela tinha nove filhos. Vivia no meio da cana.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Em Alagoas, a situação é oposta à vivenciada por Dilei em Sergipe. Em Teotônio Vilela, ela não contava com o apoio e a presença de um integrante ligado organicamente ao MST, portanto o resultado dependia e resultava da assertividade das suas decisões e do grau de ressonância que estabelecia com indivíduos e entidades da região. As redes de contato e solidariedade foram fundamentais para o deslocamento, o estabelecimento e a execução do trabalho de base. O contato com os trabalhadores da região contribuía para a inserção da militante, fornecendo-lhe “pistas” de como proceder. Todavia, houve casos em que o combinado não foi mantido, deixando, assim, os militantes migrantes em uma situação de vulnerabilidade. Esse foi o caso de Fátima Ribeiro:

*Então... quando eu cheguei lá o pessoal me deu todos os contatos direitinho... não foi assim... foi e não foi. O povo de lá é altamente receptivo. Na minha primeira estada lá, no primeiro reconhecimento, o deputado L. M ia me receber em Fortaleza. Só que aí acho que a mulher dele, sabe? E eu acabei indo pra lá sem dinheiro nenhum praticamente, e quando eu cheguei lá acho que ela ficou com medo, sei lá o que aconteceu e ela falou que não ia me receber mais. Aí eu tive que*

*voltar, dormir na rodoviária, daí como eu tava indo para São Paulo, não tinha dinheiro... aí tive que vir de “ponte em ponte” de lá pra cá. E ainda mais: ainda penei pra chegar no alojamento, eu tive que pedir dinheiro lá. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

As possibilidades de contatos acordadas durante o I Congresso do MST (1985), portanto anterior à sua chegada ao Ceará no ano de 1989, foram frustradas. Fátima relata que não recebeu os contatos previstos, o que dificultou sua articulação na região. Assumiu a pavimentação do MST sozinha, buscando seus próprios contatos e meios. Observamos situação semelhante no depoimento de João Daniel. As promessas de contatos feitas por supostas referências políticas de Sergipe não correspondiam à realidade.

*Nós ficamos aqui, acho que uns seis meses quase, sem contato e sem nenhum apoio, que o contato era tudo feito com esse cara que não era mais nem da direção, já não tava mais. Não tinha base real. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Inicialmente, João Daniel contava com o apoio material e logístico de alguns religiosos da cidade de Propriá (SE). Por um tempo, inclusive, ficou hospedado na casa de padres, mas muitas vezes essa articulação se mostrava frágil, envolvendo conflitos de interesses e territórios.

*Mas tinha uma parte da Diocese mesmo com o bispo apoiando que não tinha interesse de movimento autônomo. Não foi fácil, não foi fácil... e quando o bispo saiu, aí entrou um bispo que atualmente é, é o arcebispo da arquidiocese de Aracaju, e aí determinou até o fim da CPT, de tudo contrário ao Movimento, foi contra o Movimento, contra as pastorais, era conservador. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Já na Paraíba, a rede de apoio era muito dividida, principalmente a CPT. Uma parte apoiava as ações do MST, enquanto outra rivalizava. Na primeira ocupação de terra, em 1989, uma parte do grupo foi apoiar o MST, conforme relata Dilei:

*Tanto é que um grupo da CPT veio apoiar o MST e o outro grupo não. Só que como eu estava contando um pouco antes, que a nossa primeira ocupação que teve enfrentamento paramilitar com o grupo da Varzéa<sup>61</sup>? [...] Então as pessoas que vieram apoiar, elas foram extremamente espancadas pelos grupos paramilitares. E o nosso pessoal mais... [risos] como diz o outro: “mais sabido”, correu, né? Ficaram sumidos no meio das pedras, o João Daniel. O pessoal também não ficou esperando pra apanhar. Então, é... e aí esse pessoal se revoltou ainda mais [...] os outros ficaram dizendo: “Tá vendo? Eu disse pra vocês não se meterem com esse povo do Movimento?” Porque as pessoas apanharam. A irmã Dani, ela apanhou demais, ela foi muito torturada. E as pessoas que voltaram apanharam demais. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

<sup>61</sup> Localizada na região do Brejo Paraibano.



No fragmento acima ficam claras as consequências sofridas por aqueles que apoiavam o MST. Durante o evento narrado por Dilei, percebemos que os dirigentes sulistas ainda não haviam sido identificados pelo grupo paramilitar, cabendo, assim, a responsabilidade da ocupação aos religiosos que logravam simpatia pelos trabalhadores sem-terra da região. O depoimento também demonstra a existência de diferentes graus de entendimento sobre como se portar em uma ocupação de terra. O termo “mais sabido”, adotado por Dilei, deixa claro que os militantes vinculados ao MST possuíam maior clareza e “agilidade” do que os demais. Com a identificação das lideranças, os ataques passaram a ser dirigidos, sobretudo aqueles verbalizados. O discurso de não autoridade, resultado de pertencer a outra região é sempre escorregadio, podendo resultar em distintos usos. No caso específico, cabia aos adversários propriamente ditos e setores que se sentiam ameaçados com a presença do MST, utilizar o argumento de “elemento externo”, “não autorizado”, “forasteiro” e o uso de termos pejorativos, como “baderneiros”. A resposta por parte do MST se sustentava no direito e na legitimidade das suas ações, conforme observamos no próprio depoimento de Dilei:

*Aí depois que a gente foi aparecendo, aí que eles foram destratando. Essa é a lógica. Esse povo do Sul que vem fazer baderna no Nordeste... barbárie! E a gente tinha ir bem. E a gente falava: “Eu sou brasileiro”. Quer dizer, eu tenho o direito de ir e vir. Mas assim, a gente teve muitos enfrentamentos de: “o que esse povo do Sul tá fazendo aqui? Esse povo baderneiro”. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Mesmo sendo bastante complicado ter que marcar posição com quem deveria estar “lutando lado a lado” pela reforma agrária, Dilei afirma que o MST buscava “diluir” tais conflitos. Devido a sua personalidade e a ex-vinculação com a CPT no estado de Santa Catarina, a expectativa era forjar um ambiente mais ameno e de unidade. Dilei conta que, mesmo com os ataques sofridos pela CPT, houve uma situação em que o MST marchou em apoio a um religioso, F.A, que foi preso no interior da Paraíba.

*A partir do momento que F.A, que era a principal liderança deles, saiu candidato [...] aí ele foi condenado. Não me lembro quantos anos de prisão. Foi depois que eu cheguei. O MST levou o povo nosso em solidariedade a ele. Deu uma tapa na cara da CPT. E o nosso acampamento foi lá se solidarizar com ele. Acho que foi essa habilidade que o MST tem de levar. Na hora que for necessário ter a clareza política e a humildade no sentido que a luta é muito maior que as disputas de espaço, que não levam a lugar nenhum. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Essa prática do MST se distanciava do sectarismo então corrente nas esquerdas brasileiras. A linha adotada pelo MST demonstrava a necessidade de criar novos valores (o novo homem e a nova mulher), educando, assim, através do exemplo, inspirados nos escritos de Che Guevara e nos materiais produzidos pelo próprio Movimento. A decisão, nos termos utilizados por Dilei e nas suas expressões faciais, parece ter resultado de um debate, com o objetivo de mostrar o MST superior às eventuais disputas de ego. Ou seja, “separando o joio do trigo” e, evidentemente, ficando com crédito e respeitabilidade diante da CPT e de outros setores. A CPT encontrava-se dividida no estado da Paraíba, uma parte apoiava as ações do MST, enquanto outra combatia e desconstruía o trabalho preparatório para as ocupações e mesmo no interior dos assentamentos.

*Nessa primeira ocupação lá em Alhandra (PB). Olha só que ponto... era a direita batendo em nós e a CPT. Não era fácil, entendeu? Você imagina teus companheiros, que defendem a luta pela terra, indo fazer trabalho de base para não realizarmos ocupação de terra (...) Aqui o problema com a Igreja foi de disputa de força social. – ‘Eu não quero abrir, eu construí a CPT e eu não vou abrir mão para ir para outro movimento’.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Padre Lourenço Pereira, do estado do Maranhão, foi entrevistado por uma militante na edição do Jornal Sem Terra n. 83, de maio de 1989, em que é questionado sobre as ocupações de terra. O padre responde: “É legítima a ação dos trabalhadores. A concentração da terra, à custa da vida dos lavradores, é criminosa. São legítimas as ocupações. É o direito a sobrevivência”. (TERRA, 1989c, p. 7). O padre se reporta ao argumento de que todos têm direito à vida. Nesse aspecto cabe a discussão apresentada por Bellé sobre a legitimidade das ações dos sem-terra. Para o entrevistado, muitos apoios resultam do sentimento da *causa justa*, ancorado na falta de alternativa dos trabalhadores, na qual a ocupação se apresenta como último recurso. De forma muito esquemática, foi a mesma linha defendida pelos bispos durante a 27ª assembleia anual da CNBB, quando afirmaram que as ocupações devem ocorrer para corrigir as injustiças sociais<sup>62</sup>. Portanto, conforme a Igreja, as ocupações são necessárias exclusivamente para garantir a sobrevivência dos trabalhadores. Essa declaração auxilia na compreensão dos conflitos entre a Igreja e o MST quanto às formas de luta. Para o MST não se tratava de uma reivindicação apenas humanitária, mas de modificar as estruturas sociais.

O MST gradativamente foi definindo suas estratégias, seu formato organizativo e sua autonomia como movimento independente, causando um problema de relacionamento com a Igreja, após anos de convivência na luta popular. De acordo com Poletto (2010, p. 153):

<sup>62</sup> Conforme observaremos mais adiante o apoio de setores da Igreja contava com alguns condicionantes.

Muitas pessoas da CPT tiveram dificuldades para acompanhar com liberdade, alegria e espírito crítico esse crescimento. Houve tensões, algumas revelando dificuldades da CPT no sentido de redefinir a sua presença e forma de trabalhar junto ao Movimento; outras revelando momentos de certa estreiteza e imaturidade política do MST, principalmente nos seus primórdios.

Os problemas surgiram de ambos os lados. A Igreja enfrentava dificuldades para assimilar uma nova conjuntura na luta popular, com os movimentos avançando politicamente e adquirindo maior autonomia. As lideranças populares confundiam autonomia com afastamento da Igreja e de suas atividades e celebrações, correndo, assim, o risco do isolamento. Para tratar a temática do isolamento, o Jornal Sem Terra entrevistou três assessores, entre eles Izabel Grein, identificada como membro da Igreja. De acordo com a entrevista, a Igreja não compreendeu que os trabalhadores já possuíam condições de dirigir seus próprios movimentos (TERRA, 1987a). Neste momento, Izabel Grein, ressalta que a atuação da Igreja deve ser de apoio e não de tutela aos movimentos populares, portanto, não deve inibir o crescimento das lideranças. Ou seja, a preocupação do MST recai para os riscos de isolamento.

Observamos ao longo do Jornal Sem Terra vários relatos, informes e comunicados, com convocatórias de atos e de atividades, manifestos, campanhas, abaixo assinados, cursos, entre outras ações, que demonstram as pautas e discursos comuns de várias entidades nos primeiros anos de atuação do MST no Nordeste. Vejamos: “População, partidos, CUT, bispos, apoiaram os sem terra” (TERRA, 1989d); “Uma comissão de vários sindicalistas da CUT, entidades de apoio à luta do campo e dos partidos PT, PSB, PCdoB, PLP entregou um documento exigindo [...] imediata punição aos mandantes do atentado contra Edinilo de Souza do STR de Quixeramobim [...]”(TERRA, 1990d, p. 5); “A sociedade civil organizada está do lado dos trabalhadores. As igrejas, os sindicatos, a CUT, se mobilizam, condenando as ações deste governo, submetido ao imperialismo”(TERRA, 1990c, p. 3); “A atividade foi promovida pela arquidiocese de Fortaleza e CEBs, com a participação da Pastoral Operária; MST, Atuar, OAB, CUT, Cáritas e outros” (TERRA, 1991c). Como demonstrado, nos primeiros anos de atuação do MST, existia uma rede de relações entre os diversos atores envolvidos na luta pela terra, ligados às entidades já mencionadas.

Além da solidariedade dos partidos e entidades culturais, religiosas e de classe, o MST contou com o apoio e a solidariedade de figuras públicas, como do ex-senador Eduardo Suplicy, na intermediação da soltura dos militantes presos na Secretaria Regional do MST, em Alagoas. O envolvimento de uma figura pública mobiliza e contribui para que outros

grupos ou indivíduos reconheçam e expressem apoio ao Movimento. Ao passo que também intimida ou desencoraja atitudes mais enérgicas contra os presos. Após o contato com Suplicy, Zenaide comenta que a Folha de São Paulo ligou para a delegacia solicitando uma matéria sobre o caso. O então delegado mandou o seu subordinado dizer ao telefone que todos já estavam soltos, apressando-se para finalizar a assinatura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

*Quando eles foram tomar depoimento um dos que ligou e o cara atendeu foi o senador Suplicy que tinha acabado de ser eleito. Você fica surpreso. Quer dizer, há uma capacidade. Aí começaram a aparecer várias lideranças. Vai lá em casa. Tá tudo resolvido. São pequenos gestos que às vezes determinam uma série de coisas e aquilo virou marca. A gente se encontrava nas famílias. Eles chamavam. Tinha um cara que tinha uma pequena chácara, fomos bater papo, fazia as nossas reuniões lá. Era tudo outra relação, que você criava, porque tinha essa identidade. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).*

Os depoimentos são unânimes ao afirmar que, muitas vezes, a solidariedade não encontrada nas instituições e/ou lideranças religiosas ou sindicais, era recebida da população local, com a doação de roupas, alimentos e água.

*Chegando lá, eles fizeram um cerco de policias, umas duas barreiras, levaram rabecão, camburão, levaram cavalo, levaram tudo. E a gente sobreviveu com o apoio da população, e a população foi bastante solidária, incrível como eles iam com garrafão de água, com biscoito, jogavam e a gente aparava do lado de cá do acampamento; e o povo do lado de lá da barreira, do lado dos policias jogavam água, jogavam comida. Todos esses momentos dessa história foram permeados de solidariedade, de muito carinho entre as pessoas, no sentido desse trabalho conjunto. Isso foi possível, a marca talvez, essa resistência, essa solidariedade, essa organização conjunta, não só por parte das lideranças, mas sempre querendo aprender mais e se organizar mais. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

Dentro da política de solidariedade também coube a determinados militantes o trabalho de capitanear apoio, propor ações e fornecer visibilidade nacional e internacional ao MST. Carlos Bellé, por exemplo, atuava na parte logística, viabilizando transporte e alimentação, mas, sobretudo, no apoio político, material e jurídico. No fragmento abaixo, o entrevistado relata a concepção de solidariedade que o movia.

*Nesse processo da própria luta é que você ia construindo isso. Então, as ocupações sobreviveram a partir desse tipo relações que foram se construindo nisso. A gente conseguia apoio, ou igreja, de solidariedade porque às vezes, há um conflito e tem pessoas presas, tem que achar um advogado [...] ela [a solidariedade] vai crescendo e vai se construindo através das ações concretas. A solidariedade que é diferente. Uma solidariedade de causa. Ela não é uma coisa estática. Geralmente, é da adesão da causa justa. Então, se sua causa é justa, suas ações são coerentes, sua*

*postura é ética. Uma série de valores que compreendem isso.* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Essa adesão à causa foi o que motivou o fotógrafo Sebastião Salgado a organizar livros com uma série de fotografias dos sem-terra e demais marginalizados do Brasil, após o massacre de Eldorado dos Carajás (1996). A obra, intitulada “Terra”, é composta por 109 fotografias, realizadas entre 1980 e 1996, em vários estados do Brasil. Em preto e branco, as fotografias denunciam o quadro de pobreza e violência a que estão submetidas as famílias sem-terra, ao passo que legitimam e enaltecem os seus processos de luta e resistência. Com a organização do livro, o material foi exposto em mais de trinta países, através do Comitê de Solidariedade ao Eldorado dos Carajás, encabeçado pelo MST. Os recursos financeiros arrecadados foram destinados à Secretaria Nacional do MST, e uma quantia foi utilizada para a compra de parte do terreno onde se construiu a Escola Nacional Florestan Fernandes.

### 3.4 O PERFIL DOS MILITANTES MIGRANTES

Os últimos anos da década de 1980 foram marcados por inúmeras ocupações de terra em todo o Nordeste. Praticamente todos os estados contavam com a chegada de militantes oriundos de outras regiões, em especial de Santa Catarina, designados para alavancar os processos de ocupação e tensionamento com as administrações estaduais e municipais. A decisão de enviar lideranças é resultado das discussões travadas no âmbito do I Congresso do MST, no ano de 1985. O Congresso definiu a região nordestina como prioritária para o crescimento e a nacionalização do Movimento, devido ao expressivo número de camponeses na região. Coube à Direção Nacional do MST a articulação entre os estados do Sul e do Nordeste, a definição dos perfis e o deslocamento dos militantes para as regiões com maiores potenciais e necessidades de “auxílio” diagnosticadas. Em linhas gerais, abordaremos as origens, motivações, inspirações, referências, inquietudes e peculiaridades dos militantes migrantes ao longo do capítulo.

De acordo com Izabel, a Direção Nacional, em contato com os estados, elencava as características que o jovem quadro deveria possuir, caso estivesse disposto a migrar:

*Então, começa as pessoas a irem para o Nordeste. E dali os pedidos. Nós estamos precisando de tantas pessoas, com essas características para trabalhar com o povo que tenha compreensão da luta de classe, que tenha compreensão da importância da luta pela terra e tenha facilidade de se adaptar em locais diferentes.* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)

Inicialmente, a proposta da Direção Nacional era que o tempo de deslocamento do militante fosse de no máximo dois anos. Após esse período o militante poderia retornar. Conforme observaremos, muitos foram e não retornaram. Os motivos são diversos: decidiram dar continuidade ao trabalho, assumiram cargos representativos estadual e nacionalmente, foram deslocados para outra localidade da região nordestina e/ou constituíram famílias.

Constatamos que a imensa maioria dos militantes migrantes é oriunda de Santa Catarina. De acordo com Izabel, o papel desempenhado pelas pastorais foi fundamental para o florescimento de uma militância. *“E nós estávamos muito fresquinho vindo das comunidades eclesiais de base, que tinha formado muita juventude como liderança”* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

*Claro que lá no Grupo de Jovens ela não era liderança, mas quando vem para o Movimento, vira liderança, ele tinha o aprendizado do grupo de jovens. Fazia uma ocupação, florescia um monte de gente que podia ser liderança. Talvez ainda não com uma compreensão formada. Cada ocupação que fazíamos em Santa Catarina aparecia muita liderança.* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)

Essa formação recebida nos organismos da Igreja, mesmo que ainda incipiente, funcionava como diferencial na formação do militante ao optar pela migração. A figura de Dom José Gomes teria contribuído decisivamente para o ingresso dos jovens, seminaristas e freiras no universo da política no estado de Santa Catarina. Posteriormente, o processo de distanciando da Igreja (devido às contradições e os limites colocados na ação política) e os graduais ingressos de religiosos no MST e em outros movimentos sociais da região são recebidos por Dom José de forma muito respeitosa, diferentemente da situação vivenciada pela maioria dos estados nordestinos, como nos casos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde a Igreja realizara uma espécie de patrulha. Outras duas explicações contribuem para compreender o “florescimento” de militantes em Santa Catarina e a receptividade dos sertanejos. Diferentemente do estado do Paraná, onde o MST se estruturou de forma regionalizada, em Santa Catarina o MST nasceu unificado. Esse elemento garantirá maior coesão e unidade nas ações do Movimento.

Outro aspecto se refere à composição social de Santa Catarina, marcada pelo expressivo número de pequenos agricultores, os quais permitiram a criação e o estreitamento de laços comunitários e formas de cooperação. As formas de sociabilidade e solidariedade que cercam o universo camponês, como a religiosidade, as festividades e os mutirões, são abordadas por Antonio Candido. Esse último, de acordo com o autor, consiste “[...] essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar

determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc” (CANDIDO, 2009 [1964], p. 194). A iniciativa de ajudar poderia partir de outro vizinho, mesmo sem a solicitação formal do beneficiado. Em contrapartida, geralmente era oferecido alimento, ou uma festa.

Contrariando as versões acima, e as publicações do MST do final dos 1980, que apostavam no deslocamento de lideranças para estruturar o Movimento pautando-se na experiência sulista, Zenaide apresenta uma explicação mais simples para o envio das lideranças catarinenses. De acordo com a entrevistada, a concentração de dirigentes em Santa Catarina causaria disputas, e até mesmo limites para o aproveitamento do potencial daqueles jovens. A solução encontrada foi o deslocamento dos militantes para regiões com alta concentração de sem-terras, e com possibilidades organizativas.

*Era um estado que tinha muita liderança, e as lideranças estavam brigando entre elas, essa é a minha avaliação. E aí para elas não ficarem brigando pelo espaço, vamos ajudar em outro lugar, já que não tinha espaço para todos. Vou mandar a Zenaide para Alagoas, vou mandar a Chiquinha para o Piauí. A Izabel foi para o Paraná, na época. Eu acho que era isso. Tinha muita liderança. É todo mundo queria ser liderança. Era interessante, porque as pessoas que iam para o acampamento em Santa Catarina, rapidinho elas se formavam, porque foram as pessoas que vieram da Igreja. E a Igreja tinha uma contribuição de lideranças e essas coisas. E esse pessoal jovem queria muito fazer as coisas, fazer acontecer, mas aí estava eu de liderança, você de liderança, o Bellé de liderança, aí nós se atrapalhávamos. Vamos começar a importar. E o Movimento percebeu isso, e se for avaliar é uma riqueza. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

De acordo com Izabel, foram enviados militantes com diferentes graus de formação política e com distintos níveis de escolaridade, inclusive com ensino superior. Conforme identificamos, mais de 83% dos militantes migrantes são oriundos de Santa Catarina, cuja formação e preparação política tiveram início nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais. Do conjunto de entrevistados<sup>63</sup>, aproximadamente 43% ingressaram no MST com nível superior, 28.5% cursaram a faculdade depois de ingressar no MST (através dos cursos realizados pelo PRONERA) e 28.5% ainda não possuem curso superior. Percebemos que a formação e a preparação obtida através das pastorais contribuíram para que os militantes migrantes fossem identificados como lideranças e se destacassem junto aos camponeses nordestinos, na sua maioria com pouca escolaridade.

Nas falas dos entrevistados observamos que eles buscam demonstrar sua trajetória, seu engajamento e seus antecedentes políticos para justificar a sua politização e a escolha por parte do MST. Os testemunhos iniciam explicando a condição laboral, como filhos de

<sup>63</sup> Nesse cálculo inserimos a entrevistada que permaneceu na região Sul do país.

pequenos trabalhadores rurais, arrendatários ou parceiros; seguem testemunhando a respeito da educação rígida que receberam dos seus pais em termos morais; e finalizam relatando a participação nos organismos da Igreja e a participação nas distintas lutas da região até o ingresso no MST. Muitos frequentaram o Curso Nacional de Jovens Monitores realizado em São Paulo, durante o ano de 1987. Em determinado momento, apresentavam-se as perspectivas e os limites do trabalho no Nordeste, e lançava-se o desafio/convite. Esse foi o caso de João Daniel:

*Da Direção do Movimento [...] que queria organizar um grupo de jovens que topassem estudar e se colocar disponível para ajudar a construir o Movimento em outros estados. Então eu fui participar do primeiro Curso Nacional, chamava “Curso Nacional de Monitores Jovens”. E tava na primeira etapa, na segunda etapa que eu participei eu já vim pra Sergipe. Já fui definido. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

A seleção das lideranças transmite a ideia de que eles eram eleitos, escolhidos para a realização de determinada tarefa. A fala de João Daniel deixa claro que a decisão de migrar para Sergipe partiu da Direção Nacional do MST; além disso, demonstra que o militante deveria estar disposto a se qualificar teoricamente e ficar à disposição da “organização”. Esse pequeno fragmento anuncia, mais uma vez, o perfil de militante que deveria migrar. Trata-se de um militante com um grau de qualificação superior ao conjunto da população rural, disciplinado e que se submeta ao centralismo democrático. A sua vida encontra-se à disposição da “organização” e a serviço dela. Encontramos essas características em praticamente todos os depoimentos, o que nos permitiu fazer algumas suposições sobre o papel desses militantes na estruturação do MST nos estados abordados.

O deslocamento para as regiões nordestinas, apesar do desconhecimento das condições que lhes aguardavam, representava uma libertação para os entrevistados. Geralmente com uma educação conservadora e, no caso das mulheres, com o controle e cerceamento das suas ações, a partida representava uma libertação, uma nova dinâmica de vida e a construção de novos valores. Os depoimentos de Dilei e Zenaide demonstram isso:

*A coordenação perguntou se eu tinha disponibilidade de vir construir o MST em outras regiões. Se eu tinha disponibilidade de vir pro Nordeste, quem tinha disponibilidade, mas eu não contei tempo. Dois minutos e eu já tava com a mão levantada. Cheguei em casa, retornei no domingo, quando foi terça-feira peguei um ônibus. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

*A gente foi muito massacrada dentro da Igreja. Ir para o convento é pior coisa da vida, mas se você não tem outra saída. Como era filha, minha mãe não deixa estudar. Imagina o pessoal que vão dizer!? Imagina, minha filha mulher estudar*



*fora. Meus irmãos podiam fazer as coisas, mas eu não [...] Tinha muito vontade de estudar, de sair. E a minha mãe queria que eu casasse, tivesse uma penca de filhos, e ficasse lá ao redor de deles. E eu não queria isso. [...] Aí quando eu falei que ia para o convento. Ela ficou meio assim, mas para o convento até eu deixo você ir. Mal sabia ela que logo depois eu iria sair, mas tudo bem. Eu fui por essa motivação, eu queria estudar, eu queria conhecer outro mundo. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

Ou seja, a migração também representava o distanciamento daquele modo de vida, da colônia, que, em determinados momentos da narrativa, parece sufocar o/a militante. Os elementos opressores são mais visíveis na fala das mulheres, em geral destinadas ao casamento, aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos, hortas e animais. Por um determinado período na vida dessas mulheres a ida para o convento representou uma alternativa, materializada na possibilidade de prosseguir com os estudos e, pelo menos, adiar os planos de casamento.

A opção pela militância, seguida da migração, gerou desconforto e embates nas famílias, independentemente de gênero. No caso das mulheres, a ida para o convento cumpriu um duplo papel. Ao mesmo tempo em que possibilitou o contato com uma nova realidade, o conhecimento e a aproximação com os movimentos sociais a partir dos trabalhos das pastorais desenvolvidos nas comunidades rurais, por outro lado, os ensinamentos e as práticas da Igreja passaram a entrar em contradição com a nova realidade descoberta, assim como o rígido controle sobre os seus comportamentos. Os depoimentos de Dilei e Zenaide apontam nessa direção.

*E depois eu vim fazer o trabalho nas periferias e Blumenau, seis meses. E foi ali, nesses seis meses, que eu decidi sair, que aí eu tive contato direto com as comunidades. E aí eu fui questionando por que a teologia da libertação me ensinava uma coisa, e dentro da Igreja, a estrutura da Igreja eu comecei a perceber as contradições internas. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

*Que elas me mandaram para as comunidades fazer uma experiência, porque eu era muito rebelde, eu brigava muito lá dentro. Não concordava com um monte de coisas, aí elas disseram que iam me mandar para uma comunidade para fazer uma experiência. Aí depois você volta, se você quiser continuar, você continua; se não quiser mais, aí você ver o que fazer. Eu queria muito sair. Queria participar disso, daquilo e elas não me deixavam fazer nada. E eu estava bem na época de participar de tudo, foi onde eu comecei ir para São Miguel do Oeste, que lá era uma casa das irmãs que elas trabalham com a comunidade. Aí elas me colocaram para trabalhar com esse padre. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

A privação e o controle não eram exclusividade do ambiente familiar. Gradativamente, os cerceamentos e punições, aliado as contradições da própria Igreja, causaram um clima de revolta e indignação em parte da juventude missionária. Três mulheres de um total de quatro

entrevistadas abandonaram a vida religiosa para se dedicarem à luta pela reforma agrária e à construção do MST. Duas tiveram filhos no Nordeste, com “companheiros”, e hoje estão solteiras. Uma delas já partiu casada para o Nordeste, com um militante migrante; e, a militante que migrou entre os estados do Sul não constituiu família. Quanto aos homens, os dois que partiram solteiros constituíram família logo após a chegada ao Nordeste, casando com “companheiras” da rede de apoio e solidariedade ao MST. Através do convívio na militância diária, muitos casais se conheceram e contraíram matrimônio. O casamento de Zenaide e Bellé, por exemplo, serviu como incentivo e argumento para o envio deles para Maceió. A conversa foi conduzida por João Pedro Stedile: *“Seguinte: Vocês dois estão casados, vocês têm uma experiência do MST no estado [Santa Catarina], na Igreja. A Zenaide trabalhou aqui na secretaria tantos anos. E a gente que vocês vão para o Nordeste”*. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013, grifos nossos)

Para os homens, a ida para o seminário sinalizava a possibilidade de melhorar financeiramente, através da continuidade dos estudos, já que o tamanho das propriedades impedia a continuidade da partilha da terra e/ou causava dificuldades para a manutenção dos contratos de arrendamentos. Todos os entrevistados tiveram acesso à continuidade dos estudos por intermédio da Igreja, sendo que um deles precisou abandonar o seminário por dificuldades financeiras. Dos três entrevistados do sexo masculino, dois deles cursaram nível superior. Identificamos essa motivação presente no depoimento de Bellé:

*Na juventude você tem uma abertura maior para sonhos. Eu saí de casa com dez anos, filhos de pequenos agricultores. Estudar e vai girando. De certa maneira, vai perdendo aquela raiz, de ficar mais fixo em determinado lugar. Constroem outras relações [...] isso dá, de certa maneira, uma possibilidade maior, pelo estudo.* (Entrevista concedida por de Carlos Bellé, 2013)

Leite, J. e Dimenstein (2011) discutem as três principais formas de inserção dos integrantes do MST, no estudo realizado por Paiva (2003) no Rio Grande do Norte. Seu estudo permite estabelecer um diálogo com os mecanismos de aproximação utilizados pelos militantes migrantes da nossa investigação. A primeira forma de inserção trata de pessoas que já eram moradoras de alguns povoados rurais exercendo atividades como educadoras e que passaram a ser visitadas por dirigentes do MST, “[...] na tentativa de organizar nessas localidades processos de luta por terra, de modo que algumas das áreas próximas desses povoados se converteram em acampamentos e assentamentos, de onde saem muitas pessoas para o exercício da militância” (PAIVA, 2003 apud LEITE, J. & DIMENSTEIN, 2011, p. 19). A segunda é resultado da vinculação ou da passagem pela Igreja, em especial pela Pastoral da

Terra. Nesse tópico se insere a imensa maioria dos militantes migrantes e a totalidade dos nossos entrevistados. Ou seja, os militantes que partiram para estruturar o MST no Nordeste, através das ocupações de terras, já possuíam experiência em outros movimentos sociais, pastorais e sindicatos de trabalhadores rurais. E a terceira forma refere-se a educadores concursados que assumem escolas rurais nos assentamentos do MST.

Em determinados momentos da narrativa, identificamos o reforço da imagem tradicional do militante de esquerda no MST. Trata-se de uma concepção baseada em dualismos e na existência de um sujeito sem preocupações estéticas e de aquisição de bens materiais, que não consegue relaxar e o seu objeto de discussão gravita em torno da política. Essa imagem ainda é presente nos partidos, sindicatos e movimentos sociais, de acordo com Leite, J. e Dimenstein (2011). Na fala de Bellé observamos um ideal de militância, o qual se distancia do que hoje poderíamos definir como uma “militância institucionalizada”. Assim como Bellé, outros militantes migrantes referem-se à militância da década de 1980 como uma militância de construção, baseada em princípios e valores.

*Quando a militância se organiza sob valores e não valores monetários. Se organiza sob valores, sonhos, possibilidades. Esse era o sentimento da década de 80. Revolução nicaraguense, a teologia da libertação, o novo sindicalismo, movimento de mulheres [...] as condições de organização popular e social são muito mais difíceis do que naquele período. Ou você realiza porque você acredita. Comprando bandeira. Hoje é tudo pago. Um montante “x” de recursos. Fazia ações. Parte do seu tempo era dedicada para isso. Novos tempos, novos significados. Vai virando tudo institucional, jurídico, policial. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

A categoria privilegiada no discurso dos entrevistados é a de “classe social”. A adoção do termo “classe social” deve se sobrepôr às demais categorias, norteando o discurso e as ações dos militantes. As questões de gênero ou de raça são compreendidas como desdobramentos e/ou subprodutos da questão classista – consequências do sistema capitalista. No caso dos militantes migrantes, compartilhamos da linha argumentativa de Pozzi (2012), ao abordar o que tem por detrás das coincidências dos relatos dos operários na Argentina. Para o autor, é “[...] a existência de uma estrutura de sentimento, um sentido comum, genericamente classista, que vai dando contexto e explicação a uma vida duríssima e muito explorada. Para os entrevistados em particular, a luta de classes não é um conceito teórico, é a sua vida”. (POZZI, 2012, p. 78).

Leite, J. e Dimenstein (2011) discutem a figura do militante “sem-terra” a partir do que Gaiger (1994 apud LEITE, J. & DIMENSTEIN, 2011) denomina de “práxis coletiva do MST”, orientada por princípios organizativos de contestação ao modelo hegemônico

capitalista, assim como aborda um tipo de militância que adota práticas de “solidariedade, fidelidade e firmeza na luta” incorporando suas aspirações pessoais ao projeto maior demandado por seu grupo social. Em outras palavras, para Leite, J. e Dimenstein (2011, p. 15):

Essa imagem da militância corresponde a um modo de atuação no interior dos movimentos sociais que nos reportam a uma lógica binária em que as metanarrativas ocupam um lugar privilegiado na orientação teórica desses movimentos e seus discursos e práticas se pautam por dualismos: ou se é de uma classe social ou de outra, ou se é contra ou a favor, ou se é “alienado” ou “consciente”, ou se é de esquerda ou de direita.

Para Dilei, a principal motivação para seguir na militância era (e ainda é) as condições de vida vivenciadas pela população pobre rural. Para se integrar às comunidades rurais e adquirir a confiança dos sem-terra, era necessário viver como eles. Isso, no caso de Dilei, representou uma considerável privação alimentar. Muito rapidamente, ela destaca que as conquistas do MST, em partes, resultaram do seu perfil de militante (espírito de sacrifício) e da sua condição (jovem), associada à ideia de disponibilidade e desprendimento. Vejamos: *“Eu acho que esse espírito da juventude, isso é bom. Porque a gente era bastante jovem. Não tinha noite, não tinha dia, assim. Se dormisse, não dormisse, se comesse farinha com água, comia, e tava bom”* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

O espírito de sacrifício está presente na maioria das falas dos militantes. No caso de Dilei, cuja formação se iniciou no interior da Igreja Católica, a aproximação com a Teologia da Libertação (TdL) foi decisiva para despertar o sentimento de indignação e solidariedade com os mais pobres. Para além dos valores forjados na Igreja, a entrevistada deixa claro que a abnegação estava presente no seu ambiente familiar.

*Pra mim foi uma coisa tão... que eu sempre tive um espírito de... porque se eu ficasse nas franciscanas eu ia pra África. Eu não ia ficar. Porque tinha aquelas, as irmãs elas tinham em vários espaços. Eu já tinha me disposto a ir pra África. Então não sei se isso é... porque a cultura, a formação que a gente teve no berço foi de contribuir com as pessoas. Certo? Então eu acho que isso é, é... a Igreja fala isso de contribuir com os mais pobres. E a família, o pai, a mãe também sempre foram muito assim, dessa solidariedade com os pobres, com as pessoas mais, que tivessem mais dificuldades. E o Nordeste, de certa forma, lamentavelmente, é uma região mais frágil do Brasil.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Esse ambiente de solidariedade, identificado em várias comunidades do interior catarinense, também é abordado por Zenaide. Para as entrevistadas, os exemplos familiares e a convivência em comunidade despertaram sentimentos de indignação e de solidariedade com

os menos favorecidos. Essa tônica acompanha toda a narrativa. Sempre que questionamos a origem de determinada postura, ou quais elementos contribuíram para tomar uma decisão, o exemplo familiar aparece em cena. O núcleo familiar, ao mesmo tempo em que limita e julga determinados comportamentos, comporta elementos emancipatórios, fundamentais na formação e na trajetória dos militantes migrantes.

Como já mencionado, a maior parte dos jovens iniciaram sua militância na Igreja, onde gradualmente estabeleceram contato com a literatura de esquerda e com uma prática militante, conforme relata Jaime Amorim.

*Lá no Oeste em função da importância de Dom José Gomes, que era um bispo que efetivamente trabalhava junto dos camponeses, que teve a sua história muito próxima dos camponeses e das organizações e nos ajudou nesse período a organizar a luta pela terra em SC. Então, essa militância que estava na Pastoral da Terra, ou que estava na CEBs que estava e alguns inclusive que estavam nos seminários, como seminaristas, acabaram vindo para a luta. As primeiras ocupações eram o momento de colocar a sua rebeldia em ação. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o Movimento no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Os militantes enviados para o Nordeste são oriundos do próprio MST e/ou são pessoas próximas, vinculadas a organizações aliadas. Essa afinidade atrai um grupo de pessoas e acaba gestando uma identidade. Alguns autores tratam a opção pela migração como um ato de desprendimento, sobretudo alicerçado em questões humanitárias oriundas da formação cristã desses militantes. Outros, por sua vez, defendem a tese de que essa escolha resulta muito mais de opções ideológicas, de orientação marxista. As experiências internacionais, como a Revolução Cubana e Nicaraguense, teriam desempenhando um papel importante na decisão.

Quando da chegada do MST ao cenário nacional, observou-se uma redefinição dos papéis dessa juventude rural. O jovem passou a ser protagonista, assumiu-se como camponês “sem-terra” e utilizou-se de diversos mecanismos de mobilização, atuando nos espaços de decisão, adquirindo, assim, visibilidade. Elisa Guaraná de Castro (2006) aborda a categoria “juventude rural” e o seu processo de inserção nos movimentos sociais rurais do campo. É comum identificarmos na literatura a tese de que existe um desinteresse da juventude pelo campo, imbricado e relacionado com as dificuldades de reprodução do campesinato. Ou seja, grande parte dos jovens, diante da precariedade de vida, de acesso à escola e ao trabalho, opta por migrar para as cidades. De acordo com Castro (2006), essa tese acaba reforçando a invisibilidade dessa categoria social. Aliado a isso, Castro (2006) menciona os tensionamentos observados por ela nos assentamentos entre os jovens e seus pais ou com outras pessoas mais velhas.

Os jovens em geral são tidos como pouco responsáveis e não possuem a legitimidade de produtores rurais. Registramos as observações investigativas de Castro (2006) com o objetivo de confrontá-las com a experiência de jovens do Sul do país, que se vincularam à Igreja com o “intuito” de dar continuidade aos seus estudos e, nesse processo, tiveram contato e ingressaram nos movimentos sociais do campo. A fala de Bellé expressa esta movimentação da juventude:

*No estado de Santa Catarina quando tem esse crescimento, principalmente da juventude nas pastorais e nas atividades dos sindicais. Ela tem uma qualidade, acaba indo para os assentamentos e possui uma particularidade. Formando e forjando um grupo social, de ideias e de pessoas. O movimento começa a crescer ali com as ocupações. Santa Catarina foi uma sementeira. O gaúcho é mais corporativismo. O próprio trabalho da Igreja que estimulava. O pessoal tinha disponibilidade. A juventude rural no Sul tinha um mínimo de acesso ao estudo. Essa juventude se desenvolve rápido. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

De acordo com Castro (2006), a organização formal desses jovens nas organizações sociais pós-ano 2000 é resultado do processo de articulação das décadas anteriores, como a juventude política iniciada pela Pastoral da Juventude Rural e pela Comissão Pastoral da Terra. Ou seja, os movimentos sociais no Brasil, na década de 1980, reúnem condições para o surgimento de uma “juventude rural”, vinculada a novas organizações. Castro analisa as mobilizações dos movimentos sociais a partir da categoria juventude, com ênfase ao espaço do “acampamento” enquanto instrumento de ação política, formador de militância como identidade social, e “[...] como um momento de visibilidade e construção da própria categoria *juventude* nos movimentos sociais rurais” (CASTRO, 2008, p. 2).

Para a autora, a categoria “juventude”, além de representar identidades sociais, trata-se “[...] de uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social” (CASTRO, 2008, p. 3). Castro (2008) descreve que quando pais e filhos dividem o mesmo acampamento, o segundo é desprivilegiado na hora das falas. Observamos que longe dos seus locais de origem, os entrevistados não relatam a falta de autoridade e subordinação ao espaço doméstico, como relatado pela autora. O fato de não ter a presença do pai no mesmo espaço do filho pode ter contribuído para o respeito e a visibilidade do jovem militante.

A migração para outras regiões, conforme aborda Castro (2009), representa a autonomia do jovem. Através da migração, o jovem militante visualiza mudanças na sua vida pessoal e almeja transformações na estrutura social. No MST, ele encontra a motivação política, os meios

e a possibilidade para sua emancipação. O depoimento de Jaime Amorim demonstra como os objetivos se retroalimentam, e a força do MST na condução política da juventude.

*Naquele auge, mudança no Brasil. À maioria jovem, então quando surge o movimento de luta pela terra, ninguém não pensou duas vezes: independente, você larga família, é diferente, se deslocar. Tinha essa força porque do momento político. Isso impulsionou a se jogar. Todo mundo que se deslocar, Paraíba, Pernambuco, Bahia. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Cabe mencionar que o fato de serem jovens, sem filhos e sem o compromisso de gerir a propriedade facilitou o deslocamento para outras regiões. A juventude, entendida como um período de transição, representara o período ideal para migrar. O próprio período definido pelo MST para o deslocamento (dois anos) demonstrava o entendimento de que se tratava de um período de transição, de formação e de direcionamento. A formação política deste jovem é percebida de diferentes formas, dependendo da sua clientela, do perfil das organizações e dos movimentos sociais, e do contexto político da região que atua. O depoimento de Izabel demonstra que, muitas vezes, os jovens eram considerados inexperientes no seu local de origem, mas que, no Nordeste, essa mesma experiência ganhava volume e contornos próprios.

Para os dirigentes nacionais entrevistados pela pesquisa de Castro (2008, p. 12), o MST é composto de três gerações de militantes: “[...] a geração fundadora, a geração que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos e uma geração mais nova que surge mais recentemente e que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano”. Conforme observado pela autora, o marco definidor, nesse caso, não é a idade, mas sim o ingresso no movimento social. As duas primeiras gerações, em termos de faixa etária, são equivalentes, pois o processo de gestação do MST não leva mais de cinco anos. A mesma equivalência em termos de idade ocorre com as duas primeiras gerações de militantes migrantes. Ou seja, o MST foi formado por jovens, cuja militância teve início no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 80 e início dos 90, com uma faixa etária de vinte a trinta anos. Com relação à terceira geração, identificamos expectativa, orgulho, satisfação, principalmente quando se trata dos filhos que dão continuidade ao projeto dos pais. Jaime Amorim, em determinado momento da entrevista, faz questão de mencionar que seu filho, então com dezenove anos, ocupa posição de direção na estrutura organizativa do MST.

Durante o I Encontro Estadual de Jovens Acampados e Assentados, realizado em Sarandi (RS), em junho de 1989, o Jornal Sem Terra entrevistou seis jovens, questionando-lhes sobre os desafios e os objetivos de ser sem-terra organizado. Destacamos duas respostas, de Taurus e Lúcia, as quais refletem o diálogo estabelecido com Castro (2008) sobre a relação da

juventude rural com a família e o engajamento em grupos e/ou organizações políticas. Segue o relato de Lúcia e Taurus, respectivamente: "*Meu pai já está assentado, mas vi que tem espaço para nos organizarmos e lutar. Vamos espalhar os frutos desse encontro para poder massificar mais e mais nosso Movimento*" (TERRA, 1989f, p. 8). A fala de Lúcia demonstra um "despertar", visível pela possibilidade de participar do encontro, assumindo o protagonismo a partir de então, o mesmo que coube ao seu pai quando fora assentado. Abaixo a fala de Taurus:

*Não devemos ficar ao redor do pai, temos que sair e organizar, do contrário a nova sociedade não acontece. O que tem para se fazer está em nossas mãos, é só organizar, desenvolver alternativas de luta e produção, dominar a ciência, espalhar a luta em todos os cantos onde houver trabalhadores explorados (Ibid).*

Como podemos perceber, no final dos anos 1980 já existia uma referência política voltada para a juventude no MST, todavia era algo pouco destacado no discurso dos militantes migrantes. Externamente e publicamente não existia um esforço de se afirmar enquanto jovem, pelo contrário, o discurso imperante era o de classe social. A mesma abordagem é observada no corte de gênero. A visibilidade desses novos atores políticos e a adoção das categorias de análises correspondentes tornaram-se objetos de discussão e representação, principalmente a partir do ano de 1995<sup>64</sup>

Não menos importante era a preocupação dos militantes migrantes em transmitir uma imagem de seriedade. Jaime relata, de forma orgulhosa, que o militante deveria estar bem trajado nas suas intervenções públicas.

*Um dirigente do movimento quando vai pra reunião tem que estar de calça, sapato, de camisa. Enfim, ele tem que tá com uma determinada responsabilidade porque, afinal de contas, ele de trabalhador, passa a ter uma responsabilidade que é de representar um grupo de trabalhadores. Isso faz parte de um método também. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Além das vestimentas adequadas, portanto distanciando a imagem do militante desleixado (geralmente associada aos partidos e grupos da esquerda), mas se aproximando do discurso do PCB. O PCB, na época, tinha uma espécie de manual, orientando e disciplinando as atividades e o comportamento dos seus quadros. Os militantes do MST, por sua vez, deveriam estar preparados para falar em público, com elementos para realizar uma análise de conjuntura e possuir instrumental para convocar e conduzir a massa, com entusiasmo, através da elaboração de palavras de ordem.

<sup>64</sup> Conforme expresso no II Programa de Reforma Agrária do MST.



*Que um dirigente do movimento tinha que tá bem trajado, tinha que ter um bom discurso, então nós ensaiávamos muito discurso. Ensaíamos muitas técnicas. De falar em público. Pra que ele, de fato, pudesse transformar numa liderança com capacidade de se expressar pra população aquilo que é o sentimento dele, que ele não consegue expressar. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

No Jornal Sem Terra percebemos o esforço de projetar as lideranças, recém-chegadas nos estados nordestinos, dando-lhes visibilidade e voz através do veículo de comunicação. No Jornal Sem Terra n. 83, de maio de 1989, João Daniel já figura como liderança. Trata-se da ocupação do MIRAD, em resposta à prisão de algumas lideranças, entre elas o próprio João Daniel, durante a expulsão de duzentas famílias da fazenda Tingui, no município de Riachuelo, pela polícia. Ao noticiar sua prisão, indiretamente o jornal destaca determinadas características do quadro, como iniciativa, coragem, determinação. Possibilita, também, que João Daniel apresente uma leitura do contexto, com orientações de como a base e a massa de camponeses devem agir.

Os militantes migrantes transitam entre a devoção, resultado da formação nas CEBs, e a busca pela especialização e pelo profissionalismo nas suas ações. Para Chaves (2000), o que importa, no caso do militante, é seu “profissionalismo”. A autora atribui “[...] o sentido da militância como um serviço” (CHAVES, 2000, p. 16). Em nossas observações, a militância é algo que transcende. Competia aos militantes migrantes a execução das tarefas, como se da realização delas dependesse a continuidade da organização.

*Eu não media [esforços]. Se você for analisar hoje, uma pessoa andar 27 km, às vezes, eu fazia isso, ou 18 km para ir fazer vistoria numa área a pé. Sabe assim...tem que ser determinado. Tem que ser determinado, se não faz. Esse negócio da determinação é central. Tem que ter determinação, se não tu não fazes. E não tinha choro. E tu determinas, tu vai e faz. E a gente fazia em piores condições. Hoje o movimento tem uma estrutura, mas naquela época nós não tínhamos. Nós íamos em cima dos carros alternativos, em cima do caminhão. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Dilei, como ela mesma relata, não media esforços na execução de uma tarefa. No fragmento acima, a entrevistada descreve em quais condições realizava as vistorias de áreas para posterior ocupação. Para que a informação não vazasse, geralmente ela ia sozinha. Fica claro também que não existe uma separação de gênero na execução das tarefas, cabendo à liderança destacada o cumprimento delas. É possível intuir certa inflexibilidade no que diz respeito a rever a decisão de ocupar determinada área por não atingir um coeficiente alto, talvez com a preocupação de demonstrar incertezas, debilidades ou fraquezas. Cabe lembrar que muitos integrantes do MST (geralmente, assentados) e aliados participam apenas do ato

da ocupação, para demonstrar apoio e força aos sem-terra, e ainda, se fosse o caso, para resistir ao despejo. Nos dias seguintes, competia aos acampados organizar as coordenações e os grupos de trabalho.

Hoje, os significados atribuídos a “determinação” e “coragem” se confundem no seu depoimento. Observamos que o desconhecimento da realidade nordestina e das relações de controle e dominação vividas pela população local, em grande medida contribuiu para o cumprimento das tarefas. No depoimento abaixo, Dilei relata a situação vivida em Cabrobó, sertão pernambucano, região marcada pela violência no período.

*Eu não tinha medo, porque eu não conhecia como que funcionava o inimigo. Quando você conhece, você teme. Então, também não primeira ocupação da Paraíba eu não. Bem, eu os vi comentando, mas eu não vi a gravidade da violência. Eu vim tranquila. Assim, dormia já com bota, com a mochilinha na cabeça. Sempre assim, muito atenta, mas eu nunca vi. Depois que eu fui estudar. Meu deus do céu: Como que eu tive tanta coragem? Então, às vezes a ingenuidade, a ingenuidade de não saber quem é o inimigo. O que explica de eu dormir na beira de uma pista cheia de traficante, esperando o ônibus que vai passar à uma hora da manhã, no meio da caatinga e não ter medo. E ficar lá no meio da caatinga, esperando um ônibus que vai passar à uma hora da manhã. Um monte de tráfico. Então, têm coisas que depois que passa o tempo, você fica refletindo: nós éramos loucos. E muita determinação. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

As considerações de Dilei desafiam-nos a confrontar as acusações dirigidas às lideranças sulistas sobre o não respeito às diferenças regionais, com destaque à falta de iniciativa, ao paternalismo e à acomodação dos camponeses nordestinos. Para a entrevistada, diferentemente dos sulistas, os sertanejos conheciam bem as relações de poder no campo. Sabiam através da história oral o que havia acontecido com os trabalhadores vinculados às Ligas Camponesas ou envolvidos com greves e demais movimentos de resistência no campo nos anos anteriores (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011). A presença da violência, aliada ao sentimento de impunidade, fazia com que as populações locais temessem por suas vidas e de suas famílias. As lideranças sulistas, no entanto, no ímpeto de cumprir suas tarefas e mesmo por desconhecimento possuíam outras relações com a terra e lidavam de forma distinta com a violência. Nas palavras de Dilei:

*Nós fizemos cada loucura e nós estamos vivos. Que danado! O que explica isso? A inocência, de não saber das coisas. Por que as pessoas que viviam aqui elas tinham medo e elas sabiam. Elas sabiam, elas vivenciaram [...]. Se às vezes a gente conhece muito, a gente não faz também. Começa a criar medo. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

O desconhecimento da realidade, do histórico de violência e dos riscos que estavam expostos pode ter garantido a execução das tarefas. No entanto, trata-se de reflexões posteriores, as quais sugerem que a destreza no cumprimento de determinadas tarefas poderia estar associada ao desconhecimento do inimigo, denominado por Dilei como “ingenuidade”. Por outro lado, a ousadia, a coragem e a determinação dos militantes ao realizarem ações em áreas com um histórico de violência, ou sem tradição de luta, funcionavam como exemplos – de disciplina, dedicação, compromisso com a organização e espírito de sacrifício, fundamentais para a aproximação e a incorporação de novos integrantes no MST.

A preocupação em garantir o cumprimento da tarefa caminhava em consonância com o elemento “tempo”. Tempo que os militantes acreditam não dispor. Não estavam mais dispostos a esperar o tempo de maturação, de tomada de consciência dos trabalhadores, conforme pregava a Igreja.

*Bom, o Movimento não podia ter esse tempo de maturação, de tu ir pra luta, reunir, fazer pequenos encontros, fazer cartilha, até que o povo se descubra primeiro como é um explorado. Porque as pessoas não se sentem sem-terra. É, ser sem-terra é muito forte. E primeiro tem que se descobrir sem-terra, pra depois ele definir como é que ele vai agir. Então nós tínhamos que levar uma proposta pronta. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

O depoimento de Jaime Amorim demonstra o ritmo que as ocupações de terra adquiriram no Nordeste. Podemos intuir que devido aos objetivos de fornecer respostas rápidas, os militantes antecipavam as ocupações de terra. Isso não significa dizer que elas foram mal planejadas do ponto de vista técnico, mas que o pouco tempo para a realização possa ter restringido o número de acampados. É preciso lembrar que as lideranças sulistas eram vistas com desconfiança em diferentes situações, por isso se viam atraídas a apresentarem resultados rápidos. Neste sentido, uma ocupação bem-sucedida sinalizava as possibilidades de crescimento do MST e, por conseguinte, a inserção e a confiança da liderança. De toda maneira, a preparação das ocupações era mantida com o objetivo de assegurar as condições mínimas para a sua realização, no entanto com pautas mais pontuais e reflexões condensadas. De acordo com um dos entrevistados, a demora em concretizar as ocupações poderia ser mal interpretada pelos sem-terra.

*Até porque senão o pessoal não acreditava em você. Ou que esses loucos querem comigo. Ou é ou não é? A questão imediatista da sociedade e a experiência organizativa no Nordeste. No Sul você levava um ano. No Nordeste a mobilidade era mais rápida. E se você começa a fazer muitas reuniões, conversa e conversa e não tem um negócio, automaticamente você fica desacreditado. Eram dois meses mesmo, talvez até menos. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

A realização de ocupações “relâmpagos”, com pouco tempo para convencimento e aglutinação, pode justificar despejos e atos de violência direta e indireta dirigidos aos camponeses. Esse parece ser o caso da Paraíba. Dilei relata que, diferentemente das ocupações do Sul, na Paraíba as ocupações possuíam um número menos expressivo. Isso significa maior dificuldade de resistência e menores possibilidades de negociação. De acordo com Welford (2010, p. 373), “[...] a força dos camponeses pobres reside nos números, mas somente se eles forem organizados e representados como relativamente unificados”. Esse era o entendimento que norteava a ação das lideranças. Era sabido que as ocupações precisavam contar com o maior número de integrantes, conforme relata Dilei:

*Porque no Nordeste as nossas ocupações não eram massivas. Então, é diferente você no berço do Sul, uma Annoni (RS) com mil pessoas. Então, se a força tá no número. A gente foi mais reprimida porque a gente não conseguia fazer tipo ocupações massivas. Nossas ocupações eram duzentos, 150. Para nós já é um grande número. Só que quando as ocupações são menores, a tua vulnerabilidade é maior. Porque quando tu tens povo, então eu acho que essa também foi uma das dificuldades que a gente teve, de fazer grandes ocupações, massivas. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

O tom de autocrítica de Dilei sobre o número pouco expressivo de sem-terra em algumas ocupações realizadas na Paraíba ou a necessidade de demonstrar o protagonismo dos sem-terra, onde a liderança, muitas vezes, é descrita apenas como um “instrumento” pode resultar da influência recebida pela Igreja na formação da entrevistada. Sobre as “ocupações”, a Igreja afirma<sup>65</sup>: “[...] não compete à hierarquia da Igreja, estimular ocupações, nem dissuadir delas, mas sim, refletir sobre os critérios, natureza dos métodos, preparação adequada. Uma ocupação massiva, por ter mais chances de ter sucesso, é moralmente recomendável” (TERRA, 1989c, p.17). Outro ponto abordado pelo documento refere-se ao papel ocupado pelos assessores no convencimento e direcionamento nas ações do MST, cuja orientação é que a decisão seja exclusivamente do povo.

Já na 7ª Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, realizada em Goiânia (GO), entre 31 de julho e 5 de agosto de 1989, a Igreja se compromete a “[...] apoiar, incentivar, fortalecer, os diversos movimentos de trabalhadores rurais, respeitando a identidade de cada um” (TERRA, 1989f, p. 20). E diz que continuará apoiando os trabalhadores na luta pela terra e pela realização da reforma agrária, “[...] motivando a participação nas lutas de resistência, ocupação e produção, respeitando a diversidade nas

<sup>65</sup> O tema das ocupações é objeto de discussão do jornal Sem Terra, a partir de uma síntese da publicação da 27ª Assembleia da CNBB, em Itaiçi. Encontrado em Jornal Sem Terra n. 83, mai. 1989, p. 17.

várias formas de organização” (Ibid., p. 20). Ou seja, a CPT sugere a existência de outras formas de luta, que não resultem, necessariamente, em ocupação de terra; e, que o MST não possui o monopólio da organização dos trabalhadores sem-terra. Além disso, enfatiza o respeito à diversidade, numa clara alusão ao trabalho organizativo realizado pelos militantes sulistas, nas comunidades nordestinas, onde eram “acusados” de “interferência e não respeito às diferenças regionais”.

Por outro lado, a emergência de várias ocupações simultaneamente criava um clima de instabilidade. Com um ritmo mais acelerado, mesmo com um contingente menor, pipocaram ocupações por todo o Nordeste, sobretudo após 1993. Os limites para a adesão dos sertanejos já foram discutidos ao longo do capítulo dois, todavia cabe mencionar a argumentação de Bellé, quando ele sugere que as características sociais, econômicas e culturais dos camponeses nordestinos justificariam o imediatismo das ações propostas pelas lideranças do MST.

*No Sul, ele já se preocupava, era meio mudança. No Nordeste não tem, o pessoal ia com a rede, ou a esteirinha. Aquelas sacolinhas plásticas de mercado um pouquinho mais, a maioria das famílias, com coisas de uso. Não tinha. Por isso que a coisa era rápida. O que eu vou ganhar? O que eu vou comer? O que eu vou vestir? Há um elemento do imediato. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Ou seja, o entrevistado sugere que a velocidade na realização das ocupações atendia às exigências, ou melhor, às características constitutivas e às heranças dos sem-terra nordestinos. Este elemento é importante para compreender a adaptabilidade do Movimento, resultante de uma leitura atenta e perspicaz da realidade nos diferentes nordestes, por parte dos militantes migrantes, ao compreender quais elementos eles poderiam manejar para apresentar melhores resultados<sup>66</sup>. Este conjunto de questões, no nosso entendimento, contribuiu para que a estruturação do MST fosse antecipada no Nordeste, cabendo destacar a centralidade no cumprimento das orientações da organização pelos militantes migrantes, mesmo diante das adversidades.

---

<sup>66</sup> O conjunto de habilidades dos militantes migrantes será objeto de discussão no capítulo cinco.



## 4 A INTERIORIZAÇÃO DO MST: A LUTA POR JUSTIÇA E RECONHECIMENTO POLÍTICO E SOCIAL

*Naquele momento, no final dos anos 80, com o trabalho de Igreja, você visualizava uma mudança. Então, quando você vê que tem uma possibilidade de mudança. Há uma motivação e um engajamento em determinadas ações, que passam a ser incorporadas, juntam seus sonhos.*

Carlos Bellé, 2013

Abordaremos neste capítulo as trajetórias dos militantes que assumiram para si a tarefa da migração para o Nordeste, destacando a percepção deles acerca do processo de estruturação do MST e do contexto social e político dos anos 1980, e as expectativas, orientações e obrigações com o movimento nascente. São privilegiadas as experiências realizadas nos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

### 4.1 BAHIA: A ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO DE TRABALHO DE BASE

O Congresso de 1985 serviu para o diagnóstico das realidades regionais. E isso fez com que o Movimento buscasse atuar nas diferentes frentes de luta. Feito o diagnóstico da necessidade de expansão do MST, passou-se para a segunda fase, que consistia em definir as regiões prioritárias e, finalmente, deslocar os militantes para organizarem as ocupações de terra. A década de 80 é marcada por uma “militância de construção”, de relação direta e de conquista, que marcam a construção de um movimento social. O depoimento de Carlos Bellé acima nos transporta para esse momento, demonstrando o enlace entre os projetos pessoal e político.

De acordo com Araújo (2007), estavam presentes no Congresso de 1985 representantes da região Oeste e do extremo Sul da Bahia, os quais estariam envolvidos com a luta pela posse da terra na região. A partir dessa articulação, a Bahia foi escolhida como o “laboratório” da experiência de receber militantes, um “projeto piloto” nas palavras dos próprios militantes migrantes. A primeira geração de militantes foi deslocada para o Sul da Bahia, com a tarefa de expandir o Movimento. O depoimento de Fátima demonstra esta expectativa:

*E também a partir de 1986/1987, se não me engano, o movimento em nível nacional, a partir de todo um estudo feito nos estados brasileiros, avalia que o Nordeste tinha um potencial muito grande, porque aí estavam concentrados os camponeses Nordeste. Foi feita muitas reuniões na BA para montar as estratégias, ver as lideranças que tinham nos locais. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

O Sul da Bahia, representado pelas cidades de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Santo Amaro e Santo André, ocupava-se, até meados do século XX, basicamente com a produção de gêneros alimentícios, com o desenvolvimento de uma economia de subsistência baseada na pequena propriedade, cujo maior produto de exportação era a farinha de mandioca. Marcada por altas taxas de desemprego, analfabetismo e violência, a região foi alvo de projetos desenvolvimentistas e, mais recentemente, está sendo ocupada pelo plantio de eucaliptos (ARAÚJO, 2007). A chegada do novo contingente, a partir dos projetos desenvolvimentistas, criou uma polarização em torno dos modos de vida dos locais e a imagem que os novos ocupantes projetavam destes camponeses, recorrentemente associada ao atraso, à ignorância e à pobreza. Com a construção da BR 101 e o início de um ciclo da madeira, formaram-se novas cidades (Teixeira de Freitas e Itamaraju, por exemplo) e verificou-se um aumento da concentração da propriedade privada, seguido de êxodo rural. Processo intensificado com o plantio de eucalipto e a implantação das fábricas de celulose.

A autora reproduz resumidamente o contexto da chegada do MST:

As consequências são visíveis nas principais cidades da região, cada vez mais populosas, fazendo crescer a violência e o desemprego. Num levantamento feito pelo CESTEF – Centro de Educação Superior de Teixeira de Freitas hoje Departamento de Educação, Campus X, em 1996, nos bairros periféricos de Teixeira de Freitas, verificou-se que 18% eram desempregados; 55% de adultos (acima de 15 anos) eram analfabetos e 50% das crianças em idade escolar (7 a 14 anos) não frequentavam a escola, sendo que 69% da população adulta declarou ganhar menos de um salário mínimo (ARAÚJO, 2007, p.143).

Os dados acima dão uma dimensão do que foi o “boom” desenvolvimentista na região nas décadas de 1980 e 90. Estas transformações, expressadas no crescimento do desemprego, no êxodo rural e na concentração de terras, aliadas à exigência de uma proposta de organização concreta que fornecesse respostas econômicas a essa situação, propiciaram o nascimento do MST na região Sul da Bahia. Diante do quadro descrito, alguns sindicalistas entraram em contato com o MST, com o propósito de estreitar relações e iniciar a estruturação do MST no estado da Bahia.

Araújo (2007) apresenta um histórico do processo de ocupação do MST na região Sul, do ano de 1985 a 2005. Inicialmente, ela trabalhou com o período de 1985 a 2000, na sua



dissertação de mestrado, retomando a temática na tese de doutoramento, estendendo-o até o ano de 2005. O primeiro período, “Origem e surgimento do MST/BA (1985-1987)”, coincide com a organização dos primeiros núcleos na região, cujos acampamentos eram dirigidos pelas lideranças do MST.

Jaime, filho de pequeno agricultor, trabalhava na roça durante o dia e estudava na cidade à noite, no Norte de Santa Catarina. Fez faculdade de Pedagogia e ingressou bastante jovem na Pastoral da Juventude (PJ), depois no Partido dos Trabalhadores (PT) e, por fim, na Pastoral da Terra. Atuou como coordenador da Diocese de Joinville, em Santa Catarina, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e foi “[...] *daí que a gente, através do companheiro “Parafuso”<sup>67</sup>, a gente foi se integrando aos poucos no Movimento*” – referindo-se ao seu ingresso no MST (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013). Jaime participou do primeiro congresso do Movimento realizado em Curitiba. Logo depois, recebeu o convite para “ajudar” na construção do MST no Nordeste. Segundo ele, “[...] *foi uma situação bastante difícil até a tomada da decisão final e a gente veio para o Nordeste*”.

*Saímos de casa em maio de 87 para vir ajudar construir no Nordeste. Hoje a gente vive aqui em Pernambuco, moro aqui na cidade de Caruaru. Sou assentado, inclusive, aqui. Tenho quatro filhos. O mais velho que já é da direção do Movimento, coordenador da juventude do Movimento, tá na Direção Nacional, mora em São Paulo. Tenho mais três filhos.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

Antes de se estabelecer em Pernambuco, Jaime contribuiu nas primeiras ocupações de terra na Bahia. Saiu do Norte de Santa Catarina, no ano de 1987, para construir a primeira ocupação de terra do MST na Bahia.

*Então eu vim para a BA com essa tarefa e foi isso que eu fiz. Centralizei no extremo Sul da Bahia, onde já estava a escola, já estava o A.P, já estava a A.J e o companheiro Ademar Bogo. Então, eu vim para o município de Teixeira de Freitas (BA) e o município de Itamaraju (BA). E aí nós centralizamos o primeiro trabalho de base. Eu cheguei final de maio de 87, basicamente em início de junho, logo no início das festas juninas.* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

De acordo com Jaime, o saldo da primeira ocupação, realizada em Itamaraju, Bahia, havia sido positivo. Novos militantes foram projetados a partir do trabalho de base, e sinalizavam-se novas perspectivas para o MST nacionalmente. A experiência de “deslocar” militantes apresentava-se exitosa, encorajando novos militantes a migrarem para o Nordeste.

---

<sup>67</sup> Parafuso é o apelido de Agnor Bicalho Vieira, militante do MST, da região de Araquari (SC).

*E a gente organizou a primeira ocupação em vários municípios, foi um momento de efervescência de massa. Foi muito importante, foi importante para o movimento da Bahia, mas foi muito importante para o movimento nacional. Também para nós pessoalmente, porque foi, vamos dizer, a nossa afirmação. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

*Juntou gente, gente que veio de ônibus, gente que veio de caminhão, gente que veio a pé, gente que veio lá pra participar, porque a primeira ocupação deixou, vamos dizer, um resultado positivo. E a região precisava disso, era o estopim pra ser estourado. E estourou. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Diferentemente de outros estados, na Bahia existia uma disposição por parte das lideranças locais em receber os militantes externos. A chegada dos militantes migrantes foi aceita de forma muito positiva e, desde o início, eles se articularam com o trabalho sindical. O depoimento a seguir demonstra a existência de um trabalho anterior à chegada de Jaime no Sul da Bahia, com militantes já instalados, definidos por ele como “companheiros do Sul”. A instalação dos militantes do Sul resulta, portanto, das articulações, das alianças e das redes de apoio e solidariedade. O depoimento demonstra as expectativas e o otimismo para a construção de um movimento autônomo, o qual deveria romper com a histórica relação de dependência entre as comunidades rurais e a elites locais. Esta ruptura deveria ser conduzida por um militante capacitado política e tecnicamente, materializado em atributos como a coragem e a iniciativa. A fala sugere que não existiam quadros locais aptos para conduzir o conjunto de ações ora apresentadas, competindo, assim, aos militantes migrantes executá-las:

*Como havia vários sindicalistas que estavam com vontade de fazer. Havia uma disposição, mas faltava a técnica, faltava o jeito também, o método de fazer e a coragem também para fazer. Então, precisa de alguém que tivesse coragem, de ir para frente, que desafiar um monte de coisas, a estrutura local, a própria Igreja e construir um movimento autônomo. Então, no primeiro momento, de fato, lá na Bahia havia essa ansiedade e como já tinha companheiros do Sul [...] havia essa expectativa que o Movimento pudesse trazer alguém para ajudar. Nós não tivemos nenhum problema, digamos foi tranquilo, caiu como uma luva – tava só lá a mão esperando. E deu tudo certo. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Ao longo do depoimento Jaime demonstra a importância dos espaços formativos anteriores à ocupação de terra. A partir dos debates (realizados em sindicatos, escolas, centros comunitários, igrejas, moradias), estruturados em quatro eixos, ocorria o processo de convencimento e recrutamento dos camponeses. A colocação em prática do método de trabalho de base, na primeira ocupação de terra da Bahia, sinalizava para a possibilidade de aplicá-lo nacionalmente. A adoção dele nas duas primeiras ocupações de terra transformou a Bahia em uma espécie de “laboratório”.

No Jornal Sem Terra são apresentadas três características do método do MST. Primeiramente, cabe "ajuntar" os sem-terra, referindo-se ao ingresso dos interessados a seguir de forma organizada, fornecendo, assim, um caráter de militância ao MST. A segunda característica é "projetar", quando os sem-terra se apresentam para a sociedade. Rompe-se com o anonimato dos "[...] arrendatários, parceiros, meeiros e semiassalariados, em suas individualidades" (TERRA, 1989e, p. 4). Outra característica é "capacitar", que se resume em superar o espontaneísmo através da qualificação técnica e ideológica. Esse conjunto de características se traduzem na organização dos sem-terra nas ocupações, mobilizações, negociações, entre outras atividades. Para encaminhar as ações são utilizadas ferramentas de acordo com as forças políticas que o Movimento dispõe. O referido Jornal destaca em seguida três características presentes no desenvolvimento da luta pela terra. São elas: agilidade, massificação e resultados concretos (Ibid., p. 4). Esse último aspecto se traduz, basicamente, em dois elementos visíveis: terra ocupada e desenvolvimento da produção.

A propósito, cabe descrever resumidamente a estruturação do método de trabalho de base. Ele é composto por três níveis: massa, base e direção. A *base* é composta de famílias, militantes e ativistas, cuja função é organizar, reunir e orientar a massa. A *massa*, de acordo com o Jornal Sem Terra, é o conjunto de trabalhadores que se mobilizam em torno de um objetivo comum. Já os membros da *direção* são responsáveis por pensar e orientar o Movimento, cabendo aos mais aptos assumirem tal tarefa. Na medida em que o MST vai se expandindo, essa articulação vai se complexificando, exigindo o aperfeiçoamento da organização. Observamos aqui um estancamento entre teoria e prática. A concepção das atividades surge como um monopólio da direção, cabendo aos demais à mera execução das resoluções. Isso fica expresso, por exemplo, na fala de Jaime, quando afirma que eles (as lideranças sulistas) precisavam levar uma proposta pronta, “[...] *pra que as pessoas a partir daí tomassem a decisão. Mas nós já íamos com a decisão que o povo tinha que tomar*”. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013). A compreensão da direção é que a “[...] massa quer respostas e não perguntas” (Ibid., p. 4). Ou seja, busca-se atuar a partir das necessidades mais sentidas das comunidades, com vistas a apresentar resultados concretos como forma de capitanear o maior número de pessoas. Essa prática é corrente nos partidos políticos e na imensa maioria dos movimentos e organizações sociais. A reflexão prévia, geralmente articulada com seus pares, visa garantir a aprovação da proposta, ou sugere a adoção de novas táticas quando a correlação de forças não permitir vencer ou ainda inibir práticas espontaneístas.

O Jornal também aborda dois eixos fundamentais para a assertividade do Movimento. São eles: o planejamento e o relacionamento com a massa. No item "Planejamento" é apresentado um passo a passo de como executá-lo. Sistematizamos aqui: definir os objetivos, estabelecer as metas e o tempo, prever e distribuir os recursos humanos e materiais, controlar e dirigir e, por fim, avaliar (TERRA, 1989e, p. 4). No que compete ao "relacionamento com a massa", a orientação para a militância é partir dos interesses imediatos dela, atentando para as características e graus de consciência da massa.

Cabe registrar que as decisões são coletivas, mas a responsabilidade na execução delas é individual. Nesta linha ocorriam as reuniões na Secretaria Regional, em Maceió (AL), onde o grupo debatia e avaliava qual postura ou ação adotar nos estados, no entanto a realização competia ao militante migrante, cabendo à direção manter o controle da execução. Identificamos que pairavam muitas cobranças sobre a figura dos militantes migrantes, principalmente quanto à apresentação de resultados rápidos. Dentre as orientações do método, encontramos este trecho no relacionamento com as massas: "Além da mobilização, o militante deve buscar ter o prestígio da massa. Para isso ser-lhe-ão exigidas energia e qualidades práticas, como a capacidade de tomar decisões sem enrolar, que seja leal e que não se acovarde" (Ibid., p. 4). Essa orientação, em partes, justifica o imediatismo das ocupações. Se por um lado, existia a preocupação com a percepção dos camponeses sobre a demora na realização da ocupação, por outro lado o receio de ser julgado por outros líderes também era real.

Com o resultado positivo da primeira ocupação, com o apoio e adesão de figuras representativas da região, iniciaram as repressões, perseguições e tentativas de neutralizar o Movimento. Segundo Jaime: *“Foram feitas reuniões com sindicalistas, foram feitas reuniões com fazendeiros, foram feitas, né? Tudo pra tentar impedir que o Movimento fizesse a segunda ocupação”* (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013). A realização da segunda ocupação demonstrou o grau de ressonância do MST e, internamente, representou a possibilidade de qualificar o método de trabalho de base. Diante da violência dos fazendeiros e da polícia, dos inúmeros despejos e pedidos de reintegração de posse, os primeiros militantes migrantes propuseram também um método de resistência, que funcionaria como um manual para as futuras ocupações.

*E também aí nós criamos outro método. Que foi o método da resistência. Então, o método de resistência não é fácil. Primeira resistência tinha que ser massiva. Tinha que ter gente com que já dava pra fazer grupo, tinha que ser ocupação massiva. Tão tinha como motivo a desmoralização da polícia? Até tentar evitar o despejo, a reintegração de posse. Então, coisa simples, mas tipo: primeiro, na frente, primeiro*

*nosso pelotão pra enfrentar a polícia, era as crianças Depois iam as mulheres, depois iam os jovens. Já com fogo, com ferro... e, por último, ia o restante da população com ferramenta de trabalho, com foice, com "isso", com "aquele outro", com gasolina, enfim... tinha aquela história de tentar amedrontar também a polícia. E deu certo. Fizemos muita resistência, muito movimento de fazer resistência. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

O método de resistência foi elaborado no contexto baiano, a partir da bagagem teórica e cultural de Ademar Bogo e Jaime Amorim. O local para experimentação foi o sul da Bahia, nas primeiras ocupações de terra. Como lograram sucesso, ele foi adotado como “guia” ou instrumento de resistência do MST nacionalmente.

*Fizemos muita resistência, muito movimento de fazer resistência. Não só na Bahia. No Espírito Santo, Minas Gerais, como todo o Nordeste. Mas também isso foi desenvolvido e depois foi aplicado no Mato Grosso do Sul, foi aplicado em São Paulo, foi aplicado, é, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina também. Custou a vida de alguns companheiros e tudo, mas foi um momento então que o Movimento cresceu. Então, na Bahia, nós construímos esse processo aí e depois, ainda, a questão da produção. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Os procedimentos e as técnicas passaram a ser aperfeiçoados e sistematizados em manuais e cartilhas. O tema, correlacionado às questões básicas de segurança, era objeto dos cursos e palestras do Movimento. Dependendo do perfil e do número de “adversários” e, por outro lado, do número de acampados, do nível de apoio, do local do acampamento, exigia-se condutas e graus distintos de enfrentamento. Dilei comenta as orientações recebidas pelo MST quando se deparavam com a polícia, capangas ou paramilitares.

*A polícia ela pode até te prender, torturar, mas ela não te mata. Ela pode até te matar se eles estiverem juntos, mas quem vai fazer o papel final é o pistoleiro. De certa forma, tendo clareza disso a gente teme menos. Agora, com o pistoleiro não tem. O Movimento sempre ensinou para nós. O pistoleiro veio, se tu não tiveres como se defender, corra. Agora, a polícia. Isso é um segredo. Porque a gente sempre aprendeu no Movimento de preparar um grupo para receber a polícia e aí tentar sensibilizar. Porque que a gente tá aí e tal. Isso não funciona porque a polícia não vinha para dialogar. Então, a gente tentava negociar tempo e ia enrolando até eles perderam o último, porque eles também se irritavam. Às vezes, passava o dia, noite e a nós não saía. Aí eles viam para cima: Ou vocês saem ou a gente prende. E aí se ameaçava prender, o povo ia todo para e a gente dizia: então prende todo mundo. Tinha métodos, nesse sentido. Essas aprendizagens de método, de como a gente negociar com a polícia, de como fazer o enfrentamento. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

As primeiras edições do Jornal Sem Terra, do ano de 1989, fornecem dados das ocupações, envolvendo os militantes migrantes e as consequências sofridas individual e coletivamente. Relata a nota sobre o estado da Bahia, em que “Oito companheiros foram

presos. Jaime Amorim, da Direção Nacional do MST sofreu por mais de dez horas maus tratos e tortura, inclusive, técnica de afogamento” (TERRA, 1989b, p. 5). E continua:

Depois do despejo, a principal liderança dos lavradores, Jaime Amorim foi espancado, obrigado a carregar, algemado, dois sacos de farinha de 60 quilogramas nas costas, até o rio Prado, onde lhe submeteram a técnica de afogamento (TERRA, 1989b, p. 5).

A edição do Jornal Sem Terra n. 80, de jan./fev. de 1989, também relata a violência e a prisão de líderes e demais camponeses, que foram despejados da área ocupada no município de Prado (BA), além do cerco da polícia e da apreensão de mais de trinta caminhões que transportariam os camponeses para a ocupação. A CNBB exigiu uma audiência com o então Presidente José Sarney, para punir os responsáveis pela tortura. Paralelamente a isso, o MST organizou uma série de ocupações no antigo MIRAD, exigindo a liberação dos presos da Bahia e do Rio Grande do Sul. Os camponeses da Bahia foram rapidamente liberados. De acordo com os entrevistados, tal ação resultou da intervenção do Eduardo Suplicy, do PT. Já no Rio Grande do Sul, o MST contou com o apoio de Dom Luciano Mendes, presidente da CNBB, intercedendo por eles no governo Sarney.

Não tardou para que os agricultores gaúchos estivessem em liberdade também. Estas conquistas pontuais, verdadeiras “quedas de braço”, foram demonstrando ao MST que o tensionamento a partir das ocupações era o método possível de negociação com governo, ministros e demais autoridades. Pelas declarações dos jornais, podemos concluir que existia um grande potencial mobilizador no Sul da Bahia, e que o MST contava com um expressivo apoio dos sindicatos da região. Percebemos que o tratamento dispensado aos militantes migrantes era diferenciado, então descritos como líderes pelo Jornal Sem Terra. As autoridades também os reconheciam como tal, ao apostar na violência direta, na intimidação, na humilhação e nas ameaças.

Um quadro das ocupações realizadas no início do ano de 1989 é apresentado no Jornal Sem Terra. A nota da Bahia, intitulada “Decisão de Vencer”, destaca a ocupação de seiscentas famílias realizada no município de Teixeira de Freitas. De acordo com a avaliação do MST, 50% das ocupações desenvolveram-se na região nordestina. Este saldo é atribuído à organização da produção coletiva, através das cooperativas, da estruturação da secretaria regional no Nordeste, com sede em Alagoas, e dos cursos de capacitação, viabilizando a formação de novas lideranças e a consequente expansão do MST (Jornal Sem Terra n. 80, jan./fev. 1989).

De acordo com o referido Jornal, o avanço político do MST nos últimos anos coloca os seus dirigentes diante de uma nova situação: “[...] superar a simples visão local ou estadual da luta, para encarar a realidade nacional” (TERRA, 1987a, p.3). Para tal intento, os dirigentes expressaram a necessidade de construir a unidade com os outros trabalhadores, com pequenos proprietários, com entidades e organizações e mesmo com o partido político, sem perder de vista a tarefa de construir a organização de base, nos dezoito estados que contavam com a presença do MST no ano de 1987. As considerações do Jornal Sem Terra expressas acima deixam evidentes os objetivos do MST de nacionalização e a utilização das “alianças” no processo de construção do seu próprio espaço. Nosso intuito não é discutir a legitimidade de tais ações, mas perceber o caminho pavimentado para o deslocamento de militantes. Logo no início desta caminhada, os militantes sentiram a necessidade de ter um ponto de apoio, uma sede que centralizasse e direcionasse suas ações no Nordeste. A criação de uma Secretaria Regional funcionava como local de chegada para novos militantes e espaço de reuniões e encontros para a militância e aliados. No plano simbólico, representava a presença do MST na região, sua marca, fornecendo-lhes mais visibilidade e credibilidade.

#### 4.2 BELLÉ E ZENA – A CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DA SECRETARIA REGIONAL EM ALAGOAS

Inicialmente, os militantes faziam parte de outras entidades, sobretudo da Igreja e do Partido dos Trabalhadores (PT). A formação de militantes em Santa Catarina estava intrinsecamente ligada à Igreja. Em alguns casos, ela viabilizava as aproximações com os militantes, podendo oportunizar a liberação dos religiosos para militar no MST. Dessa forma ocorreu a liberação de Carlos Bellé (então coordenador da CPT) para atuar no MST, e de Zenaide<sup>68</sup> (ex- missionária). De acordo com o depoimento de Zenaide, a decisão ocorreu em uma reunião da CPT na cidade de Florianópolis, na qual, resumidamente, Dom José Gomes teria proferido as seguintes palavras: “*A Igreja disponibiliza os militantes da Igreja para ir realizar missões no Nordeste*” (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013). Este encaminhamento resultou da articulação entre a CPT e o MST, através da figura de João Pedro Stedile.

Carlos e Zenaide casaram cinco meses antes de partirem para o estado de Alagoas no ano de 1989. Brincando, Zenaide diz que foi passar a “*lua de mel no Nordeste*”, enquanto Carlos Bellé diz que foram fazer um “*passeio*” por Alagoas. Apesar do tom de brincadeira,

<sup>68</sup> Zenaide fez parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) antes de ingressar no MST.

essas afirmações traziam de fundo a insegurança que existia diante da realidade nordestina. Zenaide fala muito do desconhecimento do contexto local e das escassas informações que possuía sobre os hábitos e costumes sertanejos. Segundo ela, não existia um trabalho de preparação prévia para a ida de militantes.

Bellé, filho de pequenos agricultores, saiu de casa com dez anos de idade. A partir daí, segundo ele, começou a “girar o mundo”, estabelecendo novas relações. Durante a sua juventude, em Florianópolis, cursava filosofia na UFSC e atuava na CPT, inclusive como coordenador. No ano de 1986 começou a realizar um trabalho de assessoria junto ao MST e, a partir de 1988, especificamente na parte de formação. A partir do ano de 1989 dedicou-se exclusivamente ao MST, com o seu deslocamento para Alagoas.

Zena, como é carinhosamente chamada, é filha de pequenos agricultores, com uma educação bastante rígida e voltada para o casamento e a maternidade. A ida para o convento se apresentou como alternativa para prosseguir nos estudos. Devido aos numerosos conflitos com a autoridade das religiosas, Zenaide foi direcionada para realizar algumas missões nas comunidades rurais de Santa Catarina. A partir desse momento, segundo suas palavras, ela teve certeza do que queria para a sua vida. Em menos de um ano, abandonou o convento e ingressou no MST. Antes disso, militou por algum tempo no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Zenaide assumiu um conjunto de tarefas administrativas na secretaria do Movimento, no estado de Santa Catarina e, em seguida, migrou para o estado de Alagoas para “contribuir” na estruturação do MST nacionalmente.

Cabe lembrar que nesse momento a atuação das entidades e movimentos sociais ocorria de forma conjunta e articulada no Oeste catarinense. Bellé menciona que, nos primeiros anos, atuava no MST através de uma equipe de formação. *“Então, eu estava em Florianópolis, na CPT, inclusive, outras pessoas, o próprio Movimento, era uma equipe conjunta. E a gente fazia esse trabalho de assessoria mais dirigida à organização de base do Movimento”* (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013). Para termos uma ideia melhor do contexto de surgimento do MST, reproduzimos o depoimento de Izabel Grein:

*Trabalhava no movimento sindical, trabalhava com as mulheres agricultoras, era o dia inteiro. Tinha muita coisa acontecendo. Estava no Movimento Sem Terra, mas o movimento precisava do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que precisava do sindicato, do MAB, naquela época não era o MAB, nos ajudávamos em Itapiranga, em Itá, nós estávamos lá participando junto, nas oposições sindicais no RS e SC, eu nunca vim para o PR, mas aí a equipe vinha e mais a Igreja. Isso tudo fazia parte. O PT que estava surgindo, que a gente também fazia parte.* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)



Bellé e Zena foram enviados para a secretaria regional em Alagoas meses após o casamento de ambos e lá permaneceram por aproximadamente um ano. Em seguida, assumiram funções no estado de São Paulo, local em que se encontram até hoje. A formação da secretaria regional, com sede em Maceió (AL), veio cumprir um papel de suporte e articulação na região. A escolha do local levou em consideração a localização geográfica e a suposta “neutralidade” da região. Existia um menor grau de resistência/hostilidade se comparada com Recife, em Pernambuco, por exemplo. Bellé rememora os dilemas do período:

*É diferente o MST do sindicato, da Igreja quando não se tinha essa compreensão, aí vinha aquelas disputas. Essa perspectiva é que leva a construir uma secretaria regional em Maceió. Ficaria mais ou menos pelas distâncias. Recife seria mais central e com mais capacidade, mas o Movimento queria se construir e aí colocar o Movimento onde todos os movimentos se impõem sobre. E uma leitura objetiva, nós somos pequenos. Até por isso o ponto de Maceió foi um dos pontos escolhidos, olha vamos ficar atentos: pode dar certo, pode dar errado. Hoje nós conversamos com certa naturalidade, mas naquele tempo era alvo de discussões, você estava definindo, investindo em uma organização, potenciais, pois conflitos de terra tinham muitos. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Segundo Bellé, neste processo de expansão o MST não possuía condições de ter sedes em todos os estados do Nordeste. Neste sentido, optou-se por estruturar a secretaria regional em Maceió. Essa escolha também considerou a análise da realidade, a disponibilidade de recursos humanos e financeiros e a relação com os aliados do local. A tarefa da secretaria era ser referência, para que os estados do Nordeste fossem se estruturando.

*Nós fixamos residência lá um ano. Então a decisão foi, nessa expansão, só pra situar aqui, é, foi: nós não temos condições e estrutura de ter um ponto de referência em cada estado no Nordeste [...] Então, para atender um mínimo de articulação numa região onde o número de camponeses sem-terra era a base principal no Brasil. Os estados com maior número de sem-terra estavam na região Nordeste. Então, potencialmente, como é que tu organiza uma grande massa de trabalhadores? Sem você ter o mínimo de referência, com quem que você conta? (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Carlos Bellé tem um limite objetivo para abordar as questões internas dos acampamentos, pois estava mais preocupado com logística, comunicação e rede de solidariedade. “Participei pouco de organização local, dos acampamentos e assentamentos” (Entrevista concedida por Carlos Bellé). Já Zena participou ativamente do processo de ocupação e de convencimento dos trabalhadores. De acordo com a entrevistada, a tarefa de convencimento no Nordeste era muito difícil quando comparada com a experiência do Sul. No Nordeste, muitas pessoas viviam na marginalidade, nas periferias da cidade, e possuíam

um número grande de filhos. Por exemplo, “[...] *no Sul o pessoal não levava uma arma para se defender dos fazendeiros, no máximo uma espingardinha de pressão. A preparação também era em cima da violência, porque sabia que os pistoleiros vinham com tudo*” (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013), referindo-se ao preparo necessário para a realização de uma ocupação no município de Cabrobó, em Pernambuco, onde era previsto o grau de violência a que estariam expostos. Além da presença de pistoleiros, a região possuía um histórico de violência relacionado com o tráfico de drogas. Zenaide descreve o desconhecimento da realidade nordestina, a sua dedicação no convencimento e a dificuldade de adesão dos trabalhadores:

*A gente se acampou tudo na frente. Passava dia e noite sem dormir para fazer toda a questão de segurança, e ver se não tinha nenhum pistoleiro. Eu não fazia trabalho de base no Sul. Ficava mais na secretaria. No Nordeste também não, mas aí quando eu fiz esse trabalho de base. A diferença é muito grande. Tu pegas essas pessoas que vivem na beira da cidade que não têm emprego, que vivem desempregadas, não tem o que comer. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

A secretaria assumiu as funções de comunicação, assessoria, direção, solidariedade e apoio para toda a região nordestina. De acordo com Zenaide, ela funcionava como ponto de apoio e era acionada com frequência pelos estados, que buscavam adquirir visibilidade através das ocupações de terra. As opiniões acerca do papel desempenhado por essa secretaria são objeto de divergência entre os militantes migrantes. Para João Daniel, a secretaria demonstrou-se um equívoco. Segundo ele, os militantes responsáveis por assessorar os estados atuavam de forma arbitrária e descolada das realidades locais. Zenaide, em outro ponto da entrevista, afirma que existia uma “verdadeira família sulista” na secretaria regional, pois, com exceção de um dos integrantes, os demais eram oriundos do Sul. Na mesma linha, o depoimento de Dilei demonstra que a secretaria era um local reservado para a militância do Sul, em paralelo às suas funções de assessoramento. Através da realização de reuniões periódicas (nas quais os militantes apresentavam particularidades dos estados que atuavam), realizavam-se encaminhamentos coletivos para a região. A secretaria, portanto, fornecia organicidade e norteava a ação daquele grupo de militantes sulistas. Vejamos:

*Era só atravessar o rio e mais uma hora e pouco estávamos em Maceió. Onde a gente, mais ou menos, a militância do MST do Sul se encontrava. Porque a gente trabalhava muito integrada. E nessa capacidade de ir pros estados e voltar. E sempre dialogar nesse núcleo. Que era um núcleo que se somava esses companheiros que vieram de fora e já alguns companheiros locais, de acordo como iam saindo também as ocupações também iam já articulando as pessoas pra ir se somando nesse processo. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Fica evidente no depoimento de Dilei, que existia um grupo dirigente, sulista, a qual avaliava periodicamente as ações executadas nos estados nordestinos. As direções estaduais eram ocupadas pelos militantes migrantes que se tornavam representantes dos respectivos estados nas instâncias nacionais. A exceção ocorreu na Paraíba, onde a tarefa foi assumida, nos primeiros anos, por duas militantes da região. Devido ao conjunto de dificuldades para se estruturar (perseguição, intimidação, boicote e isolamento), a função coube a Dilei, a partir do ano de 1997.

Jaime Amorim, por sua vez, compreende que a secretaria possuía funções transitórias. Ou seja, à medida que os estados constituíssem suas instâncias próprias, a secretaria de Maceió perderia sua finalidade e se extinguiria. Bellé atua na mesma linha argumentativa. Ao passo em que os estados fossem construindo suas coordenações, gradualmente a secretaria regional perderia a sua função. Com a expansão do MST as secretarias estaduais passaram a desenvolver seus próprios espaços de discussão e deliberação, e a confeccionar materiais específicos para a sua realidade. Bellé diz:

*Foi um processo de transição. Até porque não faz sentido, se a necessidade imediata estava na construção local. Os estados mesmo foram criando suas formas, seus jeitos, sua estrutura, ia tendo coordenações, uma salinha de reuniões, um telefone, na medida do possível. Alguma comunicação mínima. Um lugar onde a pessoa pudesse chegar e soltar a mala quando chegava de viagem, alguma referência. É aquela ideia, tem que ter um endereço. Se você não consegue ter um endereço em todos os lugares, você vai aos poucos construindo possibilidades. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)*

Antes disso, cabe dizer que a Secretaria Regional de Maceió sinalizava a diferenciação entre o MST e os grupos políticos. Para o MST, possuir uma sede própria representava mais que a presença de um espaço físico, mas a ocupação simbólica de um local de reconhecimento, visibilidade, diferenciação e interlocução com os sem-terra e aliados.

#### 4.3 VIOLÊNCIA, ISOLAMENTO E DISPUTAS NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

O ano de 1963 foi marcado pelo debate das Reformas de Base, cujo eixo central foi a Reforma Agrária. Em Pernambuco, esse debate ganhou contornos próprios devido ao acirramento dos conflitos entre os plantadores de cana e o campesinato e os grandes proprietários. O governo de Miguel Arraes buscava um papel de intermediário, de negociação

com os proprietários e os usineiros e as federações, os sindicatos, as Ligas e os autônomos, através do “Acordo do Campo”, para colocar em prática o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), decretado por Jango no ano de 1963. A partir desta estrutura, Arraes visava assegurar dois objetivos: controlar as tensões através da distribuição das cartas sindicais para os grupos que lhe dessem sustentação política, e monitorar e assegurar a aplicação dos dispositivos do ETR, principalmente o pagamento do salário mínimo, das férias e do 13º salário.

As lutas das Ligas giravam em torno da manutenção e da posse da terra dos camponeses. De acordo com Azevêdo (1982), as Ligas são progressivamente isoladas no cenário nacional devido ao radicalismo das suas propostas e à existência de setores já constituídos nos sindicatos, como a Igreja e o PCB. Em Pernambuco, elas continuaram se expandindo e agregando outras categorias até o golpe militar. Com o fim das Ligas Camponesas, os STRs tornaram-se a única forma legal de representação. As lutas encabeçadas pelos sindicatos gravitavam em torno da aplicação da legislação trabalhista e da manutenção do controle dos serviços de assistência e previdência social.

Koury (2010) analisa o papel do sindicalismo oficial no campo durante os anos 1960 e 70 e as consequências para o trabalhador rural, principalmente no esvaziamento da bandeira da reforma agrária no contexto da ditadura militar. Coletti (2005) assume a discussão no momento imediatamente posterior, marcado pela retomada das lutas populares, acompanhando a trajetória do MST desde a sua criação até o governo Fernando Henrique Cardoso. Para ambos os autores, o surgimento do MST está intrinsecamente ligado ao vazio político daquele contexto – o burocratismo e o aparelhamento dos sindicatos rurais e a passividade de alguns setores da Igreja Católica –, fazendo com que o MST seja o instrumento capaz de impulsionar a luta pela terra.

Após o golpe de 1964, os sindicatos sofreram forte controle estatal e muito rapidamente foram transformados em transmissores das políticas de previdência e assistência social para o campo. O Estado atribuiu a pauta da previdência aos sindicatos; esses, por sua vez, ao assumirem, almejavam legitimidade junto aos trabalhadores. Segundo Koury (2010, p. 288), essa engrenagem era regulada através da “[...] manutenção do medo expressa nas ameaças constantes de corrupção e de subversão no meio sindical, e na sujeição dos sindicatos através de seguidas blitzens”. O Estado, através das *blitzens*, atuava de forma paternalista e intimidadora. Ou seja, o sindicato vivia a contradição de ser um mero legitimador do Estado ou efetivamente um representante dos trabalhadores. A partir desta forma de atuação (intimidação, controle e burocratização do aparato sindical), o Estado conseguiu minimizar eventuais pressões e exigências para o cumprimento do Estatuto da Terra (KOURY, 2010), e

passou a esvaziar o conteúdo da reforma agrária, substituindo a realização da reforma agrária pelos projetos de colonização, conforme discussão apresentada no primeiro capítulo.

A atuação do sindicato estava voltada exclusivamente para os associados. Os trabalhadores temporários e os ditos *clandestinos*<sup>69</sup> não estavam contemplados na política de assistência social e jurídica das entidades. A não participação dos trabalhadores sem registro trabalhista nos sindicatos contribuía para a desmobilização e a ausência dos trabalhadores rurais neles. O movimento sindical vivia a contradição entre ser um órgão de representação dos trabalhadores ou um órgão de cooptação dos interesses do Estado e do capital. Muitas ações ocorreram por iniciativa dos posseiros, independentemente de qualquer envolvimento dos sindicatos. As lutas eram motivadas, sobretudo, para garantir a posse da terra. Mesmo quando se tratava dos associados que recorriam aos sindicatos para obter orientação sobre questões de natureza judicial, quase sempre eram desencorajados. O movimento sindical brasileiro, sob o lema “O sindicato dos associados”, não assegurava a defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo contrário, engessava e enquadrava qualquer iniciativa na legislação vigente. O próprio lema do sindicato deixava uma parcela significativa dos trabalhadores sem representação, demonstrando a ingerência do Estado nos sindicatos e a adequação deles à legislação (KOURY, 2010). A ideia do sindicato para os associados era estimulada, contra a ideia do sindicato para os trabalhadores, marginalizando os trabalhadores sem carteira assinada, definidos por Sigaud como “não fichados”.

Entre os anos de 1969 a 1974, devido ao AI-5, ocorreu o dismantelamento, a perseguição e a repressão de organizações e líderes combativos. O movimento sindical mantinha uma atuação voltada para o tema da previdência social, assumindo funções do Estado. Esse imobilismo e o aparelhamento dos sindicatos muito lentamente começaram a se ramificar em dois polos de resistência. O polo encabeçado pelo setor progressista da Igreja Católica orientava-se pela Teologia da Libertação (TdL), atuando através da “Operação Esperança” e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. A primeira foi fundada por Dom Hélder Câmara, e as outras por militantes de esquerda egressos da ação clandestina, e esfacelados como partidos ou organizações (KOURY, 2010). Com as organizações clandestinas em fase de intensa desarticulação, o trabalho de mobilização e resistência entre os trabalhadores rurais coube aos setores mais progressistas da Igreja Católica. Esse trabalho

---

<sup>69</sup> “Clandestinos”, segundo terminologia de Lygia Sigaud, são os trabalhadores não registrados. Em geral, são recrutados para intensas jornadas de trabalho por agentes de mão de obra nas chamadas “pontas de rua” ou favelas da região.

teve início alguns anos antes e aprofundou-se com o processo de ruptura da Igreja com o Estado brasileiro após 1968.

Com as dificuldades de representação vividas na época pelo movimento sindical, o trabalho pastoral no campo foi se espalhando à margem da representação sindical. De acordo com Koury (2010), formaram-se comissões independentes do movimento sindical, debatendo temas como a necessidade de organizar a resistência. Os limites estruturais do sindicalismo e a formação de lideranças davam a tônica da ação de grande parte dos segmentos organizados e atuantes no meio rural de Pernambuco, ligados à Igreja Católica (KOURY, 2010). Foi nesse contexto que o trabalho das pastorais inaugurou novos instrumentos para aproximar e formar os trabalhadores rurais, como a Animação dos Cristãos para o Meio Rural – ACR.

O MST, assim como ACR, projetava suas lideranças locais através do trabalho de base. A diferença fundamental entre a ACR e o MST localizava-se no método adotado por cada uma das instituições. A ACR seguia a apropriação do método “Ver, Julgar e Agir”, o qual previa a tomada de consciência do trabalhador a partir de suas próprias reflexões. Esse modelo é criticado por Jaime Amorim:

*O método da Igreja na época era o método de ver, julgar e agir. Nessa ideia de que o militante da Igreja nunca tem que definir pelo povo. Ele tem que fazer com que o povo enxergue a realidade. Compreenda a realidade, e julgue. Essa realidade eu não tenho que julgar por tu é o povo que tem que fazer o julgamento e esperar o momento em que o povo assuma a consciência pra ele tomar a decisão. Então esse é o método "ver, julgar e agir". Que é um método bom, no entanto, isso tem um tempo de maturação. Bom, o Movimento não podia ter esse tempo de maturação, de tu ir pra luta, reunir, fazer pequenos encontros, fazer cartilha, até que o povo se descubra como, é...primeiro como um explorado. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

O MST adotou ações de enfrentamento às instituições, aos poderes locais e à propriedade privada, entrando em choque com as posições e práticas das pastorais. Segundo Jaime, o trabalho formativo do MST, através de cursos e reuniões, deveria fornecer elementos suficientes para que o trabalhador rompesse com a subserviência e adquirisse consciência da sua condição de explorado. A partir desse primeiro contato, iniciaria-se um processo de questionamento das estruturas sociais, dosado pela vivência nas ocupações e acampamentos. A adoção da teoria marxista por parte de militantes do MST, em detrimento da formação humanística e cristã, também foi outro empecilho para a ação conjunta.

A ACR realizava um conjunto de críticas aos sindicatos, então responsáveis pelo imobilismo e conformismo dos trabalhadores e por permitir a presença de interventores e dos chamados “pelegos”. No entanto, para a ACR a ação no interior das pastorais deveria ser

prioritária. O compromisso pastoral se sobrepunha aos compromissos sindicais. Ou seja, a ACR acreditava que a atuação consequente estava nas esferas da Igreja, e que essa asseguraria a “pureza” nos sindicatos. No plano prático, a ACR não se dispunha a assumir o sindicato, optando por ocupar sempre um local de oposição. O foco, segundo Koury (2010), recaía no indivíduo e na sua transformação pessoal através da evangelização. A partir de 1974, sobraram poucas opções para os militantes da ACR: ou ingressaram nas oposições sindicais ou aderiram ao setor mais tradicional da Igreja (KOURY, 2010).

A literatura reforça a tese do burocratismo e do caráter assistencialista dos sindicatos. Atomizados, eles se tornaram corresponsáveis do Estado na execução dos serviços de previdência e assistência médica e odontológica. O dirigente sindical desse período geralmente é descrito como responsável por não representar os interesses dos trabalhadores ou por desencorajá-los na busca dos mecanismos de acesso à justiça, ou de conciliar os interesses entre capital e trabalho. A fala de Jaime demonstra a leitura do MST no período:

*No período dos anos 70, na retomada das lutas sociais, aqui no Nordeste, os camponeses, a maioria estava filiada aos sindicatos, na época, considerados como sindicatos “pelegos”, que era uma estrutura oficial dos governos da ditadura e alguns que tinham uma perspectiva maior acabaram se constituindo próximo da ONGs, que eram novidade na época. Havia uma tendência óbvia do Movimento no Nordeste se transformar em um movimento apoio, movimento de solidariedade e um movimento de ajuda aos camponeses. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Conforme observamos no depoimento de Jaime, existia a preocupação em assegurar um perfil de movimento social, incompatível e/ou insuficiente se comparado com a atuação das ONGs. A preocupação em garantir o padrão de militância, baseado no modelo de ocupações e acampamentos, justificou o envio dos militantes sulistas para o Nordeste. Diferentemente da Bahia, o processo de implantação do MST em Pernambuco contou com um conjunto de resistências. Se compararmos aos demais estados nordestinos, a presença do MST em Pernambuco somente irá se consolidar na segunda metade dos anos 1990. O principal embate foi realizado com um grupo político denominado Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), coordenado por RM. Não chegando a um consenso sobre a unificação das ações, passou a existir dois MSTs no estado de Pernambuco, um de caráter estadual (MST-PE) e outro nacional (MST), demonstrando a fragilidade do Movimento nascente. As divergências giravam em torno da concepção do Movimento, do formato de recrutamento e da operacionalização das ocupações.

*Aqui em Pernambuco se deu diferente. Aqui tinha um grupo que foi pro Congresso e voltou nessa ideia de fazer um movimento de massa. Que era o grupo, na época, era chamado de PCBR (Partido Comunista Revolucionário Brasileiro), que hoje se identificam como MLST [...] e esse pessoal veio pra construir o Movimento aqui, fizeram até a primeira ocupação, eles fizeram uma ocupação aqui. E... isso foi em 86 ainda, a ocupação, deve ter sido no mês de novembro, outubro de 86. Eles fizeram a ocupação aqui no Agreste, bem próximo daqui, no município de Pedra, na fazenda chamada "Fazenda Caldeirão" e transformaram essa fazenda Caldeirão numa ocupação de militante [...]. E, tomaram uma decisão de fazer a recuperação financeira pra construir o Movimento... foi quando eles fizeram esse grupo que era o grupo do MST, chamado de MST-PE, portanto eles não se identificaram como MST nacional. Eles criaram o MST deles aqui. Chamava MST-PE. Isso foi durante... bom, eu creio que até 94, por aí... ainda eles se identificavam como MST-PE. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Pelo depoimento, observamos que a divergência entre os dois grupos, MST-PE e MST-Nacional, também gravitava em torno do formato e da visibilidade que os partidos políticos, no caso o PCBR, adquiriram na condução das ocupações de terra. O MST, com muita tenacidade, vinha construindo a sua autonomia política e econômica, buscando se diferenciar de grupos e práticas que retirassem o protagonismo dos camponeses. Para o MST, os camponeses é que deveriam ocupar a cena política; e não os militantes. Nesses termos, no plano prático e discursivo não era interessante para o MST funcionar como “correia de transmissão” do PCBR.

Outra dificuldade para a instalação e consequente expansão do MST em Pernambuco resultou de uma avaliação equivocada da dinâmica do campesinato nas regiões do Agreste, do Sertão Pernambucano e da Zona da Mata. O MST, da mesma forma que a ACR, apostava suas fichas na região da Zona da Mata, pois acreditava que, diante da precariedade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de engenho, a adesão ao Movimento seria facilitada. Resultou, pois, que a herança do engenho, o distanciamento de uma cultura camponesa e a necessidade de retorno financeiro imediato contribuíram para as resistências ao MST e a sua proposta de organização da produção, dificultando a incorporação de camponeses às suas fileiras. O MST seguia bastante isolado na região e com poucos canais de interlocução até 1992. Diferentemente de outros estados, praticamente não conseguiu estabelecer ações conjuntas com a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE) e demais entidades.

Já os sindicalistas de Pernambuco foram adquirindo representatividade desde 1962 (quando ocorre a liberação da sindicalização rural), e possuíram o monopólio até a década de 90. Para a FETAPE, as ações realizadas pelo MST eram consideradas ilegais e se distanciavam da tradição organizativa da federação. Apoiar ações do MST, ou mesmo de sindicatos que apoiavam as ocupações do MST, não representava a adoção dos seus métodos



de trabalho; pelo contrário, ela mantinha uma separação entre os trabalhadores rurais (empregados) e os sem-terra (ROSA, 2007). Os eventuais apoios ocorriam por iniciativa de alguns sindicalistas, e não expressavam a posição da federação. O depoimento de Jaime Amorim corrobora com as considerações de Rosa (2007). “A FETAPE tinha o medo que a gente fosse atrair a violência. Que eles que tinham história. Viam-nos como intrusos. Como alguém que estava disputando o espaço deles”. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

O principal ponto, segundo Rosa (2010, p. 471), “[...] seria o caráter ilegal das ocupações que afrontava a tradição daquela federação que sempre teria agido dentro de marcos legais”. Agir de outra forma implicava romper com a história da entidade e com a política de assistência social, subvencionada pelo Estado. A FETAPE atuava no âmbito institucional e orientava seus associados a acionarem a justiça em caso de algum conflito, portanto as ocupações de terra não faziam parte do seu repertório de ações.

De acordo com Wolford (2010), os lavradores que integravam o MST no Sul do país geralmente possuíam terras. Seu ingresso no MST deu-se porque havia sobrado pouca terra para que eles pudessem adquirir ou migrar (WOLFORD, 2010). Diante desse quadro, o governo apostou na colonização de áreas no Norte e no Centro-Oeste, as quais não correspondem aos anseios dos agricultores sulistas, dispostos em manter seu estilo de vida, conforme já tratamos. Esse registro é importante para levarmos em consideração que os camponeses do Nordeste, em especial da Zona da Mata Pernambucana, possuíam uma “memória social” da utilização da terra diferente daquela dos pequenos lavradores do Sul do Brasil. Portanto, para os trabalhadores rurais da Mata Pernambucana, instalar-se em um engenho por meio da ocupação, sem a autorização do dono, para obter para si uma parcela das terras desapropriadas dos patrões, não fazia parte do horizonte das possibilidades. De acordo com Sigaud, “os trabalhadores só se instalavam em um engenho após terem sido aceitos para prestar serviços e se estabeleciam em locais designados pelo patrão e seus prepostos” (SIGAUD, 2010, p. 244).

Durante a preparação para uma ocupação, Jaime relata a aposta que fez com um trabalhador local, do interior de Pernambuco. O trabalhador acreditava que as ocupações de terra não iam ter a adesão das comunidades camponesas. Seus principais argumentos eram que no Nordeste “ninguém nunca fez reunião”, “lá o povo é direita”, “o povo é religioso”, apresentando inúmeros empecilhos para não realizar a convocatória de casa em casa. Disposto a mostrar o equívoco do trabalhador e, evidentemente, a aumentar seu prestígio diante do êxito da ocupação, Jaime decidiu tocar o trabalho de base.

*Nós fizemos uma reunião no município e eles ficaram de ir para comunidade e esperar nós. Quando chegamos lá, não o encontramos [o referido trabalhador]. Ele estava na roça. Fizemos o contato porta a porta. Achamos um clube, que tinha uma pessoa do PT, da Igreja. Amanhã às sete horas no clube. E saímos na comunidade inteirinha, convidando. Quando foi uma noite, ele veio à cavalo ao nosso encontro: “Rapaz, não deu certo não. Eu tentei aqui, mas não deu. Aqui é muito ruim. O povo é reacionário” [fala do trabalhador local]. Ele queria apostar que não dava trinta pessoas e eu apostava que daria 150. Fechamos a aposta em noventa pessoas. Aposta simples. Ele não veio para o trabalho de base e a reunião ia ser no outro dia. Ninguém apostava e a gente foi fazer sozinho. Cadastramos 190 chefes de família. E depois não conseguimos mais cadastrar porque não tinha mais papel, mais caneta. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013, grifos nossos)*

Como podemos observar, Jaime estava decidido a realizar essa ocupação, independente da adesão massiva dos camponeses e do grau de apoio das demais entidades. Em nossa avaliação, tratava-se, por um lado, da necessidade de apresentar resultados concretos, com objetivo de modificar a mentalidade da população, resultando em um número maior de incorporações ao MST; e, por outro, colocar em prática o centralismo democrático. Existia uma resolução nacional a se cumprir e uma forte expectativa sobre a figura do militante, fazendo com que ele compreendesse que a execução de determinada tarefa representava um avanço na construção do Movimento, que, no plano prático, representara mais um pilar na construção da nova sociedade e no aumento do nível de consciência dos trabalhadores. Como se tratava de uma forma de luta nova no cenário nordestino, com um alto grau de radicalidade, demandava o convencimento e a apresentação de exemplos concretos.

O relato apresentado é elucidativo, pois demonstra o grau de comprometimento e de dedicação do militante, ao mesmo tempo em que é problemático quando se pretende traçar comparativos a respeito dos níveis de participação e dedicação dos integrantes do MST, pois estamos lidando com camponeses com origens distintas e graus de formação política diferenciados. Trata-se, por um lado, de militantes profissionais (com práticas similares às de militantes organizados em partidos marxistas-leninistas) e, na outra ponta, de camponeses iniciando sua trajetória organizativa em um movimento social.

Como todo processo de negociação, envolve um conjunto de tensões, disputas e contradições. Para Wolford (2010), apesar do acesso à terra possuir inúmeras representações, como estabilidade, status social e relativo sentimento de segurança, os trabalhadores não compreendiam a terra como um “direito”. Por isso a incredulidade, a desconfiança e o nervosismo diante da proposta de ocupar terra que, tecnicamente, pertencia à outra pessoa. Essa leitura deixava os militantes migrantes na eminência de apresentar resultados imediatos.

Eles acreditavam que conquistando a terra, materializando, assim, o resultado da ação, os camponeses se convenceriam e mais rapidamente se incorporariam às ocupações de terra.

Somente no ano de 1992 é que foi realizada uma atividade conjunta do MST com representantes dos sindicatos rurais. A ocupação do Engenho Camaçari, no município de Rio Formoso, no ano de 1992, foi produto dessa cooperação e é vista até hoje como um marco inaugural: “Tudo começou em Camaçari, costumam dizer com frequência as lideranças e os trabalhadores que participaram desta e das ocupações subsequentes” (SIGAUD, 2005, p. 243). Essa articulação, segundo Sigaud (2005), parecia improvável, assim como o método de ocupações de terras e engenhos. Na prática, o MST contou com o apoio dos sindicatos: “Os sindicalistas colaboraram com seus quadros, com os contatos entre os trabalhadores e com a infra-estrutura de que dispunham, sobretudo as instalações sindicais” (ROSA, 2004, p. 77); enquanto que, da sua parte, o MST “[...] logrou recrutar jovens e, em pouco tempo, montou uma rede de militantes que passou a atuar na área a serviço do movimento e de suas ocupações (SIGAUD, 2005, p. 262).

O quadro abaixo demonstra o aumento do número de ocupações, principalmente após a unificação das pautas e associação da FETAPE à forma de luta – ocupação.

**Quadro 2** - Ocupação e assentamento de famílias em Pernambuco (1989-1997)

<b>Ano</b>	<b>Número de ocupações</b>	<b>Número de famílias nas ocupações</b>	<b>Número de Assentamentos</b>	<b>Número de famílias assentadas</b>
<b>1989</b>	03	500	-	-
<b>1990</b>	05	300	2	42
<b>1991</b>	03	400	5	205
<b>1992</b>	09	1.250	1	135
<b>1993</b>	12	2.000	4	550
<b>1994</b>	15	2.500	5	720
<b>1995</b>	19	4.500	7	744
<b>1996</b>	35	3.500	17	1320
<b>1997</b>	51	8.500	16	1700

Fonte: MST-PE (2003)<sup>70</sup>

Progressivamente, começou-se a exigir da FETAPE a adoção da ocupação de terras entre seus métodos de atuação, o que forneceu um grande impulso para as ocupações a partir de 1995. Entre 1995 e 1999, Pernambuco tornou-se o primeiro estado em número de ocupações: 308 de um total de 1855, e um total de 35 mil famílias de um universo de 256 mil

<sup>70</sup> Cf. WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: Identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

(SIGAUD et al., 2006). Ainda no ano de 1995, o MST foi reconhecido como representante dos trabalhadores rurais; até então, todas as negociações demandavam a presença de representantes da FETAPE ou de outra entidade.

#### 4.4 A MILITÂNCIA DA JOVEM FÁTIMA NAS AÇÕES JUNTO AOS CAMPONESES CEARENSES

Alguns militantes ligados à CPT-CE e aos sindicatos rurais dos municípios cearenses organizaram um ônibus para a participação no I Encontro Nacional do MST, ocorrido de 24 a 27 de janeiro de 1984, no município de Cascavel, Paraná. Estiveram presentes as religiosas Teresa e Cleide e a liderança local, D. Maria Lima. Embora os camponeses e religiosos do Ceará participassem desde o primeiro momento da criação do MST, suas atividades, efetivamente, levaram aproximadamente cinco anos para se iniciarem. Somente a partir do ano de 1989 a Direção Nacional do MST deslocou uma militante do Sudeste para estruturar o MST a partir da forma de luta de ocupações. Este hiato, de 1985 a 1989, não é resultado de um desinteresse do MST pela região, mas resultado das próprias debilidades organizativas. No ano de 1989, melhor estruturado nos estados do Sul e Sudeste, o MST definiu a região Nordeste como área estratégica para o processo de territorialização do Movimento.

Antes de abordarmos a primeira ocupação de terra no Ceará, dentro da perspectiva adotada neste trabalho, queremos tratar do momento anterior, ou seja, dos contatos, articulações, expectativas, prognósticos e discussões prévios à efetiva ocupação de terra. Como já mencionado, uma militante não vinculada à estrutura organizativa do MST realizava um trabalho formativo anterior à chegada dos militantes orgânicos na região, entre os anos de 1985 a 1988, com o uso de material confeccionado pelo próprio MST. O depoimento de Fátima contribui para elucidar esse quadro:

*Então essa companheira fazia todo o trabalho de formação independente do MST. Então, esses trabalhadores começam a falar com o Movimento em nível nacional, que tinha uma necessidade. Em 1988, dois companheiros foram para o CE reconhecer, conhecer e tal. Nesse período decide quem melhor se adequaria lá na realidade. Aí me convidaram para ir para o Ceará, e quando eu fui para lá em 1989. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

Existia uma expectativa dos dois lados: por parte dos simpatizantes, que apostavam no envio de militantes para obter melhores resultados na distribuição de terras, inspirados ou motivados pelos relatos das conquistas sulistas; e, obviamente, por parte dos militantes

migrantes, que chegavam a um novo contexto com a tarefa de radicalizar as formas de luta, recrutar militantes e dar visibilidade ao MST. Averiguamos que antes do envio formal de Fátima, dois militantes foram encaminhados para fazer uma sondagem, estabelecer contatos e definir quais os locais estratégicos para se iniciar o trabalho de base. Inicialmente, J.R. deveria ir, mas ele e a própria direção do Movimento avaliaram que ele não tinha o perfil necessário para viver no sertão. Ou seja, que não comportava as características necessárias, como flexibilidade e adaptabilidade, para a tarefa. A partir desse diagnóstico definiu-se qual militante reunia as características para migrar. A militante deslocada para o Ceará foi Fátima Ribeiro, na ocasião com aproximadamente dezenove anos.

A trajetória política de Fátima teve início no estado do Espírito Santo (ES), onde atuou inicialmente no movimento sindical, em seguida militou na Pastoral da Terra. Sua família trabalhava como parceira no interior de uma fazenda por mais de trinta anos. Depois de uma desavença entre seu pai e o fazendeiro, com relação ao pagamento da parte devida, sua família foi expulsa da fazenda e os roçados foram destruídos. Alguns meses depois, seu pai foi agredido pelas costas. Fátima não destaca o papel dessa experiência na sua opção pela militância, mas percebemos através do seu olhar e no tom da sua voz que essa passagem é parte constitutiva da sua formação e do seu espírito contestador. A edição do Jornal Sem Terra traz uma entrevista com Fátima que, entre outras questões, aborda a violência sofrida pelo pai no Espírito Santo, 25 anos antes da realizada por nós. *“Meu pai trabalhou 45 anos para o fazendeiro, quando ficou mais idoso, mandaram-no embora. Como entramos na justiça, o fazendeiro deu uma paulada na cabeça do meu pai; ficou hospitalizado grave. Isso em 1986”* (TERRA, 1989d, p. 17).

Em seguida, a entrevistada relata sua chegada ao Ceará. Chegou à rodoviária de Fortaleza com fome e sem dinheiro, para começar o trabalho de articulação (inicialmente) no município de Quixadá. Sem conhecer ninguém, no início ficava na dependência dos dirigentes sindicais para o agendamento das reuniões de base, mas segundo as suas palavras: *“[...] as coisas não saíam, meio que estavam amarradas”*. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Na edição do Jornal Sem Terra n. 81 (mar. 1989), Fátima apresenta uma primeira leitura do Ceará. Afirma que os conflitos de terra, na sua maioria, envolvem os meeiros que estão na região há trinta, quarenta anos, os quais possuem plantação e animais, e querem permanecer na área. O trabalho do MST, segundo a dirigente, seria o de incorporar estas lutas parciais para que pudessem romper com o isolamento. O quadro descrito por Fátima é

desolador, sobretudo, nos municípios de Quixadá, Quixeramobim e Madalena. Nesta ocasião, existiam 35 assentamentos no estado do Ceará. De acordo com Fátima:

Cerca de 15 deles vão se integrar ao Movimento. A organização interna deles é uma coordenadoria administrativa, que faz as assembleias dos assentados. O trabalho é coletivo. Para a produção a grande dificuldade é a seca. Esse ano ainda não tem chovido. (TERRA, 1989b)

A nota publicada no Jornal Sem Terra (além de relatar o problema da seca e as consequências para a produção) fornece-nos elementos importantes sobre o trabalho desenvolvido por Fátima, suas expectativas e seu olhar sobre os sem-terra do Ceará. Fátima acabara de chegar e já previa a adesão de aproximadamente 40% dos assentados. Percebemos através do relato acima que a integração ainda é pequena entre a militante e os camponeses locais, pois são descritos por ela como portadores da organização “deles”, colocando-se, assim, fora da composição daquele coletivo.

Diante do quadro (dificuldades de articulação com as lideranças já constituídas e poucos canais de acesso aos camponeses), ela mesma optou por estabelecer os contatos com os trabalhadores nos pontos de ônibus (local onde se pegava o pau de arara), fazendo com que as reuniões passassem a ocorrer com maior periodicidade.

*O negócio é ir diretamente procurar o povo. Como lá tinha muito esse negócio de praça, e alguns locais para pegar o pau de arara. Eu ia e ficava conversando com um e com outro. A única alternativa de eu fazer alguma coisa. Aí foi nesse ponto de ônibus eu conheci um senhor, A. C., aí eu já fui para outro assentamento. No assentamento Monte Castelo. Nesse assentamento, começamos montar a divisão de trabalho para fazer outros trabalhos de base. Ali em Quixadá já ficou resolvido, a partir do ponto de ônibus eu marcava as reuniões. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

A adoção dessa prática permitiu que a militante conhecesse a realidade, os costumes, os locais de trabalho e de moradia dos trabalhadores, permitindo uma inserção “tranquila” no universo sertanejo. Através do depoimento de Fátima, identificamos a importância de se construir uma rede de contatos, nesse caso, resultado da sua disposição, ousadia e perspicácia. A partir desse contato inicial, com o senhor A.C, foi possível estabelecer novos contatos e a criação de uma metodologia de trabalho.

Mello (2010), em “A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1980 no Ceará”, “recupera” o quadro imediatamente anterior à chegada dos militantes. De acordo com o autor, os olhares dos camponeses alternavam entre a desconfiança e o sentimento de colaboração e unidade no momento anterior à formalização do MST. Sobre esse aspecto,

Fátima insinua que as suas características pessoais contribuíram para amenizar o “choque de cultura”. Ela teria chegado “*de forma humilde*” e “*sem atravessamento*” nas comunidades sertanejas.

A dissertação “A experiência organizacional dos trabalhadores rurais no município do Crato – CE (1960-1970)”, de João Paulo Fernandes da Silva (2010), discute a participação da ação pastoral da Igreja na organização dos trabalhadores rurais do interior do Ceará, especificamente na cidade de Crato. A intenção do autor é acompanhar as trajetórias para além das mediações da Igreja e do sindicato. Seu objetivo é dar voz ao trabalhador rural, que praticamente não aparece na documentação disponível na Diocese de Crato. Pretende, portanto, relativizar a importância da Igreja nestas lutas sociais, ao passo que desconstrói a visão de um trabalhador automatizado e inerte, então expresso no discurso da Igreja. No processo de estruturação do MST, a Igreja perdeu parte da sua base, pois muitos militantes aderiram à tática proposta pelo MST, participando, assim, efetivamente das ocupações.

De acordo com Fátima, o trabalho via Pastoral da Juventude (PJ) foi decisivo para a formação de novas lideranças e expansão do MST; no entanto, a Igreja começou a avaliar que a situação escapava do seu controle. “*Depois, a CPT começou a falar: esse negócio tá indo longe demais*” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Ou seja, que o crescimento do MST possuía características diferentes e conflitantes com os seus interesses, passando então a apresentar resistência às ocupações de terras. A Igreja defendia a tese da “não adesão” dos trabalhadores, pois acreditava que eles possuíam uma tradição diferenciada de luta, e que não ingressariam nas ações promovidas pelo MST. Uma reunião, inclusive, foi convocada pela CPT para que Fátima declinasse da posição em favor das ocupações de terra. De forma enfática, ela manteve a defesa das ocupações de terras, desafiando as religiosas a “esperarem” para ver os resultados.

*Aí as irmãs me convidaram, juntaram um monte de histórias e me colocaram numa rodinha, que era para eu parar com essa história, que elas estavam ali há 60 anos e que o povo não ia para ocupação. Aí eu ouvi tudo, bastante as pessoas. Aí comecei a falar o trabalho que estava fazendo, que as pessoas estavam muito esperançosas, e que este trabalho que estavam colocando fé e que elas iam para ocupar. Isso eu afirmava. Depois deu outras rodadas, aí eu disse que nós não íamos desistir.* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Outro elemento atribuído à resistência na realização das ocupações de terra foi a existência de vínculos sindicais. Os trabalhadores preferiam atuar pela via institucional, sem um confronto direto com as elites agrárias. Segundo falas dos militantes migrantes, as Federações de Trabalhadores da Agricultura, a exemplo da FETRAECE, teriam “*dificultado*”

a instalação e o trabalho de alguns quadros no Nordeste. No caso do Ceará, a FETRAECE era a principal interlocutora com o Estado. As informações são contraditórias e nos colocam a desafiante tarefa de compreender as disputas internas e externas nessa primeira fase de estruturação do MST no Ceará.

No primeiro momento, por exemplo, o MST contou com o apoio institucional e político da FETRAECE; mantinham e (ainda hoje) mantêm pautas conjuntas. Porém, à medida que o MST começou a se apresentar como uma alternativa organizativa real, algumas lideranças sindicais começaram a se preocupar com a influência nas suas bases de apoio, sobretudo na região de Crateús. O MST passou a questionar algumas propostas da FETRAECE, como por exemplo, a luta pela ampliação da “Frente de Emergência”, partindo para um enfrentamento direto e mais radical com o governo do estado, e exigindo reforma agrária, crédito e assistência técnica para os assentados.

Segundo Fátima, os trabalhadores começaram a “[...] seguir as lideranças que falavam e concretizavam as ações”, referindo-se ao caráter pacífico e, por vezes, reformista das entidades de classe. Questionada sobre a resistência dos camponeses à presença dos militantes externos e sobre o grau de adesão dos camponeses, ela própria se surpreende com os resultados: “*Os sem-terra eram só animação*”, diante da possibilidade de possuir um lote para si. A adesão dos camponeses foi considerada alta, e muitas ocupações foram realizadas nos dois primeiros anos após a chegada do MST. A própria militante chama atenção para os níveis de participação e sobre o seu papel no convencimento político dos camponeses: “*Como pode acreditar numa menininha?*” Na ocasião, ela contava com aproximadamente dezenove anos de idade.

Através da narrativa de Fátima, podemos supor que os sindicalistas não projetavam ou não tinham ideia do alcance, do crescimento e das ações do MST no cenário cearense. Ou seja, verbalizavam o apoio ao MST para o deslocamento de militantes e a realização de reuniões, mas seguiam atuando dentro do seu ritmo, sem empreender esforços para viabilizar as condições de militância para o MST. Atentando-se para isso, Fátima impôs um ritmo de trabalho distinto, o chamado “corpo a corpo” ou “trabalho de formiguinha”. Ela começou a construir os próprios espaços de atuação, conforme já mencionamos.

As lideranças sindicais, por sua vez, argumentavam que os “*trabalhadores (locais) não iriam participar das ocupações no INCRA*”, que “*os sertanejos aqui não estão acostumados a fazer marchas e que não aguentariam ir a pé*”. Aqui, novamente, fica evidente o choque entre os costumes locais e a proposta do MST. As lideranças já constituídas não apostavam na utilização de novos métodos e defendiam a tese de um “imobilismo”, de uma



“acomodação” entre os trabalhadores, como no episódio ocorrido em Pernambuco, quando Jaime Amorim realizou uma aposta com um trabalhador local sobre o número total de participantes em uma primeira reunião do MST, para organização de uma ocupação de terra. O trabalhador, desacreditado com o real envolvimento dos nordestinos, contava que a participação seria inexpressiva. A mesma lógica foi aplicada às ações (marchas e ocupações) propostas pelo MST no Ceará. Apesar da descrença dos grupos já constituídos e mesmo de alguns camponeses, várias marchas, ocupações e acampamentos foram organizados no estado.

A primeira ocupação de terras dirigida pelo MST no Ceará ocorreu em 25 de maio 1989, com 450 famílias, na propriedade chamada de Fazenda Reunidas São Joaquim S/A – Agricultura e Comércio, abrangendo uma área de 22.992 ha., distribuída por três municípios: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. O Jornal Sem Terra n. 84, de jun. 1989, divulga essa primeira ocupação, com o título "Reforma só na marra". Além da terra, os trabalhadores reivindicaram o desarmamento dos pistoleiros, alterações no PNRA e recursos para a reforma agrária.

Em julho do mesmo ano, o Jornal Sem Terra discute a organização do trabalho coletivo após uma semana de estudos na Fazenda São Joaquim, então ocupada desde maio. Segundo o jornal, ao final, trezentas famílias optaram pelo trabalho coletivo e pela organização de cinco agrovilas, distribuídas nos dezesseis mil hectares exigidos (TERRA, 1989e, p. 7). Dentre os critérios exigidos para o trabalho coletivo, destacou-se que os grupos deveriam possuir muitos membros, planejar e diversificar a produção, adotar o uso de máquinas de tecnologia e industrializar os produtos. Primeiramente, deveria se definir o número de famílias que comporiam o grupo; em seguida, realizar um levantamento das pessoas aptas a trabalharem, organizar um plano de produção (pequeno, médio e longo prazo), definir o tamanho da área a ser plantada, quantos dias por semana seriam dedicados ao trabalho coletivo, organizar comissões de trabalho, discutir as necessidades, a moradia, os critérios para a roça individual (se fosse o caso), elaborar um regimento interno, e manter um calendário de reuniões e avaliações (Ibid.). Nesse sentido, é possível afirmar que a chegada dos militantes migrantes fomentou novas formas de organizar a produção entre os trabalhadores rurais sem-terra no Ceará.

No processo de expansão do MST no Ceará, observaram-se resistências e boicotes à nova organização por parte de alguns sindicatos, setores da Igreja e de algumas lideranças. Ou seja, não existia uma deliberação geral de isolamento e hostilidade ao MST, sendo variável o nível de rejeição de região para região, de indivíduo para indivíduo. Por outro lado, Fátima afirma no Jornal Sem Terra que algumas conquistas do MST resultaram do apoio dos

sindicatos e demais entidades, do ponto de vista financeiro, propagandístico e humano. Durante a primeira ocupação, ela descreve um pouco dessa relação:

Os sindicatos de trabalhadores rurais apoiaram ativamente, foram às audiências, pressionaram, escreveram para as autoridades, campanhas de alimentos, lonas. Sem a ajuda dos pequenos proprietários também não teríamos conseguido a vitória; eles participam dos sindicatos, muitos estão no MST (TERRA, 1989d, p. 17).

Sobre as acusações de estranhamento quanto à presença de Fátima no Ceará, ela afirma que somente o percebeu no relacionamento com as lideranças e não no trato com os trabalhadores. As resistências às novas formas de mobilização teriam ocorrido principalmente por parte das entidades, as quais demonstravam preocupação com a perda de legitimidade, dado o sentimento de insatisfação dos sem-terra com as práticas negociadas dos sindicatos, ainda voltadas para a política de assistência social. Por outro lado, identificamos na leitura do *Jornal Sem Terra* (seção Ceará) e na dissertação de Mello (2011), em alguns depoimentos, um tom apreensivo e receoso sobre os eventuais êxitos do movimento nascente. Para Fátima, o que houve foram limitações do próprio Movimento, de compreensão política, de alcance e método de trabalho.

Contrariando a afirmação de Fátima quanto à inexistência de lideranças, constatamos diferentes níveis de decisão e de militância, de acordo com suas especializações. É comum, nos relatos dos camponeses locais, o desconhecimento do local, dia e horário das ocupações de terra, entre outras decisões. A própria Fátima é apresentada no *Jornal Sem Terra* como principal liderança no estado do Ceará por muitos anos, no quadro ou seção chamada “Lideranças”, deixando evidente sua posição de destaque na organização. Cabe a ela analisar o cenário e as possibilidades de ação dos sem-terra no estado, bem como descrever os desdobramentos das escolhas para os órgãos de direção do Movimento, promover e articular ações conjuntas com outras entidades e representar os sem-terra junto ao Estado e demais instituições.

Nacionalmente, o INCRA organizava a distribuição dos imóveis a partir do parcelamento dos lotes. No caso do Ceará, devido à distribuição/concentração dos recursos hídricos e naturais, esse formato tornava-se extremamente excludente. O ideal seria que os recursos fossem utilizados de forma coletiva, do contrário ficariam restritos a algumas poucas propriedades/famílias. De acordo com a entrevistada, as famílias começaram a se organizar contra o parcelamento, porque esse formato comprometia a organização da produção. Para conseguir a organização dos imóveis/assentamentos em “agrovilas”, realizou-se um conjunto

de pressões dos sem-terra e assentados, encabeçadas pelo MST. Organizaram-se caminhadas, marchas e ocupações, inclusive na sede do INCRA, exigindo a saída do superintendente, Airton Bezerra.

*As famílias começaram a chiar. Nós temos que se organizar e ir contra o parcelamento. Foi feita uma caminhada de Madalena a Fortaleza e uma das reivindicações era contra o parcelamento e a saída de Airton Bezerra, que era o superintendente do INCRA, que mais pressionava para parcelar. Para garantir o não parcelamento, foi luta [...] Ele saiu fora humilhado. Foi muito bonita, toda uma simbologia, empossamos um assentado. Foi uma luta, não foi porque o INCRA achou bonito. Foi dois, três anos de muita peleja. Foi feito, no início, o empossamento do S. P. Chamamos imprensa e tudo. No dia que ele foi exonerado foi feita toda uma corrente. Ele desceu da escadaria. Ele ficou de cabeça baixa e foi embora, mas foi muito bonito. Foi nesse sentido, de muita luta, muita organização para poder manter a forma que não se divide a terra, que a terra tem que ser um bem comum, todo mundo pode se apropriar dos recursos dela, de forma organizada. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

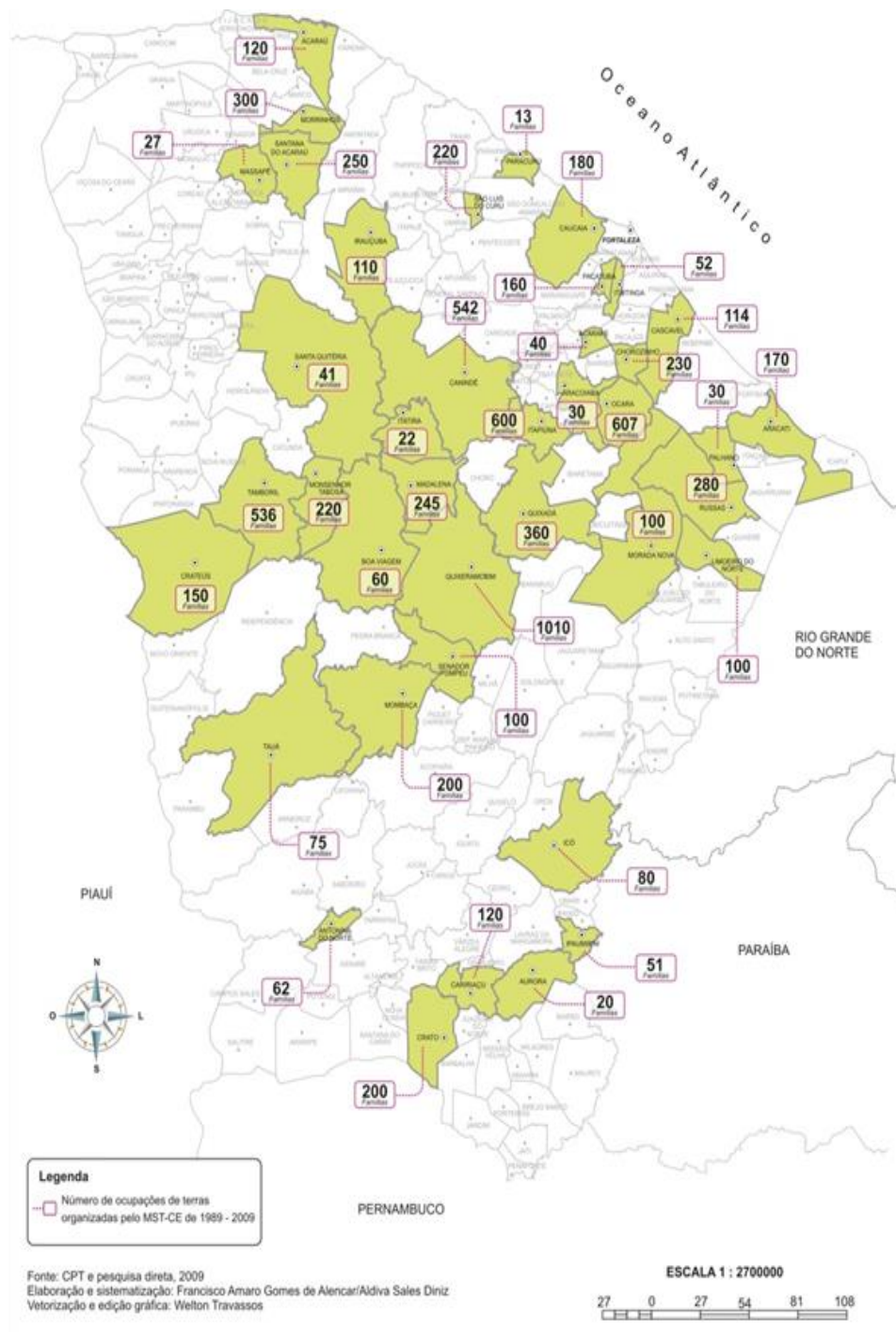
As atividades descritas por Fátima inicialmente não faziam parte do repertório de ação dos sem-terra e camponeses da região. Na medida em que resultaram em conquistas, foram sendo incorporadas, contribuindo para o empoderamento dos trabalhadores e a visibilidade do MST. Segundo Fátima, após o saldo positivo das primeiras ocupações, foi necessário criar instrumentos para viabilizar e organizar a produção; e, ao mesmo tempo, assegurar os espaços de democracia no interior dos assentamentos.

*Daí para lá ninguém mais segurou os sem-terra. Só foi multiplicação de gente. Aí a estrutura fundiária foi alterada também, porque muitas ocupações, muitas áreas saindo, muitos assentamentos. Aí nesse momento, que houve uma necessidade muito grande, nos anos 90, de o movimento repensar. Que não bastava somente ocupar era necessário dar uma olhada nos assentamentos. Aí nesse período começou a fazer o trabalho nos assentamentos, e também o trabalho da estrutura organizativa do MST. Aí cria as comissões, tirar representantes, formar a coordenação estadual e a direção estadual do MST. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

No mesmo ano da sua chegada (1989), mais três militantes foram encaminhadas para os municípios de Quixeramobim, Canindé e Quixadá, oportunizando, assim, a liberação de Fátima Ribeiro para acompanhar, assessorar e estabelecer contatos em outras regiões do estado do Ceará.

Abaixo, podemos observar que nos municípios supracitados encontram-se as maiores concentrações de assentamentos.

**Figura 5-** Mapa do Estado do Ceará: Ocupações de terras organizadas pelo MST 1989 – 2009



Fonte: ALENCAR, 2010.

A presença do MST, portanto, inaugurou novas formas reivindicatórias, de mobilização e enfrentamento, contribuindo, assim, para o “afrouxamento” e o esgotamento de relações paternalistas entre os camponeses e as elites agrárias. Segundo Fátima, esse conjunto de ações resultou em mudanças comportamentais: “[...] *mudança cultural realmente, de forma, de linguagem, de atuação, [...] a organização altera*. Não eram mais aquelas

assembleias”. A dinâmica de funcionamento passou a ocorrer através da organização de núcleos de base (por locais de moradia), buscando viabilizar instrumentos de comunicação e democracia direta dos trabalhadores. Nos núcleos discutiam-se os mais variados temas e, depois, as posições dos núcleos eram levadas para as assembleias, em caso de divergências. Isso, segundo Fátima, resultou em outra forma de militância.

Outra alteração resultante da presença do MST foi a mudança dos nomes dos imóveis após a desapropriação pelo INCRA. Em geral, os assentamentos possuíam no cadastro de registro o nome das antigas fazendas. Quando a condução política dos assentamentos foi assumida pelo MST, eles foram “rebatizados” por nomes significativos para a história dos movimentos populares.

A entrevista também apresenta uma crítica ao papel historicamente atribuído às mulheres, destinadas para a realização das tarefas domésticas e/ou vistas como ajudantes de seus pais, maridos ou irmãos, em detrimento de uma participação ativa na política, inclusive na condução dos sindicatos e movimentos sociais. Questionamos sobre as questões de gênero e o eventual machismo na organização. Na ocasião, Fátima afirmou que não, que em nenhum momento havia percebido ou recebido algum tratamento diferenciado pelo fato de ser mulher. Reiteradas vezes buscava colocar em relevo o debate de classe social, a qual fornecia o tom e a orientação da sua atuação. No entanto, na edição do Jornal Sem Terra n. 81, de mar. 1989, ou seja, 22 anos antes da realização da nossa entrevista, Fátima tinha uma posição distinta ao falar que a participação feminina ainda era insuficiente no Movimento.

[...] a mulher trabalha no processo produtivo na questão das pequenas criações. Temos que participar mais das organizações sindicais, do movimento, contribuir, darmos passos para a liberação da classe trabalhadora (TERRA, 1989b, p. 7).

Em entrevista realizada pelo Jornal Sem Terra, Fátima afirma que as mulheres estão presentes em todas as instâncias da organização, destacando a capacidade política da militante. *“À medida que o trabalho é feito, os companheiros acreditam mais. Não importa quem o faça. Nós, mulheres, participamos em todas as equipes. O importante é que se tenha a capacidade de realizar as tarefas. Participamos na base e até no trabalho a nível nacional”* (TERRA, 1989d, p. 17). A resposta de Fátima corrobora com a afirmação de que no cumprimento das tarefas aparentemente não existia uma diferenciação de gênero. Supõe-se que a mesma lógica não se aplica às instâncias de deliberação, por isso a necessidade de se criar mecanismos, como cotas, para assegurar a participação feminina.

João Daniel, membro da Coordenação Nacional do MST, reafirma a posição de Fátima no quadro “Lideranças” do Jornal Sem Terra. O militante destaca a centralidade da classe trabalhadora nas transformações sociais, desencorajando ações que possam segregá-la. *“As companheiras têm clareza de que para se libertar não será com um movimento paralelo, mas, como classe trabalhadora oprimida que precisa ser libertada”* (TERRA, 1989f, p. 6).

No Jornal Sem Terra n. 83, de maio de 1989, o tema é abordado dentro de quatro eixos: História, Organização e Produção, Mulheres e Relações e Militância, como fomento para o desenvolvimento dos assentamentos na Bahia.

A mulher enfrenta uma dominação cultural muito forte. Mesmo que realize funções iguais na roça, é vista como prestadora de serviços; não tem poder de decisão. Desenvolve jornada dupla porque o trabalho da casa não se considera produtivo. A assentada terá que integrar-se em projetos de produção que ela coordene, adquira independência econômica. Nosso desafio é torná-la dirigente das lutas pelas transformações (TERRA, 1989c, p. 12).

Apesar de ações ainda periféricas para as mulheres, como o desenvolvimento de hortas comunitárias, é perceptível que o tema vai ganhando espaço nas instâncias do MST.

Na construção de uma política de equidade de gênero, identificamos dois eixos de ações no MST. Um interno, resultado da organização interna das mulheres, questionando, ocupando e criando novos espaços dentro do movimento social; e o outro motivado por questões externas cuja influência é verificada na adoção de novas políticas e ações no âmbito da questão de gênero, que surgem por um intercâmbio com o movimento feminista e mesmo com instituições de cooperação internacional.

No ano de 1986, ocorre no interior do MST a formação da “Comissão das Mulheres” que, entre outros encaminhamentos, prevê a participação das mulheres em todos os níveis de organização. Dez anos mais tarde (1996) é criado o “Coletivo Nacional de Gênero”, com a finalidade de potencializar o debate interno, elaborando materiais específicos e assegurando a participação das trabalhadoras rurais nos encontros e eventos de mulheres em âmbito internacional. Já o ano de 2006 registra a criação do Setor de Gênero, que passa a integrar a estrutura orgânica do MST e visa à formação de novos valores e diferentes formas de relacionamento entre homens e mulheres. Dentro desta trajetória de vinte anos é importante mencionar que tais ações foram decisivas para a gradativa incorporação da questão de gênero como pauta central do MST e não mais acessória e/ou secundária, pelo menos no plano discursivo.

A equidade também se reflete na própria estrutura do MST, com a presença de lideranças femininas no Setor de Frente de Massa, no entanto ainda observamos algumas disparidades na participação de mulheres militantes em determinados setores (como no Setor de Produção e Finanças). Não nos debruçaremos sobre essa questão, pois demandaria uma análise minuciosa sobre os documentos internos do MST, cartilhas, boletins, atas, textos e relatórios elaborados pelas mulheres militantes, confrontando-os entre si e com as publicações das agências de fomento. No entanto, podemos afirmar que as representações contidas nas publicações do MST demandam um debate que vai além do recorte “luta de classes” comumente encontrando nas discussões do período. A entrevista com Izabel Grein demonstra as reflexões e a maturidade do Movimento sobre o tema. Ela afirma que na época esse debate era secundarizado, com a preocupação de tirar a centralidade da luta de classes. Como resultado do debate interno, as mulheres militantes perceberam que a luta pela transformação social passaria necessariamente por relações de gênero mais igualitárias.

Retomando a trajetória de Fátima Ribeiro, depois de dez anos morando no Ceará, organizando a estrutura política e contribuindo na formação de novas lideranças, ela migrou novamente. Dessa vez, partiu para o Rio Grande do Norte, e lá permanecerá por mais onze anos, contribuindo na organização e na resolução de problemas internos do MST. Ela afirma que os seus deslocamentos resultaram de decisões políticas e coletivas e não individuais. No ano de 2010 retornou ao Espírito Santo por motivos particulares. Observamos ausências nas falas dos militantes migrantes. Fátima, depois de vinte anos fora do seu estado de origem, possuindo funções específicas e um local bem definido na estrutura do MST nacional e estadual, nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, ela expressa seu desejo de retornar ao Espírito Santo. O desejo de voltar para a sua terra, para a sua família e para o seu local de origem. O tempo que passou longe de casa tem um tom de melancolia na narrativa de Fátima, aliado à idade avançada dos pais e à falta de saúde deles.

#### 4.5 O CASO DE JOÃO DANIEL: DE SEM-TERRA A DEPUTADO FEDERAL

João Daniel é natural de São Lourenço do Oeste (SC) e filho de pequenos agricultores, e assim como os demais, teve uma formação religiosa. Ingressou no seminário em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mas logo precisou abandonar por problemas financeiros. Os pais de João Daniel trabalhavam como arrendatários e pagavam a chamada terça parte, a qual se refere à entrega de 30% de toda a produção para o proprietário para se manter na terra.

*Eu fui para o seminário pra estudar, nós não tínhamos possibilidades de estudar ali na região. Família muito pobre, pequeno agricultor, e tivemos muita dificuldade. Eu voltei do seminário, que não tinha condição mais de pagar. Pra ir para seminário era vocação, e não se deixa de realizar uma vocação por dinheiro? Na verdade, não. Lá você pagava ou não estudava. Então a minha família teve um período lá, umas dificuldades e o pagamento ficou muito pesado pra bancar o seminário. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Apesar de crítico a motivação financeira do seminário, foi através da influência de Dom José Gomes que ocorreu seu ingresso na Pastoral da Juventude (PJ), e, posteriormente, o primeiro contato com o MST.

*[...] com relação à nossa participação tanto na Pastoral da Juventude quando iniciou os primeiros contatos do MST, PT... era tudo meio junto: MST, PT, CPT... era uma coisa meia junto. Então nós iniciamos aí participar, e quando iniciei a participação na militância era com muita vontade de estudar, de viajar, de até mesmo de conquistar a terra. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Durante esse mesmo período, o PT se estruturou na região Oeste de Santa Catarina. Conforme já mencionado, existia um trânsito de lideranças entre o PT, o MST e as Pastorais, na perspectiva de criar uma “frente” de atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores. João Daniel filiou-se ao PT, mantendo o seu vínculo partidário até o momento. Foi eleito deputado estadual em Sergipe para o mandato de 2011-2014 e, em 2015, assumiu uma vaga para deputado federal. Sobre a filiação ao PT nos anos 1980, ele diz:

*E...nós tinha um grupo que era o pessoal ligado à juventude, às pastorais, e o movimento ficou aquele grande debate da participação na política, né? Que o bispo cobrava participação na política. Tem que ter partido, tem que ter lado... e partido é o dos trabalhadores. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

Independentemente da orientação da Direção Nacional do MST, João Daniel manteve sua filiação ao PT, não assumindo nenhuma tarefa orgânica e/ou cargo público até 2011. No plano prático, atuou exclusivamente como militante do MST até o ano de 2010. A proibição de militância dupla ocorreu no contexto de busca de autonomia e representatividade do MST, no final dos anos 1980, portanto incompatível com a ideia de vinculação direta a algum partido<sup>71</sup>.

No ano de 1985, João Daniel foi participar do Curso de Jovens Monitores promovido pelo MST no estado de São Paulo. Durante a primeira etapa aventava-se a possibilidade dele

<sup>71</sup> O MST também busca coibir as ações oportunistas e carreiristas por parte dos militantes, e que se estabeleça uma relação utilitarista entre eles.



ir para Sergipe ou Piauí, com a tarefa de identificar militantes e aproximá-los do MST. Entre os dias 19 a 23 de janeiro de 1987, ocorreu o III Encontro Nacional do MST, em Piracicaba, São Paulo, no qual ficou decidido o envio imediato de João Daniel para Sergipe. Nesse ínterim, foi encaminhado pela Direção Nacional do MST um documento que propunha a definição das novas áreas para ocupação. A orientação do documento “Expandir o MST para novas regiões prioritárias dentro dos estados” articulava-se com a avaliação dos militantes migrantes, que, após o estabelecimento nos estados, rapidamente conseguiriam identificar as potencialidades, os apoios e os entraves de cada região.

O processo de deslocamento de João Daniel ocorreu dentro do mesmo formato de circularidade. Participando do Curso de Monitores, ele teve conhecimento da avaliação do Movimento no Nordeste e das pretensões de expansão na região. De posse desse instrumental, a ideia era de que o curso fosse reproduzido em menor escala nos estados, possibilitado, assim, o recrutamento de militantes para o MST. Observemos o seu depoimento:

*Vim conhecer, ajudar, descobrir novos militantes, fazer curso... é, a ideia, na verdade, daquele curso era que nós reproduzisse aquele curso nos estados. Era uma ousadia muito grande, mas nós fazíamos grupo de estudo. De jovens e trabalhadores rurais pra estudar e debater os temas que nós vínhamos debatendo lá. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

A organização do MST no estado de Sergipe iniciou-se no ano de 1985, a partir do I Congresso Nacional do MST, realizado na cidade de Curitiba. Dez pessoas de Sergipe participaram do evento, onde apresentaram seus relatos e confirmaram a “tese” da necessidade do envio de militantes para a região nordestina. A ida desses trabalhadores é resultado do trabalho organizativo das pastorais da Diocese de Propriá e dos STRs. Ou seja, a organização dos trabalhadores já vinha sendo encabeçada por outros setores antes da chegada do militante migrante, no ano de 1987, inclusive com a realização de ocupações de terra. Assim, a construção do MST no estado é anterior ao envio do dirigente sulista. No entanto, o Jornal Sem Terra somente reconhece a presença efetiva do MST a partir de 1987. “Mas, é em 1987 que o MST se firma, na 1ª ocupação de terra, com centenas de famílias sem-terra em Monte Santo, Gararu, Sergipe” (TERRA, 1989h, p.16).

Segundo Cintra (1999), os primeiros anos, de 1985 a 1988, correspondem à fase de criação do MST, os quais se destacam pela relação de dependência com outras organizações e movimentos sociais. Lopes (2007) afirma que as primeiras ocupações organizadas pelo MST, no estado de Sergipe, ocorreram em 1987 (quando o MST aparece como sujeito social e político, segundo suas palavras), no entanto as primeiras movimentações já são identificadas

no ano de 1985. A fala de Lopes (2007) sugere que as movimentações anteriores ocorreram independentemente do trabalho do MST. Nesse caso, a lógica é diferente da aplicada no estado do Ceará.

A chegada de João Daniel em Sergipe ocorreu no ano de 1987, quando ele afirma que o MST começou a se estruturar com maior autonomia no estado, com a realização de ocupações em outras regiões. *“Começando a criar suas próprias pernas, definindo melhor seu papel e sua cara como organização de massa dos trabalhadores rurais”* (TERRA, 1993, p. 4). A partir das observações do militante migrante podemos chegar a duas conclusões: primeiramente, que o processo anterior à ocupação de terra apresentado acima é pouco relevante para o dirigente; em segundo, que a ocupação de terra marca o início da presença do MST na região, independentemente da realização do trabalho prévio. Podemos supor ainda que, pelo fato das primeiras movimentações prescindirem do acompanhamento de um militante sulista, não forneceriam a autenticidade necessária para o MST reivindicá-las como ações legítimas. Lopes (2007) apresenta uma leitura semelhante: reconhece o trabalho anterior à chegada do militante migrante, mas defende que as ocupações como forma de luta são tributárias do trabalho organizativo do MST.

Os primeiros anos são marcados pela necessidade do MST possuir um espaço político próprio, de negociação junto aos governos e ao próprio INCRA. Até então as negociações ocorriam a partir das articulações da Diocese de Propriá, do Comitê de Defesa dos Trabalhadores Rurais ou dos deputados, sendo necessário o envolvimento das autoridades máximas das instituições mencionadas para que houvesse algum avanço nas negociações. O MST, como já mencionado, almejava o apoio logístico e político das entidades locais para se estruturar, estabelecer contatos e viabilizar reuniões. Ou seja, apostava-se que as organizações já estabelecidas contribuíssem na pavimentação de espaços para o MST.

No plano discursivo, os militantes migrantes contavam com esse apoio; no plano prático, esbarravam nas disputas por hegemonia, no imobilismo, nos boicotes e nas dificuldades reais de aglutinação e convencimento de sindicatos, e, por outro lado, no receio dos próprios trabalhadores rurais. João Daniel descreve as tensões logo após a sua chegada:

*Bem, aí sentei com o grupo e o grupo jogou pra cima de mim: “Não, você veio e tem que organizar o Movimento”. Já no primeiro mês eu fui pra dentro dos assentamentos morar. Ia ao assentamento, ficava lá uma semana conhecendo, ia pra outro [...] depois fui visitar a Diocese. [...] bem, acabou, na verdade, iniciando uma nova articulação do Movimento. Mas o Movimento na época era muito difícil de contato e tudo, por exemplo, nós ficamos aqui, acho que uns seis meses quase, sem contato e sem nenhum apoio, que o contato era tudo feito com esse cara que*

*não era mais nem da direção, já não tava mais. Não tinha base nenhuma real. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

As expectativas criadas no deslocamento de João Daniel não tardaram para se desfazerem, assim como as mencionadas por Fátima Ribeiro. Mesmo a relação com os militantes que integravam o Comitê de Luta pela Terra, segundo João Daniel, eram evasivas:

*A Coordenação Nacional era na liderança de J. S. Que era o que recebeu. Que lá ele tinha um discurso muito bom, todo mundo empolgado, empolgava todo mundo [fazendo referência à participação de J.S. no encontro em São Paulo]. Mas, aqui não tinha base nenhuma, não tinha base. Num grupo muito pequeno, muito restrito e cheio de ideias assim, mas sem fazer mesmo. Eu não criei problemas com ele em nada só. Eu disse “ó, você vai... quero saber qual é minha situação aqui, quero uma reunião pra você me deliberar as tarefas. Ah, essa reunião nunca teve. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

João Daniel relata as dificuldades de apoio das instituições que haviam se comprometido em oportunizar condições de trabalho durante o Congresso do MST, realizado em 1985. Depois do ocorrido, segundo o entrevistado, o MST resolveu caminhar por suas próprias pernas. O MST, na sua figura, optou por atuar de forma solitária.

*Eu acabei, na verdade, assumindo o Movimento, assumindo junto, criando uma nova direção, fazendo encontro, o Movimento não existia na verdade. Isso indo pra dentro da zaga, e comecei a discutir com todo mundo. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)*

A segunda fase do MST (1988-1989) é considerada por Oliveira (1996) como um período de transição, de busca de autonomia e independência em relação aos seus aliados e demais organizações. Segundo Cintra (1999), esse período também é marcado pela presença de dirigentes nacionais (oriundos do Sul e Sudeste do país para organizar suas ações em Sergipe), e pelo trabalho de formação política junto aos seus quadros.

O primeiro tópico do Plano Nacional do MST (1989-1993) trata da “massificação e organização” do Movimento. De imediato, identificamos uma orientação que corrobora a movimentação observada durante o ano de 1989, a qual resultou no deslocamento de Fátima, Jaime Amorim e João Daniel para os estados nordestinos. O MST, neste documento, estava propondo uma reavaliação do formato das ocupações de terra, sugerindo a adoção de novas táticas de ocupação, que pudessem ocorrer permanentemente e de “maneira mais eficiente e com resistência” (MST, 1989b, p. 15). Identificamos duas questões que divergem da atuação de outros grupos, a exemplo da Diocese de Propriá e dos STRs. Ambos defendiam uma linha

mais pacífica de atuação e também orientavam os trabalhadores a não iniciarem novas ocupações sem a resolução de conflitos anteriores.

Se, por um lado, existiam setores da Igreja dispostos a apoiar a luta pela terra, por outro lado havia muita divisão interna. João Daniel descreve o quadro de disputas entre as organizações de Sergipe. Em linhas gerais, Sergipe possuía três vertentes ou grupos políticos que atuavam nas ocupações de terra. Um deles ligado ao PCBR, outro vinculado aos setores da Igreja, e o terceiro alinhado com o sindicato de Nossa Senhora da Glória. João Daniel descreve o quadro de disputas:

*Você imagina, nessa época, a repressão era grande, e você faz uma ocupação de uma fazenda dividida em três locais com três grupos [...] o MST tinha um grupo. Eu, quando cheguei, fui visitar todos os grupos. Tentamos organizar uma coordenação. Funcionou em parte, mas eu percebi que dali não tinha muito futuro não.* (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)

Dado o clima de animosidade e a impossibilidade (momentânea) de avançar em uma aliança com os sindicatos e os setores combativos da Igreja, João Daniel decidiu disputar a condução política das ocupações. O seu posicionamento contribuiu para aumentar a tensão entre as entidades. Seu objetivo era aglutinar o maior número de camponeses, gestando uma nova dinâmica de atuação, mais radicalizada, e que expressasse o perfil do MST.

*Aí fomos criando um grupo dessas áreas ocupadas. Já tinha umas quatro, cinco áreas ocupadas ligadas à Igreja. Fomos organizando uma coordenação dessas áreas e fomos, depois, organizando novas ocupações, né? Com a cara do Movimento.* (Entrevista concedida por João Daniel, 2015)

Até o ano de 1989, João Daniel permaneceu em Sergipe, em seguida foi enviado para o Mato Grosso do Sul – MS (CINTRA, 1999). A ida de João Daniel para MS não resultou de uma demanda organizativa da região Centro-Oeste, mas do cumprimento de uma deliberação do próprio Movimento para proteger a vida do militante. O entrevistado vinha sofrendo ameaças frequentes dos fazendeiros e, nos termos usado por AD, “*ele estava jurado de morte*”. O cumprimento desse encaminhamento demonstra, mais uma vez, a fidelidade centralismo democrático. Após um período de, aproximadamente, um ano em MS, regressou para Sergipe.

De acordo com Cintra (1999), com o objetivo de evitar novos desgastes com a Diocese de Propriá, o MST direcionou suas ações para o Centro-Sul do estado. Essa nova abordagem do Movimento é confirmada na entrevista com João Daniel. A linha de atuação da Diocese de Propriá sofreu uma profunda modificação, com a morte de Dom José Brandão de Castro,

arcebispo da Diocese e ferrenho defensor das lutas dos trabalhadores rurais, passando da ação mais combativa e direta, no apoio às lutas dos trabalhadores rurais, para uma postura mais conservadora.

Em 1990, com o redirecionamento da Diocese de Propriá e a linha de atuação do STRs e da FETASE, empenhados em conseguir créditos com o governo estadual para a compra de sementes e outros insumos para os pequenos produtores, não se cogitava, por parte dessas entidades, a possibilidade de mobilizar seus associados para a ocupação de terras. Assim, a partir do ano de 1990, o MST se colocou como o único interlocutor e representante dos sem-terra em Sergipe. As divergências entre a Igreja e o MST eram essencialmente no campo político e ideológico, já que ambos almejavam conduzir os trabalhadores rurais na luta pela terra. Lopes e Silva (1996) afirmam que houve uma ruptura com o estilo da Igreja de atuação, quando o MST passou a realizar as mobilizações de forma mais “politizada”, com o objetivo de transmitir aos trabalhadores a “[...] ideia de transformação social e do socialismo, pela via da reforma agrária” (LOPES; SILVA 1996, p. 15).

A terceira fase (1990-1994) é descrita como o período de expansão. No entanto, em termos numéricos, registra-se uma queda no número das ocupações. Durante os anos de 1992 e 1993, são realizados cursos na área de formação e produção, como o I Laboratório de Campo e o I Curso Prolongado Integrado à Produção, buscando solidificar a formação teórica e profissional dos seus quadros, entre outros motivos, pelo pouco êxito das cooperativas de produção agropecuária.

Nesse período, nacionalmente, o Movimento voltou-se para si, qualificando seus quadros e buscando a profissionalização dos setores, em especial de produção, formação e comunicação. Essa mudança de enfoque foi resultado do isolamento político, da derrota eleitoral da candidatura de Lula (1989), da estagnação na aprovação de uma política agrícola voltada para a agricultura familiar, e da recorrente “judiciarização da reforma agrária”. Além do uso da força policial e da pistolagem, a repressão passou a ocorrer por meio do poder judiciário, com o acobertamento da ação possessória de áreas devolutas e griladas, e pela realização de despejos violentos, da criminalização das ações do Movimento e da prisão de suas lideranças.



## 5 OCUPAÇÕES, MARCHAS E MÍSTICA: NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E LUTA PELA TERRA

O presente capítulo aborda as transformações operadas no acesso e relação com a terra, a adoção de novos instrumentos de ação e resistência e a criação de uma cultura política nas comunidades rurais, resultantes do trabalho político do MST. Neste sentido, destacamos o protagonismo dos militantes migrantes a partir de um conjunto de características, desenvolvidas ou incorporadas, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras” do trabalho militante no Nordeste, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do Movimento nacionalmente.

### 5.1 OS (RE)SIGNIFICADOS DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NA TRAJETÓRIA DO MST

*O elemento da ocupação é pedagogia do exemplo. Ele transforma aquele que estava submetido em alguém que pode virar sujeito. Ao mesmo tempo em que ela estabelece o conflito, ela aponta a saída.*

Carlos Bellé, 2013

O MST nasce como um “movimento de massa” e de contestação, que exige do Estado brasileiro a distribuição de terras, através da aplicação da Lei Reforma Agrária. Paralelamente a isso, busca se legitimar frente ao Estado. Sobre a relação com o Estado, compartilhamos da posição de Medeiros (2011) quando a autora afirma que o MST nunca negou o papel do Estado, pelo contrário, sempre buscou estabelecer canais de negociação com ele. Citaremos dois exemplos que, acreditamos, elucidarão a busca de reconhecimento e de espaço político do MST junto ao Estado: em Sergipe, nos primeiros anos, o MST não contava com o reconhecimento do poder constituído, seja nas esferas estadual ou municipal. Sempre que se estabelecia uma rodada de negociações, o MST precisava de interlocutores. A tarefa, na maioria das vezes, era assumida pela Igreja (através da Diocese de Propriá) ou pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Na tentativa de se diferenciar das demais organizações e de ocupar um lugar exclusivo, optou-se por dirigir-se para a região Centro-Sul de Sergipe, então com menor grau de disputa entre as entidades já estabelecidas.

Outro exemplo ocorreu em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes. Nas primeiras ocupações de terra, o governo se negou a sentar e negociar com o MST. O argumento para a recusa foi a inexpressividade do MST na cena nacional, conforme relato de Rosa (2010). A ocupação realizada em 1989 tinha por objetivo marcar a presença do MST em

Pernambuco e exigir o assentamento das famílias envolvidas, aproximadamente 1500 pessoas. Tratava-se de um antigo engenho, que hoje representa a região do Complexo do Suape. Acreditava-se que, por se tratar de um governo com um perfil supostamente de “esquerda”, as negociações fluiriam de forma mais tranquila, segundo o próprio depoimento de Jaime Amorim. No entanto, verificou-se uma situação bem distinta: Rosa (2010) reproduz a resposta de Miguel Arraes quando convidado a se pronunciar.

A reposta do governo estadual, na época, chefiado por Miguel Arraes, foi imediata: ele não aceitou negociar com um grupo de pessoas de fora, isto é, sem legitimidade para representar a população rural da região, fossem estes trabalhadores rurais, lavradores ou sem-terra.

Dois dias depois, o Chefe da Casa Civil do governo Arraes declarava publicamente: “O Governo sempre resolveu estas questões via sindicato ou FETAPE e não com grupos isolados” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23 jun. 1989 apud ROSA, 2010, p.89).

Uma das possibilidades interpretativas, para além da “intocabilidade” da propriedade privada, é o fato de as lideranças que conduziram essas ocupações pertencerem a outros estados, ou seja, militantes oriundos do Sul do país. Em resposta, o MST realizou uma nova ocupação, na frente do Palácio do Governo em Recife, para pressionar o diálogo. Diante dessa situação, o governo aceitou negociar, desde que as lideranças do MST fossem acompanhadas por representantes da FETAPE. Logo após, o grupo foi expulso do Complexo do Suape com extrema violência.

Os dois breves relatos deixam claro que o MST precisava se estruturar melhor e que não possuía respaldo nos cenários estaduais. E, ainda, que apenas as entidades de classe já constituídas eram compreendidas como representantes dos trabalhadores rurais e que elas lograriam (eventualmente) os créditos das conquistas. Demonstrem, também, a tática utilizada pelos governos estaduais para desqualificar as lideranças externas, publicamente, ao chamá-las de “grupo de pessoas de fora”. O recado do governador Arraes foi objetivo e bem compreendido: Cresçam!

No processo de expansão do MST, as ocupações de terra figuravam como a principal forma de aglutinação de militantes nas fileiras do Movimento, bem como a estratégia central para obtenção das desapropriações. Fernandes (2000) afirma que o MST nasceu da ocupação da terra; através dessa ação é pavimentada a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização. Para Rosa (2004), a continuidade das ocupações do MST resulta e é (em grande parte) motivada e perpassada pela elaboração e aplicação de políticas públicas.



De sua parte, os movimentos dependem fortemente do Estado para levar adiante seu programa de ocupações de terras. Os benefícios a serem obtidos do Estado constituem um poderoso argumento para chamar as pessoas às ocupações. Assim, a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações. Não teriam também se fortalecido, nem se multiplicado, como ocorreu na Mata Pernambucana, onde são contabilizados nove movimentos de luta pela terra (ROSA, 2004, p. 172-173).

Com a citação acima não estamos querendo retirar o protagonismo do MST, tampouco negar que as conquistas são resultantes de reiteradas reivindicações, articulações, apoios, pressões, cobranças e ataques ao aparato estatal. Para Caldart (2001), o que distingue o MST dos outros movimentos sociais é a radicalidade presente na forma de encaminhar suas ações. Nas suas palavras, “O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la” (CALDART, 2001, p. 208). A radicalidade presente nas ocupações, pela ruptura das históricas relações de dependência, sinalizava a possibilidade de redistribuição de terras e de melhores condições de vida.

Para Brenneisen (2002), o MST se diferencia pelo seu dinamismo e continuidade. Diferentemente de outros movimentos sociais, o MST continua existindo após o atendimento das suas demandas. Além do atendimento parcial da distribuição da terra, destaca-se o fato de que a ação do MST não se esgota na conquista da terra, sendo necessário assegurar as condições para permanência na terra. Essa mesma reflexão se aplica à lógica das ocupações (BRENNISEN, 2002). Segundo Martins, J (2004), a tendência do MST seria desaparecer, no entanto ele transformou-se e passou a funcionar como uma organização política com forte ênfase no projeto político. Esse aspecto levantado por Martins, J. (2004) contribui para compreender outro elemento de distinção do MST: o fato de que sua atuação não se encerra exclusivamente no âmbito rural. Conforme mencionado, durante a década de 1990 observamos a expansão dos seus objetivos e da sua composição social.

Para muitos autores, o MST não se apresenta como uma novidade política no cenário nacional. Muitas das suas ações já são identificadas na atuação de outros movimentos, tais como as Ligas Camponesas. De acordo Targino, Moreira e Menezes (2011, p. 104), em “As Ligas Camponesas na Paraíba – Um relato a partir da memória dos seus protagonistas”, dentre as estratégias de ação e organização das Ligas, são mencionadas:

A realização de comícios de passeatas; o apoio aos trabalhadores ameaçados de expulsão das propriedades; a luta contra o cambão; a assistência jurídica aos camponeses; a disponibilização de serviços de saúde; o combate ao analfabetismo; a

luta pela reforma agrária; a luta pelos direitos trabalhistas e pela sindicalização; a procura de apoios externos.

Segundo Lerrer (2008), o MST foi o responsável direto pela retomada das ocupações de terra na década de 1980. Lerrer (2008) aposta na modernidade, identificada na esfera produtiva e na dimensão educativa, enquanto elemento diferenciador do MST junto aos demais movimentos sociais do campo. Apesar de não negar as heranças, as continuidades e o conjunto de práticas reincorporadas e/ou reatualizadas pelo MST, não deixa de atribuir um ineditismo nas ações do Movimento. Encontramos a mesma linha argumentativa em autores vinculados organicamente ao MST, como Caldart (2001) e Fernandes (1999; 2000).

A respeito dos aspectos inovadores do MST, contrastando com as práticas do sindicalismo rural identificadas na década de 1980, Medeiros (2011) menciona a inovação em termos de repertório de ações, como os acampamentos e as ocupações de terras públicas e particulares, organizados por um grande número de trabalhadores, as caminhadas, com duração de meses, e as ocupações de prédios públicos. Esse conjunto de ações criou “[...] fatos políticos que atraíram a atenção da opinião pública, buscando reconhecimento e gerando a explicitação de oposições e alianças” (MEDEIROS, 2004, p. 214). Ainda de acordo com Medeiros (2009), o MST empreende o esforço de retirar o tema da reforma agrária do âmbito estrito do meio rural e da questão fundiária ao mostrar suas articulações como opções políticas nacionais, projetos de nação e modelos de desenvolvimento.

Para Mello (2011), o MST se converteu em um novo ator devido à sua forma de atuação, mesmo que nenhuma das suas características constitutivas ou ações sejam originais. As ocupações de terra como ações coletivas se dirigem a novas formas de vida, de sociabilidade e de poder. O autor descreve em detalhes, baseado em depoimentos orais, a situação de pobreza das comunidades rurais do Ceará – então sem trabalho nas fazendas e sem apoio do poder público –, e o medo, a desconfiança e a ignorância sobre o tema da reforma agrária. Segundo Mello (2011), depois da chegada do MST, rompeu-se com a lógica da atuação localista, a qual passou a contar com uma maior amplitude territorial.

Rosa (2006) analisa, através de entrevistas, a transformação social vivenciada em pequenos municípios da Zona da Mata Pernambucana a partir da atuação de movimentos sociais de luta pela terra. O autor destaca as condições “inéditas” que tais organizações criaram para a projeção de líderes e as modificações operadas nas estruturas (tradicionais) de poder e território a partir da ação deles. Segundo o autor, o resultado das ocupações de terra extrapola a conquista de lote de terra, representando a possibilidade de ascensão social. Essa leitura resulta interessante, pois não limita o engajamento dos militantes à conquista do seu

pedaço de terra, pelo contrário, leva em consideração outras variáveis. Para Rosa (2006), o MST influencia a criação e a legitimação de um novo padrão de atuação de ação coletiva, pautado nas ocupações de terra e na organização de acampamentos. Este formato é responsável por estabelecer outra forma de relação entre o Estado e os movimentos sociais. A adoção e o funcionamento deste formato de atuação, sejam no espaço rural ou urbano, são definidos como "forma movimento" (ROSA, 2009, p. 98).

Em nossa avaliação, o MST inova ao romper completamente com a esfera da legalidade. As ações dirigidas à propriedade privada, como as ocupações de terra, passam a ser o carro-chefe da sua atuação. A diferença na leitura política e na adoção de métodos mais radicalizados, de forma continuada e sistemática, parece-nos que são os aspectos que o diferenciam e o singularizam dentro da história dos movimentos sociais do campo. As Ligas Camponesas, por exemplo, reivindicavam direitos trabalhistas, acesso aos serviços básicos, manutenção de contratos de arrendamentos e parcerias e direitos de uso, mas não necessariamente questionavam a estrutura da propriedade privada propriamente dita. O MST, por sua vez, questiona o papel do Estado na manutenção da propriedade privada absoluta, apostando na contradição e no tensionamento das relações sociais, visando a sua transformação. Suas ações rompiam com a lógica vigente, exclusivamente voltada para as questões de ordem econômica, ao contestar e negar as ações assistencialistas e emergenciais, sobretudo no Nordeste.

O estudo realizado em várias regiões do Brasil, "Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro", demonstra a incidência ou não de conflitos na origem dos assentamentos. De um total de 92 assentamentos analisados, 88 contaram com conflitos (LEITE, E.; HEREDIA et al., 2004). As formas de lutas adotadas pelos trabalhadores são a ocupação, a ocupação paulatina, a resistência na terra, a mista e outras (LEITE, S.; HEREDIA et al., 2004). O levantamento também evidencia a forte presença de assentamentos nos municípios do Oeste catarinense (57%) durante os anos de 1985 a 1989, resultado das ocupações massivas de terra conduzidas pelo MST, pastorais e sindicatos da região nos primeiros de existência do Movimento, quando sua atuação ainda estava localizada no Sul do país. Paradoxalmente, observamos no mesmo período a pouca expressividade de assentamentos criados na Zona Canavieira (5%), devido a não ocorrência de desapropriações. Entre outros fatores, resultado da crise da agroindústria sucroalcooleira do período. A partir de 1990, de forma mais sistemática, o MST começou a realizar as ocupações na região, alcançando a marca de 93% na Zona Canavieira nos anos de 1995 a 1997 (LEITE, S.; HEREDIA et al., 2004, p. 45).

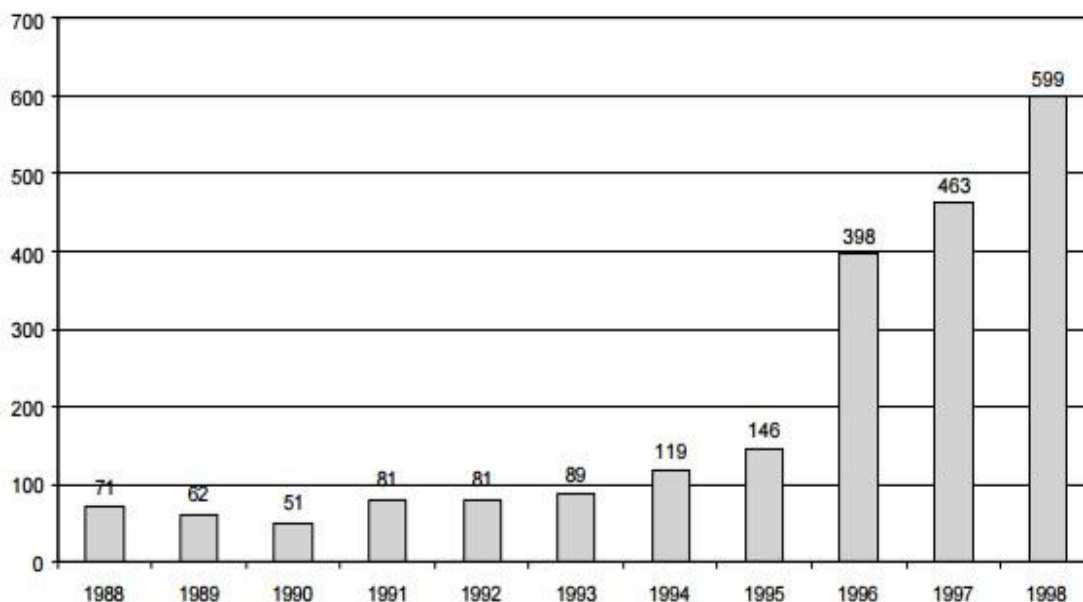
Conforme podemos observar no Quadro 3, o Nordeste figura como a região com o maior número de ocupações a partir dos anos 1990, concentrando praticamente um terço delas, 29,52%.

**Quadro 3 – Brasil – ocupações de terras – 1990-1994**

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
<b>NORTE</b>	76	18.05	7.987	10.75
AC	1	0.24	200	0.27
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	35	8.31	4.681	6.30
RO	11	2.61	1.863	2.51
RR	0	0	0	0
TO	29	6.89	1.243	1.67
<b>NORDESTE</b>	131	31.11	21.915	29.52
AL	9	2.13	1.431	1.93
BA	26	6.18	7.294	9.82
CE	13	3.09	1.680	2.26
MA	14	3.33	2.531	3.41
PB	10	2.37	775	1.04
PE	28	6.65	4.896	6.59
PI	6	1.42	428	0.57
RN	16	3.80	2.010	2.71
SE	9	2.13	870	1.17
<b>CENTRO-OESTE</b>	71	16.85	9.990	13.45
DF	5	1.19	440	0.59
GO	20	4.75	2.263	3.05
MS	37	8.78	5.880	7.92
MT	9	2.13	1.407	1.89
<b>SUDESTE</b>	52	12.35	16.097	21.68
ES	3	0.71	330	0.44
MG	12	2.85	1.591	2.14
RJ	3	0.71	190	0.26
SP	34	8.08	13.986	18.84
<b>SUL</b>	91	21.61	18.258	24.59
PR	43	10.21	6.980	9.40
RS	29	6.89	9.509	12.81
SC	19	4.51	1.769	2.38
<b>BRASIL</b>	<b>421</b>	<b>99.97</b>	<b>74.247</b>	<b>99.99</b>

Fonte: DATALUTA/NERA

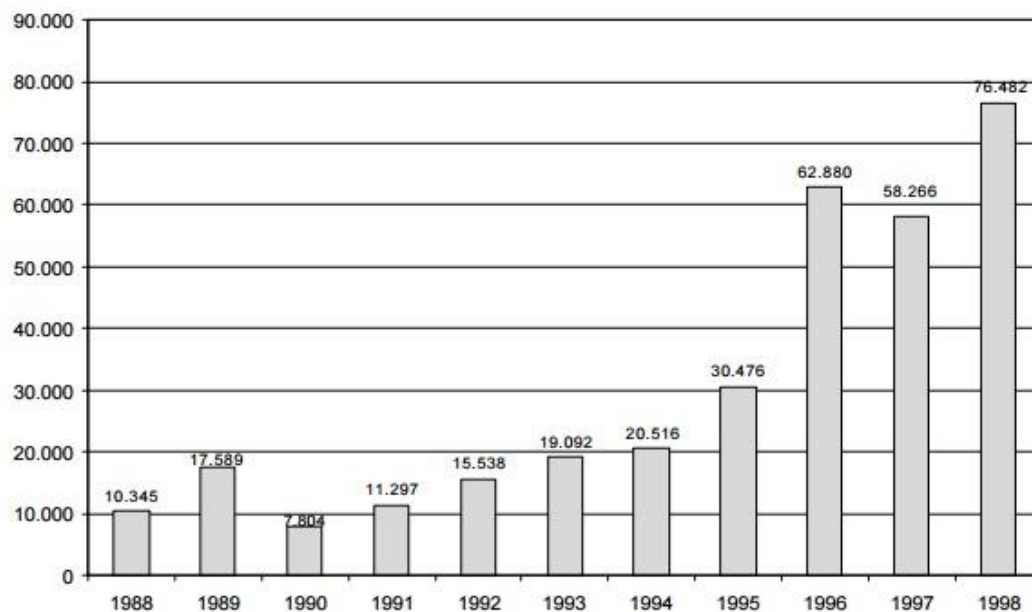
Identificamos um crescimento das ocupações a partir do ano de 1990, atingindo seu ápice no final do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1998. O período coincide com a nacionalização do MST, via ocupação de terra, potencializada pela política de deslocamento de militantes (1985-1995). O gráfico a seguir (Figura 6) demonstra o desenvolvimento das ocupações de terra nacionalmente.

**Figura 6 – Brasil – Número de Ocupações de Terra – 1988-1998**

Fonte: DATALUTA/ NERA, 2012, p. 9.

No segundo gráfico abaixo (Figura 7) encontramos o número de famílias envolvidas nas ocupações. Observamos um crescimento considerável no ano de 1989 se comparado ao ano anterior e aos anos seguintes – até o final do governo Fernando Collor de Mello. O ano de 1989 é marcado pelas ocupações de terra realizadas nos estados do Ceará (ALENCAR, 2010), Paraíba, Rio Grande do Norte (LOPES, 2007), resultado da presença e da articulação dos militantes migrantes nos respectivos estados. Observamos, ainda, que, apesar do número menor de ocupações realizadas em 1989, o número de famílias envolvidas praticamente dobra se comparado ao ano anterior.

**Figura 7** – Brasil – Ocupações de Terra – Número de Famílias – 1988-1998



Fonte: DATALUTA/NERA, 2012, p. 9.

A vida no acampamento é um momento de indefinições e incertezas. Por outro lado, em todas as entrevistas analisadas e nas publicações de estudiosos do tema, verificamos que é um momento positivado, cujo saldo ultrapassa todos os percalços da vivência debaixo da lona preta. Nas entrevistas, observamos que o sacrifício e a luta são lugar comum. A contrapartida é a vitória, materializada na conquista da terra. No plano discursivo, o MST assume um compromisso: todos os acampados, independentemente do tempo, conquistarão a terra. Muitas vezes, implica em deslocamento para outros municípios. Esse aspecto serve para demonstrar que, a partir do sacrifício (da vida debaixo da lona preta, expostos ao frio, chuva, sol e a toda sorte de violência), consegue-se ter a própria terra, e também para atestar a seriedade e compromisso do MST. Nas manifestações, comemorações, missas festivas, entre outras atividades promovidas pelo Movimento, observa-se uma ritualização a partir da memória do sofrimento.

Para Schreiner (2012) é um momento paradoxal e ambíguo, mas também positivo, ao “gestar” uma experiência individual e coletiva que, diante da exclusão vivenciada por esse grupo, desafia-o a manter a coerência de suas escolhas morais, portanto não vivendo como os “outros”, alheios àquele local e espaço. A definição de liminaridade, portanto, se aplica a estas pessoas que vivem uma situação transitória, de fronteira, entre o que eram e o que estão buscando construir. Nas palavras de Schreiner (2012), pessoas que questionam suas vidas, possuem interesses comuns e confrontam a ordem estabelecida. Trata-se de um tempo e espaço social que indicam um nivelamento dos sujeitos. A ideia de igualdade entre os

membros é reforçada no discurso do MST pela garantia nos espaços de discussão e deliberação, como os núcleos de base, assembleias, encontros e congressos. Por outro lado, somente a presença física dos indivíduos não assegura relações democráticas. Discutir essa afirmação é um tema delicado, pois a garantia de participação é considerada um diferencial do MST. Grosso modo, antes os trabalhadores estavam alheios a qualquer decisão; com a condução política do MST, mesmo que fisicamente, se sentem representados<sup>72</sup>. Após a ocupação, dá-se continuidade ao trabalho de organização do acampamento, com a escolha de grupos de trabalho, secretarias e coordenações, mas, sobretudo, ao aspecto formativo.

## 5.2 O PROTAGONISMO DOS MILITANTES MIGRANTES NA HISTÓRIA DO MST

*E o Movimento tem isso de bonito. Ele tem uma linha política, tem uma orientação, mas as pessoas podem criar dentro dele. E isso que faz com que a militância tenha vindo nesse primeiro momento, porque ele vinha e podia construir.*

Dilei Schiochet, 2015

Acreditamos que aproximadamente vinte militantes, oriundos do Sul e Sudeste, conduziram a estruturação do MST nacionalmente. Esse primeiro grupo de militantes podemos definir como o núcleo base da organização, responsável por sua expansão. Nesse processo, instituíram métodos de trabalho, inspirados na educação popular de Paulo Freire, voltados para o recrutamento de sem-terra; métodos para a formação e capacitação no interior dos acampamentos e assentamentos, como o Laboratório de Campo e de Centro; método de resistência, com o propósito de garantir as questões de segurança, transporte e alimentação, antecipando-se e resistindo às investidas de grupos paramilitares, fazendeiros, polícia e imprensa. Além disso, criaram dinâmicas internas para garantir a organicidade do grupo ainda nos primeiros anos de atuação no Nordeste: discutiam no coletivo, principalmente no período de existência da Secretaria Regional em Maceió, em seguida colocavam em prática e, novamente, traziam as observações, reflexões e saldos para uma nova análise do grupo.

Lerrer (2008) afirma que houve uma integração muito rápida e que os hábitos nordestinos foram incorporados ao cotidiano dos sulistas, e que a disposição dos militantes de

---

<sup>72</sup> Realizamos essa observação no mestrado, durante a aplicação dos questionários no assentamento “Conquista na Fronteira”. O mesmo argumento, no entanto, não identificamos na fala dos militantes migrantes. Eles não associam o princípio de democracia como sinônimo de participação ou presença. Já no caso do assentamento “Conquista na Fronteira”, o assembleísmo foi levado às últimas consequências, sendo incorporado na dinâmica de produção da cooperativa.

se mesclar às suas bases provavelmente evitou que fossem alvos fáceis da violência perpetrada por pistoleiros e jagunços. E, ainda, que a invisibilidade pública teria contribuído para a proteção deles nos acampamentos e assentamentos que organizavam. Sobre isso, nossas fontes demonstram que os militantes migrantes, em particular as mulheres, adotaram algumas medidas visando à segurança. Fátima, por exemplo, após uma abordagem da polícia (com a finalidade de intimidá-la), passou a portar uma faquinha; e, Dilei, apesar dos cuidados para não adquirir o protagonismo que entende pertencer aos sem-terra, após ser identificada como liderança, incorporou um ritual de segurança nas ocupações: *“Assim, dormia já com bota, com a mochilinha na cabeça, sempre assim, muito atenta”* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). Porém, não podemos afirmar que existia uma invisibilidade dos militantes migrantes, pelo contrário, desde o início eles assumiram o papel de dirigentes, de interlocutores com a imprensa, com o Estado e com as organizações sindicais e pastorais, conforme descrevemos na seção 2.3, sendo em diversas oportunidades mencionados na imprensa falada e escrita como “líderes”, “forasteiros”, “baderneiros de fora”, e alvos de acusações, intimidações e perseguições pelos agentes do Estado e privados.

Os militantes migrantes detinham informações exclusivas e privilegiadas (a respeito do local e da data de uma ocupação, por exemplo), as quais o conjunto dos camponeses não possuía. A maioria dos entrevistados sofreu prisões em mais de um episódio. Acreditamos que as relações externas e as redes de solidariedade, por meio de assessoria dos deputados do PT, PMDB, PDT e PSB, e com a pressão de outras autoridades, religiosos e personalidades, possam ter contribuído, em vários momentos, para a flexibilização de prisões dos militantes migrantes. No depoimento de Zenaide sobre a prisão realizada na Secretaria Regional do MST, em Maceió (AL), identificamos tratamentos distintos para os militantes externos e os locais, que vão desde a forma como as prisões foram executadas, os interrogatórios conduzidos e o tempo levado para a liberação deles. Somente os militantes locais sofreram violência física nesse episódio. Ou seja, existia uma inegável diferenciação de tratamento no que concerne à violência policial, expressando uma hierarquia entre os sem-terra e o cuidado, por parte das autoridades policiais, para que o caso não ganhasse repercussão e visibilidade nacional.

Aos militantes sulistas competia a tarefa de dirigir e de conduzir politicamente o processo de estruturação do MST. Identificamos tais afirmações no Jornal Sem Terra, em jornais de grande circulação, como o “O Povo”, distribuído no Ceará, e em algumas teses e dissertações que abordam a militância no MST. Dentro do Jornal Sem Terra, encontramos uma página chamada “Lideranças”, na qual os dirigentes realizam uma avaliação de



conjuntura do estado que atuavam, das principais bandeiras e dos desafios mediatos e imediatos do Movimento. Já nos jornais de grande circulação, observamos quem são os porta-vozes do Movimento e como eles são identificados e rotulados, geralmente como “líderes de fora”, “baderneiros” e “irresponsáveis”. Nesses termos, não existe o processo de invisibilidade pública sugerido por Lerrer (2008). Ocorre justamente o contrário: o MST constrói o militante, dando-lhe visibilidade através dos seus instrumentos de divulgação e propaganda, como jornais e debates, enquanto externamente ocorre a desmoralização e a desqualificação do militante, a partir dos veículos de comunicação de massa, que, geralmente, estão vinculados aos interesses da elite local.

Quanto ao processo de integração dos militantes migrantes ao universo nordestino, identificamos uma relação complexa, contraditória e multifacetada. As falas de Izabel e Dilei demonstram dificuldades no processo de adaptação dos militantes. O depoimento de Izabel, inclusive, contraria a versão de João Daniel sobre as similitudes encontradas entre Santa Catarina e Sergipe, apresentada na abertura da tese. Abaixo, a entrevistada narra o breve retorno de João Daniel à Santa Catarina:

*E daí João Daniel, como tá, como foi? “Gente do céu. Eu fui para lá e eu não consigo me acostumar com a comida e com o calor”. Olha, eu tenho dor de barriga direto, mas eu quero voltar. Eu vim para as férias, eu vim para ver a minha família, meus pais, vocês, terminou esse período que eles me deram lá e tô voltando. Pode me arrumar o dinheiro.* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)

Dilei, por sua vez, em todo o depoimento insiste em secundarizar as dificuldades alimentares, seja de acesso à água e alimentos, seja de rejeição a alguns itens da culinária nordestina, diante da tarefa que colocava para si: estruturar o MST. Com esse objetivo, buscava participar dos espaços de sociabilidades, criar vínculos com as mulheres e se envolver na execução dos trabalhos coletivos, visando aumentar a sua inserção nas comunidades camponesas através do estabelecimento de laços de amizade.

Em outro momento do depoimento, Dilei afirma que o grande trunfo do MST foi a capacidade de se adaptar e falar a linguagem do camponês. Isso, segundo ela, estabelecia uma relação de confiança entre os camponeses e a liderança; do contrário, seria difícil imaginar a adesão de algum camponês ao MST. O tom apresentado por Dilei é quase performático, se colocando como resultado da adoção de uma tática ou de um ensinamento, repassado nos cursos do MST. O mesmo método de convencimento foi observado por Rangel (2000), no seu estudo sobre as Ligas Camponesas. Segundo a autora, as Ligas buscavam adentrar o universo camponês, se apropriando da forma de agir e falar. O objetivo final se traduzia em trazer o

camponês para a luta pela terra, através de um processo de politização. No discurso de Dilei fica claro que, ainda hoje, ela assume o papel de porta-voz dos camponeses. Capaz de decodificar e transmitir de forma objetiva e simples os ensinamentos para a comunidade de assentados, conforme podemos observar abaixo:

*Esses dias tinha um professor fazendo uma palestra sobre a economia. Aí o povo todo olhando, “pá”, “pá”, “pá”... aí eu disse: “meu Deus, acho que o nosso povo não tá entendendo, não”. Aí eu levantei a mão quando terminou e falei: “você entenderam isso que ele tá explicando?”. Aí eles dizem que o fato...essa metodologia de interpretar e de... a gente teve muito. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Esta postura de antecipar e/ou decodificar os anseios das comunidades nordestinas gerou vários desentendimentos, incompreensões e rupturas durante o processo de estruturação do MST no Nordeste. Para Welford (2010, p. 393), o MST conclui que “[...] os assentados rejeitavam uma premissa básica sustentada por líderes do MST e funcionários do governo, isto é, de que ter a posse de um pequeno pedaço de terra equivalia a se tornar um camponês”. Ao fazer isso, ignoram a existência de diferentes memórias ocupacionais, distintos significados para a terra e outras possibilidades de relação com ela. No esforço empreendido de nacionalizar o Movimento, dentro de determinado modelo, o MST negligenciou as diferenças regionais nos primeiros anos de estruturação. O estudo de Rosa (2012) sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Brasil) e o *Landless People’s Movement* (África do Sul) relata as dificuldades e ciladas de um estudo comparativo ao demonstrar que o entendimento do sujeito sem-terra é distinto em cada região, portanto não cabendo o uso da categoria sem-terra como universal. Rosa (2012) apresenta as especificidades de cada um dos sem-terras em cada um dos movimentos analisados, a partir das formas sociais de “engrandecimento e justificação sociais” apresentadas diante de suas bases e do Estado, e como elas fornecem sentido aos sem-terra dos respectivos países (ROSA, 2012, p.100).

Alguns anos mais tarde, com a implementação de estudos, debates e reflexões, novas leituras foram desenvolvidas sobre a realidade nacional, permitindo, assim, experimentações em âmbito regional e local, conforme analisamos no capítulo quatro. Isto significa dizer que, por mais coeso e unido que um movimento social aparenta ser, existe um conjunto de subjetividades individuais, que demonstram as ambivalências do processo de constituição enquanto Movimento. No nosso caso de estudo, abordamos a percepção dos líderes sulistas do MST. A maioria das questões abordadas, ou pelo menos as mais polêmicas, já foram objetos de análises e reflexões no interior do MST, resultando, pois, em um discurso

formatado das suas lideranças. Isso, no entanto, não impede de, ao realizar uma leitura mais acurada, percebermos questionamentos, insatisfações e diferentes olhares sobre o mesmo fato.

Para Carter e Carvalho (2010), devido ao funcionamento em redes (representados pelos setores, secretarias e coletivos), o MST evita a eventual repressão ou cooptação das suas lideranças. Durante as entrevistas observamos que, apesar da elaboração dos métodos de trabalho e resistência, cada militante migrante lidou com a repressão de forma diferente, e que existiam orientações distintas sobre qual o grau de visibilidade que o militante deveria adquirir.

Jaime Amorim, por exemplo: desde o início decidiu-se que ele seria apresentado como um militante de massa, ou de “frente de massa”, como é utilizado no jargão da militância. Essa associação/definição foi aceita por ele e igualmente adotada no discurso de outros militantes migrantes, como Zenaide, Dilei e Carlos Bellé. Izabel, por sua vez, tinha a orientação de realizar as articulações, o trabalho de bastidores, portanto não devendo falar publicamente em nome do Movimento nos estados do RS, SC e PR. Ela mesma recorda que, depois de doze anos integrando o MST, fez a primeira fala em nome do MST no Paraná (PR).

*Eu falei em público em nome do Movimento aqui no PR, depois de 1992. Eu nunca tinha falado em público em nome do Movimento. Por quê? Era o cuidado que nós tínhamos. Era um debate interno que nós tínhamos. Quem tinha que falar em nome do Movimento era o camponês acampado e não nós que estávamos ali colaborando.* (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016)

A questão apontada no depoimento de Izabel também se articula com a diferenciação existente entre o papel ocupado pelos camponeses x assessores. Já Dilei, aparentemente por decisão própria, optou por não ocupar lugar de destaque. Para ela, o protagonismo deveria ser ocupado pelos camponeses. Buscava não se diferenciar dos demais acampados e/ou assentados, inclusive por uma preocupação com a segurança. “*Eu sempre preferia estar no meio do povo a estar fora dele. Fora do povo é bem mais perigoso. Isso me dava segurança. Eu preferia mil vezes estar no meio do povo*” (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). De acordo com a entrevistada, além de estar preocupada com eventuais hierarquizações no trato com os sertanejos, sua postura resultava de uma preocupação com a própria segurança, pois assim ficava menos visada pelos adversários. A postura de Dilei também nos remete ao já mencionado método de trabalho da Igreja – “Ver, julgar e agir” –, no que diz respeito ao tempo de maturação política dos camponeses, evitando, assim, antecipar as conclusões que competiria a eles realizarem. Isso não significa dizer que Dilei não confrontou as posições da Igreja para garantir que as ocupações ocorressem, mas que

devido ao perfil, origem e heterogeneidade que compõe a sua formação, muitas vezes os elementos religiosos aparecem de forma mais acentuada na narrativa, mesmo que não seja a intenção. O relato de Dilei sobre suas ações na década de 80, no entanto, contrasta com a sua postura atual, ao sentir-se autorizada e responsável por “decodificar” as palavras do professor Bernardo Mançano para os camponeses.

Apesar de todos os cuidados, competia às lideranças orientar e conduzir os sem-terra, garantindo que as linhas políticas do MST fossem adotadas. Mesmo que deliberadamente o MST procure não abafar o carisma de alguns de seus dirigentes, vários mecanismos sociais de vigilância foram criados (LERRER, 2008). Essa observação apontada por Lerrer (2008) contribui para compreendermos o papel que os militantes migrantes possuem na produção bibliográfica do MST. Na grande maioria dos casos, eles não são mencionados nominalmente. As ações são encaminhadas pelo sujeito coletivo chamado MST. Observamos que o *Jornal Sem Terra* destaca, durante a cobertura do III Encontro Nacional do MST, realizado em São Paulo, de 19 a 23 de janeiro de 1987, o papel da equipe de reportagem em garantir que a palavra fosse “controlada” pelos camponeses, definindo-a como seu “monopólio”, e estimulando a utilização do espaço pelos camponeses (TERRA, 1987a, p. 4). Fica evidente a preocupação em demonstrar o protagonismo dos sem-terra, minimizando o papel das lideranças com a intenção de descrevê-las como auxiliares.

Compreendemos a preocupação com as práticas desagregadoras ou “viciadas” das organizações de esquerda, como: carreirismo, oportunismo, personalismo; igualmente os mecanismos utilizados para inibir tais comportamentos. Todavia, como temos demonstrado ao longo desta tese, a presença dos militantes migrantes antecipou a criação do MST nos estados nordestinos e garantiu um formato único para o Movimento. Tal feito, acreditamos, tenha ocorrido devido ao perfil de militância gestado pelo MST e à total entrega de alguns militantes. Nesses termos, não situar adequadamente a contribuição deles torna menos rica a complexa, multifacetada e contraditória a história do MST.

Dentro da política de deslocamento, identificamos em praticamente todos os depoimentos dos militantes migrantes as expressões “ajudar”, “contribuir” e “auxiliar”, referindo-se à tarefa de estruturar o MST no Nordeste. Os mesmos termos são encontrados em várias teses e dissertações (ALENCAR 2010; CINTRA 1999; ARAÚJO 2007; LOPES 2007), como justificava e incentivo para o deslocamento dos militantes. A adoção dessa terminologia, acreditamos, pode camuflar os reais objetivos e atenuar eventuais conflitos na disputa pelo espaço político. Trata-se de uma leitura superficial e ingênua do papel desempenhado pelos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste. Não se

tratava de “ajuda” ou “auxílio”, mas de pavimentar a construção de um movimento social com pretensões de partido político, dentro de critérios e resoluções pré-definidos. Insistir na adoção dessa narrativa é retirar todo o protagonismo dos militantes que construíram os alicerces para a estruturação nacional do Movimento atual. Trata-se de vidas marcadas por uma fusão entre a vida pessoal e a ingerência da organização política. As opções e recusas pessoais desses militantes, nos primeiros anos do Movimento, definiram o ritmo e o tom da expansão. Em uma entrevista, observamos a adoção da lógica contrária, ou seja, o militante migrante é que afirma receber “ajuda” dos camponeses em determinado momento da construção do Movimento.

Todos os entrevistados em algum momento afirmam que eram “doidos”, e sugerem que adotariam práticas e/ou comportamentos distintos, diferentes de outrora. As releituras, marcadas pelo intervalo de aproximadamente trinta anos, por reordenamentos da política e pelo amadurecimento individual e coletivo, são aplicadas às táticas adotadas pelo MST nos estados nordestinos, aos aspectos comportamentais, aos riscos de exposição em determinados contextos, às exigências às lideranças locais e aos demais militantes; e, por outro lado, às opções individuais, de não privilegiar a vida profissional (deixando de lado a formação universitária), de não gerir a propriedade da família, de não acumular bens e recursos financeiros para uma aposentadoria mais confortável, e mesmo de ter “abandonado” os pais por tanto tempo em nome de um projeto coletivo.

Se por um lado os militantes migrantes sentem as dificuldades financeiras, resultado das suas escolhas pessoais, por outro, identificam elementos de satisfação, solidariedade, reconhecimento e mesmo de oportunidades, como as viagens ao exterior que, a princípio, estavam fora do seu horizonte. Trata-se de mecanismos de “remuneração simbólica”, relacionados com a satisfação de defender uma causa e contar com o prestígio e respeito social e político da organização que integram (GAXIE, 1977 apud LERRER, 2009, p. 154-155). Dentro da mesma linha argumentativa, a questão é abordada por Chaves (2000), que ressalta as conquistas do plano simbólico durante a Marcha Nacional do MST. A autora sintetiza, positivamente, a visibilidade do movimento social e a ampliação de interlocução com a sociedade, a construção de uma identidade própria, de um espaço de sociabilidade, e o reconhecimento público e do poder político.

Os depoimentos rememoraram fatos desconhecidos pela sociedade, pelos movimentos sociais e pelos próprios integrantes do MST. Todos os militantes migrantes entrevistados se tornaram lideranças nacionais do MST, sendo utilizados como exemplos de militância para as novas gerações. Hoje, alguns afirmam que se sentem mais “nordestinos” do que “sulistas”.

Nas reuniões da Direção Nacional, Dilei, por exemplo, afirma que sai em defesa do Nordeste e, que, no momento, desconhece a realidade do “MST do Sul”. Para os que permaneceram no Sul, como Izabel Grein, a sensação é de que os “seus” militantes, adotando o recorte geográfico, transformaram-se em “nordestinos”. Ela diz: *“E alguns dos nossos ficaram lá e se transformaram em nordestinos. Claro que a gente sabia da miséria, da pobreza, mas ao mesmo tempo, como que esse povo que foi para lá, foi entendendo e ajudando a pensar coisas diferentes”*. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016), destacando a ousadia, a coragem, a inteligência, a perspicácia e mesmo a inventividade dos militantes que assumiram o desafio das migrações, em nome do Movimento.

Já Fátima afirma que recorrentemente é identificada como a “Fátima do Ceará”. Essa identificação é resultado do reconhecimento do trabalho desenvolvido e do legado deixado por ela no estado do Ceará. Também é resultado do processo de construção de lideranças promovido pelo MST, através da ocupação de espaços públicos, como: atos, comícios e na imprensa escrita e falada, fornecendo-lhes, assim, visibilidade; e por assumirem, de forma sistemática, o papel de representantes e interlocutores com o Estado e seus organismos, sindicatos e outros movimentos sociais. O fato do MST ter deslocado militantes para o Nordeste possibilitou uma leitura mais acurada do Brasil. Através da convivência, da troca de experiências, das críticas e autocríticas, o MST reuniu elementos para interpretar as diversidades regionais, distanciando-se dos esquematismos dos primeiros anos de existência.

Soma-se à política de construção das lideranças do MST as características individuais de cada militante migrante, as quais forneceram peculiaridades para o MST de cada estado. Embora possuíssem estilos e ritmos próprios de militância, não houve fragmentação no processo de expansão do MST no Nordeste. Pelo contrário, identificamos que os militantes manejam um conjunto de características individuais, de modo a assegurar a estruturação do MST de forma coesa e unitária.

### 5.3 CARACTERÍSTICAS FACILITADORAS OU “TENDÊNCIAS MODELADORAS” ADOTADAS PELOS MILITANTES MIGRANTES NO NORDESTE BRASILEIRO

Antes da realização da entrevista com Maria Izabel Grein já suspeitávamos que as características pessoais dos militantes enviados para o Nordeste, e que lá permaneceram, foram decisivas para a estruturação do MST, de forma coesa e unitária, no território nacional. No início da entrevista, Izabel nos diz: *“Eu sou muito queijo duro”*, justificando a sua não ida para o Nordeste durante os anos 1980. Ela vivenciou essa fase do Movimento e contribuiu na

seleção e no assessoramento dos militantes deslocados. O uso da expressão “queijo duro” tem o objetivo de demonstrar que ela é “muito sulista”, ou “muito bairrista”, portanto não comportando o perfil necessário para a tarefa no Nordeste.

Conforme observamos, a Direção Nacional privilegiava o envio de militantes mais flexíveis no trato, que apresentassem maiores possibilidades de inserção. Segundo Izabel, para ela seria muito difícil se desprender de determinadas práticas consideradas sulistas para incorporar aspectos da cultura e culinária nordestina. Ou seja, para evitar as acusações de interferência sulista e desrespeito à cultura regional, o MST buscava atuar de forma mais assertiva, evitando o envio de lideranças “bairristas” e com temperamento mais explosivo ou polêmico.

Diante do exposto, acreditamos que as características pessoais e/ou o perfil de determinados militantes migrantes funcionaram como facilitadores na condução política, contribuindo para que o MST fosse nacionalizado nos moldes propostos. Entre elas, podemos destacar o carisma, a paciência, a flexibilidade, a abnegação, a disponibilidade e o espírito de sacrifício. Através da análise das entrevistas, identificamos elementos comuns e particulares na militância que, de forma articulada, fornecem um estilo, um modo de militar próprio dos militantes migrantes, responsável por nacionalizar o MST, com arranjos para cada estado.

Retomaremos duas situações para demonstrar como as características pessoais desempenham papel importante na inserção, no convencimento e na aceitação dos militantes migrantes como lideranças. A partir da experiência de Dilei em Teotônio Vilela (AL), bastante marcante, parece-nos que ela constrói um estilo de trabalho de base, com o intuito de adquirir a confiança e evitar eventuais indisposições no relacionamento com os sertanejos.

*O segredo de adquirir a confiança. Quando eu não estava em reunião, eu ia aprender a fazer farinha com eles. Essa relação de convivência que dava para eles a segurança que dá para ir [para as ocupações]. Eu acho que esse método ele é importante, a convivência com eles. Cria uma relação de confiança e eles vão. Imagina: “O povo que vem do Sul e quer levar a gente para terra”. Pensando hoje, esse povo é louco! (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

No caso de Fátima, a definição do ponto do pau de arara como local de encontro, de trocas e de convencimento dos trabalhadores, permitiu a construção dos instrumentos analíticos para estreitar o diálogo e criar vínculos de confiança, ao ponto de os camponeses irem para uma ocupação. A postura de Fátima, sua iniciativa e autonomia, foram decisivas para a estruturação do MST/CE. Ela criou um estilo próprio, particular, que se distanciava das formas habituais de fazer política na região.

*E a forma que a gente foi, de forma humilde, não teve atravessamento nenhum. Você está no ponto de ônibus, conhecendo a realidade, trocando informação, sabendo quem é quem. Onde estava? Onde você mora? O que vocês fazem? Como que é? A partir daí houve uma inserção na cultura deles. E a partir daí desencadeia a multiplicação de militância, que foi a sequência.* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Muitos militantes acreditam que tiveram êxito no processo de convencimento nos locais de destino devido às suas características pessoais, tais como respeitar a diferença, saber ouvir os anseios dos camponeses e se inserir na realidade nordestina sem imposições. Fátima sugere que sua forma de se inserir, “*sem atravessamento*”, facilitou o trabalho de base. Segundo ela, o fato de ser “capixaba” pode ter ajudado, diferenciando-se dos sulistas, sobretudo dos gaúchos<sup>73</sup>.

Em outros casos, os entrevistados narram verdadeiras facetas, por exemplo, quando conseguiam despistar a polícia ou os agentes privados, redirecionando o local de uma ocupação, ou quando embarcavam individualmente em ônibus, de forma silenciosa e articulada, para se dirigirem a determinada manifestação para não chamar a atenção dos policiais, evitando, portanto, que fossem impedimentos de transitar ou que fossem cercados. Ou quando despistavam agentes contratados para vigiá-los e segui-los pela região, conforme narra Bellé, em tom de brincadeira: “*Pegava o ônibus para ir ao centro para alguma atividade, eles entravam também, aí tu ameaça descer, eles desciam, e tu ficava. As brincadeiras nossas com eles, para tirar umas cascas*” (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

No depoimento de Dilei, as observações mencionadas acima são traduzidas como certa “expertise” do MST no trato com os camponeses.

*A gente tinha uma lábia danada [risos]. As condições deles e a lábia da gente. O Movimento nesse sentido preparou bem o seu time. A gente tinha muita formação, no sentido de ouvir e tinha um elemento muito forte que era a convivência.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Através do uso de uma linguagem mais simples, com termos próprios dos camponeses da região, ela conseguiu adquirir confiança e avançar no processo de aproximação. Segundo Dilei, sem esse traquejo ou habilidade o MST não teria prosperado. A entrevistada não estabelece distinção entre ela e o Movimento. No entanto, observamos que as abordagens e as

<sup>73</sup> De acordo com vários militantes migrantes, existiram problemas de condução e choque entre os sertanejos e os gaúchos.



formas de se relacionar modificavam-se de militante para militante. Ou seja, que muito do êxito no recrutamento dependia do perfil do militante. Diferentemente de outras lideranças, Dilei defende que suas habilidades na abordagem com os camponeses resultam do trabalho formativo do MST.

O vínculo, a origem, a experiência e a trajetória junto à Igreja foram decisivos na escolha dos militantes que migraram para os estados nordestinos. Através do depoimento de Jaime, percebemos a importância da experiência acumulada nos instrumentos da Igreja. Por outro lado, também é possível antecipar que a radicalidade presente nas futuras ações do MST, como nas ocupações de terra, logo entraria em “choque” com a prática evangelizadora da Igreja.

*Lá no Oeste em função da importância de Dom José Gomes, que era um bispo que efetivamente trabalhava junto dos camponeses, que teve a sua história muito próxima dos camponeses e das organizações e nos ajudou nesse período a organizar a luta pela terra em Santa Catarina. Então, essa militância que estava na Pastoral da Terra, ou que estava nas CEBs, que estava, e alguns inclusive que, estavam nos seminários, como seminaristas, acabaram vindo para a luta. As primeiras ocupações eram o momento de colocar a sua rebeldia em ação. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o Movimento no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

No caso de Bellé e Zenaide, a decisão foi “costurada” entre o MST e a figura de Dom José Gomes. Zenaide, visivelmente emocionada, relembra das palavras proferidas pelo religioso:

*O João Pedro [Stedile] depois que soube que a gente casou foi conversar com o Dom José Gomes para liberar o Bellé. Ele coordenador da CPT, inclusive, em 1989 eles iam fazer eleição do novo coordenador e eles estavam cogitando o nome do Bellé. Aí o João Pedro foi conversar com a gente para ver se a gente topava fazer essa viagem para o Nordeste. A gente era super novo na época, longe da família. Eu falei assim para o Bellé: “Vamos fazer essa aventura!?” Aí depois demos a resposta para João Pedro. Aí ele foi conversar com o Dom José, se a Igreja liberava o Bellé para ele não sair queimado. Aí Dom José falou umas coisas tão lindas. Que a Igreja disponibiliza os militantes da Igreja para fazer missão no Nordeste. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)*

Na citação acima percebemos que existia uma preocupação em preservar o militante, demonstrando que a sua saída resultava de um acordo, de pautas comuns entre a Igreja e o MST. Uma saída amistosa, em grande parte, facilitaria o apoio e a solidariedade em outras regiões. E ainda, além das inseguranças da viagem, para um local distante da família, os militantes eram movidos pela curiosidade, pela expectativa em expandir os horizontes e se apropriar da sua própria vida, conforme abordamos no tópico “Perfil dos Militantes

Migrantes”.

No entanto, são identificados vários equívocos ou excessos no processo de estruturação do MST no Nordeste. Jaime, assim como outros militantes, reconhece que houve eventuais erros, inabilidades e excessos no trato com os camponeses e na condução do Movimento nos estados nordestinos. Existia uma preocupação que o MST se dividisse, com o afrouxamento da direção, e se transformasse numa ONG, de acordo com o entrevistado. Izabel atribui os equívocos à pouca experiência dos militantes, que ávidos por apresentar resultados, ignoraram aspectos da dinâmica local. Segundo Izabel, os erros são característicos de um movimento social composto de pobres. *“Houve erros sim. Mas o Movimento é movimento de pobre, de gente, e gente erra, ainda mais quando você sai do seu local”* (Entrevista concedida por Izabel Grein, 2016). Cabe lembrar que estamos discutindo o papel das lideranças e não o universo dos sem-terra, portanto, de quadros que possuíam uma formação superior ao conjunto dos camponeses.

A partir das queixas, o MST selecionou militantes migrantes com mais atenção, observando as compatibilidades entre o perfil do militante com a região destinada. Paralelamente a isso, a Direção Nacional forneceu maior liberdade de decisão aos militantes, demonstrando que estava aberta à experimentação e igualmente disposta a incorporar as diversidades regionais no seu discurso e na sua prática. O depoimento de Fátima demonstra a necessidade do MST de rever os métodos e a linguagem adotados durante os cursos de formação, devido ao papel da religiosidade na formação do campesinato cearense.

*Depois vai tendo dificuldades da própria questão organizativa, do processo de crescimento, da expansão, no processo de formação da consciência, que às vezes, houve embates. Alguns cursos de filosofia então tiveram os choques; alguns militantes se afastaram, teve dificuldades nesse sentido. Aí foi revista a questão metodológica de trabalhar esses temas; como o sertanejo é bastante religioso, às vezes, chocavam no processo de formação. Mas, depois se superou, porque se avaliou a necessidade de melhorar a metodologia e a linguagem. Mesmo com essas dificuldades e entraves, também permitiu a recolocação de outra forma. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

Conforme afirma Bourdieu (1989), o *porta voz* somente tem legitimidade se o discurso é reconhecido pelo grupo. Por isso a necessidade de se integrar ao universo dos sertanejos, se apropriando de suas práticas, pois elas confeririam a legitimidade ou a “autoridade” necessária para as lideranças. A noção de *habitus* é operativa neste trabalho para pensar que o indivíduo se forma em um determinado contexto, onde recebe um conjunto de esquemas, responsável por delimitar suas ações e escolhas, através do grupo social que integra; todavia, este indivíduo também age sobre este meio, que é uma entidade inacabada. Este conjunto de

esquemas, que define o *habitus*, segundo Bourdieu (1989), é transmitido ao indivíduo desde a primeira educação, ainda no núcleo familiar, sendo constantemente repostado e reatualizado ao longo da sua trajetória social.

Para Dilei, a junção da sua trajetória junto à CPT e as suas características pessoais resultaram em uma tentativa do MST de diminuir as hostilidades na Paraíba.

*Por essa característica de eu ter vindo da Igreja, que eu vim parar na Paraíba. Para tentar conciliar as coisas, porque o nosso inimigo não eram eles. Essa coisa ela foi, aí precisava de gente com muita humildade, com muita cabeça. Eu sentava na cadeira e deixava eles falarem. Eu não rebatia. Se você vai para o enfrentamento. Tinha que ter uma característica de uma pessoa que ouvissem eles. Mas e aí “O que nós podemos construir junto?”, eu dizia no final. Não ia para o enfrentamento com ele, porque nós tínhamos claro que nós tínhamos de somar de forças. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Segundo seu relato, ela possuía as características necessárias para a flexibilização das relações do MST com a CPT na Paraíba, então estremecidas. O não enfrentamento direto, de acordo com Dilei, objetivava diminuir as tensões. O fato de possuir uma formação no interior da Igreja deveria contribuir para tal intento, criando uma relação de confiança e afinidade. A entrevistada busca ressaltar aspectos na sua atuação que unificavam os movimentos sociais e as entidades de classe, tratando de minimizar eventuais diferenças. Isso, no plano prático, representava um recuo no processo de expansão e estruturação do MST, pois ele se diferenciava justamente através do seu arsenal de ação - novo e radical se comparado às antigas formas de exigir a reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Nesse caso, precisava em alguns momentos recuar para forjar uma convivência. Conforme relata Dilei, sua postura foi de buscar a unidade e, podemos dizer, de “constranger” os grupos e indivíduos que rivalizavam com o MST.

Por outro lado, apesar dos tensionamentos e das divergências de método, não houve uma política clara do MST de ruptura com a Igreja. O depoimento abaixo ilustra a relação de coexistência entre a Igreja e o MST.

*Eu acho que na Paraíba nós tivemos... a teoria marxista e a teoria da Igreja ela não era muito diferenciada. Havia um processo de exploração dos trabalhadores. Isso a Igreja também pregava muito. Agora se você for olhar não existem muitas divergências em termos teóricas. No MST com a teoria marxista, eu acho que o MST, ele sempre foi muito esperto porque ele nos preparou muito bem no sentido que a gente tem que cuidar, porque essa militância que saiu da Igreja, já saiu porque estava em contradição e tinha divergências com a estrutura. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).*

Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, dirigente da CPT e defensor da reforma agrária e dos direitos dos povos indígenas, apresenta no prefácio do livro “Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” uma discussão sobre a formação macroecumênica do MST, a qual foge dos esquemas rígidos de ingresso presentes nos partidos políticos. Essa linha é reafirmada por Stedile, que destaca a importância deste trabalho por parte da CPT. Segundo ele, se não houvesse um trabalho ecumênico, capaz de aliar os setores da Igreja Luterana, outros movimentos poderiam ter surgido, não assegurando, assim, a unidade do MST. Ou seja, o MST não contaria com a coesão no início da sua formação (FERNANDES, 1999).

A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não estivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (FERNANDES; STEDILE, 1999, p. 20-21).

A experiência herdada pelos militantes migrantes na CPT foi potencializada no MST. A origem funcionava como um canal, um passaporte para o trabalho de base nos municípios rurais do Nordeste. Essa foi a situação vivenciada por Jaime, Bellé, João Daniel, Zenaide e Dilei. Contavam com experiências distintas, no entanto todos tiveram uma passagem e estabeleceram vínculos com o trabalho realizado nas pastorais. Jaime, por exemplo, deixa claro em seu depoimento que, na sua ida para a Bahia, o MST objetivava tirar proveito da sua experiência junto à Igreja. Vejamos:

*Essa foi a minha tarefa, ir para a BA ajudar a fazer a primeira ocupação na BA. Tinha a experiência dentro da Pastoral da Terra, dentro PT, da juventude, enfim, era aproveitar essa experiência e ajudar a organizar. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Diferentemente de alguns entrevistados, os quais buscam demonstrar a gradual ruptura do MST com a Igreja, enfatizando a singularidade do método do MST, Dilei insinua que a metodologia e a linguagem do Movimento são, exclusivamente, herdadas pela Igreja.

*Eles adoram quando eu falo: “a dicção”. E pelo fato de vir Igreja, a gente cria um método que as pessoas entendem (...) Isso foi bom dentro da Igreja. De falar a linguagem que o povo entende. Então por isso que o povo gostava da gente, porque a gente falava a linguagem que o povo entende. E isso ajudava... e íamos assim. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

A afirmação de Dilei contraria os depoimentos de Jaime Amorim e Carlos Bellé. Os dois entrevistados demonstram que existia uma diferença fundamental de método entre a Igreja e o MST, singularizando o último. O grau de conflitividade vivenciado nas ocupações de terra entrava em choque com a linha pacífica dos religiosos. A justificativa teórica para se integrar aos camponeses, de acordo com Jaime Amorim, encontra influência no maoismo.

*Aí vem do maoismo. Mao dizia isso. Vá pro meio do povo, é... sinta aquilo que o povo quer, recolha do povo esse sentimento, analise isso de forma científica e devolva pro povo como palavra de ordem. Esse seguimento ou essa teoria de Mao é que a gente tentava aplicar. Quer dizer, tu tens que falar aquilo que o povo tá sentindo e aquilo que é de fato a vontade dele. Agora tu tens que falar de forma com que isso, ele compreenda como palavra de ordem, o que ele vai fazer. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)*

Dilei também comenta sobre a influência do maoismo, associando-o ao desenvolvimento de técnicas e habilidades para melhor compreensão dos anseios da população pobre do campo. A influência do maoismo na formação de quadros no interior do MST precisa ser contextualizada. Trata-se de uma influência muito difusa e parcial, em grande parte resultado da “política de pinçar” aspectos teóricos de forma conveniente pelo MST e, por outro lado, das reminiscências na formação dos militantes cuja atuação iniciou-se no Movimento de Educação de Base (MEB), durante os anos 1960.

O MEB, mais do que ter uma tese de que iria salvar o campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar a que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la. (MST, 1999b, p. 31).

Essa foi a tônica da década de 60, quando muitos agentes de pastorais e militantes do MEB organizaram as Ligas e os sindicatos. Muitos desses militantes acabaram se engajando na Ação Popular (AP), organização política criada em 1962 pela atuação da Juventude Universitária Católica (JUC). Depois do golpe militar de 1964, a AP passa por um processo de radicalização e parte do coletivo aderirá ao maoismo, e depois ingressará no PCdoB. Os aspectos incorporados do maoismo giravam em torno da ideia de proletarianização dos militantes e do trabalho organizativo junto ao campesinato, preparando-os para a chamada “guerra popular prolongada”. Ou seja, acreditava-se que para fazer a revolução no Brasil, era necessário realizar uma “longa guerra”, com início no interior do país, cercando as cidades, em direção ao centro do poder (STEDILE, 1991). Com esse objetivo, o PCdoB enviou quadros para se inserir e trabalhar no campo, na região amazônica, conhecida como a

Guerrilha do Araguaia<sup>74</sup>. Observou-se, no plano prático, uma espécie de transposição mecânica ao supor uma aliança dos setores populares com a burguesia nacional para realizar reformas democráticas, entre elas, a reforma agrária.

Identificamos que a mesma forma de enxergar os camponeses presente no discurso do MEB norteou a atuação do MST nos anos iniciais. Os militantes migrantes seguiam para os estados nordestinos com o propósito de “ajudar”, “auxiliar” e “contribuir”<sup>75</sup> na organização dos camponeses. A Direção Nacional do MST acreditava que somente teria êxito se contasse com uma assessoria qualificada, resultado da experiência adquirida nas entidades, acampamentos e assentamentos do Sul e da formação teórica, particularmente a marxista, destinada aos jovens egressos dos grupos de jovens, seminários, pastorais entre outros organismos da Igreja. Contava ainda com a figura de um militante comprometido, disciplinado e determinado a seguir todas as deliberações do Movimento.

Nas entrelinhas, existia uma ideia de “missionarismo”, semelhante ao discurso proferido pela CEB. O “missionarismo” é oriundo da prática da Igreja e foi reapropriado pelo MST. Trata-se da experiência de colocar a vida pessoal a serviço de uma missão, neste caso, transformar a sociedade brasileira através da reforma agrária. Segundo Lerrer (2008), a interiorização de determinados valores foi o que permitiu que determinados sujeitos abdicassem de seus projetos particulares em favor de um projeto coletivo. Nas suas palavras significa:

[...] associar seu projeto pessoal ao destino de uma “organização”, um coletivo reunido em torno de um projeto comum é o que fez com que uma geração de militantes optasse por sair de seus estados de origem para construir a organização do Movimento Sem Terra em outras regiões do país (LERRER, 2008, p. 117).

Para a autora, a ideia de uma “missão” a cumprir impulsiona ou motiva esses jovens a abdicarem de seus projetos pessoais em prol da construção de uma organização, de um projeto coletivo. Em determinados momentos, observamos essa tônica nos depoimentos dos militantes migrantes, sugerindo algo como uma tarefa missionária, de salvar a população pobre daquela situação de penúria a que estava submetida. A mesma reflexão é apresentada por Caldart (2001), com o diferencial de que a vivência e o aprendizado realizados nos acampamentos são decisivos para a formação política, então responsáveis pela constituição de novos valores – fraternos, solidários e mais humanos. De acordo com Caldart (2001), o

<sup>74</sup> Inspirada nas experiências vivenciadas durante a Revolução Cubana e Chinesa. Em 1973, a Guerrilha do Araguaia foi liquidada pelo Exército Brasileiro.

<sup>75</sup> Esse é o discurso hegemônico, inclusive, o adotado por estudiosos das ciências humanas.

militante seria “tomado”, e sua vida pessoal mesclaria-se com os interesses políticos da organização à medida que ele fosse assumindo, através da vivência, toda a historicidade da luta pela terra. Para Lerrer (2008), essa opção de engajamento e de doação a um movimento social não resulta apenas da vivência e convivência experimentadas nos acampamentos, por mais marcantes e significativas que possam ser, pois não seriam suficientes para justificar a migração para outros estados. Na mesma linha, Indursky (2014) afirma que muitos camponeses podem identificar-se com a questão agrária, mas isso não é suficiente para transformá-los em militantes da causa Sem Terra. A justificativa, portanto, recairia para a motivação político-ideológica.

Monteiro (2013), por sua vez, destaca a importância dos laços de amizade, além dos elementos ideológicos. Observamos o papel dos laços afetivos (e de origem) através da expressão “*família sulista*”, utilizada por Zenaide quando chegou a Maceió. Ela relembra, em detalhes, a recepção calorosa dos “companheiros” do Sul na chegada à rodoviária de Alagoas. As reuniões realizadas na Secretaria Regional em Maceió constituíram-se em um espaço de convivência, de trocas e sociabilidades. Outros espaços de convívio da militância diária, como reuniões, ocupações de terra, cursos de formação, permitiram a constituição de vínculos que caminhavam lado a lado com as motivações ideológicas.

#### 5.4 NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RELAÇÃO COM A TERRA

*O Movimento tinha outra proposta. Nós não temos liderança individual, nós somos lideranças coletivas. A direção é coletiva, não é individual. Não é o indivíduo que tem que se sobressair, é a organização.*

Maria Izabel Grein, 2016

As trajetórias dos militantes migrantes se inscrevem na história do MST e da luta pela terra no Brasil, contribuindo para o conhecimento desta fase histórica de estruturação do Movimento. Embora seja destacado o protagonismo individual dos militantes, suas trajetórias, aptidões e habilidades, esta tese compreende que as ações engendradas pelos militantes migrantes devem ser compreendidas coletivamente, no seu conjunto. Movidos por ideais socialistas, competia a eles construir a organização que acreditavam, fornecendo unidade e coesão às ações do coletivo.

Fátima descreve que quando o Movimento decidiu deslocá-la para o estado do Rio Grande do Norte (RN), os membros da Direção Estadual e demais integrantes do MST-CE não aprovaram de imediato a decisão. Ficaram receosos de que o trabalho poderia ficar comprometido com a sua saída. A Direção Nacional, por sua vez, avaliara que as lideranças do estado já poderiam caminhar com suas “próprias pernas”, pois já possuíam todas as suas instâncias constituídas.

*A gente já tinha toda uma estrutura de decisão montada. Nas regionais também organizadas. E no RN tinha alguns problemas que o Movimento estava passando. E daí de novo: quem poderia ir? Acho que a Fátima dá conta. Aí como o CE já podia caminhar. Teve alguns problemas no CE, não queriam que eu saísse. Aí foi feito todo um trabalho de que daria conta, que não teriam problemas. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)*

O depoimento de Fátima nos permite fazer algumas observações. Em primeiro lugar, que a vida do militante estava à disposição da organização. Quando da migração para o RN, Fátima já se encontrava no CE por aproximadamente dez anos. O seu deslocamento resultou de uma decisão exclusivamente política, com o propósito de mediar uma situação conflituosa no RN. Fátima já estava estabelecida, possuía uma rede de relações e amizades, mas não hesitou em cumprir o encaminhamento, reforçando o argumento apresentado por nós sobre a existência do centralismo democrático. Em segundo lugar, que o trabalho de continuidade foi delegado a novos militantes, resultado da formação e articulação de Fátima no Ceará. Apesar das queixas, dúvidas e inseguranças, o MST optou por apostar na construção da autonomia e do desenvolvimento de novas lideranças.

Dilei comenta que, gradualmente, foi se desobrigando das tarefas na Paraíba e, atualmente, não se faz necessária a sua exposição pública. Novos militantes, resultado do processo de articulação, adquiriram maior visibilidade, tornando-se porta-vozes do Movimento. “E, nem sempre, às vezes, a gente fala, mas, mais raramente é a gente que fala. mas ele tem... ele [Movimento] tem um corpo próprio, ele tem coordenações fortes, próprias. E já nem sempre é a gente que fala” (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). A substituição das lideranças é resultado do processo de estruturação do MST nacionalmente.

Na mesma linha argumentativa de Claudia Monteiro (2013), sobre a atuação dos militantes do PCB no Paraná, acreditamos que a presença dos militantes migrantes possibilitou a participação e o engajamento de pessoas na política que até aquele momento estavam alheias às questões desta natureza. Em alguns casos, o MST avaliou que o deslocamento das lideranças locais, forjadas a partir do processo de aproximação, articulação



e convivência com as lideranças sulistas, era importante para o crescimento e projeção delas. Os vínculos familiares e locais, nesse caso, limitariam as potencialidades do militante. No caso da Paraíba: *“Porque se a gente deixasse aqui, elas não iam crescer. A nossa análise, pelas relações familiares e própria estrutura de poder aqui, eles contribuíram muito mais em outros estados, elas se tornaram referências. Aqui poderiam se anular”*. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). Verificamos situação semelhante nos estados do Ceará e Piauí.

Os encaminhamentos acima corroboram a tese de Rosa (2006) sobre o papel dos movimentos e das organizações sociais do campo na formação de novos atores políticos. O autor apresenta um inventário das organizações de luta pela terra que se estruturam a partir do repertório de ações consagradas pelo MST, em particular a ocupação de terra. De acordo com Rosa (2006), as organizações como o MST criam condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque no cenário político dos pequenos municípios, contribuindo para a modificação das estruturas tradicionais de poder no território em que operam. Especificamente sobre o MST, Rosa (2010) defende que ele foi o responsável pelo surgimento de nova relação entre o Estado e os movimentos sociais.

Bogo (1999) questiona a atuação das organizações, partidos políticos e sindicatos que adotaram a ocupação de terras, durante a década de 1990, como forma de luta. Para o autor, trata-se de uma prática oportunista, com o objetivo de “arrebatar” pessoas e captar recursos. A dinâmica, os métodos e os objetivos dessas entidades não privilegiam a luta pela reforma agrária, pelo contrário, suas pautas gravitam em torno das lutas corporativas (BOGO, 1999), pois o MST compreende que, além da luta econômica, trava uma luta política e ideológica.

A partir dos anos 1990 observamos uma transformação na relação do MST com o Estado. Nos primeiros anos, sua postura, principalmente no Nordeste, é praticamente de negação do Estado. Com o objetivo de distanciar-se de práticas assistencialistas e paternalistas, acaba diminuindo o papel do Estado na elaboração de políticas públicas e na redistribuição de recursos públicos. O depoimento de Fátima Ribeiro deixa isso claro:

*O sertanejo tinha muita, ainda, aquela cultura de, não tinha naquele primeiro momento de ficar na dependência do estado. Não, o pessoal tinha sementes. Então, esse primeiro momento era com recursos próprios dos trabalhadores, que se plantava milho, feijão, entendeu, era com recursos próprios. Nesse primeiro momento, não teve essa dificuldade. Só depois que começaram aparecer os projetos, começa a ficar na dependência.* (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Medeiros (2014, p. 214) acredita que o repertório de ações adotadas pelo MST, “[...] trata-se de uma forma inovadora de luta pela terra que publiciza a demanda, cria fatos políticos, impõe negociações, polariza atores e traz o Estado para o centro do debate, obrigando-o a tomar posições, constituir políticas etc.” Em outro texto, a autora já chamava a atenção para a possibilidade de alianças se fazerem e desfazerem em função de uma “[...] dinâmica política que passou a ser dada pelo Estado, a partir de um conjunto de iniciativas que acabaram por configurar uma nova institucionalidade para a reforma agrária” (MEDEIROS, 2002, p. 2). Gradativamente, o Movimento passa a ocupar os espaços institucionais, disputar e exigir de forma mais sistemática recursos públicos para educação, saúde, políticas para a juventude, agricultura familiar, agroindústria, entre outras demandas; e, não somente o reconhecimento social e político que abordamos no início do capítulo.

A expressão “A reforma agrária é uma luta de todos” (1995) resultou da tentativa do MST em envolver outros segmentos sociais, compreendendo que a luta pela reforma agrária não deve ser exclusiva do campo. Trata-se, também, de uma resposta ao governo federal que tinha por objetivo mostrar que o MST não possuía o monopólio da luta pela terra, e que ele poderia estabelecer diálogos e negociações com os novos movimentos e coletivos em detrimento da presença do MST (BOGO, 1999). Com essa resposta, o MST pretendia demonstrar que não se abalava diante das ofensivas e tentativas de isolamento, mas o contrário, sua intenção era somar forças no cenário nacional. De acordo com Bogo (1999), desde o III Congresso do MST (1995) a relação de atrelamento dos movimentos sociais a entidades de assessoria ou outras organizações encontra-se superada, pois o MST formou seu próprio corpo de intelectuais, através da formação intensiva de quadros, os quais assumiram a condição de dirigentes políticos.

Em paralelo à constituição de novos atores sociais, capazes de alterar a dinâmica política dos pequenos municípios, observou-se o acesso à terra como elemento de mobilidade social nas contribuições de autores, como GODOI, 2009; MOREIRA, 2007; ROSA, 2010, e nos depoimentos analisados. Os entrevistados destacam as mudanças nas condições de vida e trabalho da população pobre do campo, sobretudo através da aquisição de bens de consumo e acesso à serviços, como moradia, educação, energia elétrica, financiamento e créditos para a produção.

*Depois de anos que você vai tendo as conquistas, é gratificante as pessoas estarem com a casa, às pessoas estarem, é... não existe valor econômico que pague isso. Não existe. Quando as pessoas têm a sua terra, que elas melhoraram, que lá no café da manhã não é mais só ovo, né? Mas é a batata, é o inhame, é galinha. E que você já*

*não tem mais três ovos, você tem dúzia de ovos que você leva pra feira pra vender. São outras relações.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Assim como as ocupações, as marchas se caracterizaram como uma marca do Movimento, e uma forma de luta que poderia ser adotada isoladamente ou articulada. De acordo com Chaves (2000), umas das tarefas da marcha, em particular a Marcha Nacional a Brasília, de 1997, era construir uma comunicação com a sociedade. A autora acompanhou a Marcha Nacional, que partiu de três regiões do Brasil (simultaneamente) com destino à capital do país. Nesse percurso, ela buscou compreender as origens e as associações do movimento social, as categorias engendradas ao longo da construção do sujeito “sem-terra”, as simbologias, os objetivos imediatos e mediatos na marcha, as contradições, o sofrimento, a experiência do confinamento, as frustrações e as alegrias e a busca do reconhecimento social e político do MST.

Na mesma linha, Dilei descreve as transformações coletivas e individuais operadas antes, durante e após a realização da marcha na Paraíba. Seu depoimento demonstra que a ocupação de postos mais altos na Direção do MST está diretamente relacionada com a expansão do próprio MST na Paraíba; evidencia a formação de novos espaços de sociabilidades; e anuncia uma nova abordagem na condução da luta pela terra, exemplificada pela alteração do método de trabalho e na incorporação de distintas formas de luta.

*Nós fizemos a marcha, 97, de um canto do estado a outro, de Cajazeiras a João Pessoa. E essa marcha espalhou o MST no Estado todo. Nós pegamos 150 pessoas e fomos, acho que 700 km. Foi uma loucura. Mas, foi uma marcha que acontecia em todos os estados do Brasil. E essa marcha ouvia os problemas do povo, o que o povo queria e atrás ia um grupo fazendo ocupação. E aí gente fez ocupação no sertão do Cariri. E aí a partir dessa marcha que o MST começou a tomar o corpo de estado na Paraíba. Fiquei por aqui, fui coordenando o Movimento, fui assumindo as instâncias, aí assumi Direção Nacional. Mas, assim...o MST antes era muito localizado numa região, e nós viemos e fomos expandindo o Movimento. Essa foi minha tarefa na Paraíba. Foi cumprida. Como foi cumprida a tarefa no Nordeste e consolidar o Movimento nos estados. Até aqui tarefa cumprida.* (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

A partir dessa proposta de diálogo e através das suas ações inovadoras, Caldart (2001) afirma que o MST se torna “moderno” na sua forma de fazer política, contrastando com a corrente associação de atraso cultural e econômico dos sujeitos do campo. Lerrer (2008) também defende na sua tese de doutorado o elemento da “modernidade”, trazido na proposta do MST. A autora compreende o MST como um importante agente de modernização ao questionar a estrutura fundiária e instrumentalizar através das suas formas de luta um contingente de trabalhadores rurais despossuídos. As duas autoras ressaltam o papel educativo

da marcha, dos atos públicos e da vida nos acampamentos. Esse processo educativo, em última instância, gesta o sujeito “sem-terra”. Essa identidade “sem-terra”, gestada e reforçada nas ações coletivas do MST, é debatida por Chaves (2000). Segundo a autora, através da marcha ocorre uma sensibilização de parte da sociedade diante das condições de vida e do sofrimento dos sem-terra, alcançada através da exploração midiática dos elementos religiosos, performáticos e simbólicos durante a realização da referida marcha.

O MST faz uso de uma simbologia e ritualística particular. Conforme já demonstramos, a mística é utilizada como um meio e um fim, conforme o objetivo e a necessidade de produzir sentidos para o MST. Segundo Chaves (2000) ela resulta de uma reatualização do patrimônio da Igreja tradicional e da religiosidade popular, cuja articulação perpassa toda a prática do MST.

Em outro momento do depoimento de Dilei, percebemos a transformação na forma de enxergar os camponeses nordestinos. Se em determinados momentos da narrativa, a participação dos sulistas aparece como a única possibilidade para alterar o quadro de miséria, através da organização dos camponeses nordestinos, agora, adquire outros contornos. Ela deixa claro que as reflexões resultaram de um processo de desconstrução da visão do Nordeste como uma região exclusivamente marcada pela pobreza, povoada de “coitados” e “incapazes”.

*Que também a gente tinha os relatos, não tanto por... eu acho que os relatos que a gente tinha do semiárido, relatos da mídia que hoje eu desabono todos. Mas tudo bem. Se foram aqueles relatos que me trouxeram até aqui e me ajudaram a construir um Movimento, e a gente mudou a concepção hoje. Eu não vejo nenhum problema. Problema seria se você mantivesse que os nordestinos são pobrezinhos, que, é... o semiárido é ruim. Hoje eu tenho, a gente tem outra visão. Então eu acho que essa foi a... a maior, assim, que eu lembre desse período foi isso. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Dilei demonstra o alargamento do seu olhar a partir da migração, do contato com outras culturas e experiências:

*A compreensão do Brasil ela se torna diferenciada, ela unifica. Eu sempre digo que os nordestinos tinham que ir para o Sul. As pessoas crescem quando elas saem. Se eu vivesse só no lote da minha mãe até hoje, qual era a formação da minha consciência!? Era aquele lote. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)*

Na leitura do depoimento acima supomos que o processo de expansão do MST foi facilitado pelo entendimento, convívio e pela troca entre os diferentes rurais no Brasil, possibilitando uma maior coesão e unidade do Movimento. O MST estabelece uma relação

dupla: é resultado e instrumento dessas transformações. Ou seja, de forma indissociável, o “experimento” político MST, através do deslocamento de militantes, elaborou um modo de produção de militantes ao longo do seu processo de constituição.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST foi o primeiro movimento social do Brasil a possuir uma filiação nacional. De acordo com Wolford (2010, p. 373), essa conquista é decorrente do

[...] alto nível de disciplina organizacional e coerência ideológica [que] permitiram que o Movimento coordenasse ocupações de terra, demonstrações públicas, marchas e eventos culturais transcendendo fronteiras de regiões geográficas, classes sociais e identidades culturais.

Para assegurar o seu processo de expansão, nacionalização e perenidade, o MST estabeleceu dois eixos de atuação, interna e externamente: o primeiro que garantisse a disciplina e a coerência ideológica entre os seus integrantes, pautado no centralismo democrático e na direção coletiva; e, no segundo plano, com um caráter de massas, que manejassem o conjunto de categorias e grupos sociais que lutam pelo acesso e manutenção na terra. O raciocínio é simples. Não bastava que o MST crescesse, essa expansão deveria seguir mediada por determinados padrões, com o intuito de evitar desvios na condução política e vícios das lideranças. A justificativa está ancorada nos escritos de Gramsci: “Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social tem sua própria camada ou tende a formá-la” (GRAMSCI, 2000), reforçando a ideia de que internamente o MST se estruturava como um partido político, por isso a segurança no encaminhamento de deslocar militantes sulistas para outras regiões do país.

A partir dessa identificação, o MST presumiu que todas as pessoas que se uniram ao Movimento queriam um pedaço de terra. Ao fazer isso, inicialmente, desconsiderou as distintas relações que os sertanejos estabelecem com a terra. Para as lideranças do Sul, parecia óbvio que os camponeses deveriam participar das atividades propostas pelo MST. Conforme observamos, as lógicas de trabalho e de residência dos antigos engenhos, principalmente da Zona da Mata pernambucana, permanecem como referências muito fortes para a maior parte da população nos projetos de reforma agrária em curso. Os entendimentos e as percepções do que significava possuir terra eram distintos, resultado de outra relação com o trabalho e de heranças e culturas diferenciadas. Se, por um lado, existiam incompreensões de ambos os lados, além dos obstáculos para a implementação da política do MST; por outro, identificamos elementos facilitadores no perfil dos militantes migrantes.

Competia a esse grupo de militantes, de forma regionalizada, dirigir o MST nacionalmente. Cabia a eles circular, transladar e participar de forma ativa de reuniões com

representantes de outros setores, o que poderia ser identificado como uma ampliação do seu capital social (reconhecimento público, estima, admiração e prestígio, sobretudo dentro do MST). Esta militância foi se formando nesse processo de deslocamento, e adquirindo um estilo próprio de atuação. Os eventos centrais e as experiências de vida dos militantes migrantes são contados a partir da perspectiva de “classe social”, com o esforço para atualizar a questão através da incorporação de outras categorias.

Historicamente, observamos intimidações, cooptações e tentativas de controle de lideranças pelo Estado brasileiro e demais entidades. A partir dos anos 1980, com a atuação dos partidos políticos, do novo sindicalismo e da atuação organizada de movimentos sociais, exigindo a democratização do acesso aos bens, reparações sociais e justiça, são identificadas mudanças nessa forma de funcionamento. Com a criação do MST, houve transformações na forma de se manifestar, com a inovação e a incorporação de novas práticas e o abandono de outras, então associadas às heranças paternalistas, clientelistas e assistencialistas que permeavam (e ainda permeiam) o campo no início dos anos 80.

Alguns militantes migrantes enviados para o Nordeste apresentaram maiores dificuldades para realizar os encaminhamentos, ou sequer foram selecionados para a tarefa, pois não possuíam o perfil necessário; enquanto outros contavam com uma melhor aceitação, criando uma espécie de “dependência” da sua presença na condução do MST nos estados para os quais foram dirigidos. Intuímos que a presença de determinadas características foi decisiva para o êxito na estruturação do MST nos moldes propostos pelas lideranças do Sul. Através de um olhar atento da realidade e da gradativa inserção nas comunidades, esses militantes desenvolveram o que chamamos de tendências modeladoras. Este conjunto de características individuais, desenvolvidas ou incorporadas na trajetória dos militantes migrantes teria contribuído para que a estruturação do MST fosse antecipada no Nordeste, cabendo destacar a centralidade no cumprimento das orientações da organização pelos militantes migrantes, mesmo diante das adversidades.

Além das particularidades dos militantes migrantes, existia um conjunto de relações (com Estado, sindicatos, personalidades, intelectuais, movimentos e Igreja) que permitiram o espraiamento do MST ao longo dos anos 1980 e 90. Nos primeiros anos, a preocupação era de que o Movimento de caráter regional assumisse status nacional. Todavia, a cultura camponesa que definiu o MST no Sul do Brasil não se evidenciava no resto do país (WOLFORD, 2010), desafiando as lideranças do MST a buscarem mecanismos que assegurassem a unidade nacional do Movimento. Soava pouco interessante ter vários grupos ou movimentos isolados e desarticulados lutando por terra no Brasil. A Igreja, nesse sentido, teve uma contribuição



significativa ao possibilitar uma abordagem ecumênica, favorecendo o diálogo e mesmo a união de várias experiências e movimentos no início dos anos 80.

Do repertório da Igreja, o MST se apropriou da mística praticada pelos religiosos, e a ressignificou em suas lutas. Gradativamente, o MST constituiu uma mística própria a partir de seus interesses e objetivos. Através dela buscava atribuir sentidos e impulsionar os sem-terra a seguirem organizados, apesar das constantes negativas de acesso à terra e a outros serviços básicos. Gradualmente, observamos um melhor entendimento dos militantes migrantes do papel atribuído à religiosidade no interior das comunidades sertanejas.

A necessidade de adaptação do repertório de ação do MST, com a adequação de linguagem e conteúdo, demonstra um esforço de incorporar a diversidade no seu discurso e na sua prática, além de perceber a importância e a capacidade mobilizadora que determinadas referências religiosas possuem entre os camponeses. Nestes termos, a crítica dirigida à “política de pinçar” teorias do MST, geralmente associada a uma prática oportunista, precisa ser relativizada. Dentro deste entendimento, trata-se mais de compreender a religiosidade como um fenômeno da cultura popular, e não a adoção de uma vertente política ou teórica em detrimento de outra. Ou seja, o MST adquire a capacidade de articular referências que são aparentemente incongruentes (religiosas, revolucionárias, intelectuais, de líderes do próprio Movimento) e canalizá-las para o fortalecimento da sua memória. Através desta movimentação, com a articulação das massas e de quadros políticos, o MST contribui para a formação de uma cultura na luta pela Reforma Agrária.

Ocupando lugar de destaque, a formação é iniciada (e cobrada) antes mesmo da ocupação de terra, com a exigência do cumprimento de um roteiro composto de quatro etapas, com os futuros acampados. O MST considera este processo de formação fundamental, assim como a própria vivência no acampamento (compreendida igualmente como um espaço formativo), os quais *nivelariam* os integrantes. Ou seja, o MST rompe com a ideia de que a capacitação de quadros se dá exclusivamente em cursos e seminários. Dessa forma, a formação deixa de ser compreendida como anexa ou paralela às demais atividades do Movimento. Os elementos formativos, compreendidos de forma processual e continuados, acompanham toda a trajetória do militante. A formação iniciada antes mesmo do ingresso formal do militante adquire vários significados, isolados ou articulados, podendo ser compreendida como objetivo, meta, direito, emancipação. Ou seja, a formação possui um caráter plural e mutante para o MST.

É largamente demonstrado pela literatura que a participação em uma ocupação de terra é um processo transformador, formativo e decisivo para a permanência ou não nas fileiras do

MST. Entretanto, não podemos desconsiderar que a própria ida para uma ocupação pressupõe um processo de formação, de convencimento, de articulação e de reconhecimento e credibilidade nas lideranças políticas, dentro da concepção de campo político de Bourdieu (1989). A participação na ocupação sinaliza para a possibilidade real de conquista da terra, demonstrada através da crença nessa forma de luta, na capacidade argumentativa das lideranças e na união de um grupo de despossuídos até então disperso.

A participação em uma ocupação aciona mecanismos de solidariedade e de pertença, elementos de formação política e ideológica, aspectos de natureza religiosa e psicológica, que potencializam e eventualmente solidificam o novo integrante no universo “sem-terra”. Nesses termos, a ocupação deve ser compreendida como algo cumulativo, resultado e soma das iniciativas anteriores, mesmo que não iniciadas por sujeitos que não compõem a estrutura organizativa do MST. Acreditamos que ao analisar as ocupações de forma isolada, os processos anteriores acabam ocupando um papel marginal (quando abordados pela historiografia do MST ou do Brasil), sendo muitas vezes inventariados como ações espontâneas e/ou desesperadas dos camponeses.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Poder Legislativo. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 10 outubro de 1985. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 8 junho 1973, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 601, 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em 20/10/2015>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 30 nov. 1964, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Apresentação pública do Projeto de Reforma Agrária do governo Goulart – 1964. Discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 1964. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946-2003)**. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV). **Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade – Violações de Direitos no Campo (1946-1988)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%202009dez2014.pdf>>. Acesso: em 6 jun. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **A nossa luta é por terra na roça e não por emprego na cidade**. Minas Gerais, 1983.

II CONFERÊNCIA Episcopal Latino Americana. **Conclusões de Medellín**. Edições Paulinas, 6 ed. Medellín, Colômbia, 1968. Disponível em: <<http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

III CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Puebla de los Angeles**, México, 1979. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/john-paul->

ii/pt/speeches/1979/january/documents/hf\_jp-ii\_spe\_19790128\_messico-puebla-episc-latam.html>. Acesso em 6 ago. 2014.

CNBB. 18ª Assembleia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Igreja e problemas da terra**, Itaici, 1980. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *O debate na esquerda (1960- 1980)*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório da Área do Projeto, Capacidade de Assentamento, Nº de Famílias Assentadas, Tituladas, Nº de Vagas e Excedentes nos Projetos de Reforma Agrária (1980 -2011)**. Fortaleza, CE.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório dos Atos de Obtenção e Criação dos Projetos de Reforma Agrária (1980-2011)**. Fortaleza, CE.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Capitalismo e classes sociais no campo. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999 [1999a].

\_\_\_\_\_. **Documento final do I Congresso Nacional do MST**. 29 a 31 de janeiro de 1985, Curitiba, PR, 1985.

\_\_\_\_\_. **Normas Gerais dos Assentados**. São Paulo: MST, 1989a;

\_\_\_\_\_. **I Programa de Reforma Agrária do MST**. São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. **II Programa de Reforma Agrária**. São Paulo, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do II Congresso Nacional do MST: O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário**. 24 a 28 de novembro de 1990, Belo Horizonte, MG., 1990.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do III Congresso Nacional do MST: 24 a 27 de julho de 1995, Brasília, DF**. 1995 [1995b].

## Boletins

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Como trabalhar a mística do MST com as crianças**. Boletim da Educação, n. 2, 1993.

## Cadernos de Formação e Estudos

\_\_\_\_\_. A luta continua: como se organiza os assentados. **Cadernos de Formação, n. 10**. São Paulo: MST, 186 [1986d].

\_\_\_\_\_. A organização do movimento; – Quem é quem na luta pela terra. **Caderno de Formação n. 1.** São Paulo, 1986 [1986a].

\_\_\_\_\_. A política de formação de quadros. **Cadernos de Estudos ENFF 1.** Guararema - SP, 2007.

\_\_\_\_\_. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. **Caderno de Formação n. 11.** São Paulo, 1986 [1986e].

\_\_\_\_\_. História da Luta pela Terra. **Caderno de Formação n. 2.** São Paulo, 1986 [1986b].

\_\_\_\_\_. Método de trabalho popular. **Caderno de Formação n. 24.** São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Nossa força depende da nossa dedicação. **Caderno de Formação n. 13.** São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. **Caderno de Formação n. 27.** São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. **Caderno de Formação n. 31.** São Paulo, 1999 [1999b].

\_\_\_\_\_. O papel da Igreja no Movimento Popular. **Caderno de Formação n. 8.** São Paulo, 1985 [1985b].

\_\_\_\_\_. Organização. **Caderno de Formação nº 5,** 1985 [1985a].

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do MST (1989 - 1993). **Caderno de Formação n. 17.** São Paulo: MST, 1989b.

\_\_\_\_\_. Terra não se ganha, se conquista. **Caderno de Formação n. 9.** São Paulo, 1986 [1986c].

\_\_\_\_\_. Método de Organização. Construindo de um novo jeito. **Caderno de Formação n. 35.** São Paulo: Setor de Formação, 2000.

## **Cartilha**

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). A força que anima os militantes. In: PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de Base** [2004]. Seleção de roteiros organizados pelos Cepis. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

## **Jornal Sem Terra**

TERRA, Jornal Sem. n. 42, fev. 1985 [1985a].

\_\_\_\_\_. n. 45, jul. 1985 [1985b].

\_\_\_\_\_. n. 46, ago. 1985 [1985c].

- \_\_\_\_\_. n. 47, set. 1985 [1985d].
- \_\_\_\_\_. n. 48, out./nov. 1985 [1985e].
- \_\_\_\_\_. n. 49, dez. 1985 [1985f].
- \_\_\_\_\_. n. 50, mar. 1986 [1986a].
- \_\_\_\_\_. n. 57, out. 1986 [1986b].
- \_\_\_\_\_. n. 60, fev./mar. 1987 [1987a].
- \_\_\_\_\_. n. 67, out. 1987 [1987b].
- \_\_\_\_\_. n. 80, jan./fev. 1989 [1989a].
- \_\_\_\_\_. n. 81, mar. [1989b].
- \_\_\_\_\_. n. 83, mai. 1989 [1989c].
- \_\_\_\_\_. n. 84, jun. 1989 [1989d].
- \_\_\_\_\_. n. 85, jul. 1989 [1989e].
- \_\_\_\_\_. n. 86, ago. 1989 [1989f].
- \_\_\_\_\_. n. 88, out. 1989 [1989g].
- \_\_\_\_\_. n. 89, nov. 1989 [1989h].
- \_\_\_\_\_. n. 92, mar. 1990 [1990a].
- \_\_\_\_\_. n. 93, abr./mai. 1990 [1990b].
- \_\_\_\_\_. n. 95, jul./ago. 1990 [1990c].
- \_\_\_\_\_. n. 97, out./nov. 1990 [1990c].
- \_\_\_\_\_. n. 98, dez. 1990 [1990d].
- \_\_\_\_\_. n. 103, mai. 1991 [1991a].
- \_\_\_\_\_. n. 105, jul. 1991 [1991b].
- \_\_\_\_\_. n. 109, out./nov. 1991 [1991c].
- \_\_\_\_\_. n. 125, mai. 1993.

**Sítios consultados**

Terra Viva – produtos da Reforma Agrária. Disponível em:  
<<http://www.terravivasc.com.br/noticia/entrevista-deputado-estadual-do-sergipe.html>>.  
Acesso em: 15 jul. 2012.

Armazém Memória – Um resgate coletivo da história. Disponível em:  
<<http://www.armazemmemoria.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível em: Acesso em: 29 mai. 2014.

Centro de Documentação e Memória da UNESP. Disponível em:  
<<http://www.cedem.unesp.br/#!/consulta/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.





## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará: 20 anos de marchas. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010. p. 133-148.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores [1963]. In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 73-88.

ANDRADE NETO, João Augusto. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. **Revista Nera**, ano 18, n. 27, jan. /jun. 2015. p. 159-182.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Ação sindical e luta pela terra no Rio de Janeiro**. UFRRJ, 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BENELNAS, León; GARCÍA, Xavier; TUDELA, Joan. **La Unió de Pagesos**: el sindicat del camp. Barcelona: Ed. Set per set., 1977.

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho de Base e abrangência do Método. In: MST. Método de Organização. Construindo de um novo jeito. **Caderno de Formação nº 35**. Setor de Formação. São Paulo, 2000, p. 9-36.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.

\_\_\_\_\_. **A produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 9, jul./dez. 2006. p. 49-72.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 5, 1995, p. 5-31. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>>.

Acesso em: 11 jan. 2014.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)>.

Acesso em: 25 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade (1964). In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.).

**Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 193-202.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARRI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.

CARRARA, Ângelo. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz; OLIVEIRA, Oséias (Org.). **História Agrária**: Propriedade e conflito. Guarapuava: UNICENTRO, 2000.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processo de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, Manizales, jan./jun. 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2009000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2009000100008&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 17 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, jun. 2008. Disponível em:

<[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. **Anais do XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** (ANPOCS). Caxambu-MG, 2006

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representações. **Revista das revistas**. Estudos avançados, ano 11, n. 5, 1991.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: Um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CHAYANOV, A. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.99-140.

CHRISTOFFOLI, Pedro. **O desenvolvimento de cooperativos de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: Limites e possibilidades**. UFPR, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2000.

CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. O MST em Sergipe: História e Luta. **Geonordeste**, Sergipe, ano IX, n. 1, 1999. p. 8-45.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. UFF, 2005. 549f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. UFGD, 2010. 284f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Entre o bem e o mal: Representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2000)**. UFGD, 2014. 440f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MG, 2014.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. UNICAMP, 2005 299f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CONGOST, Rosa. Tierras, derechos y dinámicas sociales. Los campesinos como ejemplo. In: BONAUDO, Marta; REGUERA, Andrea; ZEBERIO, Blanca. **Las escalas de la historia comparada**. Tomo I – Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tierras, Leyes, Historia** - Estudios sobre <<la gran obra de la propiedad>>. Barcelona: Crítica, 2007.

\_\_\_\_\_. LANA BERASAIN, José Miguel. (ed). **Campos cerrados, debates abiertos**. Análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX). Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2007.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990**. UFPR, 2012. 253f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2012.

CUNHA, Paulo R. R. da. **Aconteceu longe demais**. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: A formação humana no assentamento Conquista da Fronteira**. UFSC, 2002. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DEBIASI, Rose Elke. **Os sentidos do trabalho para os cooperados na experiência autogestionária da Cooperunião (Dionísio Cerqueira, SC)**. UFSC, 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DOMINGUES, Eliane. **Entre a utopia e o mal-estar: Reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas**. PUC-SP, 2011. 155f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ELIAS, Denise. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, Ano 2, n. 3, 2003. pp. 61-69.

ESTEVES, Leandro da Silva. Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. v. II – Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD, 2009. p. 161-174.

FEIX, Plínio José. **O espaço da democracia no projeto político dos dirigentes do MST**. UNICAMP, 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista NERA/UNESP**, v.1, n. 1, 1998. p. 2-44.

\_\_\_\_\_. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra / NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1481/1457>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-198.

\_\_\_\_\_. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. vol. 2. Brasília: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945- 1966)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 213-244.

GARRABOU, Ramon. **Sombras del Progreso**. Las huellas de la historia agraria. Edición de Ricardo Robledo. Barcelona: Libros de Historia, 2010.

GASQUES, J. G.; CONCEICAO, J. C. P. A Demanda de Terra para a Reforma Agrária no Brasil Num Contexto de Transformações da Agricultura. 1999. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, 2000. p. 85-110.

GATICA, Mónica. Desigualdades e diferenças: história oral e movimentos. In: MONTENEGRO, Antonio; DUARTE, Geni Rosa et al. (Org.). **História oral: desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 218-230.

GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 90**. v. 3. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 309-340.

GODOI, Emilia Pietrafesa. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: \_\_\_\_\_. MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 289-302.

GORTÁZAR, Ignacio o La Barrí. **Las relaciones de trabajo en la España Contemporánea: Historiografía y perspectivas de Investigación**. 1986. Disponível em: <http://revistas.um.es/analeshc/article/viewFile/107041/101731>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. O partido político. In: BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da Organização Política II**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 90**. v. 6, 2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 341-354.

INDURSKY, Freda. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. **Revista Rua: Edição Especial – 20 anos**, Campinas, 2014, p. 109-126.

JULIAÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? [1962]. In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 271-298.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950 – 1974**. UFSCAR, 2010, 370f. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Univesidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol.1. Uma realidade multiforme. Trad. Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Subjetividade em movimento: O MST no Rio Grande do Norte. **Psicologia & Sociedade**, n. 18, jan/abr. 2006, p. 21-30.

\_\_\_\_\_. Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Polis e Psique**, v. 1, n.2, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/viewFile/19174/25914>>. Acesso em 12 de jan. 2014.

LEITE, Sérgio et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA, NEAD. São Paulo: Editora Unesp (co-editora), 2004.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

\_\_\_\_\_. A militância como devoção: a primeira geração de militantes do MST. **Cadernos Ceru**, série 2, v. 20, n. 2, dez. 2009, p. 133-161.

LITTLE, Paul. **Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização**. Textos de História n. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

LOERA, Cecília Rangel. **Tempo de acampamento**. UNICAMP, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985-2005. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <[http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20\(1985-2005\)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20(1985-2005)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf)> Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_; SILVA, Rosemiro Magno da. **Conflitos de terra de Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju: EDUFS; Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Imigração, 1996.

LÖWY, Miguel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. (Org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. UFRRJ, 2007. 182f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: Índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 2**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v. 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos – luta de classes e assentamentos em terras do Ceará.** UFC, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 1990.

MASSIP, Andreu Peix. **25 anys de la Unió de Pagesos: el camí cap a la llibertat sindical al camp, 1974-1999.** Ed. 1. Editora Lleida Pagès, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo.** Colômbia: Nómadas. Universidad Central Bogotá, 2004.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil.** Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2012, p. 7-31. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n7p7>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira.** 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr12.shtml>>. Acesso em 6 janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Brasil Urgente).

MELLO, Marcos Paulo Campos de. A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1980 no Ceará. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.** Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT11-MARCOS-PAULO-CAMPOS.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST.** UFC, 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil 5 - A classe dominante agrária: natureza e comportamento – (1964 – 1990).** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.** (Orgs) Paulo Eduardo Teixeira; Antonio Mendes da Costa Braga; Rosana Baeninger. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

\_\_\_\_\_. Migrações: Uma experiência histórica do campesinato no Nordeste. In: GODOI, Emília P. de; MENEZES, Marilda A.; MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** vol. 2:



Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

\_\_\_\_\_. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência a dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_86.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2014.

\_\_\_\_\_; WOLFORD, W. **A economia moral em movimento: Relações sociais e a produção de cana em Pernambuco**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 25 a 29 de outubro de 2005, p. 1-29. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3818&Itemid=318](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3818&Itemid=318). Acesso em 23 de maio 2016.

MICAELO, Ana Luísa. **Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11037/1/ulsd68254\\_td\\_Ana\\_Micaelo.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11037/1/ulsd68254_td_Ana_Micaelo.pdf)>. Acesso em 17 jul. 2014.

MOLINA, Antonio Herrera González. **La construcción de la democracia en el campo 1975-1988**. El sindicalismo agrário. Barcelona: Editorial MAGRAMA (Ministério Agricultura). Serie Estudios.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. UFPR, 2013, 207 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil, 1969. In: STEDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil** – História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). v. 4. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORCILLO et al. **El Sindicalismo de clase en España (1939-1977)**. Barcelona: Edicions 62, 1978.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. **A produção de cana de açúcar em áreas de Reforma Agrária na Paraíba**. [S. l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Emilia%20de%20Rodat%20Fernandes%20Moreira.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. De território de exploração a território de esperança: a organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/10/moreira.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular. 2001

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. v. II – Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD, 2009. p. 243- 258.

\_\_\_\_\_. Caído por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural dos oitocentos. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, set. 2006, p. 42-59.

\_\_\_\_\_. O atraso da História: campesinato e engajamento (1964-1996). **Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 6, n. 1, jan./abr., 2014, p. 4-24. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v6n1a12014.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Calendário Histórico dos Trabalhadores e Trabalhadoras**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e moradia na agroindústria exportadora. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 1. Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2008.

\_\_\_\_\_. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. Av.** [on line], v. 15, n. 43, 2001, p. 185-207. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional [1977]. In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e

interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009, p. 203-216.

PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de Base** (Seleção de roteiros organizados pelos Cepis). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. **Os camponeses e a mobilização popular**: Igreja Católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna - CE (1980-1993). UFC, 2008. 191f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

\_\_\_\_\_. Saques: Protesto popular e concepções de justiça no sertão do Ceará (Itapiúna, 1988-1993). 2009. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – História e Ética. Fortaleza, 12 a 17 julho de 2009. Disponível em: <[http://www.ce.anpuh.org/download/anais\\_2010\\_pdf/st\\_ruy/Francisco%20Ruy%20Gondim%20Pereira.pdf](http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st_ruy/Francisco%20Ruy%20Gondim%20Pereira.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

PINHEIRO JÚNIOR, Jefte da Mata. **A formação do PT na Baixada Fluminense**: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. UFF, 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

POLLAK Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLETO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da PUC (Pontifícia Universidade Católica), São Paulo, 1981, p.13-50.

POZZI, Pablo. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: MONTENEGRO, Antonio; DUARTE, Geni Rosa, et al. (Org.). **História oral**: desigualdades e diferenças. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 69-82.

PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II – Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD, 2009. p. 117-142.

\_\_\_\_\_, et al. A revolta camponesa de Porecatu. In: **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 129-141. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>>. Acesso em 7 abr. 2016.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). UFF, 2011. 266f. Tese (Doutorado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, RJ, 2011.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas**. UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil**. [S.l.; ] 2006. Disponível em:  
<[www.alasru.org/cdalasru2006/09%20GT%20Gilvando%20Sá%20Leitão%20Rios.pdf](http://www.alasru.org/cdalasru2006/09%20GT%20Gilvando%20Sá%20Leitão%20Rios.pdf)>.  
Acesso em: 15 abr. 2012.

ROSA, Marcelo. Biografias e movimentos de luta por terra. **Tempo Social - Revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 1, 2004, p. 157-180. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a09.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Greves, acampamentos e outras formas de mobilização nacional: O legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.

\_\_\_\_\_. Para além do MST: O impacto dos movimentos sociais brasileiros. **Antropolítica**, Niterói, n. 23, 2 sem., 2007. p. 97-118.

\_\_\_\_\_. Para além do MST: O impacto dos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 461-478.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária e Land Reform: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 99-114, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/08.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2015>.  
Acesso em: 14 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova**, [online], São Paulo, n. 76, 2009, p. 197-227. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Uma região em movimento. As lutas por terra e a transformação das estruturas de poder e significação social na Mata Pernambucana. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. [online], v. 08, n. 02, nov. 2006, p. 41-58. Disponível em:  
<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/161/145>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acesso em 17 de mar. 2016.

SALLES, Celecina de Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos do MST**. UFC, 2003. 310f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2003.

SANTOS, Bárbara Cacao. “**Trabalhadores cearenses, uni-vos!**”: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957- 1964). UFC, 2009. 182f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2009.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCHREINER, David Félix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). USP, 2012. 461f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

\_\_\_\_\_. Terra, territorialidades e conflitos. **Diálogos** – Revista do Programa de Pós Graduação em História da UEM, v. 17, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3055/305528853004.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST. In: MONTENEGRO, Antonio; DUARTE, Geni Rosa, et al. (Org.). **História oral**: desigualdades e diferenças. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 191-217.

SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emília P. de; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: Uma história da igreja católica no Brasil. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. “Para que serve conhecer o campo”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Fapesp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992. p. 30-42.

\_\_\_\_\_. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 2. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009.

\_\_\_\_\_. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**, v.10, n. 1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100005)>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 1, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. . In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-256.

\_\_\_\_\_. et al. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L'ESTOILE, Benoit de; SIGAUD (Orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 29-63.

SILVA, João Paulo Fernandes da. **A experiência organizacional dos trabalhadores rurais do município do Crato – CE (1960-1970)**. UFC, 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2010.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 90**. v. 3. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 197-224.

SILVA JÚNIOR, José Plácido; MACHADO, Maria Rita. Assentamentos de Reforma Agrária na zona canavieira de Pernambuco: Monopolização das usinas nos territórios camponeses. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2009. p. 1-13.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. (Poder / Paradidáticos).

\_\_\_\_\_. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. v. 3. ABEP, 1992, p. 161-177. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A09.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2014.

\_\_\_\_\_. In: SILVA, M. A. M. (Coord.). Migrar é preciso. **Pastoral dos Migrantes**, Diocese de Caetité/BA, 1997.

SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. UFF, 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Campo e Palavras: Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954 – 1964**. UFC, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

SOUZA, José Carlos Lima de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – O moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente**. UFF, 2008. 260f.

Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_.; Frei Sérgio (1993). A luta pela terra. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999, p. 508-513.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de Reforma Agrária (1946-2003). v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O debate na esquerda (1960- 1980)**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_.; FERNANDES, Bernardo. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A questão agrária e o socialismo. In: A questão agrária no Brasil**: O debate na década de 90. v. 6. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 365-384.

\_\_\_\_\_. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): Alguns dados históricos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas camponesas a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, v. 5, n. 1, mar. 2011. p. 83-117.

TEDESCO, J. Conflito de memória e de identidades no cenário rural: ritualizações e representações de colonos assentados no norte do RS. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun., 2009, p. 258-277. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a14.pdf>>. Acesso em: 22/4/2016>. Acesso em: 16 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. O “conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul – 1978-1982. **Revista Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 26, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/15046/8553>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TEIXEIRA, Paulo; BRAGA, Antonio; BAENINGER, Rosana (Org.) **Migrações**: Implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado** – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História Oral e Estudos de Imigração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 44, v. 22, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

VASCONCELOS, Jefferson Oliveira de. **Diversificação produtiva em assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco**. UFCG, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n. 21, out. 2003. p. 42-61.

\_\_\_\_\_. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário** – Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Recife, v. 1, set. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aeducacao/lr60-75.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 373-394.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 19-30.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 217-240.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.



### APÊNDICE A – Entrevistas realizadas

Entrevista concedida por RIBEIRO, Fátima. <b>Entrevista I.</b> [out. 2011]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 2011. 1 arquivo .mp3 (1h36min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por BELLE, Carlos. <b>Entrevista II.</b> [set. 2013]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 2013. 1 arquivo .mp3 (2h15min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por BUSANELLO, Zenaide. <b>Entrevista III.</b> [set. 2013]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 2013. 1 arquivo .mp3 (59 min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por AMORIM, Jaime. <b>Entrevista IV.</b> [ago. 2013]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 2013. 1 arquivo .mp3 (2h23min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por DANIEL, João. <b>Entrevista V.</b> [mar. 2015]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 2015. 1 arquivo .mp3 (2h16min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por SCHIOCHET, Dilei. <b>Entrevista VI.</b> [jun. 2015]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 2015. 1 arquivo .mp3 (2h17min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexada ao documento.
Entrevista concedida por GREIN, Maria Izabel. <b>Entrevista VII.</b> [mar. 2016]. Entrevistadora: Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), 2016. 1 arquivo .mp3 (1h57min.) A entrevista na íntegra encontra-se em mídia digital anexado ao documento.

Fonte: Elaborado pela autora.